

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Tese

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas:
uma etnografia a pé na pampa brasileira

Daniel Vaz Lima

Pelotas, 2020

Daniel Vaz Lima

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas:
uma etnografia a pé na pampa brasileira

Tese de doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Rieth

Coorientadora: Profa. Dra. Louise Prado Alfonso

Pelotas
2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732p Lima, Daniel Vaz

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas : uma etnografia a pé na Pampa brasileira / Daniel Vaz Lima ; Flávia Rieth, orientadora ; Louise Prado Alfonso, coorientadora. — Pelotas, 2020.

335 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Descobrir caminhos. 2. Humanos e não humanos. 3. Agricultura. 4. Pecuária familiar. 5. Pampa. I. Rieth, Flávia, orient. II. Alfonso, Louise Prado, coorient. III. Título.

CDD : 305.8

Banca Examinadora

Profa. Dra. Adriana Paola Paredes Penafiel (FURG)

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (UFPEL)

Prof. Dr. Francisco Pereira Neto (UFPEL)

Profa. Dra. Marília Kosby (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à agência de fomento por tornar viável a realização desta pesquisa. Ao longo desta caminhada sempre tive em consideração que a bolsa que me financiava vinha do dinheiro público, colocando a responsabilidade de pesquisar e fazer extensão junto as comunidades como forma de pesquisa-ação.

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares de uma maneira geral e, especificamente: aos meus pais, Valdelírio Adamoli Lima e Dilma Vaz Lima; ao meu irmão Antônio Davi e minhas irmãs Carolini, Valéria e Mônica; ao meu primo e companheiro de discussão filosófica Pedro Otaviano; aos meus cunhados André e Lazaro; às minhas sobrinhas Helena e Alice e ao meu sobrinho Arthur. Sou grato pelo incentivo para iniciar e realizar esta etapa, que ora se conclui assim como para tolerar minha ausência.

À equipe do “INRC – Lida Campeira”: Marília Kosby, Miriel Bilhalva, Tatiane Delamare, Vagner Barreto Rodrigues, Juliana Nunes e Prof. Dr. Adriano Simon, pela amizade, companheirismo e troca de experiências as quais enriqueceram minha pesquisa.

À equipe do “Projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”, em especial para Melina Monks, Mateus Fernandes, Vanessa Costa e Simone Fernandes.

A todos/as os/as demais colegas que conviveram e deram, mesmo que indiretamente, contribuição para construção do meu objeto de estudo, especialmente o Eric Barreto, o Lisandro Moura, a Beatriz Costa e a Cristiane Tavares.

Aos professores e às professoras, por sua paciência e perseverança diante das limitações, de cada um, colocando o conhecimento ao alcance de todos.

Às orientadoras Prof.^a Flavia Rieth e Profa Louise Prado Alfonso, por compartilharem os seus conhecimentos, pela seriedade e por me conduzirem no desenvolvimento deste trabalho, além da confiança e paciência em mim depositada quando, nos momentos em que me senti inseguro e incapaz. Agradeço de maneira especial pela habilidade em passarem a experiência a este “aprendiz” de antropólogo e mostrar que fazer antropologia implica engajamentos, responsabilidades, valorização do dado etnográfico e pensamento livre. Ensinaamentos que carregarei comigo tanto no decorrer de minha trajetória acadêmica e quanto na vida.

Aos/às integrantes da banca, Profa. Dra. Adriana Paola Paredes Penafiel, Prof. Cláudio Baptista Carle, Prof. Francisco Pereira Neto e Profa. Marília Kosby, que estiveram presentes ao longo desta jornada e que agora avaliarão os resultados dessa trajetória.

Agradeço à Thaise e à Aline Pereira, servidoras do PPGAnt, e ao Coordenador Rafael Milheira pela amizade e dedicação.

Agradeço ao IPHAN pela oportunidade de pesquisa em um Inventário Nacional de Referências Culturais e me proporcionando instrumentos teóricos e metodológicos que me tornaram capazes de conhecer a pampa. Um agradecimento especial aos/as servidores Caetano Sordi e Beatriz Freire.

Agradeço a Embrapa pela parceria no desenvolvimento dos projetos principalmente aos pesquisadores Marcos Borba - Embrapa Pecuária Sul – Bagé; Ernesto Guarino e João Carlos Costa Gomes – Embrapa Clima Temperado.

Às extensionistas da Emater, Adriane Lobo (Morro Redondo), Rosemeri Berguenmaier de Olanda (Canguçu) e Ana Rosa Sonáglio (Bagé), pelo apoio e companheirismo.

Aos vereadores e vereadoras de Morro Redondo Thiarles Schineider, Silvia Eslabão e Marcio Zanneti e Daniel Goulart; ao vereador Mateus Garcia de Pinheiro Machado.

Agradeço a parceria das associações envolvida ao longo da caminhada: Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC); Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa); A Associação de Empreendedores do Turismo (AETMORE) de Morro Redondo; projeto “Sistemas agroflorestais Doceiros de Morro Redondo; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo (COOPAMOR)

A todos/as interlocutores privilegiados da Pesquisa: Afonso Colares, Alberto Gonçalves Rodrigues (Seu Beto), Amilton Camargo, Andrea Madruga, Seu Aniba, Angélica Milech, Camilo Pereira, Carlos Roberto dos Santos Garcia, Cléo Ferreira, Daniel Costa, Cris Colares, Dieder Becker Damé, Lais de Moraes, Edimilson, Guilherme Colares, Jordão Costa, Luciano Jardim, Marcia Colares, Marcos Blanco; Dona Marina, Mauricio Cruz, Murilo Cruz, Nilo Schiavon, Pedro Gonçalves, Pedro Vieira, Vera Colares, Regis Medeiros, Regis Colares, Rui Cruz, Rudnei, Sibele Costa, Rosangele Scholante, Solange Brizolara Cruz, Zeni Crizel, Vanda, Wagner Vitória.

Ao meu cavalo “Tordilho” pelo companheirismo e por me acompanhar nessa caminhada de vida e trabalho alimentando o meu devir-cavalo. Aos meus cachorros Bob, Cholinho, Pitti, Caca, Layde, por me acompanhar nas caminhadas pelo campo quando fazia pequenas reflexões sobre a vida.

Agradeço ao meu sogro Juan Antonio Pereira, à minha sogra Emy Silva e à minha cunhada Jessica Pereira, estendendo ao seu noivo Mauricio Farias, pelo acolhimento e pelo carinho nesta nova vida no Uruguay.

Um agradecimento especial à minha companheira, Lorena Paola Pereira Silva, pelo amor, confiança e motivação, fatores que considero importantes para um bem viver juntos marcados por trocas de carinho e cuidados.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste curso.

Muito obrigado!

RESUMO

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Esta etnografia resulta do seguir e descobrir caminhos de gentes, bichos e coisas nas diferentes paisagens da pampa brasileira. Apresenta-se uma pampa heterogênea, manejada em devires constituindo um emaranhado de relações. Tal caminhada se dá junto a pecuaristas e/ou agricultores familiares e seus mundos, enquanto artífices criativos tecendo e tramando inúmeras linhas, de fuga, de transformação, de vida. Ao inserir-se em fluxos e devires, esses artífices, seres com vida, tornam-se múltiplos, fragmentados, multisituados e criam uma série de conexões que levam a discussão das fronteiras vazadas de agricultura/pecuária, rural/urbano, natureza/cultura, tradicional/moderno. Outras tramas levam aos enfrentamentos contra o capitalismo moderno colonial e seus entes indesejados. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contra-narrativas às práticas e políticas de purificação do Estado, das corporações e seus projetos de mercantilização da vida. Nesse sentido que, tais linhas, confeccionadas pelo seguir os rastros e as conexões, conforma uma série de questões. Por conseguinte, atento para as possibilidades de fazer a pampa sustentada nas experiências das múltiplas linhas que conformam um pluriverso.

Palavras-chave: Descobrir caminhos, agricultura e pecuária familiar, humanos e não humanos, pampa.

ABSTRACT

LIMA, Daniel Vaz. **Through the (dis)paths of people, animals and things: an ethnography on foot in the Brazilian pampa.** 2020. 335 f. Thesis. (PhD in Anthropology) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This ethnography results from following and discovering the paths of people, animals and things in the different landscapes of the Brazilian pampa. A heterogeneous pampa is presented, managed in becoming, constituting a tangle of relationships. Such a walk takes place with ranchers and family farmers and their worlds, while creative artisans weaving and plotting countless lines, of escape, of transformation, of life. Inserting themselves in flows and becoming, these artisans, living beings, become multiple, fragmented, multisituated and create a series of connections that lead to the discussion of the empty borders of agriculture / livestock, rural / urban, nature / culture, traditional / modern. Other plots lead to confrontations against modern colonial capitalism and its unwanted beings. Multiplicities are mixtures and deviations and, thus, are counter-narratives to the purification practices and policies of the State, corporations and their projects for the commodification of life. In that sense, such lines, made by following the tracks and connections, make up a series of questions. Therefore, be aware of the possibilities of making the pampa sustained in the experiences of the multiple lines that make up a pluriverse.

Keywords: Discover paths, family farming and livestock, Human and non-human, Pampa.

RESUMEN

LIMA, Daniel Vaz. **Por los (des)caminos de personas, animales y cosas: una etnografía a pie en la pampa brasileña.** 2020. 335 f. Tesis (Doctorado en Antropología) - Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Esta etnografía es el resultado de seguir y descubrir los caminos de personas, animales y cosas en los diferentes paisajes de la pampa brasileña. Se presenta una pampa heterogénea, gestionada en devenir, constituyendo una maraña de relaciones. Tal paseo se lleva a cabo con ganaderos y agricultores familiares y sus mundos, mientras los artesanos creativos tejen y trazan innumerables líneas, de escape, de transformación, de vida. Insertándose en los flujos y convirtiéndose, estos artesanos, seres vivos, se vuelven múltiples, fragmentados, multisituados y crean una serie de conexiones que llevan a la discusión de las fronteras vacías de agricultura / ganadería, rural / urbano, naturaleza / cultura, tradicional / moderno. Otras tramas conducen a enfrentamientos contra el capitalismo colonial moderno y sus seres indeseados. Las multiplicidades son mezclas y desviaciones y, por tanto, son contranarrativas a las prácticas y políticas de purificación del Estado, las corporaciones y sus proyectos para la mercantilización de la vida. En ese sentido, tales líneas, hechas siguiendo las pistas y conexiones, configuran una serie de preguntas. Por tanto, sean conscientes de las posibilidades de hacer la pampa sustentada en las vivencias de las múltiples líneas que componen un pluriverso.

Palabras clave: Descubrir caminos, agricultura familiar y ganadería, Humanos y no humanos, Pampa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. Uma tese, inúmeras intensidades	15
II. Caminhos que estruturam a tese	18
CAPÍTULO 1 - PELAS MÚLTIPLAS PAMPA	24
1.1. Introdução	26
1.2. Campos <i>lisos</i> , campos <i>dobrados</i> e campos <i>banhados</i>	26
1.3. “ <i>Eu tenho que andar</i> ”: A vida aérea e a vida na terra	40
1.4. O um e seus múltiplos do fazer antropologia	60
CAPÍTULO 2 – “AS TROPAS ANDAVAM NA ESTRADA COMO CAMINHÕES”: SEGUINDO PELOS ANTIGOS CAMINHOS	79
2.1. Introdução	81
2.2. Terra de ninguém?	82
2.3. Fronteira manejada, vivida e em movimento	101
2.4. Pelos caminhos do sal e do açúcar	110
2.5. Caminhando com os caminhões	119
CAPÍTULO 3 – ENTRE GENTES E BICHOS: MANEJOS PECUÁRIOS NOS CAMPOS SUJOS	136
3.1. Introdução	138
3.2. O que existe nas dobras, nas pedras e no meio das macegas	139
3.3. Convivendo e aprendendo com as pedras	151
3.4. “ <i>Tenho a marca do campo em meu corpo</i> ”	161
3.5. Um rio ingrato e indomável	183
CAPÍTULO 4 – TERRA “LIMPA” PARA O TACHO SUJO: AGRICULTURAS NA SERRA DOS TAPES	190
4.1. Introdução	192
4.2. Por entre os ecos dos morros, gritos que animavam bois	200
4.3. Terra “limpa” para a planta-fábrica	205
4.4. A pureza do tacho “sujo”: os modos de <i>fazer doces</i>	213
4.5. Trazendo a “sujeira” para a lavoura	231
CAPÍTULO 5 – VAZIOS QUE ECOAM VOZES: MODOS DE HABITAR NO PASSO DOS NEGROS	242
5.1. Introdução	244

5.2. “ <i>Tudo aquilo ali é patrimônio!</i> ” Vivências, memórias e narrativas	244
5.3. “ <i>Me criei olhando as tropas passar</i> ”: As tropas chegam na cidade	259
5.4. “ <i>Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios</i> ”: a resiliência da cidade-mato	279
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONTRA AS RUÍNAS DO PROGRESSO: UMA PAMPA TECIDA POR ARTIFICES	292
7. REFERÊNCIAS.....	307

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - As veias da pampa - caminhos de terra, da água e da tese	23
Mapa 2 - Pampas	30
Mapa 3 - Regiões fisiográficas - Rio Grande do Sul.....	34
Mapa 4 - Caminho das Tropas, em detalhe do mapa "Brazil" de John Arrowsmith (1844).....	80
Mapa 5 - Vacarias del Mar e o Caminho do Litoral	85
Mapa 6 - Principais caminhos – Vacarias dos Pinhais/RS – Sorocaba/SP.....	91
Mapa 7 - Sítio do INRC - Lida Campeira na região de Bagé/RS.....	110
Mapa 8 - Distribuição das charqueadas	114
Mapa 9 - Projetos de mineração na pampa	122
Mapa 10 - Trajetos estudados pela empresa de estudo ambiental Geoprospec para escoamento dos minérios de zinco, cobre e chumbo do projeto de mineração Caçapava do Sul	132
Mapa 11 - Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã	140

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Misturas da pampa.....	25
Imagem 2 - Afloramentos rochosos em Palmas-Bagé.	39
Imagem 3 - Mosaico de campos, matos e cerros em Piratini	39
Imagem 4 - Mosaico de campos, matos e lavouras em Canguçu	40
Imagem 5 - Mosaico de várzeas, cercas no Passo dos Negros, cidade em Pelotas	40
Imagem 6 - José, pastoreando o gado – Fazenda Conquista – Bagé.....	53
Imagem 7 - Lidas entre os campos sujos.....	56
Imagem 8 - Pelos campos banhados - Passo dos Negros - Pelotas.....	58
Imagem 9 - Desenho de uma etnografia multilocal	61
Imagem 10 - Mangueira de vala, vista aérea	87
Imagem 11 - Travessia do São Gonçalo para as charqueadas de Pelotas (Jean Baptiste Debret).	115
Imagem 12 - Rastros no Rio Camaquã	137

Imagem 13 - Laís de Moraes dosificando	148
Imagem 14 - Vera e Rejão tocando o gado para o banheiro.....	153
Imagem 15 - Reino das cabras – Guaritas, Caçapava do Sul.....	159
Imagem 16 - Campereando nos campos sujos, matos e pedras	160
Imagem 17 - Vera e Seu Beto curando terneiros no rodeio – olhares vigilantes.....	170
Imagem 18 - Dona Zeni Crizel e sua marca – Br 392 – Piratini.....	172
Imagem 19 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé.	178
Imagem 20 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé.	178
Imagem 21 - Dona Eni fazendo doce de figo – Palmas/Bagé.	180
Imagem 22 - Dona Irene e Seu Decinho e as carquejas – Guaritas - Caçapava do Sul.	182
Imagem 23 - Seu Afonso (Tio Lalinho) - Palmas – Bagé.	187
Imagem 24 - Atravessando o Rio Camaquã em Palmas – Bagé	188
Imagem 25 - Churrasco na Fazenda da Sossego - Palmas/Bagé.....	189
Imagem 26 - Plantando com saracuá –Santo Amor/Morro Redondo.....	191
Imagem 27 - Casa na Serra dos Tapes – Santo Amor/Morro Redondo.....	199
Imagem 28 - Tropa na antiga rota Canguçu-Pelotas, atual município de Morro Redondo.....	205
Imagem 29 - Caderno de receitas de Solange Cruz – Açoita Cavalo/Morro Redondo.	207
Imagem 30 – De mãe para filho - Açoita Cavalo/Morro Redondo.	218
Imagem 31 – Calor e fumaça - Açoita Cavalo/Morro Redondo.	218
Imagem 32 – Mexendo o tacho de cobre - Açoita Cavalo/Morro Redondo	219
Imagem 33 – Mexedor “descansando” - Açoita Cavalo/Morro Redondo.....	219
Imagem 34 – Pessegada - Açoita Cavalo/Morro Redondo..	220
Imagem 35 – Doce na caixinha de madeira. Açoita Cavalo/Morro Redondo.	220
Imagem 36 - Fabriqueta – Colônia Santo Amor/Morro Redondo.	223
Imagem 37 - Fazendo a calda.....	223
Imagem 38 - “Empregado” mexendo a figada.	228
Imagem 39 - Cristalizando figo.....	230
Imagem 40 - Caminhado com Seu Nilo Schiavon – Colônia São Manuel/Pelotas. .	238
Imagem 41 - Terra preta. Colônia São Manuel/Pelotas..	238
Imagem 42 - Em sentido horário: marmeladas brancas, passas de goiaba, figos cristalizados, passas de pêssego.....	241
Imagem 43 - Rastros no Passo dos Negros.....	243
Imagem 44 - Mídia Impressa do Frigorífico e fabrica de conservas Anglo em 1980.	248
Imagem 45 - Casa no Passo dos Negros.....	249
Imagem 46 - Engenho Coronel Pedro Osório e carroceiros no dique/estrada.	253
Imagem 47 - Tarde no Passo.	258
Imagem 48 - Bois de canga e carretas.....	262
Imagem 49 - Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas..	263
Imagem 50 - Domando.....	267

Imagem 51 - No corredor das tropas a figueira e a ponte dos dois arcos. Ao fundo o grande muro de um condomínio de luxo.	272
Imagem 52 - Cavalos as margens do Canal São Gonçalo – Passo dos Negros/Pelotas.....	277
Imagem 53 - Tempestade	283
Imagem 54 - Caminhos das charretes	287
Imagem 55 - Caminho dos caminhões.....	287
Imagem 56 - Resiliência da Cidade-Mato	289
Imagem 57 - “Sítio do Pedra” – margens do canal são Gonçalo - Passo dos Negros/Pelotas.....	291
Imagem 58 - Caminhando com os cavalos	291
Imagem 59 - Diversidades.....	293

INTRODUÇÃO

I. Uma tese, inúmeras intensidades

*A monocultura é uma prisão.
A diversidade, ao contrário, liberta.*
(Eduardo Galeano)

Nas páginas do livro “As Veias Abertas da América Latina” do jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano (2012), temos a impactante constatação de que as “veias” de nossa América Latina continuam abertas. Da ocupação aos dias atuais, tudo, “a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os [humanos] e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos”, alimentam a prosperidade dos grandes centros de poder. E assim, entre um mate e outro, entre uma página e outra, por caminhos e descaminhos, se desvenda o lugar que a América Latina ocupou e ocupa no desenvolvimento do capitalismo (neo)colonial. Tudo começou com o ouro, com a prata e, seguiu com o açúcar, o tabaco, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, o café, o petróleo, o couro. Hoje segue com o sempre encoberto, mas sempre presente, ouro, com a soja transgênica, com as lavouras de pinus e eucaliptos e, atualmente, com o chumbo, o zinco, o cobre, o lítio, o fosfato, o carvão mineral, o polêmico nióbio. Nutrindo ganâncias com nossas vidas mestiças, negras e indígenas, com nossas montanhas, com nossas florestas, com nossas águas, com as riquezas do nosso subsolo e de nossa biodiversidade. O avanço desrespeitoso às nossas riquezas, as tornam “bocas de inferno” que consomem nossos corpos envenenados.

Esta tese se insere nessa controvérsia. Como escreveu Galeano, a entrada da América Latina no mundo se dá sempre pela porta de serviços e isso pode dizer muitos sobre nós, povos pampianos. E, por dizer muito, faz-se necessário colocar como pano de fundo das narrativas que aqui serão sobrepostas. Entretanto, não significa que este *modus operandi* se dá nas totalidades dos povos. Por isso, mostrarei alternativas a estas visões de desenvolvimento enquanto progresso a partir da diversidade de pessoas e mundos que habitam a pampa. Assim, este trabalho se nutre

de experiências vividas, entrelaçando conceitos das pessoas com as teorias das ciências humanas em formações rizomáticas. Escrevo em meus devires agricultor/pecuarista, antropólogo, cidadão, militante. Esta tese está, portanto, escrita por várias mãos. Mãos que entrelaçam linhas e que tecem suas narrativas de uma perspectiva do andar a pé. Por ser escrita por várias mãos, é também um projeto que advoga uma pampa heterogênea, manejada por inúmeros/as artífices. Vibrando em fluxos e devires, esses entes, imersos na vida, tornam-se múltiplos, fragmentados (DELEUZE E GUATARRI, 1996) e multisituados (MARCUS, 2001).

É assim que, gentes, bichos, pedras, águas, minérios, plantas e ambientes tornam-se e fragmentam-se em um emaranhado de relações possíveis, criando uma infinidade de mosaicos pampianos, ou melhor, veias, caminhos, atalhos, rios e raízes adventícias. Seguindo e descobrindo caminhos de vida, formam uma série de associações (LATOUR, 2012), que se encontram e desencontram, levando a discussão das fronteiras vazadas do humano/não humano, da agricultura/pecuária, do rural/urbano, da natureza/cultura e do tradicional/moderno. Outras fronteiras constituem em enfrentamentos políticos contra a sede predatória das transnacionais imperialistas e seus entes indesejados. Assim, tais linhas, de fuga, da vida e de produção, são confeccionadas pelo seguir os rastros e as conexões e conformam uma série de questões.

Esta tese vibra em intensidades. Vibra na angústia revoltosa ante o avanço das monoculturas, da mineração de metais pesados, da financeirização urbana, da padronização dos saberes tradicionais. Vibra, também, nas contranarrativas dos diferentes mundos, na revolta das águas, no grito das agroflorestas, nos berros dos pastos nativos, nas poéticas dos tachos de cobre e no rangir das materialidades se partindo ante a vertente da vida. A isso considero a situação de “sentipensar¹” conforme defende Arturo Escobar (2014). Sentipensar com a terra e com as pessoas, implica “pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar (...)” e, portanto, “con los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos —con sus ontologías—, más que con los conocimientos des-contextualizados que subyacen a las nociones de

¹ O termo deriva do conceito de “sentipensamiento” do sociólogo colombiano Orlando Fals Borba (2009). O/a pesquisador/a sentipiensante é aquele com combina o amor com a razão, o corpo e o coração, implicando a realização de uma pesquisa participativa, com compromisso social e ação política.

‘desarrollo’, ‘crecimiento’ y, hasta, ‘economía’.” (ESCOBAR, 2014, p. 16). Escrevo a partir de uma determinada posição política onde me angustio, me revolto e me apaixono. Escrevo como um *rastreador* - conhecedor de rastros, que faz uma leitura do contexto a partir das evidências deixadas por quem já passou e pelos movimentos que antecedem a presença de quem ainda não foi visto (MANTEGAZZA, 1916; SÜSSEKIND, 2014). Como um *rastreador*, eu segui rastros e construí conexões. Em meu devir-pampeiro, aprendi a ler o ambiente, a ouvir de outras maneiras as vozes das coisas, dos rios, das matas e dos bichos, a entender os ruídos e sons das pedras e a contingência dos fatos.

Descreverei as pessoas e seus modos de habitar com o propósito de advogar uma “teoria das multiplicidades”, cujo desenho é traçado em forma de rizomas² (DELEUZE E GUATTARI, 1996). O rizoma é feito de linhas, linhas de segmentaridade, de estratificação, mas também linhas de fuga ou desterritorialização que se metamorfoseiam conforme criam suas conexões, podendo mudar ou não de natureza. Não são linhas localizáveis que conectam pontos e posições, mas sim, que se referem a um mapa que é construído, produzido, desmontável, conectável e com múltiplas entradas e saídas. Um modelo rizomático se define pelos devires, pelos movimentos e conexões estabelecidas “ao longo de”. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contranarrativas às práticas e políticas de purificação (LATOUR, 1994), sejam elas do Estado, das corporações ou, bem como, das proposições das ciências.

Nesse sentido, será talhada a proposta de uma antropologia da/na pampa, enraizada na experiência e na convivência com os povos, sendo disposta às múltiplas possibilidades que conformam o pluriverso – múltiplos mundos vibrando eufóricos e indiscriminadamente. Conforme Escobar (2014) isso significa a ativação política da

² A partir dos rizomas vegetais, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), construíram um modelo teórico, um “rizoma metafórico” (TRAVITZKI, 2009), para conceber processos sociais para além de um sentido linear, de causa e consequência. O conceito de rizoma possui seis características: 1 e 2) O princípio da conexão e da heterogeneidade onde qualquer ponto do rizoma é conectado a qualquer outro, descentralizando-o; 3) o princípio da multiplicidade e nisso, não existem sujeito nem objeto, ou seja, não existem pontos, mas linhas segmentadas e de fuga que mudam de natureza à medida que vão criando conexões. A multiplicidade desterritorializa as relações. 4) princípio da ruptura a-significante em que um rizoma pode ser rompido em qualquer lugar e retomar segundo um ou outra de suas linhas e outras linhas. Quando as linhas segmentares explodem em linhas de fuga, estas seguem remetendo a outras linhas. 5 e 6) O princípio da cartografia e decalcomania onde um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. É aberto, conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Produz sempre múltiplas entradas e múltiplas saídas.

relacionalidade, sendo a diversidade de lutas para defender montanhas, rios, matas/pastos, territórios, bem como outras formas humanas de fazer coisas e construir a vida, os testemunhos da crise do “mundo-uno”, moderno/capitalista/colonial, alimentado pela ilusão do progresso, enquanto desenvolvimento, e da purificação, enquanto limpeza da diversidade (LATOUR, 1994). Esta tese é, então, um projeto coletivo, emaranhado com os sonhos da pampa enquanto lócus de enunciação dos múltiplos mundos e saberes/fazeres que dela fazem parte. São, portanto, clamores para um “bem conviver” (ACOSTA, 2016).

II. Caminhos que estruturam a tese

A proposta inicial, desta pesquisa, era a realização de um trabalho etnográfico das diferentes técnicas de domar cavalos no contexto do pampa, atentando, para as relacionalidades entre humanos, outros animais, os artefatos e os ambientes. O projeto consistia em um desdobramento de minha dissertação de mestrado (LIMA, 2015), ampliando o escopo teórico, histórico e etnográfico deste bem cultural documentado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – lida campeira na região de Bagé/RS (RIETH et al, 2013). Os caminhos propostos indicavam etnografar estes saberes e modos de fazer em diferentes contextos da pampa – brasileira, uruguaia e argentina -, buscando a sua diversidade dentro da conformação de uma “área cultural” (LEAL, 1997), confeccionada pela circulação de humanos e cavalos. Tal proposta estava assentada nas indicações de Tim Ingold (2012a) e na sua concepção de “malha”, enquanto um entrelaçamento de trajetórias em movimentos de encontros, desencontros e misturas. Algo que havia apontado em minha dissertação ao etnografar o transitar de humanos, de outros animais e de artefatos entre cabanhas e estâncias situadas em áreas urbanas e rurais (LIMA, 2015). O domador, artífice detentor da habilidade artesanal no manejo de ensinar potros – cavalos não iniciados -, era, então, concebido com um “ato” (SAUTCHUK, 2015), ou seja, inserido em fluxos de processos mais amplos de relacionalidades e juntando-se aos processos de (trans)formação do pampa.

Porém, ao colocar em prática o projeto, iniciado em 2016, emergiram outras questões que se referiam aos engajamentos com os destinos dos povos agricultores e pecuaristas familiares que habitavam a pampa. Percebi que os estudos sobre esse

território, que serão apresentados ao longo da tese, preocupavam-se mais com a diversidade da fauna, da flora, dos solos, do clima e das formações geológicas do que com a diversidade dos grupos humanos. Nessas leituras, os bovinos e os equinos, introduzidos na pampa, multiplicaram-se e favoreceram o surgimento de um único, e peculiar, tipo humano: o gaúcho. Esse é o tipo humano que se associa à paisagem pampiana, tendo sido forjado por ela, ou seja, o seu modo de viver está relacionado à fertilidade da terra, ao relevo, à diversidade florística e à fauna (ADAUTO, 2016). Porém, essa imagem centraliza-se em uma maneira de ser humano, homem, masculino e carnívoro, acima da natureza e semantizador da história. Assim, essas leituras reduzem, e até negam (TOBAR, 2006), a alteridade, a assimilação das outras vidas humanas da pampa, marcadas por uma diversidade de povos e mundos desconhecidos e negados.

Para além dessa noção do “gaúcho”, Homem livre, sem fronteiras e sem porteiiras, sem limites legais e éticos, que vaga livre e solitário por uma “pampa-una”, esta tese propõe evidenciar outras possibilidades de viver e habitar esta terra/território, tendo o foco principal nos/as pecuaristas e agricultores/as familiares, em suas múltiplas possibilidades. Apresentar-se-ão experimentações que buscam evidenciar as variadas maneiras de viver e habitar os diferentes territórios, as diferentes pampas, por meio de diferentes sociabilidades. Para isso, as questões norteadoras desta tese foram as seguintes: como a pampa é manejada a partir das sociabilidades dos povos agricultores e pecuaristas? Como estas são refletidas no modo de organização da vida e da coexistência com os bichos, com as coisas e com os ambientes? Por fim, na situação de sujeitos históricos, e da história, como se entrelaçam as situações cotidianas ante os projetos de mercantilização da vida?

O trabalho de campo se deu a partir de três contextos de engajamentos - especialmente nas regiões fisiográfica da “Serra do Sudeste” e “Encosta do Sudeste”, os quais, não desconsiderando suas especificidades, trazem elementos interessantes para serem apresentados em suas multisituações (MARCUS, 2001). Tal trajetória multisituada me levou a um diálogo sobre as dicotomias acadêmicas, tais como: rural/urbano, agricultura/pecuária, humanos/não humanos e natureza/cultura. O seguir pelos caminhos da pampa em engajamentos e em participação observante, instigou-me a duvidar de categorizações pré-estabelecidas e a buscar aprender, na experiência com as pessoas, o que os seus modos de viver e existir, enquanto artífices

da pampa, tanto a pé quanto a cavalo, possibilitavam. Ao longo desta etnografia vou descrevendo os caminhos e contando histórias (INGOLD,2005).

O ato de caminhar foi, nesse sentido, desvendando-se como um ato de aprender, de se engajar e de experienciar intensidades. Meu “corpo sem órgãos³” era atravessado por linhas fervilhantes, por múltiplas intensidades que me faziam caminhar e me arrastavam, como fazem os ventos pampianos, as águas dos rios e as intensidades dos caminhos de terra, de um lado para outro. Assim, na região do Alto Camaquã⁴ o cotidiano do trabalho de campo, nas propriedades rurais, era feito por meio de longas caminhadas com gentes e bichos, a pé e a cavalo, pelos campos, corredores, matos, margens de rios e pedras. Na região da Serra dos Tapes⁵, caminhei por pomares, agroflorestas, lavouras, hortas e por dentro das agroindústrias doceras - espaços de transformação das frutas em doces – sendo, nestes trajetos, que eu acompanhava os caminhos das frutas e a distribuição dos materiais que, em suas presenças recalcitrantes, iam compondo os ambientes. Na Planície Costeira⁶ - ou encosta do Sudeste, caminhei pelas ruas de terra e asfalto, e por outros caminhos, conversando com os/as passantes e/ou habitantes locais em seus movimentos a pé, em automóveis, a cavalo.

Por conseguinte, na parte 1, faço um apanhado das diferentes discussões sobre a pampa. Tais leituras, contra a suposta homogeneidade da paisagem e de lugar vazio de povos e pessoas, evidenciam uma pampa heterogênea, pluriversa. Reconhecida recentemente como um bioma, o que significa uma melhor atenção nas políticas do Estado, a pampa carece de uma série de reflexões, descobertas, bem como de políticas públicas que possibilitem proteger suas diversidades geológicas, sociais e biológicas. Elaboro reflexões sobre os caminhos percorridos para a criação de uma teoria vivida (PEIRANO, 2006), tramando as minhas experiências etnográficas com outras etnografias e concepções sobre a pampa. Nisso, está implicado o um e

³ Para Deleuze & Guatarri (1996), um corpo sem órgãos não é um corpo desprovido de órgãos, vazio, mas um corpo sobre o qual os órgãos se distribuem segundo movimentos de multidões. Corpo vivo por estar em movimento, fervilhante por ser atravessado por diferentes intensidades e povoado de multiplicidades.

⁴ Nesta tese, a região do Alto Camaquã – como parte da Serra do Sudeste - se refere aos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Piratini.

⁵ Nesta tese, a região da Serra dos Tapes – como parte da Serra do Sudeste - se refere ao município de Morro Redondo e à zona rural do município de Pelotas.

⁶ Nesta tese, a Planície Costeira se refere à zona urbana do município de Pelotas. A região é caracterizada também como “Encosta do Sudeste”.

seus múltiplos do fazer antropologia, articulando os projetos de vida e de pesquisa com os projetos dos/as interlocutores/as e de outros/as agentes vinculados as instituições públicas e privadas.

Na parte 2, discuto a formação dos atuais caminhos da pampa e, em especial, do contexto de pesquisa, tentando entender como humanos, bichos e coisas deixaram rastros que permitem compreender as relações e as tensões entre projetos de vida e mundos contra os processos de mercantilização da vida que atuam na pampa. Tais caminhos, longe de serem estruturas modernas, revelam um processo histórico marcado por intenso fluxo de pessoas, bichos, mercadorias e projetos. Também se revelam os “descaminhos”, como linhas desenhadas pelos que estavam na margem (sejam gentes, bichos e coisas) e que tinham (e tem) como estratégias de sobrevivência não serem vistos à luz do dia, aos olhos do Estado e aos olhos dos que manejavam a faca e o açoite assassino. O objetivo é encontrar e contar, ao longo desses caminhos, histórias.

Na parte 3, eu início a caminhada etnográfica pela região da parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã, conhecida como Alto Camaquã, onde fiz etnografia nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Piratini. É no Alto Camaquã onde nascem os rios, os bichos e as coisas, que seguem os fluxos econômicos, das águas, dos ventos e da vida, em direção à planície costeira, região das lagoas. Faço uma etnografia dos modos de viver e habitar dos/as agricultores/as e pecuaristas familiares, artesãos/ãs, peões campeiros em suas relações com os bichos, as pedras, os rios e outros entes que compõem os ambientes. Tais relacionidades, sustentadas em laços de respeito, de boa comunicação e de reciprocidade, nutrem e trazem vitalidade aos corpos. Farei reflexões sobre os idiomas implicados na apropriação e na coabitação com os outros entes, desejados e indesejados, vindos com os processos sociotécnicos da modernização da agricultura e pecuária.

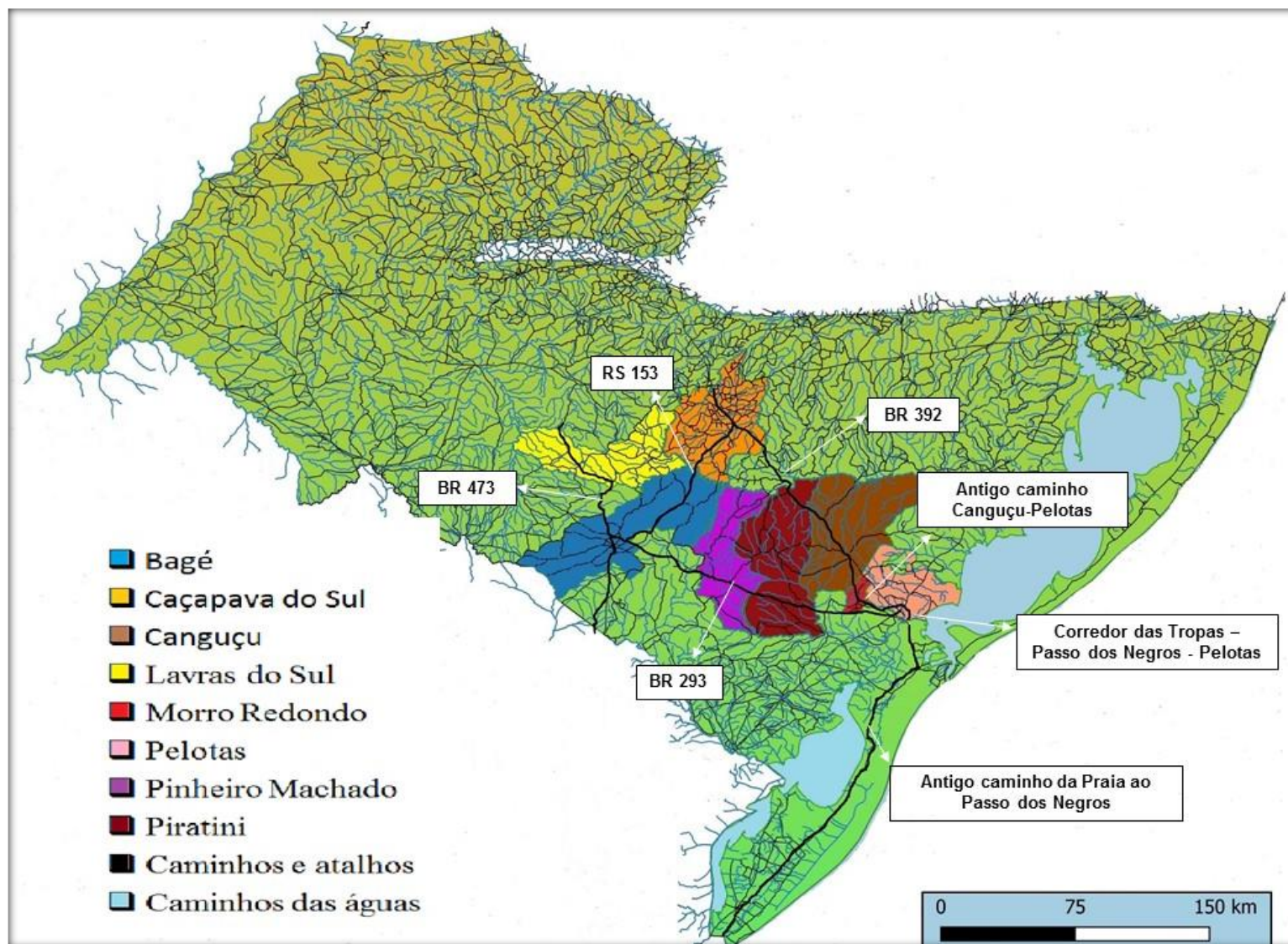
Na parte 4, seguindo os antigos caminhos das tropas e das carretas, chegarei à região da Serra dos Tapes, onde etnografei os modos de viver dos/as agricultores/as e pecuaristas familiares, dozeiros/as e agrofloresteiros/as nos municípios de Morro Redondo e região rural de Pelotas. Nestas localidades o processo de modernização agrícola se implementou com êxito, onde analiso os impactos nos modos de viver dos povos agricultores que habitam a região bem como observo as estratégias contra as

práticas de purificação da produção de alimentos, tais como doces e frutas. Ao longo deste capítulo, vou delineando as controvérsias em torno dos encontros entre as linhas das ciências e dos saberes locais que se entrelaçam, se conectam, tencionam-se e se dispersam.

Na parte 5, chego junto às tropas e às carretas, na cidade de Pelotas, indo parar na “vilinha” de Passo dos Negros, localizada nas margens do canal São Gonçalo, sendo uma via aquática relevante para os diferentes projetos econômicos que marcaram a cidade. Ao me engajar com os modos de habitar dos peões campeiros, charreteiros/as, operários/as fabris e ex-agricultores/as, e as suas relacionais com os bichos, com os caminhos e outras materialidades locais, observa-se o quanto esse lugar, visto como um vazio urbano pelo poder público, possui muitas histórias, que são contranarrativas aos projetos de financeirização urbana. Assim, desenvolvo sobre o *locus* de enunciação e de participação do Passo dos Negros no processo de formação de uma “cidade-mato” que resiste ao concreto que busca tolhê-lo.

Na parte 6, como forma de conclusão, debato sobre o quanto estes modos de existir e de viver, tanto a pé quanto a cavalo, estão ameaçados pelos megaprojetos (neo)extrativistas e de padronização e mercantilização da vida, que surgem como tempestades com nome de “progresso” (BENJAMIN, 1987). Concluo que os modos de viver dos povos pampianos são “habilidades artesanais” (SENNETT, 2013; INGOLD, 2015a), sendo aprendizados tramados pelos engajamentos perceptivos e relacionais entre humanos, bichos, coisas e ambientes. Contra as ruínas do progresso, defendemos o “bem conviver”, sustentado na diversidade de alternativas de organização da vida e de respeito aos direitos de viver e habitar a pampa.

As descrições são, portanto, aprendizados de um caminhante sem liberdade e, ao mesmo tempo, à mercê daquilo que poderia acontecer. Descrevo o que meus olhos viram; as intensidades a que me meu “corpo sem órgãos” se conectou, mas com a convicção de que contribua para um maior reconhecimento das referências culturais destas multiplicidades de modos de viver. Por consequência, essa tese advoga o reconhecimento, para além dos manejos pecuários, que a vocação da pampa está em sua diversidade, em seus sistemas de cultivos agroecológicos e agroflorestais, nos manejos das águas e dos campos nativos, entre outras possibilidades, valorizando os saberes tradicionais e o bem conviver daqueles que a habitam.



Mapa 1 - As veias da pampa - caminhos de terra, da água e da tese. Fonte: Elaborado pelo autor.

CAPITULO 1

PELAS MÚTIPLAS PAMPAS

Cuando llegamos a la proximidad del río, le supliqué que no siguiera adelante porque allí se extendían los cangrejales, con un inmundito olor a barro. Siguió caminando. Tomó un camino angosto, entre los cangrejales. La seguí. Nuestros pies se hundían en el barro y oíamos el grito innumerable de los pájaros. No se veía ningún árbol y los juncos tapaban el horizonte. Llegamos a un lugar donde el camino se desviaba y vimos a Azabache, el caballo negro, hundido hasta la panza en el cangrejal. Aurelia se detuvo un instante sin asombro. Rápida, de un salto, entró en el cangrejal y comenzó a hundirse. Mientras ella trataba de acercarse al caballo, yo trataba de acercarme a ella para salvarla. Me acosté, me deslicé, como un reptil, en el cangrejal. La tomé del brazo y comencé a hundirme con ella. Durante algunos momentos creí que yo iba a morir. Le miré los ojos y vi esa luz extraña que tienen los ojos agonizantes: vi el caballo reflejado en ellos. Le solté el brazo. Esperé hasta el alba, deslizándome como un gusano sobre la superficie asquerosa del cangrejal, el final, sin fin para mí, de Aurelia y de Azabache, que se hundieron. (SILVINA OCAMPO, Conto Azabache, 1999)



Imagem 1 - Misturas da pampa. Desenho: Flávia Rieth

1.1. Introdução

Quando acessei a internet pela primeira vez, uma de minhas primeiras buscas na plataforma Google foi a palavra “pampa”. Nesta busca, encontrei uma narrativa: campos verdes e planos, com leves ondulações, entremeados com bois, cavalos e, principalmente, homens gaúchos montados em cavalos tocando bois. Hoje, ao buscar esta palavra, observo que essa narrativa se sobressai nas imagens disponibilizadas. A questão a fazer se refere às implicações que essa narrativa produz e, mais ainda, para o que essa narrativa nega e exclui. A pampa que eu buscava estava, então, muito distante do meu modo de viver e do de muitos outros povos. Além disso, as leituras que eu fazia, da literatura gauchesca⁷, reafirmavam tal narrativa. Para ser pampiano, teria que descartar as árvores (como fazia um interlocutor nas suas coleções de fotos de paisagens pampianas), teria que vestir bota e bombacha, andar a cavalo, vagar errante pelas estâncias, ser viril, corajoso e ter gestos altivos. Foi com essa imagem que peguei uma mochila, uma máquina fotográfica, um caderno de campo, calcei botas de couro nos pés, vesti bombachas e “me fui às pampas”.

1.2. Campos *lisos*, campos *dobrados* e campos *banhados*

Era uma manhã de sol da primavera do ano de 2017. No apartamento em que alugava na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul – como forma de estar próximo da Universidade, organizei as coisas para ir fazer trabalho de campo no distrito de Palmas, no município de Bagé-RS. Levei alguns livros para consulta, um gravador, uma máquina fotográfica, um caderno para anotações; estes se misturavam às roupas, ao protetor solar, entre outras coisas. Antes de sair, uma última ‘mirada’ ao meu escritório, que denomino aqui como ‘oficina etnográfica’, onde eu passo os dias, sedentário, parado e caminhando, nômade, por teorias, etnografias e literaturas (BOUVET, 2010)⁸. Os livros, textos, anotações de campo e o computador se

⁷ Cito aqui as leituras de “Contos Gauchescos” (1976), de Simões Lopes Neto e a obra “Don Segundo Sombra” (2003), de Ricardo Güiraldes.

⁸ Raquel Bouvet (2010, p. 324) escreveu sobre o “nômade intelectual”, considerando o pensamento como um constante movimento e a leitura como uma caminhada, junto a quem escreveu, por diferentes percursos. Assim, “Ser do movimento, o nômade intelectual se engaja no percurso que alia descoberta

misturam, ao longo da mesa e das estantes, às plantas, que me dão a possibilidade de entrelaçar as leituras e a escrita com o prazer de tocar e sujar as mãos com a terra. O corpo e os pés descansam no piso ao passo que as mãos trabalham com o vaso de terra - o chão do mundo das flores, chás e temperos. Os dedos que cravavam espinhos se sensibilizavam aos elementos da terra-processo colhida na mata. Terra preta, terra fértil. O corpo se envolve sensível ao cuidado com as raízes, os caules e as folhas. Lidar com as plantas é se tramar ao movimento circulatório da vida (COCCIA, 2018). Mais do que isso, elas proporcionam o reencontro com o mundo, com a Terra.

Conforme o filósofo Emanuele Coccia (2018), as humanidades negligenciam as plantas já que nos identificamos muito mais com os outros animais. Estar nu diante de um outro animal, que nos olha (DERRIDA, 2002), produz maiores inquietações do que diante de uma planta, que nos percebe. As plantas nos ensinam, conforme Coccia, a forma mais intensa do que é estar no mundo. “Se é às plantas que devemos perguntar o que é o mundo, é porque são elas que ‘fazem mundo’. O mundo é, para a grande maioria dos organismos, o produto da vida vegetal (...)” (2018, p. 15). Ao mesmo tempo que “nunca compreenderemos o que é uma planta sem termos compreendido o que é o mundo” (2018, p. 23). As plantas pedem ao mundo seus componentes mais elementares como as pedras, as águas, o ar e a luz. Mais do que isso, elas ensinam que o bem conviver passa por uma interação de trocas com a terra e suas relações. Por meio da terra, geram um emaranhado de relações entre comunicações e trocas de nutrientes. Por isso que, na perspectiva das plantas, a expressão criativa da pampa se dá a partir da terra. Assim que, deixar este lugar, entrelaçado de livros e plantas, é como ficar longe, mesmo que por alguns dias, de alguém afetuoso e companheiro. Mas as plantas, e também os livros, como um movimento constante de vida, me fazem ir para o mundo lá fora.

Saí do condomínio seguindo a pé em direção a rodoviária. Na saída do condomínio, João, o porteiro, me vendo de botas e bombachas, comentou “*se vai para o campo?!*” Eu estava indo para Bagé, fazer etnografia em uma propriedade rural. Ao saber disso, ele me disse que tinha um filho o qual gostava de cavalos, da vida no campo, e que estava se formando no curso “técnico em agropecuária”. Eles pagavam

e repetição; descoberta de autores de todas as épocas, de textos de tradições diferentes, de regiões, de paisagens, de comunidades, de culturas outras que serão revisitadas muitas e muitas vezes.”

um campo nas margens da cidade, em forma de “arrendamento”, para deixarem o cavalo. Nos finais de semana seu filho participava de eventos e provas campeiras. Nos despedimos e segui a pé.

Atravessando a rua, cheguei à praça ao lado da rodoviária. Ali, dois cavalos pastavam soltos e eram observados por um senhor que calçava alpargatas e vestia calça remangada, uma camisa e boina negra, sentado em um banco feito em madeira. A seus pés um cão ressonava. Logo adiante, havia uma charrete com artefatos de tração pendurados. Por certo, estavam pastoreando os cavalos, ou seja, cuidando os animais enquanto pastavam as gramas verdes da praça. Ao lado da praça, há uma pequena mata ligada, por sua vez, a uma área inundada, que chamamos “banhados”, com cobertura de juncais e palhas. Segui caminhando em direção à rodoviária onde estava estacionado o ônibus, em frente ao box 6.

Saindo da rodoviária, segue-se pelo prolongamento da av. Bento Gonçalves, seguindo depois pela Av. Duque de Caxias. O espaço é dividido por automóveis e também por carroças, puxadas por cavalos, que tentam acompanhar o ritmo dos primeiros. Abaixo, do atual caminho de concreto, tropas de gado, seguindo os caminhos do abate, deixaram pegadas, esterco e babas cansadas; carretas e carroças desenharam linhas que levavam a outros lugares da pampa. As marcas deixadas no asfalto, hoje, são das freadas bruscas dos automóveis que correm. Nas calçadas pessoas, que não conheço, caminham seguindo esse ritmo rápido. Quase todas atrasadas na corrida contra o tempo. Somente os cachorros, caminham desinteressadamente. Por conseguinte, entra-se na Av. Cidade de Lisboa e, no final desta, pega-se a Br 293 em direção à Bagé. Alheio ao que acontecia na rua, eu acomodava o corpo na poltrona para uma viagem longa. Ao chegar, minhas pernas estariam cansadas. Na viagem alguns passageiros ressonam, outros estão focados em seus Tablets e celulares. Todos em silêncio, guardados em si, exceto dois senhores sentados nas primeiras poltronas que conversavam entusiasmados. O calor da rua é informado na tela acima da porta que leva à cabine do motorista: 29 graus Celsius. O sol devia estar queimando lá fora! Imagino como devia estar o calor no asfalto. Nos campos, eu imaginava, o gado começando a se direcionar para as sombras das árvores para ruminar o pasto comido. E nas lavouras, os cultivos sem sombra murchando levemente as folhas como que começando a rogar ao tempo

algumas gotas de chuva. Mas no ambiente do ônibus, o ar condicionado fazia algumas pessoas se abrigarem de frio.

Sozinho em meu banco, dava uma folheada em um livro que adquiri em um evento sobre o bioma pampa que ocorreu no mês de outubro de 2016, na Embrapa Clima Temperado⁹, intitulado “Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa” (MAZURANA, 2016). Nas primeiras páginas, escrevem que, para os “povos Indígenas, originários da região andina e falantes da língua Quéchua – cuja influência chegou até o Rio da Prata –, o significado de ‘La Pampa’ – substantivo feminino – é planície, área extensa, sem limites.”¹⁰. Embora a autora não adote o termo “pampa”, enquanto um substantivo feminino, o livro propõe apresentar a diversidade humana, especificamente de populações tradicionais, habitando inúmeros territórios pampianos e estabelecendo diferentes relações e vínculos com os ambientes, com a terra e com os territórios.

O livro em mãos, nesta viagem, é um marco das leituras acerca deste território tão pouco conhecido, tanto em termos de fauna e flora quanto de diversidade humana. Por isso que também uso outro livro, adquirido em outro evento¹¹, intitulado “Nosso Pampa Desconhecido”. Organizado por Luiza Chomenko & Glayson Ariel Benke (2016), ele é composto por um conjunto de textos e fotografias sobre esse espaço geográfico “ainda tão pouco conhecido e valorizado”. Esta publicação é resultado da execução do Projeto “RS Biodiversidade”¹² que, com enfoque na sustentabilidade

⁹ O “I Congresso sobre o Bioma Pampa: reunindo saberes” foi um dos primeiros contatos com os temas debatidos nesta tese. Nele debateu-se a agricultura e pecuária familiar e os manejos, a fauna e flora nativas do bioma pampa e as práticas de conservação, a geodiversidade e o avanço dos agrotóxicos e da mineração a céu aberto.

¹⁰ Nesta tese, adotarei a palavra pampa, substantivo feminino, conforme será esclarecido ao longo deste capítulo. As citações manterão a definição dada pelos/as autores/as.

¹¹ Refiro-me ao “I Congresso Internacional do Pampa” e o III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha”, ocorrido de 20 a 22 de junho de 2016, na Universidade Federal de Santa Maria com o tema “Olhares sobre o Pampa: um território em disputa”

¹² Projeto “Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (RS Biodiversidade)” coordenada pela então Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela atualmente extinta Fundação ZooBotânica do Rio Grande do Sul (FZB), pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler” (FEPAM), pela Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul (EMATER) e pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC). O objetivo deste projeto foi “promover a conservação e recuperação da biodiversidade mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas ao desenvolvimento regional, promovendo a incorporação do tema nas instituições e comunidade envolvidas.” (CHOMENKO, 2016, p. 13).

ambiental, realizou atividades em um bioma pouco favorecido em termos de iniciativas de conservação de seu patrimônio natural - e cultural. Até o ano de 2004, não era considerado um bioma, estando vinculado ao bioma Mata Atlântica. Os/as autores/as contam que ao executar uma exposição de imagens que percorreu diferentes locais no Estado do Rio Grande do Sul, eles observaram a “emoção” e a “surpresa” das pessoas ao descobrirem uma pampa biodiversa. Tal fato gerou a publicação para “mostrar ao mundo que o Pampa não é, como dito por alguns, um vazio ecológico ou uma área degradada que ‘nem árvores tem’.” (CHOMENKO, 2016, p. 11).



Mapa 2 - Pampas. Fonte: <https://esacademic.com/pictures/eswiki/80/PAMPAS.png>

Enquanto bioma, o território pampiano tem extensão de mais de 750 mil km² abrangendo uma área que une quatro países. É uma composição dos biomas brasileiros, ocupando 2,1% do território nacional, localizando-se em apenas um Estado, o Rio Grande do Sul, onde ocupa cerca de 63% do território. Ainda abrange todo o território uruguaio, o centro-leste argentino e o extremo sudeste paraguaio. É a maior extensão de ecossistemas campestres de clima temperado do continente sul-americano. Em sua parte brasileira, o bioma se faz de transições. De transição climática, entre o clima tropical e o clima frio; de transição de biomas, entre o bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa; de transição de territórios geopolíticos, entre o que une e o que diferencia nas fronteiras “*doble chapas*”¹³. No Bioma Pampa predominam as ervas, gramíneas e inúmeras outras plantas rasteiras adaptadas às condições climática e aos solos. As formações arbustivas, por sua vez, têm seus espaços ao longo dos cursos d’água e nos relevos acidentados.

Seguindo minha viagem, pelo caminho olhava pela janela. Ao longo do percurso pela rodovia, cruzava por muitos caminhões carregados com madeira de eucalipto que seguiam em direção ao porto da cidade de Pelotas. Eu estranhava não encontrar caminhões boiadeiros. Algumas casas na beira da rodovia possuíam galpões e mangueiras. Já em outras, eu observava colheitadeiras e tratores estacionados. Nas margens da rodovia, havia campos entremeados com matas de pequeno porte, serras, rios e arroios. Nas partes planas, campos tornavam-se lavouras de soja. Nas partes acidentadas, roças com plantações de milho e feijão. Em alguns campos, bois, ovelhas e cavalos pastavam. Lavouras de eucaliptos também desenhavam linhas na paisagem.

As diferentes linhas, de formações campestres entremeadas com outras formas vegetais como espinílhos, corticeiras, gravatás, tunas, carquejas, e árvores de pequeno porte, compõem um mosaico de tonalidades. Um dos autores do livro que comentava anteriormente, Roberto Verdum (2016), escreveu um texto onde observava que a paisagem pampiana é comumente concebida por meio de determinadas características como a horizontalidade, em que se confundem céu e terra, a uniformidade do relevo e a “silenciosa monotonia”. O mesmo autor comentava que tais generalizações deixavam de considerar os detalhes de uma conformação

¹³ O termo é usado nas fronteiras com o Uruguai e a Argentina para se referir as pessoas que tem dupla nacionalidade tendo transito livre nesses limites.

geológica de milhões de anos, em uma trajetória nada monótona e em constante transformação. A pampa é, para o autor, uma “constante esculturação”. É, portanto, um mosaico de temporalidades “esculpido pelos agentes intempéricos” tais como as chuvas torrenciais, as secas, os calores tórridos, os frios quase glaciais, que vinham criando uma diversidade de materiais e formando diferentes tipos de solos. Nestes, por sua vez, assentava-se uma diversidade de vidas com predomínio de campos naturais e matas ciliares. Ou seja, a aparente homogeneidade¹⁴, carregava uma diversidade de formações de campos e matas em composições herbáceas e arbustivas que, em combinações de clima, relevos e solos, geravam diferentes socializações entre humanos, bichos, paisagens e coisas (*Ibidem*, 2016, p. 45).

A pampa é feita de rizomas. A noção de rizoma, nos estudos da botânica, define as plantas cujos caules se estendem por vias subterrâneas, crescendo horizontalmente, paralelos ao solo, formando raízes adventícias a partir de nós. Destas raízes podem surgir outras estruturas da planta que não somente a raiz. Ou seja, o rizoma, um ponto, ou nó, pode conectar-se e ramificar-se em qualquer outro ponto. Plantas assim, se diferenciam do modelo arbóreo que possuem uma raiz pivô que sustenta as demais estruturas como caules e galhos. Enquanto o modelo arbóreo é centralizado e regido por hierarquias, o modelo rizomático é descentralizado e cresce horizontalmente. Por estar em conexões, o rizoma supera diferentes adversidades já que se nutre de diferentes raízes conferindo maior resistência. A incidência significativa de plantas com órgãos subterrâneos em forma de rizomas ou tubérculos indica, para Benke (2016, p. 64), as diversas circunstâncias climáticas e de solos, distúrbios como fogo e pastejo de herbívoros, pelos quais passou o bioma ao longo de sua formação. Esses órgãos, escreve o autor, “que servem como reservas de nutrientes e também portam gemas, aumentam as chances de sobrevivência das plantas em situação de estresse ambiental, ou constante perturbação, pois permite

¹⁴ Essa aparente homogeneidade da paisagem se dá, conforme Jaciele Sell (2017) quando observada a uma escala maior, chamada ecorregião. A ecorregião pampa uruguaia-sul-rio-grandense se caracteriza por uma vegetação rasteira e arbustiva, com relevos suaves ondulados com um clima subtropical. Porém, tendo em vista a importância do reconhecimento e promoção da diversidade de paisagens, em heterogeneidades geológicas e geomorfológicas, a autora propõe a noção de “ecoprovíncias” sendo particularidades dentro da ecorregião. Tais particularidades consistem em formações vegetais e sistemas ecológicos, evolução geológica, bem como aspectos sociais, culturais e econômicos do habitar humano. Assim, a pampa é dividida em cinco ecoprovíncias: “Pampa dos Matacões”, “Pampa Atlântico”, “Pampa Serrano”, “Pampa das Mesetas”, “Pampa do espinilho” e “Pampa Ondulado”.

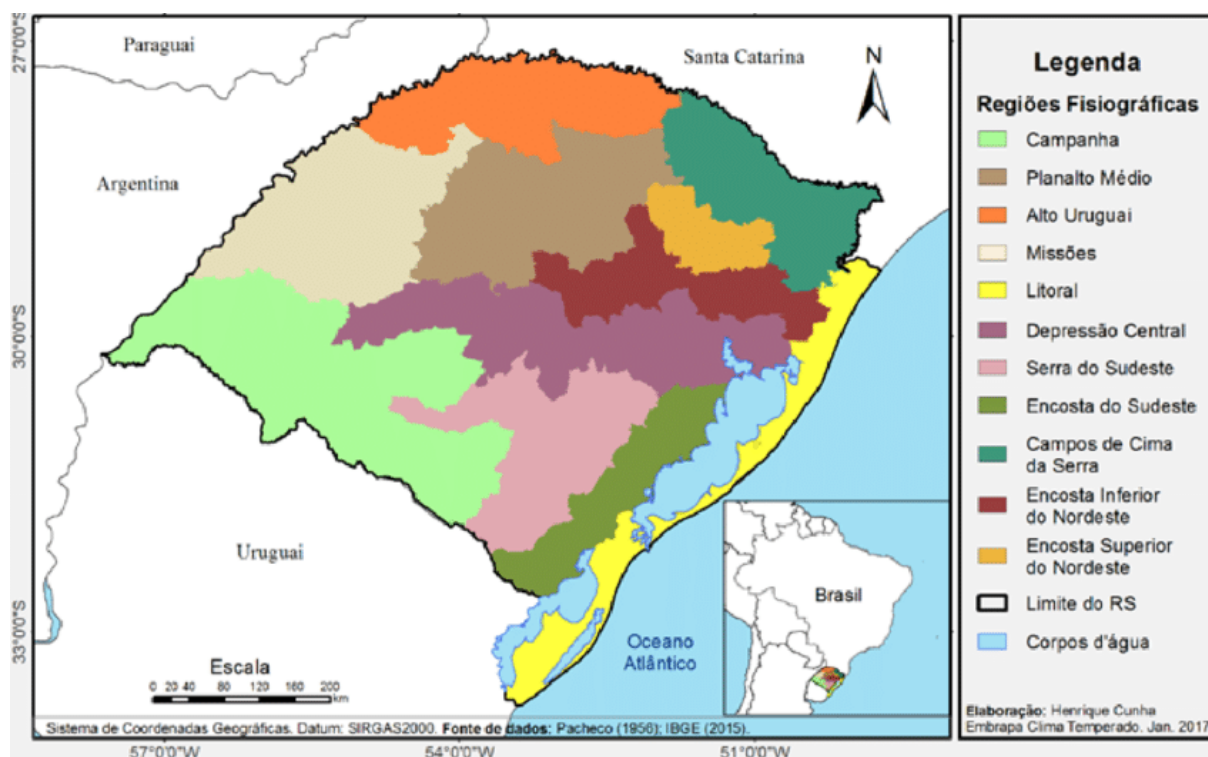
que a planta permaneça viva e rebrote rapidamente, mesmo quando suas partes aéreas são perdidas”.

Plantas como os gravatás (*Eryngium spp*) e outros tipos de plantas espinhosas, como o capim-forquilha, e outros tipos de gramas rasteiras são, conforme o autor, exemplos de “especialistas em distúrbios”, já que têm a capacidade de regeneração por meio de rizomas enterrados. A presença destas estruturas subterrâneas se dá em razão de uma adaptação a um passado onde o clima era mais seco, bem como, o pastejo de grandes herbívoros¹⁵. Até 8,5 mil anos atrás, havia na pampa uma megafauna, com grandes mamíferos como as gigantes preguiças terrestres (megatérios), mastodontes de até sete toneladas, espécies de cavalos, gliptodontes (semelhantes a tatus do tamanho de fuscas), além de predadores como o tigre-dentes-de-sabre e ursos. Destes os herbívoros foram os responsáveis por controlar a sucessão vegetal nesses ecossistemas campestres. Uma vez extintos estes animais, Benke (2016) pergunta: como os campos se mantêm na atual paisagem do Bioma Pampa? A resposta se dá pela presença de herbívoros domésticos como cabras, bois, ovelhas e cavalos que, com o pastejo e pisoteio, impedem o aparecimento e desenvolvimento de plantas lenhosas, o que levaria ao desaparecimento das espécies campestres. Nesse sentido, o manejo pastoril tem um papel-chave para os ecossistemas campestres e é a “esperança da conservação”.

A certa etapa da viagem, o ônibus estacionou em uma parada para que pudesse descer um dos senhores que conversavam ao longo do caminho. Percebo a sensação de estranheza sentida pelo corpo ao tocar os pés no chão de concreto da rodovia. Seguindo o movimento do ônibus à uma velocidade próxima dos 80 km/h, os pés parecem que, por um momento, desaprenderam de como caminhavam. Na verdade, o que ocorre é uma resposta, é a percepção de um corpo envolto em um ambiente que não foi feito para os humanos e outros animais a pé. A rodovia e o ônibus, que reiniciava a rodar, pareciam querer expulsá-lo do asfalto. Porém, logo abaixo da estrada asfaltada, iniciava um pequeno caminho de terra ao longo do gramado que seguia em direção a uma casa situada em uma área abaixo do nível da

¹⁵ A vocação natural do Bioma Pampa é, conforme BENKE; CHOMENKO; SANT'ANA, (2016, p. 17), a criação pecuária em pasto nativo e, ao mesmo tempo, é considerada o grande trunfo para alcançar o desenvolvimento sustentável do território. Isso se dá a partir de reconfigurações do olhar acerca da noção de “natureza preservada”, já que esta categoria é, com frequência, associada a imagem de ambientes arborizados e sem pessoas (DIEGUES, 2008).

rodovia. Há alguns metros da casa, vi uma mangueira feita em tabuas de madeira; um cavalo encilhado estava atado à sombra de um cinamomo que ficava entre a casa e a mangueira. Ao lado vi algumas ovelhas pastando. Segui, através da janela do veículo já em movimento, descendo o olhar pelo terreno declinado até o ponto em que se encontrava com um enorme cerro, tomado por matos e pedras. O olhar se estendia e observei uma série de serras de vários tamanhos. Via, assim, que estava na formação pampiana da “Serra do Sudeste” ou “Escudo Sul-Rio-Grandense”.



Mapa 3 - Regiões fisiográficas - Rio Grande do Sul. Fonte: (GOMES et al. 2018, p. 10)

Conforme Verдум (2016, p. 45), a Serra do Sudeste constitui um conjunto de estruturas que guardam evidências de uma paisagem que vem se moldando ao longo do tempo: “Ali jazem evidências de antigos vulcanismos, desertos, geleiras, mares, lagos, praias e rios, que instigam a razão daqueles que se desafiavam a compreender e a reconstituir o mosaico composto por fragmentos de uma natureza que não esconde a sua trajetória constante”. Em consonância a geógrafa Jaciele Sell (2017, p. 148-154) escreveu que essa formação pampiana, marcada por riqueza geomorfológica de cerros, tomados por rochas graníticas, e uma diversidade florística, foi formada entre 630 e 550 milhões de anos indicando a existência de um passado marcado por uma

cadeia de montanhas que se estendiam do sul do Uruguai até o norte catarinense. A autora escreveu que quando o nível do mar estava cinco metros acima do nível atual, a floresta era maior e conectada a Mata Atlântica.

Por conseguinte, o pesquisador botânico Gustavo Gomes [et al] (2013) entende a Serra do Sudeste marcada por uma diversidade de ecossistemas, com diferentes aspectos florísticos oriundos dos encontros entre os biomas Pampa e Mata Atlântica. São mosaicos de campo-floresta com uma complexidade de fisionomias, uma variedade de campos, matas de pequeno porte, formações do tipo savana, matas ciliares, matas de encosta nas áreas acidentadas. O relevo é predominantemente ondulado, porém, com planícies e várzeas ao longo de rios e arroios. O solo é pedregoso e raso nas áreas mais acidentadas encontrando-se outras formas nas áreas de planícies.

São os chamados campos “*dobrados*”, “*sujos*” ou “*de pedras*” tomados por coxilhas, perais íngremes e guaritas recobertas por uma vegetação herbácea associada a uma vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte e gramíneas lenhosas. Diversos tipos de gramíneas (caraguatás, sarandis, vimes, corticeiras, embiras e carquejas) se entremeiam com espécies arbóreas (como figueiras, cedros, canelas e anacauitas) e crescem junto aos banhados e às sangas, aos campos, aos matos e às pedras. Segundo Neske (2009, p. 296), a Serra do Sudeste se insere na rota das áreas classificadas como de “prioridade extremamente alta” pelo Ministério do Meio Ambiente, considerando que constitui uma área de importância para a biodiversidade devido ao fato de que suas características ambientais, de distintas formações, são redutos para a ocorrência de fauna e flora ameaçadas. É a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura nativa. É também nascente de inúmeros rios que banham diferentes lugares da pampa. A Serra do Sudeste se subdivide, nesta tese, em Alto Camaquã - região localizada na parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã, e Serra dos Tapes, ambas marcadas por uma diversidade arbórea considerando que são núcleos de dispersão florestal “encravados” em ecossistemas campestres (GOMES, et al, 2013).

A topografia acidentada constituiu-se como um local estratégico para diversos grupos humanos ao longo da sua formação tais como pecuaristas e agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas, que convivem com a biodiversidade de fauna e flora e associam as práticas agrícolas e pecuárias. Entre as práticas

pecuárias, destaca-se a de “cria”, em que são cuidadas as vacas para parir os terneiros, que, por sua vez, são vendidos para pecuaristas de outras localidades, que fazem a “engorda” (WAQUIL, et al, 2016). Os cães são parceiros fundamentais nas atividades, já que buscam os animais que se escondem nas matas e peraus, inacessíveis aos humanos e cavalos. As lidas com os rebanhos bovinos, ovinos e caprinos costumam ser desempenhadas pelos membros da família, com a ajuda esporádica dos vizinhos (RIETH, et al, 2019). Entremeados aos saberes/fazeres pecuários, estão os modos de fazer agrícolas, modos de fazer doces, artesanatos, bem como outras formas de fazer coisas, viver e habitar.

Os campos *dobrados* ou *sujos*, definem-se como diferença aos “*campos lisos*” ou “*limpos*”. Estes, por sua vez, são campos planos, cujos horizontes são pontuados por pequenas ondulações, chamadas de coxilhas. Nesses espaços, de horizontes largos, característicos das regiões de fronteira com os países platinos, é comum a existência de grandes propriedades de terras que articulam pecuária extensiva com monoculturas agrícolas. Os campos são “*limpos*” por estarem constituídos, predominantemente, por gramíneas, com poucas ervas que o gado não come.

Já a Planície Costeira ou Encosta do Sudeste, com ênfase nas margens do canal São Gonçalo na cidade de Pelotas, é uma região marcada por juncais, embiras e pequenos e grandes arbustos, como as figueiras e as corticeiras. O “Pampa Atlântico”, como é definido por Sell (2017, p. 151 -152), é a porção pampiana mais baixa e plana, caracterizado por planícies arenosas e formações pioneiras. É a área mais jovem, formada há aproximadamente 400 mil anos. Tais ambientes são chamados de campos *banhados* ou de *várzeas*. Por estar próxima ao lençol freático, essa formação se caracteriza pelas veias d’água que vertem na terra formando áreas úmidas, chamadas “várzeas”- que são terrenos planos próximos aos rios que alagam nos períodos de chuva -, e “banhados”- que são áreas permanentemente alagadas.

Jaciele Sell (2017), definiu a pampa como “uma reunião de formações ecológicas que se inter cruzam em uma formação ecopaisagística única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas”. A paisagem pampiana é, para a geógrafa, uma porção do espaço, resultado da combinação de elementos abióticos (rochas, clima, solo) com a diversidade de seres bióticos humanos e não humanos. Sell, entende, assim, a importância dos elementos “não vivos”, que conformam uma diversidade de

formações geológicas como elementos componentes da paisagem da pampa. Entretanto, em minha viagem, volto o olhar para fora do ônibus. O mesmo percorria a rodovia desviando e cruzando buracos no concreto. Buracos que são linhas desenhadas pelas chuvas, pelo atrito com a borracha dos pneus, pela ação do vento e, talvez, pela questionável qualidade dos materiais misturados em sua composição. Nas margens do asfalto, a flora ameaça a dureza do concreto. Algumas pedras mortas surgem ao longo do percurso, algumas imponentes, outras nem tanto. Voltando ao olhar para dentro do ônibus, eu via, riscadas, com caneta, a parte traseira das poltronas à frente. Ouvia o ruído do atrito das rodas no asfalto. Talvez o veículo passasse por rígidas manutenções antes de sair em viagem. O asfalto, as pedras, assim como o ônibus, podem ser considerados como elementos “não vivos”?

A percepção da Vera Colares, pecuarista familiar e funcionária pública que habita o distrito de Palmas, em Bagé, foi elucidativa para eu entender a pampa a partir do ambiente das pedras – consideradas elementos “não vivos”. Vera se *criou* subindo e descendo as enormes pedras que habitam a região. Ela conhece seus caminhos e labirintos e sabe muito sobre elas. Sobre a Vera irei falar bastante nesta tese, sendo que o que pretendo enfatizar, agora, é a percepção que ela tem sobre as pedras. A pecuarista questiona os “logos” e as “grafias” quando afirmou, em uma caminhada, que “*as pedras estão vivas!*” Algumas possuíam nomes a partir das relações com os habitantes humanos e estavam tramadas com matos de bromélias, coqueiros, figueiras bem como com os bichos como os morcegos, as cobras, as cabras, os bois e as ovelhas. Para a moradora, todos os seres e coisas são vivos e com vida. Naquilo que fazem e participam, constituem as condições de existência dos outros entes. Em sua geontologia (MANIGLIER, 2016), as pedras e os rios são atores de uma multiplicidade de acontecimentos, sendo condição e condicionados/as pela existência de todos os entes. São relacionalidades.

As pedras estão vivas porque são uma reunião de vidas, uma mistura de diferentes combinações e transformações o que a aproxima a uma “antropologia da vida”, proposta pelo biólogo e antropólogo Tim Ingold (2012a; 2015a). Ao questionar o modelo hilemórfico, enquanto um modo de pensar que tem prevalecido no mundo ocidental, desde Aristóteles, o autor propõe uma ontologia que busque priorizar os processos de formação, de fluxos, de misturas e de transformações que dão formas às substâncias, conceituadas como “coisas”. O autor se vale da concepção de

Heidegger (1971) para conceber a coisa como um agregado de fios, onde vários acontecimentos se entrelaçam. Ao conceber as coisas do mundo a partir de seus movimentos e circulações estamos trazendo-as para a vida e, assim, “observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião” (INGOLD, 2012, p. 29). Conforme se movimentam, as coisas criam linhas e deixam rastros e, para isso, o autor se vale da noção de “espaço fluido”, de Mol e John Law, onde “cada linha – cada relação – é um caminho de fluxo, como o leito de um rio ou as veias e vasos capilares do corpo. Como a imagem da corrente sanguínea sugere, o organismo não é apenas um, mas um feixe inteiro de linhas”. (INGOLD, 2015a, p. 141).

A pampa é, portanto, um organismo vivo. É um entrelaçamento de vidas e acontecimentos em um processo constante de (trans)formação. Pessoas, bichos e coisas geram linhas e fazem os caminhos por onde passam, desenhando e moldando o chão da pampa e deixando rastros. Desenhamos os caminhos. Assim que, as noções de campos “*sujos*” ou campos “*limpos*”, campos *de pedra* ou campos *de várzea*, emergem como contextos relacionais, onde as habilidades de humanos e bichos são aprendidas. As maneiras de habitar e andar, as referências, os itinerários, os manejos, advêm dos engajamentos dos seres imersos na vida. Nesse sentido que, no próximo item, debato sobre duas maneiras de viver, habitar e caminhar pela pampa, traduzidas nas metáforas do “andar a pé” e do “andar a cavalo”.



Imagem 2 - Afloramentos rochosos em Palmas-Bagé. Autor: Guilherme Santos. Fonte: acervo INRC- Lida Campeira



Imagem 3 - Mosaico de campos, matos e cerros em Piratini. Autora: Andrea Madruga. Fonte: acervo INRC- Lida Campeira



Imagem 4 - Mosaico de campos, matos e lavouras em Canguçu. Fonte: acervo do autor.



Imagem 5 - Mosaico de várzeas, cercas no Passo dos Negros, cidade em Pelotas. Fonte: acervo do autor.

1.3. “*Eu tenho que andar*”: A vida aérea e a vida na terra

Perceber a pampa como movimento não significa, necessariamente, a invenção da roda que a faz movimentar-se. O romancista Ricardo Güiraldes (2003, p. 40), por exemplo, descreveu na obra “Don Segundo Sombra” uma pampa em movimento. Escreve o autor: [en] “la pampa las impresiones son rápidas, espasmódicas, para luego borrarse en la amplitud del ambiente, sin dejar huella”. O andar é trazido por Güiraldes como uma marca nos modos de viver pampianos, de humanos e bichos, algo como desenvolver uma “alma de horizonte”. Em determinada passagem, ao narrar a experiência de uma tropeada, o personagem narrador, Fábio Cáceres, aprendiz de campeiro e tropeiro, comentou: “Animales y gente se movían como captados por una idea fija: caminar, caminar, caminar”. O personagem de Simões Lopes Neto, Blau Nunes, por sua vez, constituiu uma narrativa conforme caminhava pela pampa, seguindo percursos e itinerários, e cruzando por lugares que remetiam à diferentes histórias. Os interlocutores, os quais esta tese encontra pelos caminhos, também remeteram para si esses modos de estar e habitar a pampa. “*Eu tenho que andar*”, comentou seu Beto, pecuarista familiar e capataz de estância em Palmas/Bagé.

Nesse sentido, há duas metáforas acerca dos modos de habitar, andar e perceber o ambiente pampiano, uma a cavalo e outra a pé. Enquanto a primeira está associada a uma ideia de nobreza e heroísmo, com a imagem do “monarca das coxilhas” que, sobre o trono do cavalo, domina a imensidão da pampa e sua natureza rebelde, a segunda refere-se a uma imagem de depreciação do modo de viver campeiro, como se o sujeito, “*apartado*” do cavalo, não pudesse mais ganhar caminhos e manter os domínios do território. Enquanto o monarca da coxilha, caracteriza-se por uma postura corporal que mescla graça, agilidade, força e virilidade (BELO, 1959), o “gaúcho a pé”, tem na imagem de João Guedes, personagem de Ciro Martins (1993), a postura desgraçada do “retirante das coxilhas” (LEJDERMAN, 2007) que, desempregado e expulso do campo, tem como destino as periferias da cidade, passando a viver de *changas* e pequenos furtos e amargando na cachaça, bebida nos bolichos, a saudade dos tempos passados, a cavalo. Assim, quanto mais distante do cavalo, mais a dignidade humana vai sendo afetada. Essa imagem pode ser percebida

na seguinte passagem da obra “Porteira Fechada”, de Cyro Martins, que narra o drama vivido por Guedes ao ter que vender os arreios do cavalo:

Guedes saiu a passos trôpegos pelo caminhezinho pedregoso, levando os seus arreios para vender ao primeiro que lhe desse vinte ou trinta mil reis. Cortava assim o último tento que o prendia a vida passada. Curvava-se a fatalidade, cedendo a um designo doloroso de gaúcho ‘de a pé’. (MARTINS, 1993, p. 95)

A proposta desta tese é desenvolver uma etnografia com “os pés no chão”, como diz Ingold (2015a), repensando a imagem do “gaúcho a pé”. Nesse debate, os termos nomadismo e sedentarismo se aproximam e se separam constantemente, conforme a contingência do contexto. Tal debate se dá pela trama deste trabalho com as pesquisas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira¹⁶, que constituem um olhar sobre uma ampla gama de relacionalidades e engajamentos entre gentes, bichos, coisas e as ambientes na pampa brasileira. O termo “*lida campeira*”, refere-se a um conjunto de manejos de rebanhos ovinos, bovinos, equinos e caprinos e ao cotidiano das propriedades rurais, configurando modos de viver. Tais manejos articulam saberes constituídos por meio das sociabilidades e conexões entre os humanos, os outros animais, artefatos e ambientes; acompanhando os ciclos da vida, da criação ao abate, os horários do sol, os ciclos da lua, as estações do ano, os períodos de chuva e de estiagem, junto às tecnologias desenvolvidas no campo científico e a racionalização do próprio trabalho (PEREIRA; RIETH; KOSBY, 2012). A *lida campeira* se desdobra em diferentes manejos e relações. Conforme escreveram as antropólogas, vinculadas a equipe, Marília Kosby e Liza Silva (2013):

¹⁶ O inventário se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé ao IPHAN, acolhido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A pesquisa, efetuada por meio da metodologia para o registro de bens imateriais, propôs levantar dados bibliográficos e etnográficos sobre o fazer pecuária na pampa brasileira, identificando os ofícios que o compõem, seus saberes e modos de fazer (RIETH et al. 2013). O projeto, coordenado pela Profa. Flávia Rieth, iniciou em 2010, realizando um inventário histórico e etnográfico sobre os saberes e modos de fazer pecuários. Os relatórios foram entregues em 2013, fechando o ciclo chamado primeira fase. Equipe de pesquisa: Prof^a. Flávia Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima; os consultores: Prof^a. Claudia Turra Magni (consultora em Imagem), Prof^a. Erika Collisson (Consultora em Geografia), Prof. Fernando Camargo (Consultora em História); e os colaboradores: Vanessa Duarte, Camile Vergara, Cristiano Lemes da Silva, Fabíola Mattos Pereira, Thais Pedrotti, Tiago Lemões, Prof^a Karen Mello.

Dentre as inúmeras atividades que podem ser encerradas no que se conhece por “lida campeira”, estão os ofícios de *esquiladores* (que fazem a tosa dos ovinos), domadores, tropeiros, *changueros* (que realizam atividades campeiras diversificadas em ocasiões esporádicas), *alambradores* (que constroem alambrados), *posteiros* (residentes que vigiam as extremidades das grandes propriedades), caseiros, capatazes, peões, *guasqueiros* (criadores de artefatos e utensílios em couro), entre outros, que vivem ou viveram praticando trabalhos relacionados à pecuária. Esses ofícios, citados assim, como especialidades de determinados trabalhadores, são, no entanto, abarcados pelo saber de um único (e múltiplo) agente, o “campeiro”, aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada uma das lidas que compõem a lida propriamente dita. (KOSBY; SILVA, 2013, p. 07).

A *lida campeira* permeia diferentes dimensões da vida na pampa – nas regiões dos campos *limpos*, campos *banhados* e campos *sujos* –, levando em conta o posicionamento de fronteira e suas implicações. O sistema da pecuária extensiva, por meio da criação de bovinos, de ovinos, de caprinos e de equinos, para fins econômicos, tem, na perspectiva do inventário, o estatuto de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Mas também implica as práticas agrícolas, as relações com os campos, matos, quintas e casas, e as chamadas *lidas caseiras*, que se referem a produção de doces de leite, de frutas e salgados derivados de bichos e plantas.

A pesquisa do inventário, bem como estes escritos, propõe diálogos com a linhagem de estudos que têm o Sul como área etnografada e etnografável – ou área cultural -, constituída pela antropóloga Ondina Fachel Leal. Conforme Leal (1989; 1992; 1997; 2019), o Sul como um “constructo antropológico”, se construiu a partir do que chamou “problemática da diferença” contra a suposta homogeneidade da identidade nacional. Assim, para a autora, é a “região geográfica do pampa, seus homens e seus cavalos, que se torna o grande semantizador das práticas culturais, abarcando outras diversidades e reconstituindo-se como diferença vis-à-vis a uma suposta homogeneidade da cultura nacional.” Leituras que começaram com as descrições dos naturalistas viajantes, Auguste Saint-Hilaire (1987), Charles Darwin (2010), Paolo Mantegazza (1916), entre outros, que cruzaram os campos pampianos no século XIX e deixaram impressões sobre as pessoas, bichos e paisagens. Tais leituras são a base, na visão da autora, da construção de uma área cultural com

interesse nos fluxos transfronteiriços, na ambiguidade entre natureza/cultura e nos modos de viver¹⁷.

É elucidativo para esta discussão, considerar as impressões do médico e antropólogo italiano Paolo Mantegazza (1916) sobre os modos de viver dos gaúchos na pampa argentina. Na década de 1850, o viajante andarilhou pelas margens do Rio da Prata e trouxe narrativas sensíveis das experiências por ele vividas ao seguir caminhos pelo que chamou de “deserto herboso”. O viajante comparou a experiência de andar pela pampa a um barco que navega pelo oceano. O que o olhar, que percorre o mar, vê, não é nada mais do que céu e a água que se mesclam em um círculo contínuo. Não se enxerga nada além das águas que se movem, agitadas e espumosas, sentindo e ouvindo o vento que “hincha las velas”. Mantegazza considerou que, embora seja monótono, no mar “sos parte activa, reactiva y batalladora” do quadro da vida. Algo parecido, segundo o viajante, se dava em “la pampa”, sendo a nave subsistida pelo cavalo e, o que se estendia por horizonte, era uma terra tomada pela erva “polvorosa y glauca”. De forma distinta ao mar, la pampa, por sua vez, mesclava terror e comoção pela ideia sensível do infinito, que não se movia. Galopavam-se léguas e léguas e parecia que não se saía do lugar. O olhar buscava um objeto para repousar, uma casa, uma árvore e nada respondia. O silêncio pesava e aterrorizava¹⁸.

A natureza imutável, emudecia quem a habitava “y el argentino sabe además por experiencia, que hablar galopando cansa y hace mal” (*ibidem*, p. 163). Ao mesmo tempo, tem-se a percepção de que “la pampa” petrificava todas as coisas no silêncio e na imobilidade.

(...) al caer el mediodia, me echaba a tierra y contemplaba a mi caballo que, con la cabeza entre las piernas, chorreando sudor, enervado por el largo viaje, no movia como para harmonizar con esa naturaliza de plomo que petrificaba todas las cosas en el silencio y la inmovilidad! (*ibidem*, p. 163)

¹⁷ Sobre isso, escreve a autora: “ (...) uma noção de hábito definida como a incorporação e naturalização de processos culturais. Ou seja, nos termos em que Bourdieu virá a definir *habitus* mais tarde.” (LEAL, 2019, p. 22)

¹⁸ Também aterrorizava a possibilidade de ataques de grupos indígenas que observam a distância e de bichos como os caranchos, que sobrevoam à espreita. Se algo acontecesse naquela imensidão, somente eles poderiam encontrar. Além disso, temia-se ser atingido pelo fogo se que se estendia, “a lo largo”, pelos pastos secos nos períodos de estiagem.

Entretanto, embora a imobilidade e o silêncio, “la pampa” é um ente vivo: “también forma parte del gran todo que agita y se mueve en la gran vida del cosmos.” (*Ibidem*, p. 163). O verde que volta depois das chuvas de inverno, as flores dos pastos, os bosques de cardos¹⁹ alimentados pela primavera, além dos “avestruces, los guanacos, los venados, los zorrinos, várias espécies de armadillos, como la mulita (..) y el peludo (...)” (*ibidem*, p. 164), constituíam indícios de uma terra que vibrava e se comunicava a partir de seus movimentos e fluxos.

Por conseguinte, ante a sensação de terror pelos olhares vigilantes que espreitavam os corpos que se moviam ao longo de “las hierbas”, algo escapava ao viajante, a saber, a habilidade de perceber o ambiente ao redor e ler os movimentos e intenções dos demais habitantes, humanos e não humanos, a partir dos rastros deixados. Assim, descreveu a habilidade de leitura do contexto realizado pelos *vaqueanos*, a partir da observação das ervas no chão: “Todos los que viven a los bordes o en el corazón de la Pampa, han adquirido por el largo ejercicio una vista agudísima, y sus ojos saben distinguir los más insignificantes detalles de la hierba más o menos tupida u hollada (...)” (*ibidem*, p. 165). O pasto espesso ou pisado por humanos e outros animais, comunicava muitas coisas para quem coexistia com aqueles campos. Este conhecimento, visto pelo autor como “una arte y casi una ciencia” era o dos conhecedores de rastro, ou *rastreadores*. Tamanho conhecimento, chegava “a los limites do prodígio”, e o vaqueano que o acompanhava, em determinado momento do percurso, rompeu o silêncio para comentar que os rastros indicavam que, adiante deles, iam “dos viajeros”. Mantegazza buscava, com o olhar, os detalhes minuciosos nas ervas pisadas pelos cavalos sem encontrar qualquer informação. O vaqueano ainda complementava que, os viajantes à frente, iam ao trote e que montavam, cada um, uma mula e um cavalo. Também, os outros animais percebiam essas presenças. Os cavalos, a *despacito*, tranquilos, indicavam que não haviam grupos salteadores próximos. Os cavalos os percebiam pela vibração na terra e pelo movimento dos outros animais.

Assim, preocupado em entender a medicina popular, o antropólogo voltou-se para a compreensão dos modos de viver, de se envolver e habitar a pampa. Nesse quesito, “el gaúcho pasa más de la mitad de su vida sobre el arzón, y a menudo come

¹⁹ Nome dado as espécies de plantas que pertencem ao género *Cynara*, família das *Asteraceae*.

y dormita sobre la silla. A pie camina mal, y al arrastar las inmensas rodajas de sus pesadísimas espuelas, que le impiden caminar cono nosotros” (*ibidem*, 57-58). A vida, a cavalo, é observada como a vida de um pássaro, uma ave de rapina²⁰, solitária e desejosa de liberdade, sem ligação direta com a terra e em constante errância pelos campos e matos pampianos. “(...) parece una golondrina desterrada y sujeta a morar en la tierra” e, assim, “detesta por instinto la agricultura, la industria y todo lo que obliga a trabajar de a pie o sentado.” Para o antropólogo, *los gauchos* mantinham uma vida nômade, predadora e de estreita interação com o cavalo. Ondina Leal (2019), atualizou estas reflexões, ao conceber a existência de um ethos, uma “visão aérea” do mundo e uma corporalidade gestual e visual estendida, nos gaúchos. Ao predador, em vida aérea, como um pássaro - ou como um lince, quando está no chão (DARWIN, 2010) -, as principais habilidades desenvolvidas estão na agudez dos olhos e na agilidade das mãos.

Una de las operaciones que exigen mayor agilidad de músculos y más agudo golpe de vista es, sin duda, la de echar el lazo a un animal que huye, aprovechando el instante rapidísimo en que levanta del solo una de sus patas anteriores, pasándolo por entre esta y el casco y derribando en un relámpago al prisionero. He visto practicar esta operación, que se llama *pialar*, cien veces y otras tantas la he admirado cono cosa prodigiosa. (MANTEGAZZA, 1996, p. 67).

O *laço* ou as *boleadeiras* foram concebidas como a extensão do corpo predador. Seriam as garras que derrubavam e seguravam a presa em disparada. Os bichos da terra contemplavam uma dieta que, além da vaca e da ovelha, faziam parte as mulitas e tatus, espécies de roedores, o cervo (ou veado), a capivara, emas (nhandú) e avestruzes. Com o laço caçavam-se também outros carnívoros como o “yaguar”.

Seguindo a viagem de Mantegazza, a vida na terra, por sua vez, é desenhada a partir da figura do *rancho*, abrigo feito de barro, madeira, gramíneas com divisórias em couro, onde o gaúcho vivia com sua família. O viajante que, cansado de andar, avistava no horizonte um pé grande de umbu, ganhava ânimo já que indicava que,

²⁰ Sobre isso, Darwin (2010, p. 99) comparou a outro predador, o lince: “paramos para passar a noite: nesse instante uma vaca desafortunada foi vista pelos gaúchos, que têm olhos de lince; partiram em plena perseguição e em alguns minutos a arrastaram com seus *lazos* e a mataram.” Em outra passagem (idem, p. 67) escreveu: [...] “Por aqui ninguém anda a pé, e os veados somente reconhecem um homem como inimigo quando este está montado a cavalo e com as bolas [boleadeiras] em punho.”

adiante, “hay una casa, sombra y agua; hay un mate siempre pronto a reanimar los espíritus quebrantados; hay un teto hospitalário (*ibidem*, p. 107). Junto aos variados tipos de carne, o viajante encontrou pomares de laranjeiras, pessegueiros, marmeleiros e plantações de melancias e o mel utilizado para adoçar alimentos. Embora o contexto histórico e geográfico, em que tal modo de viver é concebido, a partir das leituras racistas e evolucionistas, como de “selvageria²¹”, o autor trouxe notáveis reflexões acerca dos modos de viver e habitar a pampa argentina. Com o conceito de “vida aérea” Mantegazza trouxe os aspectos fundantes das reflexões acerca de uma “cultura da caça” (RIETH, LIMA, BARRETO, 2016).

Há aproximadamente 30 anos, Ondina Leal, em diálogo com os naturalistas viajantes, percorria os campos da fronteira sul e sudoeste do Rio Grande do Sul, nos limites políticos com o Uruguai. A autora descreveu a viagem de carro pela imensidão da pampa plana, em direção as estancias de criação de gado, observando, naquele contexto, a existência de poucas lavouras. Etnografando os modos de viver dos trabalhadores assalariados nas grandes propriedades rurais voltadas para a pecuária, a autora elaborou o conceito “cultura gaúcha” para designar tais modo de viver. Os gaúchos, nesse contexto, eram homens, na maioria solteiros, sem vínculo com a terra, hábeis cavaleiros, engajados e mimetizados com a paisagem de campos planos e *limpos*.

O pampa é descrito por eles [os gaúchos] como o *pago*, a ideia de aconchego, de casa no sentido de lar. As noções de infinitude, de espaço sem fim, sem fronteiras, sem limites são empregadas por eles para descrevê-lo. Um dos peões me disse: “A pampa é o lugar onde a gente tem que se encontrar com a gente mesmo”. Solidão, silêncio e ausência de limites são os temas recorrentes que os gaúchos usam para falar do pampa, ou da pampa, já que é recorrente o uso do termo no feminino. (LEAL, 2019, p. 25).

Segundo a autora, essas grandes propriedades, chamadas *estâncias*, eram espaços de domínio masculino sendo, a ausência de mulheres, resultado de um processo histórico de expulsão estrutural. Com a introdução dos alambrados - cercados de fios de arame estendidos e intercalados por piques ou “tramas” de madeira -, no século XX, tornou-se dispensável a figura dos *posteiros*, que eram peões

²¹ O espanto do autor se deu pelo fato de a selvageria estar presente em um tipo humano de origem europeia, como se, tal como determinados animais, o europeu teria se asselvajado ao entrecruzar seus modos de viver com os povos originários.

que constituíam famílias e construíam moradias nos limites dessas estancias para cuidar os rebanhos de fugas e de furtos. Nos *postos*, aos peões, era permitido criarem animais, cultivarem a terra e viver em família, destinando alguns dias de trabalho ao proprietário da fazenda. Com o fim dos *postos*, as mulheres, as crianças e idosos, tiveram como destino “las casas”, que eram pequenas vilas ou *pueblos*, situados nos confins das estâncias ou beira de estradas (LEAL, 1989). Além disso, conforme a autora, a ida da família proprietária da terra para a cidade, fruto das novas tecnologias de mobilidade, diminuiu a necessidade dos serviços domésticos, atividades consideradas de domínio feminino.

A cultura gaúcha estabelece, segundo a autora, dicotomias tais como macho/fêmea, cultura/natureza, entre outras. O gaúcho, homem, está na cultura, mas identifica-se como parte da natureza, com o selvagem, onde somente aquele que tiver mais força é capaz de domá-lo. “Las casas”, em oposição às estâncias, é espaço feminino dos cuidados, da reprodução, da sociabilidade, da saúde, da habitação e das redes familiares. E onde o homem, “provedor”, em sua vida aérea, vagando livre pelos caminhos, se envolve com a terra e lança sementes, ou seja, dá as condições materiais para a existência das famílias e crianças. Mas para isso, a mulher, segundo a autora, precisaria “seduzir” o homem ao papel de marido e pai o que colocaria em xeque atributos da masculinidade campeira. O espaço das casas é também o espaço da desordem, onde o homem joga com sua honra. Os peões, maridos, ficavam ausentes grande parte dos dias e morando nas estâncias. (*Ibidem*, 1989).

No contexto da estância, o *galpão* era o espaço masculino por excelência, onde eram construídos os significados acerca do era ser homem. Tal lugar era o espaço onde se reuniam os peões nos momentos entre lidas. No galpão havia sempre fogo, em uma lareira ou no chão, ao redor do qual se reuniam para conversar e tomar mate. Como parte do galpão, estava o espaço dos “*apetrechos de trabalhos*”, entrecruzando artefatos humanos como *cintos*, *ponchos*, *tiradores* e artefatos dos bichos como *rebenques*, *bastos*, *laços*. No galpão, planejavam-se as tarefas do dia e eram comentados os feitos ocorridos ao longo das jornadas passadas. Em volta do fogo também se contam os *causos*, eventos de fala e *performance* em que eram classificados o mundo ao redor. Leal (2019) escreveu que escutou inúmeras vezes,

alusões a um lugar na região chamado “*Cerro do Jarau*”, que é um cerro rochoso²² marcado por matas e peraus que faz uma ruptura com a paisagem plana e lisa. Lá vive a Salamanca ou Teiniaguá, pequeno animal anfíbio de corpo feminino que se transforma em uma mulher cheia de encantos e mistérios. A “*Salamanca do Jarau*” mora em uma caverna escura e seduz os homens que cruzam por ali oferecendo-lhes ilusões que seriam a própria negação da condição masculina. Quem aceita os encantos é “devorado” pelo cerro caindo em “infundáveis labirintos femininos nos quais este sujeito masculino pode facilmente se perder. São labirintos ou meandros impossíveis de serem conhecidos ou controlados.” (*Ibidem*, 2019, p. 28).

O âmbito feminino, da terra e da natureza, coloca em xeque todas as condições de pertencimento a esta vida aérea na qual o indivíduo tem que estar constantemente se afirmando. Exposto às intempéries do tempo, aos animais “xucros”, à natureza, o gaúcho vivencia cotidianamente o perigo, a aventura. No seu modo de viver, o indivíduo tem que estar constantemente se afirmando em relação à natureza. (LEAL, 1992, p. 144). Para o campeiro, viver significa não temer a morte e a cada dia tem que reafirmar que não teme nada. Em vida aérea, no lombo de um cavalo, bicho voador por excelência, constantemente experiencia o sentimento de domínio da natureza. Domar, consiste em estabelecer um duelo com outros bichos, em que o vencedor consegue dominar a fera sendo a condição de existência para ser homem. Porém, aos poucos, a vida, o trabalho (pastoreio), vão dominando o homem que vai perdendo sua capacidade física de embate contra a natureza.

Quando começa a perder sua força física, que o tornava capaz, na disputa corpo-a-corpo com os bichos, de dominá-los, o vivente começa a pensar na morte. A decisão de encarar a morte é considerada corajosa no sentido de que este ato significa a busca de um domínio sobre ela. (LEAL, 1992, p. 145). A morte é, assim, uma temática presente nas narrativas dos campeiros. A autora chama a atenção para os altos índices de suicídios por enforcamento entre os homens que moravam na zona rural da pampa sul-rio-grandense, sendo o maior percentual o de indivíduos que estavam ficando velhos e cansados para o trabalho. A “síndrome do suicídio campeiro” como denomina a autora, acontecia da seguinte forma:

²² Está localizado no município de Quaraí, ecoprovíncia “Pampa das mesetas” conforme a classificação de Jaciele Sell (2017, p.156).

Um homem vai ficando mais e mais pensativo sobre a vida, quieto, 'só em solidão'. Um dia, ele faz tudo que faz todos os dias e o que sempre fez sua vida inteira, monta seu cavalo e sai a camperiar, carrega uma corda consigo provavelmente o laço que sempre carrega para laçar recultas – ele procura uma árvore (tarefa difícil na pradaria do pampa) e se enforca. (LEAL, 1992, p. 141).

Quando chegado o momento de “descer do cavalo”, significa o momento de sua “morte cultural” em que tem que deixar o lugar onde vive. (Idem, p. 147). O suicídio pode ser entendido como a incorporação da natureza, momento em que a mesma o engloba definitivamente e o corpo se fundi com a terra. Mesmo enfrentando a morte, que o engloba enquanto natureza, a autora entende que o enforcamento, em que os pés ficam longe do chão, seria uma forma de não se vincular à terra, à natureza, reafirmando enquanto estava vivo, sua honra, força e dominância.

Seguindo essa linhagem, proposta por Ondina Leal, tendo como horizonte de debate os fluxos transfronteiriços, os limites da distinção natureza/cultura e os modos de viver pampianos, surgiram teses que refletiram as reflexões sobre os modos de viver de humanos e outros animais. A tese de Marília Kosby (2017), faz uma etnografia dos que ficaram “debaixo dos cascos do Centauro dos Pampas”, marcando a diversidade de modos de conviver. Etnografando os caminhos do sangue que alimentam os orixás, entre o “Quilombo de Palmas”, em Bagé, na região do Alto Camaquã, e as casas de religião de matriz africana na cidade de Porto Alegre, a autora percebeu que os caminhos por dentro dos matos e pelas margens da cidade, e as habilidade de esconderijos dos descendentes de negros e negras escravizados/as nas estâncias mostram um devir, em espelho, com as cabras. As cabritas são descritas pelos/as quilombolas como animais perambulantes, que não respeitam cercas, em constante mudança de lugar sendo uma estratégia de habitar. No quilombo, elas são impossíveis e reconhecidas pelas habilidades de fuga e esconderijos. Na cidade são mágicas, pelas “mesmas destrezas”. Quilombolas e cabras possuem, como modo de viver, a perambulação por diferentes lugares da pampa. A riqueza etnográfica trazida pela autora ao longo da tese, mostra o quanto os saberes e modos de fazer pecuários na pampa é “atravessado por jeitos negros de estar no mundo” (KOSBY, 2017, p. 25)

Outra tese, de Caetano Sordi (2017), descreveu o processo de invasão biológica pelo javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) na Campanha gaúcha, onde faz

cruzamentos com porcos domésticos, tornando-os “javaporcos”. Esses suínos asselvajados têm protagonizado ataques aos rebanhos ovinos o que os tornou inimigos da pecuária. Descrevendo esses conflitos e as negociações estabelecidas entre agentes públicos, proprietários rurais e controladores voluntários, a tese rastreia as controvérsias hoje vigentes e as escolhas técnicas efetuadas na região tendo em vista seu controle e manejo. Além disso, a invasão biológica afeta uma dimensão sensível do viver na fronteira que é o abigeato (trans)fronteiriço e, também, a questão da feralidade relacionada às resistências de alguns humanos e bichos diante das tentativas de domesticá-los.

Por conseguinte, no ano de 2016, efetuou-se a entrega, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de um pedido de extensão do conhecimento documentado pelo “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira na Região de Bagé/RS”, acerca dos saberes e modos de fazer que envolvem a criação pecuária na pampa brasileira, para o contexto da região do Alto Camaquã²³. O pedido de ampliação do Projeto de pesquisa “INRC – Lida Campeira na região de Bagé-RS”, para o contexto do Alto Camaquã é resultado de um processo de trabalho que se constituiu por meio de encontros entre os/as pesquisadores/as do INRC – lida campeira na região de Bagé/RS, pesquisadores/as da Embrapa Pecuária Sul e membros da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Nesses encontros, os argumentos para a extensão se davam em torno da particularidade desses manejos em tal contexto o que nos instigou a repensar a questão que envolvia o modo de vida campeiro a partir da diversidade das paisagens, dos modos de viver e dos manejos pecuários. Entre as justificativas para a elaboração do projeto, destacamos o predomínio da produção pecuária em campos nativos em pequenas e médias unidades produtivas e familiares. Nos colocamos em um diálogo com a atual produção acadêmica sobre a região, que apresentava o Alto Camaquã como um lugar estratégico para a conservação do bioma

²³ O projeto INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã é coordenado pela Profa. Flávia Rieth. A equipe é composta pelos/as pesquisadores/as: Daiane Loreto de Vargas, Daniel Vaz Lima, Marília Kosby, Miriel Bilhalva, Tatiane Delamare, Vagner Barreto Rodrigues, Juliana Nunes e Prof. Dr. Adriano Simon (consultoria Geografia). Tem a colaboração de Alberto Gonçalves Rodrigues - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa); Carlos Roberto dos Santos Garcia – Associação Comunitária do Barroão; Dieder Becker Damé – Associação Canguçuense Agropecuária Familiar (ACAF); Marcos Blanco - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC); Dr. Marcos Borba - Embrapa Pecuária Sul – RS; Vera Colares - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).

pampa e dos modos de viver das populações tradicionais em suas potencialidades ambientais e possibilidades para outras economias. A presença de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e pecuaristas familiares, até então deixados em segundo plano, tanto academicamente, como historicamente e economicamente, passou para o primeiro plano, marcando uma preocupação com os processos de valorização e reconhecimento desses saberes e modos de fazer para a biodiversidade “natural” e “doméstica” da pampa.

Concomitantemente, no mesmo contexto, deu-se a emergência dos megaprojetos de mineração de metais pesados na região, ao passo que a equipe foi inserida no movimento de resistência junto aos moradores articulados com diversas instituições e técnicos/as. Nossa atuação se deu em questionamentos, protocolados na Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS (Fepam), sobre os processos que envolviam o licenciamento ambiental. Emitimos, junto a uma articulação que envolvia os habitantes locais e outras instituições, documentos em forma de questionamentos referente às falhas dos Estudos de Impactos Ambientais/Relatórios de Impactos Ambientais. Apontamos em tais relatórios a negação da existência das populações tradicionais, o desrespeito à dinâmica social das comunidades, ao direito de serem consultados bem como da consideração aos saberes associados à biodiversidade do bioma pampa. As populações locais, por conseguinte, apropriaram-se do processo do inventário, considerando-o uma ferramenta estatal para a defesa dos direitos constitucionais. Em determinadas situações, nossa equipe esteve adotando uma “linguagem de interface” (SPAOLONSE, 2009), traduzindo os conceitos e dados etnográficos da pesquisa em sua linguagem antropológica, para uma linguagem jurídica.

Nessa fase do projeto, seguimos a percepção dos interlocutores de que *“camperear em campos sujos é diferente de camperear em campos limpos”* (RIETH et al, 2019). Nos campos limpos, os peões percorrem longas distâncias, a cavalo, em que fazem a contagem do gado, separam alguns animais para serem comercializados, cuidam dos bichos nas épocas de parição e tratamento de doenças. Os cachorros auxiliam no cotidiano das atividades da propriedade e compartilham a lida com os campeiros. Os saberes pecuários envolvem os cuidados ao longo do crescimento dos animais, bem como protegê-los das intempéries do frio cortante e do sol quente, já que esses campos possuem poucas matas para o abrigo dos animais. As habilidades

desenvolvidas são, conforme Mantegazza (1916) a agudez dos olhos onde se manifesta uma afeição a predação ou a uma cultura da caça (RIETH, LIMA; BARRETO, 2016).

O modo de viver a cavalo, como comentei anteriormente, se manifesta, por vezes, como condição do viver pampeano em negação ao “estar a pé”. Entretanto, ao longo das caminhadas do “INRC – lida campeira”, fez-se etnografias que traziam elementos para contrapor estas percepções, como o caso do método de “pastoreio rotativo Voisin” (RIETH et al, 2013), que era um manejo com alternância da ocupação das pastagens pelos animais o que, por sua vez, alterava as interações entre humanos e bichos. A lida era realizada sem cavalos e cachorros, sendo *“o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi”*. Na convivência cotidiana entre os bovinos e o peão a pé, estreitavam-se as relações entre ambos. José, que foi interlocutor da pesquisa do inventário, e campeiro na *“fazenda Conquista”*, em Bagé, comentou, enquanto caminhava entre os bichos, que observavam, que o gado passava e perceber o peão não como um predador, mas como *“uma pessoa que está lidando com ele todos os dias”*.



Imagem 6 - José, pastoreando o gado – Fazenda Conquista – Bagé. Fonte: acervo INRC- Lida Campeira

Este interlocutor, que aprendeu a exercer o ofício de campeiro trabalhando nas “*estâncias*”, concebia que a diferença entre as lidas se dava pelo fato de, no método Voisan, o peão não “*tocar as vacas*”, gritando e utilizando cachorros e cavalos, mas sim convidar o gado com a expressão “*vem boi*” (LIMA, 2015). Nesse método, de manejo considerado “racional”, o controle do carrapato se dava através da rotação dos piquetes e o controle natural feito pelas garças, aves que acompanhavam o gado se alimentando desses artrópodes e eximindo a utilização de insumos químicos. Por conseguinte, a cerca de alambrado era substituída pela cerca elétrica que dividia a propriedade em pequenas áreas chamadas *piquetes*. Em vez de cavalos, cachorros, esporas e rebenques, o peão a pé carregava o “*levante*” que era uma vara com média de dois metros de altura que servia para levantar o fio da cerca elétrica para que os animais pudessem passar por baixo no momento da troca de *piquetes*. No entanto, os proprietários da “fazenda Conquista” elencavam a dificuldade em contratar campeiros para as lidas com o método Voisan. Elencaram uma resistência desses trabalhadores na “lida a pé”, sem cavalo, cachorros e os artefatos que aprenderam a trabalhar (RIETH et al, 2013; LIMA, 2015). A pesquisa se manteve, assim, dentro de uma perspectiva do gaúcho a cavalo.

Entretanto, no engajamento com os habitantes da região do Alto Camaquã, aprendi os seus modos de viver e os manejos dos animais e dos ambientes, o conhecimento da personalidade dos animais, o cuidado das plantas e o cultivo das lavouras e hortas, enfim, experiências que entrelaçavam campo, mato, banhado/águas, horta, lavoura, pomar e casa. De uma etnografia da vida aérea, a preocupação da pesquisa passou a se interessar com o que estou chamando de “vida na terra”, com foco na afirmação das existências de modos de viver nas terras/territórios marcados pelos campos *sujos* e *dobrados*. Nesse modo de habitar e manejar a pampa, as lidas de pastoreios estão associadas a práticas agrícolas tradicionais. Evidenciou-se a diversidade de povos habitando a pampa como as comunidades quilombolas, os/as pecuaristas familiares, os/as pescadores/as artesanais, o povo cigano, os povos indígenas, os/as agricultores familiares, em suas “múltiplas identidades” que, conforme Juliana Mazurana,

são guardiãs e guardiões das águas, do solo e do patrimônio genético, mantêm práticas culturais e espirituais próprias, mantêm sistemas de produção agrodiversos e culinária própria, visando a soberania e segurança

alimentar, manejam de forma sustentável os ecossistemas, praticam uma medicina tradicional própria, possuem habilidade para utilizar elementos da biodiversidade na construção de suas moradias e na confecção de objetos e utensílios artesanais, possuem sistema próprio e tradicional de transmissão de conhecimentos e saberes e geram renda a partir do uso da biodiversidade (MAZURANA, 2016, p.11)

A concepção de uma vida aérea, a cavalo, foi-se desconstruindo. Em uma conversa com Regis Collares, veterinário e pecuarista familiar em Palmas – Bagé, o mesmo afirmou que não gostava de andar a cavalo, preferindo lidar a pé, junto aos cachorros. Isso faz repensar a imagem do estar a pé. Conforme Ingold (2000), andar a pé ou a cavalo, são habilidades desenvolvidas por meio dos engajamentos com os ambientes. Em outro trabalho (*idem*, 2015a), o autor defende, que o contato com o ambiente se dá através dos pés ao passo que os conhecimentos e os engajamentos estão relacionados às técnicas de uso dos pés e dos dispositivos atrelados a ele. Através dos pés, mediados pelos calçados, estamos em contato com o ambiente e desenvolvemos maneiras de fazer coisas. Ingold critica a pavimentação cuja superfície lisa e uniforme, limpa e sem desordem, desprende o engajamento já que a atenção deixa de ser para o chão, para a sujeira e os rastros deixados nela.

A proposta de pensar na perspectiva da terra, misturando mente, mãos e pés em diferentes situações - desnudos, calçados e no estribo -, é um exercício de engajamento com a sujeira, com a desordem. Portanto, onde Ondina Leal escreveu “dominar a natureza”, esta tese pretende atualizar, a partir de uma antropologia ecológica (NEVES, 1996; INGOLD, 2000; 2015a) para a percepção de modos de viver de gentes, bichos e plantas, inseridos nos fluxos e movimentos de energia e materiais que nutrem a vida. A vitalidade dos corpos que tem a marca da terra, dos campos *sujos*, desordenados, se dá pela dinâmica de uma vida imersa nos constantes fluxo de energia e materiais. O ambiente com cheiro, sabor e textura se mistura com as plantas, com os bichos e gentes, coisas e materiais, alimentando vidas. Esta tese busca outras possibilidades a partir de outras formas de viver e habitar a pampa. Se alimenta de experiências e diálogos do andar tanto a pé, na terra, quanto a cavalo, no ar; do camperiar em campos sujos e limpos, dos manejos da terra.



Imagem 7 - Lidas entre os campos sujos. Fonte: acervo pessoal do autor

Escobar, antropólogo colombiano, defende que as novas leituras sobre desenvolvimento, território e diferença delineiam um novo campo, a “ontologia política”, que compreende tanto a dimensão política da ontologia quanto a dimensão ontológica da política. Significa ter uma leitura a partir do lugar dos movimentos sociais e, para isto, é necessário colocá-los em três dimensões: 1) a primeira dimensão é a da terra, que concebe que todo o ser vivo é uma expressão criativa da terra, da sua auto-organização e constante emergência. Refere-se a todas as forças sintonizadas com o “sonho da terra”. 2) a segunda dimensão é a da necessidade de uma transição ecológica e cultural profunda, que transcenda os modelos da modernidade capitalista, constituindo os caminhos para humanos e outros seres com vida coexistirem de maneira mutuamente enriquecedora. 3) a terceira dimensão consiste na realocização dos múltiplos aspectos da vida de forma que atuem como contraproposta aos mercados dominados pelos conglomerados corporativos. O paradigma da relocalização é fundamento por muitas propostas campesinas e étnico-territoriais sobre alimentação e economia.

Nesse sentido, a pampa, em sua dimensão afetiva de terra/território, torna-se um substantivo feminino, sendo que os parâmetros para essa concepção são trazidos, conforme Guimarães (2013), pela obra da escritora argentina Silvina Ocampo. Nas leituras de Guimarães, a autora promoveu rupturas com a tradição da literatura gauchesca rio-platense, de hegemonia masculina, trazendo a experiência do feminino na tessitura da narrativa. Tal ruptura se dá a partir dos elementos simbólicos, a saber, identificação entre humano e cavalo; relação com o sujeito feminino e com a família; e as noções de civilização e barbárie. Tais elementos, na literatura de hegemonia masculina, são espelhos de um modo de viver cujas personagens são marcadas pela identidade da guerra e pelas “rudes” lidas campeiras.

No conto Azabache (OCAMPO, 1999), por exemplo, a autora reformula a imagem do “centauro dos pampas” com a inserção do feminino. O cavalo Azabache, visto como “natureza”, na íntima relação com o feminino, apresenta-se longe de ser um animal domado e submisso. Ambos/as, feminino e cavalo, revelam-se absolutamente selvagens, incapazes de serem possuídos, como objetos passivos, pelo narrador, homem. Incapazes de viver dentro do ethos patriarcal, são engolidos pela lama, pela terra, sendo o “elemento que mescla tanto as forças receptivas e maternas da terra quanto os princípios dinâmicos e transformadores da terra”. (GUIMARÃES, 2013, p. 139). O conceito “hundir”, trazido pela autora refere-se tanto ao afundar como se fundir. Por isso que, nesta tese, ao aproximar os modos de viver com a terra, com a desordem, com os cuidados, com as ervas, com o âmbito do feminino, o termo “pampa” se constitui como um substantivo feminino.

Além disso, repensar a metáfora do “gaúcho a pé”, enquanto uma condição de vida “desgraçada” e de expulsão do campo para a cidade, se dá pelo trabalho etnográfico do Inventário que apontou a circulação de humanos, outros animais e coisas nas cidades, tornando líquidas as fronteiras entre rural e urbano. Nessa proposição, a dinâmica de circulação dos artífices da pampa, está arraigada em um modo de viver e habitar sustentado pela criação de redes de relações em contextos urbanos. E estas relações e movimentos se davam, também, pelos outros animais e pelas coisas (SILVA, 2014; LIMA, 2015). A partir destas experiências, buscou-se a adoção de ferramentas teóricas e metodológicas que permitiram lidar com estas possibilidades. Assim, no segundo semestre do ano de 2016, iniciei o trabalho de pesquisa junto ao grupo de estudos “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de

uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação²⁴”, ligado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR). Enquanto grupo de pesquisa e extensão, o GEEUR trazia a proposta de um olhar para as diferentes dimensões de uma cidade plural, aprofundando as reflexões sobre as fronteiras e as suas margens, constituídas sob as dinâmicas de diferentes produções de sentido. A experiência urbana dos cidadãos (GEEUR, 2016), a pé e a cavalo, e a relativização das noções de fronteiras e margens, enquanto territorialidades específicas e maneiras de “fazer a cidade” (AGIER, 2011), estabelecem diálogos com definições normativas, estatísticas e urbanísticas bem como evidenciam a urbe mais como uma possibilidade de existência do que uma degradação da condição humana. Junto às denúncias da mercantilização da vida, a etnografia nas margens evidencia as alternativas para a dignidade humana e as resiliências dos vínculos com a terra.



Imagem 8 - Pelos campos banhados - Passo dos Negros - Pelotas. Foto: Guilherme Rodrigues. Acervo do Projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

²⁴ Coordenado pela Professora Louise Prado Alfonso.

Pelas leituras de Agier (2011) de uma cidade contextualizada, vivida, desterritorializada e em movimento, evidenciou a percepção mais ampla de uma pampa vivida, em movimento e plural, já enfatizada pelas leituras de Ondina Leal acerca de uma área cultural que ultrapassa os limites políticos e geográficos. Em uma narrativa contra-hegemônica a de uma pampa vazia, de fronteiras demarcadas, trazidas por determinados setores do Estado que, por sua vez, estão alinhados a projetos neoextrativistas, a pesquisa propõe narrativas de uma pampa que vibra na diversidade de gentes e bichos, plantas, materiais e na diversidade de composição das paisagens – lisas, de pedra, de banhado -, nas correntezas das águas, na vida pulsante pelos caminhos e atalhos. As fronteiras entre as pedras das cidades e os campos, bem como entre os campos de pedra e os matos da cidade, são móveis e contextuais por serem vividas.

As discussões da antropologia urbana, então, serão creditadas as discussões da área cultural da pampa. Atentar para as diferentes maneiras de “fazer a cidade” e desenhar uma “cidade múltipla”, foi a noção que Michel Agier (2011; 2015) indicou à antropologia. Assim, a proposta de uma pampa desenhada em coletivo, pelos/as antropólogos/as, por meio de uma junção de experiências vividas com experimentação teórica de alguns conceitos e modos de observar, busca estabelecer diálogos com definições normativas e estatísticas, enfatizando a possibilidade de uma pesquisa relacional, local e micrológica. Nesse sentido, tem-se as discussões de nomadismo e sedentarismo referente às cidades trazidas por Francesco Carreri (2013, p. 30), em que a cidade atual contém, no seu interior, contextos nômades e sedentários, convivendo conjuntamente em recíprocos intercâmbios. Ainda, conforme o autor, a cidade nômade vive e se alimenta dos resíduos da cidade sedentária, oferecendo a sua presença. A pampa, nesse raciocínio, em sua composição, está intercalada pelas vidas nômades e vidas sedentárias sendo estratégias e formas de habitar dentro de uma multiplicidade de contextos e possibilidades. Por isso, descrever a pampa, enquanto um “todo decomposto” percebido e vivido em situação (AGIER, 2011, p. 38) nos leva, ao invés de nos questionarmos “o que é a pampa”, atentarmos para uma descrição “do que faz a pampa”. Enquanto um processo vivo e em constante (trans)formação, a pampa é movimento permanente no tempo e no espaço (*Idem*, 2015, p. 484).

Por conseguinte, Agier ressalta olharmos, não para o que se perde nas fronteiras da “não cidade” – cidade desterritorializada -, mas o que aí nasce. Isso leva a uma “etnografia das margens”, entendendo a margem não como fato cultural, social ou geográfico, mas, adotando uma posição epistemológica e política de “apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade”. (*Idem*, 2015, p.487).

A noção de margem é contextual. O que é vivido nestes lugares precários e marginais? Bairros populares, campos sujos, ocupações, fundos de corredores, fábricas “informais”, constituem-se lugares em construção permanente. Leva a uma antropologia preocupada em advogar o direito à existência, aos territórios e a vida em suas presenças recalcitrantes.

1.4. O um e seus múltiplos do fazer antropologia

Conforme Rodrigo Toniol e Carlos Alberto Steil (2016) caminhar, como um fato extraordinário e intencional, está associado às transformações históricas dos sentidos atribuídos a natureza. Caminhar enquanto descoberta, está associado ao romantismo, surgido no século XIX, “feitos de modo solitário, como uma via de acesso a união autêntica entre o ‘eu’ e a ‘natureza’ (TONIOL; STEIL, 2016, p. 67). Ao estudarem uma política pública de promoção de caminhadas turísticas nas áreas rurais numa região do Estado do Paraná, observaram que caminhar por paisagens rurais tornou-se uma maneira de se libertar da vida artificial e mecânica experienciada nos meios urbanos, cujo estranhamento está vinculado às rápidas transformações que o advento da industrialização acarretou. Para além disso, caminhar passou a ser uma maneira de refletir, de conhecer. É assim que, para os autores, tornou-se procedimento de coleta de dados pelas emergentes disciplinas naturalistas como a botânica, a arqueologia e a própria constituição da antropologia,

Caminhar pelo desconhecido em busca do original, da experiência autêntica da diferença também é, em certos aspectos, uma herança dessa postura característica do romantismo na própria constituição da antropologia

enquanto ciência. Não é sem razão que as disciplinas surgidas sob esse ensejo romântico têm, no trabalho de campo, um momento privilegiado para a produção do conhecimento. (Idem, p. 68).

Entretanto, torna-se caro aos autores a ausência de reflexões sobre a própria experiência etnográfica de caminhar, junto aos outros caminhantes, nesses eventos. Ao longo do livro deixam claro que estão apresentando a caminhada a partir da “experiência dos sujeitos” em seus engajamentos com uma paisagem que não está pronta, mas em constante ‘vir a ser’. Entretanto, àquele/a que lê, fica a questão: se habitar um ambiente é se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a), e caminhar é um ato de conhecer, o que a imersão no ambiente, caminhando, enquanto antropólogos/as, nos ensina sobre fazer antropologia?

Ao longo do percurso etnográfico, fui percebendo que eu seguia um itinerário marcado por diferentes intensidades que criavam efeitos diversos. Primeiramente, busquei a proposta da “etnografia multilocal” (MARCUS, 2001), o que me ajudou a conectar essas intensidades no movimento de seguir e/ou ser levado pelas conexões. Mas estava diante de modos de viver de vários entes e situações que não criavam uma unidade dentro da diversidade. Assim, o que conectava estes entes e as situações etnográficas? George E. Marcus (2001) indica que a construção desses espaços multisituados, pelo/a etnógrafo/a que segue as conexões entre os sítios, é inseparável da dimensão política em que são concebidas as questões da pesquisa. É um mapeamento em que se conjugam múltiplos sítios postulando suas relações com base no que a experiência etnográfica aponta, algo construído a partir de encontros e desencontros, que o autor entende por “tradução”. Assim, “a práctica de traducir conecta los distintos sítios que explora la investigación junto con fracturas inesperadas y incluso dissonantes del lugar social.” (MARCUS, 2001, p. 114).

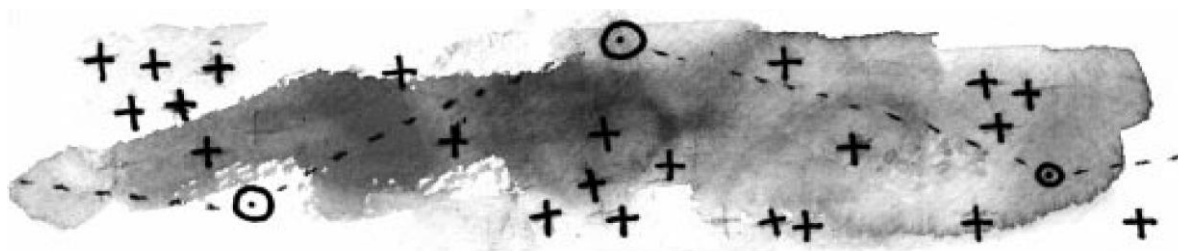


Imagem 9 - Desenho de uma etnografia multilocal. (MARCUS, 2001, p. 114).

Portanto, como mapear estes entrelaçamentos de linhas? Ingold (2005) conceitua que “mapear não é elaborar um mapa”, já que mapear é um descobrir-caminho sendo uma forma de retrazar seus passos, e de outros, que pelo lugar cruzaram. Já elaborar um mapa, por sua vez, elimina os movimentos das pessoas no vai e vem entre os lugares. Nesse sentido, enquanto mapear é inscrever os movimentos entre um lugar e outro, elaborar um mapa é traçar uma rota entre uma posição e outra. Embora ambos sejam atividades situadas no ambiente e realizadas ao longo de trilhas, o autor traz a tese de que “mapear”, para além da transcrição em um mapa, é inscrever e contar histórias. Os lugares contêm histórias de movimentos e peregrinações entre si e com os outros lugares e mundos, concatenando uma região. Mapear é, nesse sentido, contar histórias de vidas e lidas e de jornadas por meio dos rastros de caminhantes do passado e do presente (e do futuro), ou seja, dar conta das experiências corporais das vidas. Assim, “descobrir-caminho depende da afinação dos movimentos do viajante em resposta aos movimentos, nas redondezas de outras pessoas, animais, o vento, massas celestiais, etc.” (INGOLD, 2005, P. 239).

Como sugere Ingold (2005), “conhecemos *enquanto* caminhamos, e não *antes* de caminhar”. O “descobrir-caminho” se dá de maneira fraturada e descontínua entre os lugares, mas que, ao se mapear, é desvendado em suas relações. A etnografia é uma inscrição, uma trajetória que se torna um “desenho” (MARCUS, 2001), ou um retrazar passos (INGOLD, 2005), delineados pelos fluxos e movimentos do/a devir-etnógrafo/a em suas possibilidades de engajamento nas diferentes intensidades. Deleuse & Guatarri (1996), escreveram que o mapa é aberto, conectável em todas as dimensões, suscetível a modificações todo o tempo e, no caso desta etnografia, é feito junto com inúmeros entes, alimentando-se de projetos pessoais e coletivos, de pesquisa etnográfica, de engajamento político e antropólogo do/no Estado. Assim, não são os lugares que se conectam, mas sim as linhas feitas pelas pessoas, pelos bichos, pelas materialidades em seus múltiplos mundos.

Mapear caminhos é também fazer uma “etnografia multiespécie” (KIRSKEY; HELMREICH, 2010; DOOREN; KIRSKEY; HUNSTER, 2016) - ou multimundos - já que seguir as conexões entre os ambientes e as vidas humanas envolve também trazer para o primeiro plano a presença de seres, criaturas e coisas que ficavam nas margens, enquanto parte da paisagem e/ou símbolos. É nesse entrelaçamento que esses demais seres animados se tornam atores pois influenciam, agem, conectam as

articulações que vazam para outros contextos. Seguir essas relações emaranhadas entre humanos, bichos e coisas é um constante “tornar-se com”, constituindo complexas “ecologias de seres” e saberes. Fazer um estudo multiespécie é considerar as formas de vida flagradas em diversas relações de conhecer e conviver. Uma abordagem imersiva aplicada também aos seres “abióticos”, conforme a perspectiva da geografia, tais como as pedras, por exemplo, levando em conta a maneira como eles participam e se inserem nessas intensidades. A questão está em entender as diferentes maneiras e possibilidades dos modos de viver e habitar, a partir desses entrelaçamentos.

As multiplicidades multiespécies, para além de uma mera descrição das comunidades emaranhadas e dos processos de co-tornar-se, envolve, também, uma questão política. A quem beneficia os encontros das espécies e dos seus mundos? E a quem beneficia tirá-los da formação destes mundos? Isso me faz retomar Marcus (2001) para quem o/a antropólogo/a é alguém que se envolve com “compromissos circunstanciais” engajando-se, em colaboração, nos diferentes sítios, levando em consideração suas diferentes intensidades. É dialogar com a possibilidade de um lugar de direito e de enunciação para gentes, bichos e coisas nas diferentes linhas, no âmbito do Estado e das Políticas Públicas, nas contranarrativas aos projetos de mercantilização da vida. A vivência etnográfica me levou a constatar que tais misturas estão nesses diferentes lugares como parte das microresitências às práticas de purificação (LATOURETTE, 1994) e higienização do Estado e suas políticas racionais (LACADENA, 2008).

“*Não se pode andar por andar*”, prescreveu Sr. Fernando Camacho - morador da Vila da Lata, comunidade quilombola, localizada no município de Aceguá/RS - à antropóloga Marília Kosky (2017, p. 19). Perambular é, para a autora, também uma forma de construir sentidos, “um jeito pensar e estar mundo”. Circular por entre lugares e entre mundos bem como deixar o corpo ser atravessado por suas intensidades e sendo sensível às suas intempéries, é afetar-se. Para Ingold (2005) o caminhante está à mercê daquilo que acontece, daquilo que não está dado, mas a caminho de ser. O “arriscado é não andar” (KOSBY, 2017, p. 19). Mas, também, o arriscado é não conhecer ‘o chão’ em que se está pisando. Andar, tecer, tramar, narrar e olhar para o chão são, assim, estratégias importantes para um movimento que atua se articulando

em emaranhados. São aprendizados a partir de encontros entre antropologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2018) e engajamentos com bichos, coisas e ambientes.

A concepção de Roy Wagner (2010) considera a cultura como algo “inventado” pelos/as antropólogos/as a partir de suas experiências etnográficas, sendo, então, uma experiência criativa de um artífice. A convivência em uma “nova cultura” faz com que o/a antropólogo/a “identifique novas potencialidades e possibilidades de viver a vida” (WAGNER, 2010, p. 30). O modo de vida experienciado inicialmente como uma maneira distinta de fazer as coisas, transforma-se para a maneira no qual se poderia fazer as coisas e, esta experiência, é “mascateada” no “mercado acadêmico” como qualificação ou é inscrita em livros. O contraste da invenção da “cultura” do outro, possibilita a reinvenção da própria “cultura” do/a antropólogo/a. Essa invenção, não se dá somente na experiência do trabalho de campo, mas consiste num processo que ocorre na experiência da vida cotidiana quando algum “conjunto de convenções ‘alienígenas’ ou ‘estrangeiras’ seja posto em relação com o sujeito.” (Idem, 2010, p. 39). Nesse sentido, o que acontece nesse processo é uma comparação entre “antropologias” já que todas as pessoas são agentes teóricos que traçam analogias a partir de seus mundos (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

O trabalho do/a antropólogo/a²⁵ é, portanto, inseparável de seu modo de viver, considerando que a experiência de campo não consiste somente num ato de levantar dados para interpretá-los depois, mas em uma transformação não só pessoal, mas também coletiva, a partir de uma aprendizagem e da criação conjunta com interlocutores/as e suas teorias, em diálogos com pesquisadores e com as coisas, bichos e ambientes. Isso implica dizer que as relações em campo foram muito além do meu lugar de pesquisador antropólogo. Em diferentes contextos eram acionados diferentes *personas* a saber, a de agricultor familiar ecológico, de pesquisador de um inventário, de “jornalista”, de representante de uma classe média universitária e, por

²⁵ Conforme escreveu Cardoso de Oliveira (2006), o “trabalho do/a antropólogo/a” se constitui por meio de três etapas da produção do conhecimento, a saber, o olhar, o ouvir e o escrever disciplinados pela disciplina acadêmica. Esse “disciplinamento”, conforme o autor, está presente de maneira espontânea no olhar e ouvir, momento em que estamos vivenciando o lugar em uma estreita relação com o “outro”. Em tal momento as disciplinas e paradigmas condicionam o “estar lá” de maneira a eliminar todos os “ruídos” considerados “insignificantes”, ou seja, “que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 22). Por conseguinte, é no ato de “escrever”, momento em que, sentados em nosso gabinete, que trazemos os fatos vistos e ouvidos para o plano do discurso textual traduzindo a “cultura nativa” para a “cultura antropológica” que se refere a ideia de pensar dentro de uma “comunidade de comunicação e argumentação” (idem, 2006, p. 25).

vezes, de militante de movimento socioambiental. A situação de agricultor indicava um prévio, senão sucinto, conhecimento das lides de campo e de agricultura. Andar a cavalo, capinar uma horta, colher frutas, participar de uma fabricação de doces, constituíam situações etnográficas em que não somente se aprendia a fazer, mas de aprender fazendo, olhando e conversando. Lembro de que inúmeras questões foram trazidas em um diálogo com uma interlocutora, enquanto varriamos um galpão onde pernoitavam ovelhas. Elas não foram anotadas e gravadas, mas ficaram como ecos que ressoam no momento em que escrevo em minha ‘oficina’ e estarão presentes ao longo dos seguintes capítulos. Em alguns contextos, era etnógrafo-agricultor-militante envolvido em projetos alternativos de agricultura. Assim, a escrita etnográfica constitui-se em um conhecimento construído a partir de um aprendizado em múltiplas possibilidades e reconhecimento das experiências do outro em si mesmo. Os destinos da pampa e dos mundos que a habitam serão também os meus destinos.

Estando imersa numa estreita relação com a alteridade (PEIRANO, 2006; 2014), em que se aprende com o diferente, próximo ou distante, no ato de conviver, a antropologia está em um processo de modificação permanente. Aprendemos com os mundos dos/as outros/as e assim entendemos os nossos múltiplos modos de viver. A partir da experiência com agricultores/as e pecuaristas familiares, trouxe para meu contexto de agricultor familiar, conhecimentos e estratégias de manejo com o gado e das plantas. Compartilhei conhecimentos que tinha sobre cuidados com plantas e bichos e, assim, comparávamos antropologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Inúmeras vezes as frases começavam com uma pergunta: “*não sei se fazem assim lá na tua terra, mas...*”. Fazer antropologia é como talhar um artefato, como manejar o gado, como capinar uma horta. É um processo, carregado de técnicas e habilidades que se “aprende fazendo” e se engajando com pés e mãos na busca de fazer um “bom trabalho” (SENNETT, 2013).

Por conseguinte, se comparamos antropologias, podemos nos perguntar o que torna a antropologia ligada ao Estado, um modo de conhecer distinto das outras “antropologias”, aquela de nossos/as interlocutores/as? Para os/as interlocutores/as a distinção do conhecimento antropológico se dava por mostrar os seus modos de viver em forma de uma “ciência engajada”, tal como faziam as outras ciências dos/as pesquisadores/as, extensionistas e juristas, vinculados a diferentes instituições e ONGs. Porém, a potencialidade estava na etnografia e sua capacidade de sustentar

determinados pareceres e laudos judiciais ou de mídias. Isso implica dar atenção à etnografia como aquilo que faz o/a antropólogo/a e que também faz a antropologia. Antes do século XIX as figuras do etnógrafo e do antropólogo eram vistas como distintas, sendo o primeiro entendido como aquele que descrevia e traduzia os costumes e, o segundo, como aquele que desenvolvia teorias sobre a humanidade. No século XX, os escritos de Malinowski apresentaram a figura de um “novo antropólogo” sentado junto a fogueira, com os ‘pés no barro’ vivenciando e descrevendo a vida trobriandesa (CLIFFORD, 2008, p. 26). Figura essa - do antropólogo-etnógrafo – que se desenvolveu a partir do momento em que os cientistas da natureza, treinados na academia, passaram a coletar dados e, definindo-se como antropólogos, começaram a se envolver com a formulação e com a avaliação da teoria antropológica²⁶.

A desintegração da suposta autoridade do/a etnógrafo/a ocidental é um processo que se acirrou no final do século XX e início do século XXI e o ocidente perdeu o status colonial de único provedor do conhecimento antropológico. A emergência de estudos que questionassem como eram retratados os grupos humanos pelos/as antropólogos/as, trazia a discussão de que os escritos etnográficos, elaborados a partir de relações históricas de dominação e colonização, implicava a neutralização e negação dos conhecimentos não ocidentais, das outras antropologias. Assim, estudos emergentes daqueles que, anteriormente, eram “objetos” de estudos, trouxeram, juntos aos equívocos, a eminência ao conhecimento construído por meio de um intenso envolvimento intersubjetivo. A etnografia envolve a ação de múltiplos agentes – para além dos humanos -, subjetividades e constructos políticos que ultrapassam o controle daquele/la que escreve (CLIFFORD, 2008, p. 19-21).

Uma antropologia imersa nos mundos, ou seja, constituída por meio da experiência do habitar e vivenciar (INGOLD, 2012a), não pode ser desprendida dos seres, das coisas e dos lugares diversos que a habitam. Conforme ressaltou James

²⁶ James Clifford (2008, p. 28 - 30) elenca algumas características da “nova antropologia” enquanto uma descrição baseada na observação. Assim, tem-se: a legitimação do pesquisador de campo enquanto um “profissional treinado” na academia o que possibilitava acesso ao “coração” de uma cultura entendendo suas estruturas e instituições; ênfase no poder da observação para o registro e explicação da cultura; a importância da teoria como forma de auxiliar os etnógrafos a entender o modo de viver do outro de forma mais rápida, permitindo selecionar dados; foco em algumas instituições específicas, ou seja, chegar ao complexo cultural por intermédio de algumas de suas partes. Essas características legitimaram a figura desses profissionais treinados conformando uma certa “autoridade”, a saber, etnográfica.

Clifford (2008, p. 22): “[o] silêncio da oficina etnográfica foi quebrado por insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas”. De uma autoridade do/a etnógrafo/a, que botou os pés no chão e conviveu com a comunidade, passou-se, então, a partir das dinâmicas da produção do conhecimento etnográfico, à “autoridade dos informantes”. Estes irão se apropriar desse conhecimento de distintas maneiras, seja para conhecimento, seja como ferramenta de luta política, fazendo com que a escrita leve a sério estes/as possíveis leitores/as e suas demandas (SEGATO, 2013).

Para levar a sério, é relevante adotar uma postura teórico-metodológica, que é também uma postura política. E, assim, adotar uma postura profissional de “ser afetado”, experimentando o modo de vida pessoalmente e não por vias da ciência (FAFRET-SAADA, 2005). As intensidades são, para a autora, “afetos”. Consiste em tornar o trabalho de campo uma experimentação, uma metamorfose, em que o/a pesquisador/a “falquejado/o” na vida acadêmica, munido/a de referências teóricas e metodologias, e com uma questão a ser respondida na convivência junto a um coletivo, passa a colocar também a sua existência como parte daquele modo de viver experimentando as intensidades específicas do lugar e, talvez, assumindo o risco de ver o projeto de pesquisa se desfazer (idem, 2005, p. 160). *“Eu gosto do teu jeito de pesquisar porque tu participas da lida, e não fica só observando”*, me falou uma interlocutora. A potencialidade da frase é de que ela evidencia uma postura engajada e, ao mesmo tempo, que não somente observamos, mas que estamos constantemente sendo observados (SÜSSEKIND, 2014), pelos bichos que espreitam, pelas comunidades, pelas coisas, pelas mineradoras, pelas árvores. As possibilidades de acessar o que é invisível aos olhos e, ao mesmo tempo, o que deve ser indizível no texto, são as potencialidades de uma participação observante.

A figura do/ antropólogo/a cidadão/ã é marcante na antropologia latino-americana²⁷ imprimindo um outro compromisso que consiste na “sua participação na empreitada cívica da construção da nação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 43)²⁸.

²⁷ Para Cardoso de Oliveira (2006), o movimento dos conceitos no conhecimento antropológico brasileiro se deu em uma apropriação dos conceitos e dos paradigmas europeus e norte-americanos que se pretendiam universais. Quando emigrados aos contextos socioculturais latino-americanos, ganhavam uma dimensão particular, ou um “novo sujeito epistêmico”. Tal sujeito, membro de uma sociedade (neo)colonizada, ou seja, também um/a cidadã/ão, incorpora a prática política de um compromisso ético na reflexão teórica.

²⁸ Eu estou me filiando a linhagem antropológica constituída a partir da escola paulista de sociologia com a célebre influência de Florestan Fernandes e sua proposta de sociologia do reencontro entre os sujeitos imerso na vida cotidiana e suas possibilidades históricas de definir o próprio destino (GARCIA,

Conforme Ingold (2015a), os/as antropólogos/as trabalham com pessoas num mundo compartilhado, sendo que suas práticas e observações são ancoradas no diálogo participativo. Isso remete a uma antropologia disposta a “abrir” olhos e mentes para as possibilidades do ser, e as suas questões são filosóficas como, por exemplo, o que significa um ser humano ou uma pessoa. Questões essas que são feitas “fora de casa” - ou seja, não com portas fechadas, em um gabinete – em um mundo em que seus habitantes, humanos e não humanos, são nossos/as professores/as, interlocutores/as. Um empreendimento comparativo não de objetos limitados, mas de modos de ser. Fazer antropologia é “olhar de soslaio” o que se refere a estar consciente das diferentes maneiras de ser: “Onde quer que estejamos, e o que quer que possamos estar fazendo, sempre estamos cientes que as coisas podem ser feitas diferentemente.” (INGOLD, 2015, p. 16). Antropólogos pensam, falam e escrevem no e com os mundos, sob as condições e possibilidades da vida e, assim, dispensa imaginá-lo como um campo, enquanto local de afastamento.

Fazer etnografia é, parafraseando, Ingold (2012a) deixar as coisas “vazarem”, pois, as relações são como “linhas de devir”, não definidas por pontos que a compõem e as conectam, mas por linhas que passam entre esses pontos, sendo linhas de fuga que correm de maneira perpendicular a ambos. Tais experiências, em movimento, levam a um constante tornar-se, estendendo-se ao longo não de uma, mas de múltiplas linhas, de múltiplas possibilidades e mundos, entrelaçadas no centro, mas deixando para trás inúmeras “pontas soltas” nas periferias.

A antropóloga Mariza Peirano (2014) escreve que a etnografia não é um método, e sim uma maneira reflexiva de estar no mundo. Imersos no mundo não sabemos, quando a pesquisa de campo começa ou acaba considerando que são momentos arbitrários e que dependem da potencialidade do estranhamento – já que se abandonou as “grandes travessias” para lugares distantes e isolados. São momentos que examinamos por que alguns eventos, vividos ou observados, de nossa vida cotidiana nos fazem pensar, nos colocando numa situação de “nativos/etnógrafos” (PEIRANO, 2014, p. 379). Não somente a experiência de

2002). O autor reclamava a formação de uma “imaginação criadora” para o conhecimento dos problemas sociais do contexto da América Latina (FERNANDES, 1999, p. 139). Entretanto, o/a pesquisador/a que vive nos “países subdesenvolvidos” são, em si, uma mistura de cientista-investigador/a e reformador/a social tornando tal conhecimento como uma parte ativa na proposta de um desenvolvimento social.

vivenciar o local, mas os fatos cotidianos também são o material para nossas reflexões, pois que não são dados coletados, mas “fatos etnográficos”.

Mais do que um método, é uma “formulação teórico-etnográfica” (PEIRANO, 2014, p. 383). E essas constantes reanálises que fazemos dos textos etnográficos é uma forma de dar voz às experiências daqueles que nos antecederam – seja os etnógrafos/as, seja seus/suas interlocutores/as - e de nos fazer refletir. O/a etnógrafo/a está constantemente disposto a se deixar ensinar pelas pessoas com quem vivencia, aprendendo as possibilidades de modos de viver alternativos e é nesse movimento que se constitui o nosso saber e o modo de fazer. “A emergência de novas pesquisas, sendo uma constante, deve nos levar a uma, igualmente constante, recomposição da antropologia, de quem somos e do mundo como o entendemos. Se essa lição da antropologia for mais partilhada, teremos menos certezas, mais dúvidas e, com sorte, mais liberdade.” (PEIRANO, 2014, p.389).

Mas a etnografia é também, por sua vez, um método. Trazendo a discussão de Magnani (2009), não se pode separar a etnografia nem das escolhas teóricas e conceituais constituídas dentro do “tornar-se” da antropologia, nem da particularidade das pessoas – e dos mundos - de nossos estudos o que nos impõem a necessidade de estratégias no trato com os/as interlocutores/as. Na realidade, as definições da maneira como estaremos inseridos no campo depende do próprio campo. São as situações vividas que definem questões sobre distanciamento e posicionamento, engajamento, dilemas éticos e morais. Tomando o conceito de “projeto” de Gilberto Velho (2008), entendo que o projeto de pesquisa é uma construção social e está direta e indiretamente envolvido nos projetos que os/as interlocutores/as – humanos e não humanos - ambicionam em suas estratégias e expectativas. As habilidades etnográficas referem-se aos diferentes manejos das ferramentas, teóricas e metodológicas, para controle de equivocações e respeito às possibilidades de vida.

A seguinte frase dita por Seu Beto, pequeno produtor rural e peão campeiro na fazenda do Sossego, localizada no distrito de Palmas/Bagé/RS, é elucidativa para a caminhada etnográfica disposta ao engajamento. Sentado em frente ao galpão junto a outros peões campeiros, eu acompanhava o debate sobre a possibilidade de atravessar um rio chamado “Camaquã” com uma tropa de gado. Argumentando contra essa possibilidade, Seu Beto comentou: *O Camaquã é ingrato! O campeiro complementou que “ele [o rio] pode parecer que está raso, então, tu vai atravessar e*

ele leva os animais e até a gente, se bobear!” Assim, naquele dia, decidiram não atravessar o rio com a tropa de gado. Porém, diante do meu interesse no assunto, Seu Beto enumerou, enquanto caminhávamos em direção à casa, outra razão que o fazia considerar o rio como “*ingrato*”, que era o fato, do mesmo, encher muito rápido, o que significava aumentar a vazão da água em poucos minutos. Esse fato é um perigo para os seres que estão nas suas margens, sejam humanos ou sejam bichos. O rio cheio, em fúria, carrega árvores de todos os tamanhos, troncos, pedras e outras coisas. Na página de facebook para o Rio Camaquã, foram publicadas imagens do rio cheio, com as águas próximas à altura da ponte em decorrência dos ‘dias e dias’ de chuva. A publicação dizia: “esse é o nosso Rio Camaquã. Quando quer encher é isso aí! Vai que vai!”

Um/a antropólogo/a em trabalho de campo, reagiria de diferentes maneiras diante do presente dado etnográfico. Um caminho possível seria entender tal manifestação como a representação de uma cultura acerca de um ente da natureza e, nesse caso, estaria, assim, replicando o discurso ocidental da ciência moderna. O lugar da antropologia, nesse caso, seria o de desvendar práticas de conhecimentos de outras perspectivas (ou outras culturas) em torno de algo que já está estabelecido, que é o mundo natural (ESCOBAR, 2012; BLASER; 2015). Entretanto, é possível tencionar esse lugar questionando as próprias convenções que disciplinam o fazer etnografia. Conforme indica Roy Wagner (2010), uma antropologia que não busque ultrapassar os limites de suas próprias convenções, investindo a imaginação no mundo da experiência, será mais uma ideologia do que uma forma de conhecimento. O que o autor queria evidenciar é que somente a partir da experiência de uma estreita interação e afetação com o outro e do diálogo consigo mesmo é que a antropologia se constitui e se transforma.

Para Martin Holbraad (2014), Wagner aprendeu com seus interlocutores Daribi de Papua Nova Guiné, que, em vez de controlar o mundo submetendo-o a convenções coletivas, os mesmos transformavam as convenções, mediante improvisação de coisas e normas únicas. Para os Daribi, todas as convenções que os antropólogos imaginavam como cultura, tais como parentesco, normas e regras, na realidade, não eram convenções criadas pelas pessoas, mas elementos constitutivos que as pessoas tomaram como garantidas, compondo o pano de fundo da atividade humana (HOLBRAAD, 2014, p. 128). Por conseguinte, o que os antropólogos imaginavam

como “natureza”, constituía, para os Daribi, a esfera do artifício humano, onde participavam da capacidade, inerente ao mundo, de transformar-se a si mesmo e transgredir as categorias convencionais. Ou seja, não colocavam o mundo não humano sob suas convenções inatas. Quando em ritual, os Daribi personificavam fantasmas, subvertendo as distinções inatas de humanos vivos a fantasmas mortos. Ao assumirem as características dos fantasmas, os Daribi traziam a possibilidade de que os mesmos, mortos, podiam tomar vida e interagir com os humanos.

Ao passo que Wagner (2010) propôs uma antropologia disposta a ultrapassar as próprias convenções, Holbraad (2014) trouxe a questão de como ver os dados etnográficos de uma maneira distinta. Isso implica nos inúmeros giros que a antropologia faz em torno dos seus dilemas. O autor enumerou cinco giros: o interpretativo, o linguístico, o ético e, atualmente, o ontológico. O giro ontológico consiste num movimento que redefine a forma como se produz o conhecimento na antropologia. Para Holbraad (2014, p. 131) em essência ela é uma “intervenção metodológica” estando associada a maneira como damos conta das experiências com o “outro”. É um problema ontológico a preocupação em como neutralizar, ou por entre parênteses, minhas próprias suposições sobre o mundo.

Isso leva a um questionamento na autoridade das dicotomias fundamentais existentes nos projetos antropológicos pautados na ontologia dualista que se pactua na unicidade da realidade - em que existe somente um mundo natural - e na multiplicidade de concepções desta realidade – pela existência de várias culturas. A noção de “cultura” é assim, conforme ressaltou Bruno Latour (1994, p. 102), “um artefato criado por nosso afastamento da natureza”. Ao pensar o projeto da modernidade o autor concebe que seus entusiastas a projetaram por meio da separação entre humanos e não humanos, natureza e cultura. Philippe Descola (2005, p. 93) denomina como ontologia “naturalista” que pressupõe uma “discontinuidad de las interioridades y una continuidad material. Para nosotros, lo que distingue a los humanos de los no humanos es claramente el alma, la conciencia, la subjetividad e el lenguaje (...)”. O giro ontológico, por sua vez, atenta para as possibilidades de coexistência de diferentes mundos (um pluriverso) construídos por meio de relações que congregam um conjunto de elementos heterogêneos. Assim, toda a entidade existente é sempre uma multiplicidade o que torna a noção de realidade como algo que se corporaliza, ou descorporaliza, a partir das práticas. (BLASER, 2015, p. 8).

Conforme Holbraad (2014), tal movimento aprofunda e radicaliza três exigências antropológicas: A “reflexividade” - dando prioridade a prática etnográfica estando atento a forma como se faz as coisas, as suas condições de possibilidade; por conseguinte tem-se a “conceitualização” - relacionado a pensar novas maneiras de conceber o material etnográfico tornando o conceito como expressão mais séria da “suposição ontológica” ; e, por fim, a “experimentação” - que reside em pensar o que possa ser o trabalho de campo ou uma área etnográfica, ou o que possa ser um/a antropólogo/a em campo e um/a interlocutor/a. Engendra, portanto, pensar teorias alternativas que trazem uma abordagem diferenciada que, em vez de “pensar sobre” o outro, infere-se uma atitude de “pensar com” o outro, questionando conceitos preestabelecidos e criando outros. “Los antropólogos con inclinaciones ontológicas se distinguen de otros antropólogos al hacer que sus propios pensamientos sean el tema de su actividad experimental del mismo modo que las personas que conforman su campo etnográfico y ellos mismos como antropólogos.” (HOLBRAAD, 2014, p. 137)

Consiste em uma atitude pós-social e pós-humanista, que questiona, mas sem desconsiderar, a ontologia naturalista, que separa em caixinhas o que é cultural e o que é natural, tornando possíveis novas ontologias, novos conceitos alternativos, conformando contínuas as diferenças e ao mesmo tempo as tornando relacionais. Viveiros de Castro (2012, p. 163) denominou “transformação indígena da antropologia” o que se refere “às transformações da estrutura conceitual do discurso antropológico suscitadas por seu alinhamento em simetria com as pragmáticas reflexivas indígenas (...)”. Isto não significa, conforme o autor, “emancipar o nativo”, mas sim a antropologia de sua história. Concebe-se uma transformação das transformações, o que abre mão de um discurso sobre a ação e visão de mundo do outro, para “pensar com ele”, para levar o pensamento do outro a sério. A inversão está, nesse sentido, em conceber a antropologia ocidental por meio das “antropologias indígenas” ou pela ontologia do/a outro/a.

Mas em que consiste levar o pensamento do/a outro/a a sério? Como levar a sério a história de um monge que encontrou um dragão e que, aterrorizado, gritava e pedia ajuda, embora ninguém mais, além dele, estava enxergando o tal dragão? Na história de Ingold, embora ninguém mais conseguisse ver o dragão, o reconheceram na forma inarticulada como o próprio medo do monge (INGOLD, 2012c, p. 18). Por conseguinte, embora eu não visse a *ingratidão* do Rio Camaquã, a percebi na

experiência de caminhar em suas margens, personificada na sensação de que o rio ficaria cheio a qualquer momento. Marisol de la Cadena (2008) faz referência ao conceito de “equivocação controlada” de Viveiros de Castro (2004) sendo,

una relación de interpretación controlada a través de dos perspectivas [ontológicas] que emplean términos homonímicos, de manera que la alteridad referencial entre los dos es reconocida e insertada en la conversación, y así en lugar de diferentes visiones de un solo mundo (lo que sería el equivalente al relativismo cultural) se hace evidente una visión de mundos diferentes. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, S/P apud LA CADENA, 2008, p. 150).

A equivocação controlada é uma conversação em que se comunicam mundos, os quais mantêm suas diferenças. As equivocações existem e são “lugares conceituais”, ou melhor, antropologias em que se manifestam diferentes ontologias (LA CADENA, 2008, p. 152). Então, não são o encontro de diferentes culturas, mas de ontologias, ou seja, de mundos diversos e parcialmente conectados, o que não anula as suas diferenças (BLASER, 2015). Conforme Viveiros de Castro (2018, p. 251), a equivocação é um “modo de comunicação por excelência entre posições perspectivais diferentes – e, portanto, como tanto a condição de possibilidade e o limite da empreitada antropológica.”

Tal questão leva à crítica de Bruno Latour (1994) acerca da modernidade, cujo projeto consiste em separar a sociedade da natureza em práticas que o autor chamou de “purificação”. Em razão desta separação que se criou, na modernidade, a “ilusão” de que a sociedade dominaria a natureza ou a dimensão não humana. Entretanto, ao contrário, aconteceu o que se chama de “proliferação dos híbridos”²⁹, quase-sujeitos e quase-objetos. Se considerarmos que a modernidade separa a dimensão da ciência, visto como uma representação da natureza; e uma dimensão da política, visto

²⁹ Já no primeiro parágrafo, o autor nos mostra o quanto questões humanas e da natureza estão completamente misturadas em nossas vidas cotidianas: Na página quatro do jornal, leio que as campanhas de medidas sobre a Antártida vão mal este ano: o buraco na camada de ozônio aumentou perigosamente. Lendo um pouco mais adiante, passo dos químicos que lidam com a alta atmosfera para os executivos da Atochem e Monsanto, que estão modificando suas linhas de produção para substituir os inocentes clorofluorcarbonetos, acusados de crime contra a ecossfera. Alguns parágrafos à frente, é a vez dos chefes de Estado dos grandes países industrializados se meterem com química, refrigeradores, aerossóis e gases inertes. Contudo, na parte de baixo da coluna, vejo que os meteorologistas não concordam mais com os químicos e falam de variações climáticas. Subitamente os industriais não sabem o que fazer. Será preciso esperar? Já é tarde demais? Mais abaixo, os países do Terceiro Mundo e os ecologistas metem sua colher e falam de tratados internacionais, direito das gerações futuras, direito ao desenvolvimento e moratórias. (LATOUR, 1994, p. 07).

como um espaço onde as forças disputam, negociam e articulam o poder para representa-las no Estado-Nação (LA CADENA, 2008), como colocar os rios, as pedras, os bichos e coisas dentro da política moderna?

A leitura do texto de Soraya Fleischer intitulado “Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil” (2007), remete às reflexões sobre os processos políticos e éticos que envolvem e orientam o caminho que se percorre para pôr em prática um projeto de pesquisa, no contexto de um país latino-americano. No texto referido, a autora desenvolve que a antropologia praticada no Brasil tem um caráter “intervencionista”, na grande maioria implícito. Os/as antropólogos/as desde sempre estiveram, direta ou indiretamente, envolvidos com os grupos de suas pesquisas seja como mediadores/as, seja como tradutores/as, denunciando e divulgando os diferentes tipos de hostilidade. Essa intervenção se dá considerando as características da antropologia praticada no Brasil: a) ela sempre esteve em diálogo (não necessariamente amistoso) com a construção interna das concepções de ‘nação’ e ‘desenvolvimento’; b) ela nasce com forte viés político; e c) ela se deu majoritariamente ‘em casa’. (FLEISCHER, 2007, p. 39).

Esses elementos influenciam-se mutuamente e constituem o saber e o modo de fazer da antropologia no Brasil. A partir de uma compreensão crítica da noção de desenvolvimento no capitalismo brasileiro – e nisso há uma desconstrução dessa visão desenvolvimentista que se quer hegemônica – os/as antropólogos/as, mais do que cientistas, são também cidadãos/ãs. São ações de denúncias, diagnósticos sociais e culturais dos grupos às margens, ou afetados por políticas e projetos desenvolvimentistas. Por ser uma antropologia feita no “quintal de casa”, se engaja na construção da nação em uma atitude de inserção desses grupos como parte dessa composição. Nesses termos, a autora faz referência à Mariza Peirano (2006) em que a alteridade, se deu, diferentemente dos países coloniais, centrada mais na diferença do que no exotismo, tornando os/as antropólogos/as brasileiros/as, além de geograficamente próximos dos coletivos de suas pesquisas, também tendo uma proximidade política e ética. A noção de uma antropologia “anfíbia” se refere a um estar em mais de um meio: na universidade e nas vertentes de intervenção tais como ONG’s, órgãos do governo e Estado e engajados/as com os próprios grupos sociais e

seus mundos, como mediadores/as, tradutores/as³⁰. Nossas pesquisas carregam um compromisso ético com o grupo cujos modos de vida pesquisamos.

Na reflexão sobre o trabalho do que chamou “antropólogo do Estado”, Marcelo Spaolonse (2009) discute, na situação de antropólogo do INCRA³¹, o deslocamento, no contexto das exigências burocráticas e jurídicas, de aspectos como erudição ou instrumentalização teórica que ficam em segundo plano. O que se espera, são respostas e pareceres conclusivos. Além disso, o discurso antropológico com e para uma instituição estatal tem que adotar uma “linguagem de interface” para se tornar inteligível, ou seja, a produção de estudos e de relatórios que descrevam e contextualizem a questão da comunidade ou dos mundos e suas relacionalidades, deve ser de tradução dos conceitos e métodos da antropologia para o campo jurídico.

Esta tese também está no âmbito do Estado, quando vinculado a uma Universidade Pública e outras instituições. Assim, a caminhada etnográfica se dava, também, junto ao Estado e, minha trajetória, enquanto aprendiz do modo de fazer antropologia, está fortemente vinculada a pesquisas junto a uma instituição federal, que é o Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN). Desde 2012, as minhas pesquisas se constituem como desdobramentos dos levantamentos e elaboração de relatórios³² para o Instituto, usando sua metodologia para identificação e registro dos bens culturais, assim como para elaborar as possibilidades de ações de salvaguarda.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é, por sua vez, a metodologia elaborada no âmbito do IPHAN para o levantamento bibliográfico e etnográfico de bens de caráter imaterial. Entre outras prerrogativas, o inventário visa a produção de conhecimentos sobre os sentidos e significados atribuídos pelos atores locais, detentores das referências culturais enraizadas em suas vivências cotidianas (IPHAN, 2000). Na concepção de “referências culturais” a construção dos documentos

³⁰ A autora chega a dizer que não há uma pesquisa que seja “puramente acadêmica” e que os aspectos interativos, políticos, morais e éticos, que envolveram a relação com o grupo no trabalho de campo, pode ser omitido na obra escrita, mas nunca inexistente.

³¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

³² A orientadora Flávia Rieth é coordenadora de dois inventários realizados pelo curso de antropologia/UFPel: “INRC – lida campeira na região de Bagé/RS” e extensão para o “INRC – lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã”; “INRC – região doceira de Pelotas e antiga Pelotas”.

tem que dar conta de diferentes questões: do ambiente físico que são os relevos, as vegetações, os rios e lagos, a fauna e flora; do conjunto das construções e demais objetos da cultura material e, por fim, os processos culturais que se referem a “maneira como os sujeitos ocupam o solo, utilizam os “recursos”, como os valorizam, como constroem sua história, produzem seus objetos, conhecimentos, usos e costumes” (IPHAN, 2000, p. 14). Enfim, a elaboração do inventário nos desafia a identificar e descrever estas sociabilidades cotidianas entre humanos, bichos, coisas e ambientes dentro de um processo histórico e cultural.

As atribuições deste programa objetivam a preservação da diversidade étnica e cultural do país por meio da salvaguarda de bens culturais tais como práticas, expressões, representações conhecimentos – incluindo também as coisas e os lugares associados - transmitidos de geração em geração (KOSBY & SILVA, 2013). Contempla, além do reconhecimento, a execução de um “plano de salvaguarda”, desenvolvendo ações que objetivam a manutenção, a preservação e a transmissão desse conhecimento para as próximas gerações³³ (IPHAN, 2017).

Por conseguinte, além do fato da elaboração do inventário desafiar a identificar e descrever as sociabilidades cotidianas entre humanos e não humanos em um processo histórico e cultural, tem-se outro desafio que versa sobre a “tradução” destas relacionalidades para o campo institucional. O trabalho de documentação consiste no preenchimento das fichas de identificação de bens imateriais inscrevendo-os, enquanto possibilidades, em um dos livros de registros³⁴. O preenchimento das fichas é uma descrição de identificação dos/as praticantes, o que fazem, como fazem, com o que fazem e onde fazem, implicando descrever a participação dos artefatos nos modos de fazer e a descrição dos lugares e paisagens em que as mesmas eram ou são praticadas, sua história e suas transformações, a alimentação, as bebidas, as vestimentas, as músicas e as festas.

Porém, a forma de questionário estruturado faz com que tenhamos que estratificar, em partes, os diferentes elementos que compõem o bem cultural e que,

³³ É a efetivação do que preconizava a constituição de 1988 que incorporou a “visão antropológica da cultura”, no que se refere a adoção de noções como “referência cultural”, e também do *modus operandi* deste modo de conhecer que, no contexto brasileiro, está voltado a construção da Nação pelos diferentes grupos tais como imigrantes, classes operárias, indígenas e negros.

³⁴ Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares.

em diálogo, não conseguem ser concebidos em separado. Caminhar pelas fichas é como caminhar abrindo e fechando portas por entre uma estrutura de departamentos, em que devemos organizar as coisas nos lugares indicados³⁵. A etnografia no sentido dado pelo IPHAN, está associado mais a um método – levantar, descrever e documentar, a partir da observação participante - do que a uma elaboração teórico-etnográfica. Entretanto, o preenchimento das fichas de identificação dos bens leva a necessidade de transitar entre as diferentes possibilidades de fazer as coisas e habitar o mundo, articulando as diferentes presenças, humanas e não humanas, emaranhadas na descrição dos bens, e possibilitando a entrada dos não humanos no rol das políticas do Estado-Nação.

Fazer antropologia é, por fim, praticar a dupla tarefa de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico (DA MATTA, 1978). Para isso, o movimento de estranhar outros contextos, embora não tão distantes, permitiu pensar, a partir do “estranho”, o contexto de agricultura familiar do qual sou parte. Por conseguinte, no mesmo texto, Da Matta (1978, p. 09) finaliza com uma frase sobre a condição do humano, o qual “não se enxerga sozinho e precisa do outro como seu espelho e seu guia”. Só podemos fazer antropologia se a sentirmos como um modo de viver, como um trabalho artesanal, aprendendo novas possibilidades de existir e de fazer/manejar coisas. O propósito desta tese não é, portanto, revelar os modos de viver de humanos e não humanos, mas “pensar com”, criando categorias compartilhadas. Deleuze & Guatarri (2010) escreveram que a filosofia é a arte de formar, inventar e fabricar conceitos. Os conceitos participam da criação e transformação dos mundos. O/a artesão/ã antropólogo/a é, por sua vez, um editor de narrativas. Nas mesas e estantes de minha ‘oficina’ há uma infinidade de conceitos em livros e anotações das experiências vividas - conceitos das pessoas. Uma etnografia consiste em manejar essas diferentes antropologias e classificações com as pessoas, criando mundos bem como explorando alternativas para a vida boa.

Por meio da inscrição “teórico-etnográfica” (PEIRANO, 2014) será possível dialogar com as antropologias – teóricas e dos povos - acerca dos modos de viver e habitar a pampa, apresentadas nos próximos itens, atentando para as suas inúmeras possibilidades. É uma justificativa de postura acadêmica e política, pois reflete um

³⁵ É nesse sentido, que a elaboração descrita dos relatórios está complementada pela elaboração de estudos (artigos, monografias, dissertações e teses).

processo de múltiplos engajamentos, enquanto antropólogo em formação, enquanto agricultor ecológico, enquanto cidadão, enquanto colaborador militante, enquanto mediador político, compartilhando uma preocupação conjunta com os nossos destinos, enquanto habitantes do chão pampiano, diante do contexto de territorialização do capital e avanço do neocolonialismo que cercam nossas vidas. Junto aos interlocutores e as interlocutoras e seus múltiplos, de pesquisa e de convivência, compartilhamos afeto e defendemos nossos direitos à vida, à existência e às nossas referências culturais. São lidas, vidas e mundos que se entrelaçam, que contam histórias e nos ensinam sobre bem viver (ACOSTA, 2016) e sobre bem fazer antropologia.

Por fim, em uma justificativa pessoal, remeto-me a Mariza Peirano (2006) que aborda o interesse da antropologia pela diferença, sendo a alteridade seu aspecto fundante. Assim, ao longo deste processo fui trazendo a disciplina “para casa”, “para a terra”, como forma de refletir sobre o contexto do meu modo de viver de antropólogo e agricultor ecológico, intimamente relacionado com a terra. São diferentes contextos que me levaram a um contato com a alteridade. Por esses caminhos cheguei a uma alteridade próxima e até, por vezes, mínima. Os próximos itens serão experimentações para uma antropologia com os pés no chão, fundida com a terra e engajada com os sonhos da pampa.

CAPITULO 2

“AS TROPAS ANDAVAM NA ESTRADA COMO CAMINHÕES”:

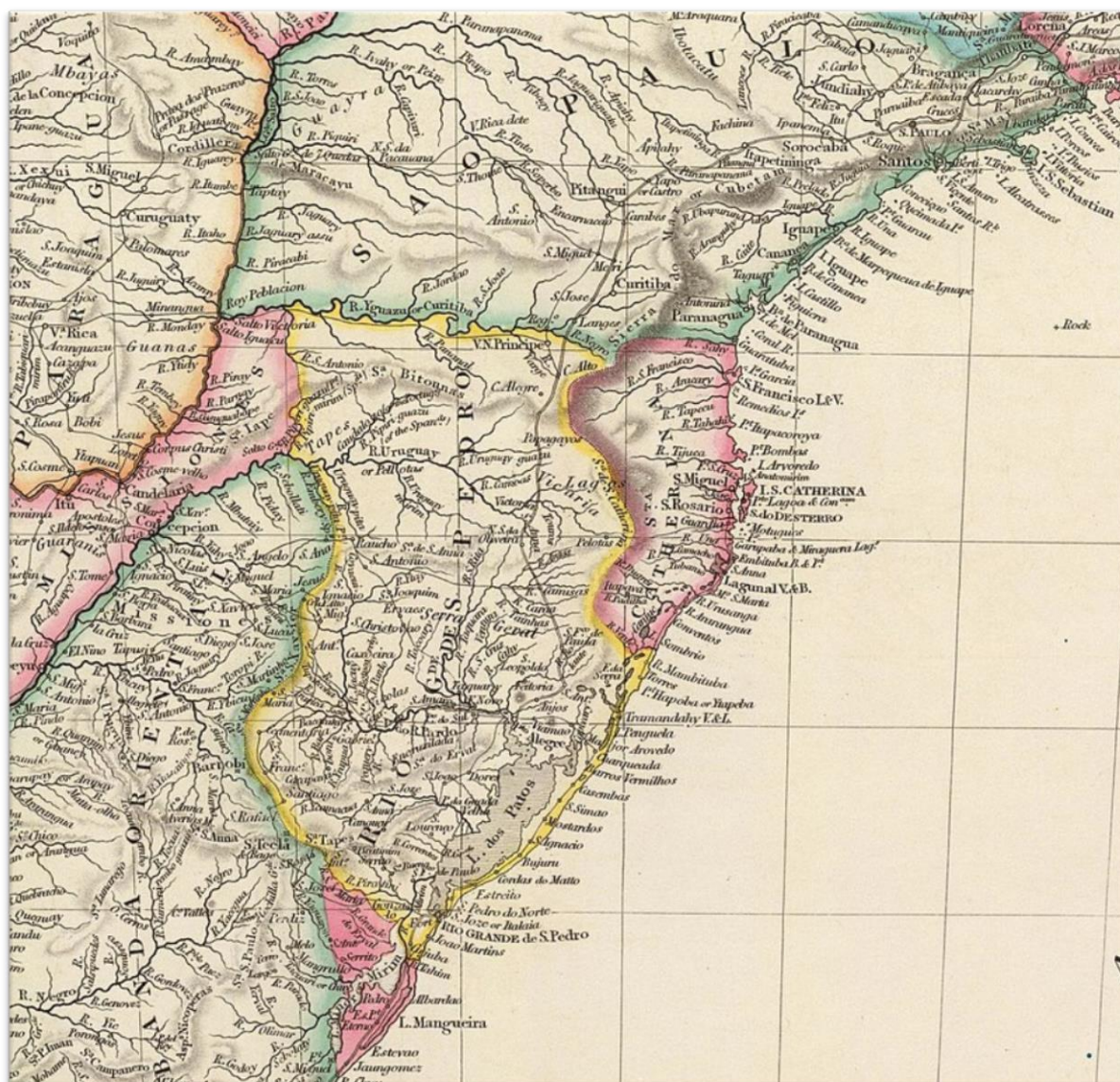
SEGUINDO PELOS ANTIGOS CAMINHOS

*Era boi, era boi, era boi.
Marcha boi, marcha boi, marcha boi.
Volta boi, volta boi, volta boi, volta.*

*Nesta constância constante da vida tropeira.
Tropa estendida na várzea pastando luar.
Faz me lembrar de uma feita num quarto de ronda.
Quando eu cantava em silêncio para o gado escutar.*

*Nessa cadencia sofrida o taura genuíno.
Segue num tranco arrastado pelo corredor.
O gado parece que sente na voz do tropeiro.
Um outro mugido de penas fazendo fiador.*

(Telmo de Lima Freitas – Cantiga de Ronda)



Mapa 4 - Caminho das Tropas, em detalhe do mapa "Brazil" de John Arrowsmith (1844).

2.1. Introdução

A viagem de ônibus segue em direção à rodoviária de Bagé. Olho para fora pela janela. Em determinado quilômetro do percurso, cruza-se pelo chamado Alto Alegre, que consiste em um pequeno povoado que marca uma encruzilhada em que para um lado segue-se em direção para a cidade do Cerrito e para o outro uma estrada leva ao interior deste município. Quando cruzo por este lugar, sempre vem à tona uma história vivenciada por meu pai e que foi contada em uma noite fria, quando nos reunimos para tomar chimarrão na beira do fogão a lenha. Nesses momentos, ele recorda memórias vividas por esses caminhos da pampa, como “quem estende, ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca.” (LOPES NETO, 1976). Assim, conta que meus avós eram produtores rurais na localidade do Marmeleiro, localizada no município de Cerrito. Eles cultivavam variados tipos de verduras e legumes, criavam bois, porcos, galinhas. Minha avó também fazia doces. Todas essas mercadorias eram vendidas na área urbana do atual município de Pedro Osório, localizado do outro lado do rio Piratini, que corta as duas cidades. Enchiam uma carroça, com tração de dois “bons” cavalos da raça Percheron, e levavam para a cidade tais produtos para serem vendidos ou trocados por açúcar, sal, arroz e rapaduras e outros bens de consumo.

A viagem de ida demorava dois dias. Na noite, a pousada se dava em um galpão localizado no Alto Alegre, ainda no município de Cerrito, nas margens da atual Br 293. Era um estabelecimento onde pernoitavam os viajantes, carreteiros, carroceiros e as tropas de gado que se direcionavam da região da campanha aos frigoríficos de Pelotas. Ao final da tarde, todos se reuniam embaixo desse galpão, descansavam, consertavam alguma coisa, trocavam as ferraduras dos animais e faziam a janta em fogos de chão. Assim, conta que, certa vez, em meados da década de 1960, se encontrava em pernoite uma tropa de gado que saía de Bagé em direção à Pelotas. Para o gado passar a noite havia um grande curral de madeira. Os tropeiros sentaram-se em volta do fogo para tomar mate, fazer a comida e apreciar os cantos de um tropeiro que dedilhava uma viola. Já na madrugada, pouco antes de amanhecer, a tropa voltou à estrada. Na memória, ele guarda o grito dos tropeiros, o berro do gado e o movimento daquela imensa quantidade de bois saindo da

mangueira e ganhando a madrugada. Para uma criança, aquilo era um misto de espanto e encanto.

Tal história permaneceu comigo me ensinando e até me desafiando, enquanto pesquisador, a conceber uma forma de conhecer a pampa para além dessas divisões geográficas e históricas que defendiam uma imagem em que, nos campos planos da campanha, haviam peões e estanceiros voltados para a pecuária, e, nas regiões dobradas, se encontravam os pequenos agricultores imigrantes, voltados para a agricultura. Tal história me ensinava que esses grupos não estavam separados entre si e que haviam inter-relações. Me ensinava também a não separar lavoura e pecuária, campo e cidade, pois havia uma certa itinerância entre esses espaços dada por humanos, outros animais e coisas que povoavam e faziam inúmeros caminhos. Por outro lado, o berro dos animais, a madrugada, o fogo aceso, os tropeiros montados, o atrito das patas com o chão, a mangueira abrindo-se, faziam parte dos movimentos relatados. São mistos de imagens, ruídos e sons que também acompanham a formação dos diferentes contextos da pampa.

2.2. Terra de ninguém?

Adriana Fraga da Silva (2006, p. 39 - 48) faz uma crítica sobre a imagem do Rio Grande do Sul escrita por alguns historiadores acerca do período anterior a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis ao território pampiano. É constante, segundo a autora, a expressão “terra de ninguém” em que se referem tanto a uma terra sem uma administração econômica e política estruturada, quanto a um lugar, sem ocupação branca, de habitação e circulação de povos indígenas. Apresentados como “selvagens”, “bichos do mato”, os povos indígenas, na visão do colonizador, não eram dotados de pensamentos racionais. O naturalista Saint-Hilaire (1987, p. 245), que andarihou por terras pampianas na década de 1820, ao se referir aos indígenas guaranis, que acompanhavam sua comitiva e aos que encontrava pelos caminhos, a atribui-lhes atitudes de crianças e sem “ideia de futuro, ou seja, inteiramente imprevidentes”. Ao mesmo tempo, tais grupos humanos foram considerados em processo de distanciamento da selvageria, pela docilidade:

Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço [como peões]; montam bem a cavalo; gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias. (SAINT-HILAIRE, 1987, p 249).

Conforme Silva (2006), os Guarani foram, junto aos charruas e minuanos, representados na historiografia como grupos culturalmente desenvolvidos, estando um estágio acima dos grupos Jês, Guainás, e deixando heranças no modo de viver dos gaúchos. Sobre isso, a autora apresenta uma citação do historiador Guilhermino Cesar,

“... as demais tribus não se fizeram notar por hábitos ou costumes e crenças tão peculiares. Entretanto, opuseram-se de algum modo à fixação dos colonos alemães e italianos em algumas zonas da Encosta da Serra. Tangidos pela civilização, refluíram para as matas do Alto Uruguai, para a região florestal de Lagoa vermelha” (CESAR, 1970:25 *apud* SILVA, 2006, p 41.)

Nesse sentido, a visão eurocentrada dos viajantes e de alguns historiadores, colocam uma dificuldade em considerar essas presenças, notados somente nos momentos em que se tornavam-se “estorvos” ao avanço da ocupação branca. Ainda, segundo a autora, considerar um território como “terra de ninguém” consistia – e consiste - em uma estratégia do discurso colonial para justificar a invasão e apropriação do território e implantar o “progresso” e a “razão” (SILVA, 2006, p.42). Uma estratégia de ocupação do território consistiu na introdução de gado vacum e cavalares. Segundo a arqueóloga, múltiplas foram as origens desses animais já que as fronteiras eram pouco precisas, maleáveis, permeáveis. Entretanto, apresenta três possibilidades, debatidas entre historiadores/as: a teoria de que o gado entrou no território por manejos platinos; a que defende ter sido por mãos lusitanas e, uma terceira, e mais plausível, que tenha sido realizada por mãos de indígenas guaranis e missionários da Companhia de Jesus entre 1630 e 1636, que chegaram ao território rio-grandense em 1626, fugindo das reduções³⁶ do Paraguai sob ataque dos bandeirantes, se estabelecendo na chamada “zona do Tape”³⁷ (REICHEL, 2006;

³⁶ O projeto dos Jesuítas consistia em reunir, em reduções, diferentes comunidades indígenas que habitavam a região e, assim, convertê-las ao cristianismo e integrá-las a autoridade colonial. Sob a autoridade eclesiástica dos Bispos, os indígenas ficavam, por consequência, submetidos aos órgãos jurídicos e administrativos da Coroa Ibérica. Aos indígenas, a organização em redução significava maior proteção aos ataques dos luso-brasileiros que objetivavam escravizá-los (MAESTRI, 2010).

³⁷ Segundo Sandra Pesavento (2014, p. 10), estes ocuparam uma área que se estendia pela zona de Ijuí, Piratini, Jacuí, Taquarí, Ibicuí, Guaíba, Rio Pardo. As chamadas “reduções do Tape” dedicaram-se

SILVA; 2006; ÁLVAREZ, 2015). O argumento desta última teoria se dá pelo fato de ser o único, até então, a indicar um objetivo que justifica essa introdução destes animais, a saber, para que pudessem garantir o abastecimento dos povoados missioneiros.

Por conseguinte, as investidas de bandeirantes sobre as reduções em busca de mão-de-obra³⁸ indígena, fez com que abandonassem o território deixando 5000 cabeças que se reproduziram livremente na pampa formando a *vacaria del mar* (SILVA, 2006, p. 56; PESAVENTO, 2014, p. 11; ÁLVAREZ, 2015). Conforme Maria Fernanda de Torres Álvarez (2015), a introdução de grandes herbívoros colonizou também os pastos da região do Prata transformando o solo e a flora e abrindo possibilidades para a existência de algumas ervas, patógenos, bem como outros seres vivos e facilitar o processo de ocupação europeia. Isso se deu em função do gado vacum “contar con un sistema de regulación térmica que los hace tolerantes al calor y la exposición directa al sol, y la propiedad de transformar la celulosa, que los humanos no metabolizamos, en carne, leche, fibras y cuero, así como funcionar como animal de carga”. (ÁLVAREZ, 2015, p. 12). Por essas características de transformar o pasto em energia que o gado vacum foi um colonizador exitoso.

Conforme Galeano (2012), a expansão colonial portuguesa nos territórios da atual América Latina, se assentava na expropriação das riquezas minerais ou da produção agrícola sendo a principal, o cultivo de cana-de-açúcar. O atual território pampiano brasileiro não se enquadrava nesses objetivos até a segunda metade do século XVII. Entretanto, objetivando lucrar mais com sua colônia, a coroa portuguesa passou ampliar seus tentáculos para a região do Prata. Com o intuito de furar o monopólio espanhol, recolhendo, por contrabando, a riqueza de prata expropriada das Minas de Potosi em troca de artigos mercadorias como açúcar, mão-de-obra negra escravizada e manufaturados ingleses, foi fundada, em 1680, a Colônia do Sacramento, atualmente território uruguaio, na fronteira com Buenos Aires, na Argentina.

a agricultura e formaram estâncias para a criação de gado originários de Corrientes, província argentina.

³⁸ Ainda conforme Pesavento (2014, p. 11) tal fato se dava em função da invasão dos territórios Lusitanos pelos holandeses na África e no Brasil (1580 – 1640) o que impedia o tráfico de mão-de-obra negra. Uma vez expulsos os holandeses, as investidas ao território pampiano enfraqueceram.

A circulação de gentes, bichos e coisas fez com que se criasse, conforme Silva (2006), o “Caminho da Praia” ou “do Litoral” que ligava a vila de Laguna (fundada em 1670), no atual território do Estado de Santa Catarina, à Colônia de Sacramento. O caminho seguia pela faixa litorânea dos territórios brasileiros e uruguaios. Andando por esses caminhos, observou-se a riqueza de gado existente na “Vacaria del Mar”, gerando a prática de caça a esse gado xucro para extrair-lhe o couro que seria exportado para a Europa, via Buenos Aires ou Sacramento, para fazerem, entre outras coisas, correias para as manufaturas. Assim, constituiu-se a primeira atividade extrativista na pampa, criando o ciclo econômico do couro e atraindo a atenção de diferentes grupos sociais, a saber:

Portugueses de Sacramento, índios aldeados que vinham vaqueiar para os padres, ‘acioneros’ de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires que preavam os animais com permissão de autoridades espanholas, e aqueles indivíduos que ‘sem rei, sem fé e sem lei’, vaqueiravam por conta própria, vendendo os couros a quem lhe pagasse mais. (PESAVENTO, 2014, p. 12),



Mapa 5 - Vacarias del Mar e o Caminho do Litoral. Fonte: <https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.com/vacaria-do-mar/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

A partir de 1682, os padres jesuítas começaram a retornar para o Rio Grande do Sul fundando sete reduções: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. O gado xucro era caçado e levado em rebanhos para as estâncias jesuítas, para currais próximos as reduções e para criar uma nova reserva, chamada “vacaria dos Pinhais ou campos de Vacaria” (PESAVENTO, 2014). A técnica da caça ao gado foi descrita por Darwin:

Quando caçando, o grupo se esforça para chegar o mais perto possível do rebanho sem ser descoberto. Cada homem carrega quatro ou cinco pares de bolas consigo. Então eles as lançam em sequência na direção da manada, atingindo o maior número possível de animais, deixando-os presos por alguns dias, lutando para se livrar delas, até que estejam exauridos pela fome e pelo cansaço. Depois disso, eles são soltos e conduzidos até um pequeno rebanho de animais domados, que foram trazidos ao ponto em questão. Em virtude do tratamento anterior, estando muito aterrorizados em deixar o rebanho, eles são facilmente tocados – se sua força não esgotar – ao acampamento.” (DARWIN, 2010, p. 233).

Dentro das reduções construíram estâncias para criar gado e para a produção de erva-mate, exportado por Buenos Aires. Além disso, faziam fiação, tecelagem, metalurgia e outros ofícios além de trabalhos artísticos como a escultura e a música, além de desenvolverem a arquitetura. Cada redução tinha vacarias e estâncias delimitadas por rios, riachos, matas. Também construíam valas com plantações de espinheiros. A redução de São Miguel se estendia desde o Jacuí e contravertentes do Rio Ibicuí descendo até as pontas do Rio Negro ocupando os atuais territórios de São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé e Lavras do Sul (DEGRANDI, 2011, p. 62), Conforme Miranda Neto,

Em 1750, a grande estância de São Miguel, que media 40x20 léguas, chegou a reunir mais de 200.000 reses. Ainda hoje podemos descobrir vestígios de currais rústicos de pedras completados com estacas toscas (tocos ou esteiotes) que retinham o gado para sua posterior distribuição. A uns 250 km, ao sul de São Miguel, no atual município de Lavras do Sul, chama a atenção o “Vale dos Padres da Companhia”, uma drenagem de duas milhas e meia que criou prados baixos onde vicejavam pastos permanentes, excelentes para a engorda do gado ameaçado pela seca. (MIRANDA NETO, 2012, p. 143)

Além disso, haviam currais de pedra ou torrão em determinados pontos para o pernoite das tropas. Conforme Bruno Martins Farias (2013) estes currais indicam e

percorrem os antigos caminhos das tropas. São diferentes estruturas de diferentes épocas e técnicas construtivas tendo formatos e matérias-primas diversas, sendo as mais comuns as de terra, de pedras e de plantas³⁹. O autor comenta que sua pesquisa se iniciou quando um agricultor do município de Capão do Leão lhe mostrou uma mangueira de terra comentando ser muito comum na região. Porém, essas estruturas são melhor apreciadas quando vistas por imagens de satélites, onde se pode observar o desenho feito na superfície, os chamados geoglifos.

Saindo da cidade de Bagé e pegando o caminho da BR 473, em direção ao município de São Gabriel, vamos cruzar na propriedade de Luciano Jardim, na localidade Três Estradas, em Lavras do Sul. Ali encontramos três tipos de mangueiras: uma estrutura de terra, que o pecuarista entende ter sido feita pelos indígenas missioneiros; uma estrutura de pedra, construída após a chegada de sua família, que recebera a propriedade como doação de sesmaria; e uma feita de vala que, conforme o campeiro, estava interligada às outras.



Imagem 10 - Mangueira de vala, vista aérea. Fonte: Acervo de Luciano Jardim.

³⁹ Saint-Hilaire (1987) observou numa charqueada em Pelotas currais feitos pelo entrelaçamento de ossos de animais bovinos. Na região de Santa Vitória do Palmar, antigo caminho da praia, Farias (2013) comenta sobre a incidência de mangueiras feitas com plantas vivas, principalmente de palmeiras. Nos intervalos entre as árvores eram cultivadas outras plantas como gravatás, ananás, bromélias, bananeiras silvestres, cactos, coronilhas. Por vezes eram colocadas tiras de couro ou intercalados com pedras.

Sobre a mangueira de valo comentou que, ao comprar um campo que fazia divisa com sua propriedade, observou com estranhamento aquelas formações.

Achei estranho aquilo ali. Depois que eu olhei de cima e fui perguntar, descobri que era uma mangueira de valo, anterior a mangueira de pedra. Era feita de taipa. Marcavam um círculo, cavavam e atiravam a terra para cima, formando a mangueira. É anterior à família do meu tataravô, porque, se fosse usada, não teriam construído a de pedra. Quando aquela já estava em desuso é que fora construída a de pedra. Para mim aquilo ali era dos índios. Tem uma parte de valo, que é abaixo, e uma parte de pedra. A mangueira de valo é anterior à mangueira de pedra. Eles faziam o valo para conter o animal, uma cerca.

Os interlocutores de Farias (2013, p. 36-37), moradores no município de Capão do Leão, comentaram sobre a construção dessas estruturas. Conforme agricultor Leomar Ceus, para construí-las marcavam um círculo com *“uma estaca cravada no chão e um laço era amarrado nela, sendo esticado e funcionando como um compasso.”* Outros chamaram a atenção para a importância de a estrutura ser em formato circular. O pecuarista Clementino Ferro, argumentou a partir de um ditado popular que dizia que *“mangueira boa não tem quatro cantos”*, ao passo que o domador de cavalos Claudimir Donini concebia o caráter anti-estress já que evitava a possibilidade do animal *“chegar em canto, tentar pular... Não estressa porque anda sempre na volta em círculos”*. Luciano Jardim, morador em Lavras do Sul, narrou, diante da mangueira de pedra, localizada na propriedade da família, como faziam para o gado braviao entrar nos currais. Tal com usavam bois mansos para arrebanhar o gado nas vacarias (DARWIN, 2010), o mesmo se dava para fazer esse gado entrar nessas mangueiras. Contavam a Luciano que, ao redor desses locais, haviam bois mansos, os chamados *sinuelos*, que eram treinados para entrar e, imediatamente, sair da mangueira. Assim, quando a tropa de gado, que era xucro, se aproximava do local, estes bois eram incorporados e conduziam os outros animais para a mangueira. *“Quando a última vaca entrava, esses bois saíam da mangueira”*.

Os guaranis missioneiros manejavam os ambientes dos trajetos por onde circulavam. Assim, plantavam pequenos bosques, construíam currais e caminhos seguindo trajetos com boas aguadas, com sombra e plantavam espécies para alimento, para abrigo, sendo locais importantes para paradas. Esses caminhos consistiram, após a ocupação portuguesa, em rotas para circulação de mercadorias e

consistiram em linhas de expansão rumo a sul no século XVIII (PESAVENTO, 2014). Assim,

a integração da região se deu a partir das tropeadas, ligando a região em um mesmo ciclo no vai e vem das gadarias que em um primeiro momento cruzavam das Missões até Montevideu, passando Bagé, Hulha Negra, Aceguá; hoje esse caminho pode ser percebido no trajeto da RS 153, onde notadamente muitos postos de paragem destas tropas ainda permanecem erigidos, os currais de pedra que serviram de estacionamento ainda são perceptíveis, sejam em sua forma inteiramente preservada ou na ruína deste símbolo do tropeirismo missioneiro. (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 5)

O final do século XVII foi marcado pela descoberta de ouro e outros minérios nas zonas Gerais ocasionando uma reestruturação econômica no país. A atividade mineira requeria mão-de-obra especializada o que levou à concentração de uma massa populacional em uma região distante do litoral. Tal fato teve como consequência a demanda de bens alimentícios e de cargas, fazendo emergir um mercado interno no Brasil (PESAVENTO, 2014). Junto a isso, tem-se a intensificação e criação de novas rotas para a circulação destas mercadorias (SILVA, 2006). Assim, o gado existente na região da Vacaria del Mar passou a ser vendido na região das minas para alimentação dos trabalhadores negros escravizados. Primeiramente por contrabando e, logo após, enquanto uma atividade legalizada com a introdução dos pontos de registro.

O Caminho da Praia ou do Litoral inaugurou em 1703 um registro, ponto de recebimento de impostos. Nestas incursões faziam-se as “arriadas”, conforme Pesavento, em que o gado era arrebanhado e reunido em currais, mangueiras e invernadas por onde partiriam então em direção ao norte. As mulas, que faziam o transporte nas minas, eram conseguidas, por contrabando, no território argentino onde criavam-se animais que abasteciam as Minas de Potosi. O intenso movimento de arrebanhamento de gado, seja para extração de couro, seja para condução às minas gerais, levou ao esgotamento do gado existente na Vacaria del Mar, fazendo com que os interesses se voltassem para a Vacaria dos Pinhais. Nesse sentido, um projeto patrocinado pela coroa criou, em meados de 1730, o chamado Caminho das Tropas - também conhecido como Estrada Real, Estrada Viamão-Sorocaba. O mesmo partia dos campos de Viamão, em direção ao norte, alcançando os Campos da Vacaria cruzando o rio Pelotas e seguindo em direção a Feira de Sorocaba. Conforme Silva

(2006), tal caminho fora proposta por Bartolomeu Pais de Abreu em 1720, na Carta ao El-rei, sob a denominação “Caminho dos Conventos”.

“... toda esta campanha do Rio Grande para adiante produz gados Vacuns e cavalaes em muita quantidade, sem mais utilidade para a real coroa de Vossa Magestade que alguma coirama fabricada na mesma Colônia; e se não pode conseguir maiores conveniências com a saída destes por falta de caminhos de terra, que pela costa não permitem as cercanias, matas e baías do mar; e só terá lugar extração abrindo-se caminhada pelo interior de sertão (...).” (apud GOULART, 1961: 206-207, apud SILVA, 2006, p. 81)

A nova rota não foi bem recebida, já que afetava alguns setores, principalmente na Vila de Laguna, pois geraria novos impostos. Outra razão da recusa se dava pelo fato de que a abertura desse caminho possibilitaria a invasão dos “padres castelhanos” já que ficaria próxima as linhas das fronteiras das reduções jesuítas. Mas o caminho fora finalizado, começando a passar tropas de gado vacuum e muares. Em 1730, Cristóvão Pereira fez um novo traçado que partia dos campos de Viamão para os campos de cima da serra, fundando, então, o Caminho das Tropas.

Inúmeras outras variantes ligavam-se a esse caminho. Além disso, inúmeros outros caminhos indicavam uma região pulsante de gente, bichos e coisas. Na região das Vacarias del Mar havia um intenso movimento de indígenas além de contrabandistas, chagueadores. Mas o Caminho das Tropas foi perdendo o enorme fluxo de mercadorias, pessoas e animais, em função da intensificação do comércio e transporte de muares pelo chamado de Caminho das Missões (ver mapa acima), que ligava São Paulo diretamente às Missões. Além de ser um caminho mais curto, não atravessava matas fechadas (RIBEIRO, 2006). O viajante Nicolau Dreys descreveu o Caminho das Tropas, em 1820, narrando o abandono que se encontrava esta rota.

“... em outro tempo, principiava ali um caminho aberto pelo qual se penetrava até os campos de cima da serra, e que eram freqüentados pelos mercadores de animais que desciam da serra e voltavam com as tropas pelo mesmo caminho; porém, logo que as estâncias, compreendidas entre a serra e a Lagoa dos Patos, se acharam exauridas, e que o comércio se encaminhou para as estâncias de O., os negociantes mudaram de estrada, procurando encurtá-la por uma linha oblíqua que vai agora terminar-se na Bôca do Monte, ou Santa Maria; todavia o caminho ainda existe; por êle se pode subir a serra, mas não passa já de uma picada, ou pelo menos assim o achamos em 1820” (DREYS, 1961: 91 apud SILVA, 2006, p. 102-103).



Mapa 6 - Principais caminhos – Vacarias dos Pinhais/RS – Sorocaba/SP.
 Fonte: (ZUCCHERELLI, 2008, p. 13)

Além disso, haviam os chamados descaminhos. Farias (2013) comenta que esses caminhos clandestinos eram rotas de contrabando, havendo trilhas e atalhos que seguiam por dentro do Uruguai. O pai e o avô de um interlocutor apresentado pelo autor, Clementino Ferro, eram contrabandistas e vendiam fumo no Uruguai trazendo cintos de couro, armamentos. Os descaminhos eram linhas de fuga que percorriam por matas, por águas, por corredores estando à margem do Estado e eram

frequentados não só por contrabandistas, mas por humanos (KOSBY, 2017) e outros animais às margens (SORDI, 2017).

Ao percorrer o sudoeste do Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire (1987, p. 231), comentou sobre uma pessoa negra fugida entre gravatás e outras ervas espinhentas de um Pântano: “À noitinha, meus soldados viram um homem escondido entre os grandes *eryngium* que revestem um pântano vizinho do lugar onde estacionamos; eles o perseguiram, mas não conseguiram alcançá-lo; suspeita-se que tenha sido algum negro fugido.” O comentário do viajante europeu evidencia a adoção de certas destrezas das pessoas negras em resistência a escravidão para movimentar-se por esses descaminhos, por dentro dos matos e pântanos de maneira a tornarem-se ocultos aos olhos dos brancos escravistas que estavam à espreita nas beiras de mato.

Saint-Hilaire também observou muitos vestígios de “tigres” mas sem nunca encontrá-los: “Chegados perto de um lugar úmido, coberto de gramínea chamada santa-fé, nossos cavalos estancaram, anunciando em todos os seus movimentos o terror; a respiração deles era acelerada e julgamos, por isso, que houvesse algum tigre escondido na relva.” (*Ibidem*, p. 239). Em trajetórias por pântanos, florestas e relvas, esses seres às margens do Estado construíram inúmeros descaminhos. Por isso que, para Adriana Silva (2006), os registros, além de serem espaços de arrecadação, pedágios e controle dos viajantes, tinham outras atribuições como controlar o contrabando, a circulação de desertores e devedores. Por isso, eram espaços com militares que realizavam expedições para bloquear os descaminhos.

Os caminhos eram carregados por estruturas de apoio para além dos registros, como pousos, vendas, currais, corredores. As vendas, pousos e paradosos eram espaços de comércio e convívio de tropeiros e outros viajantes onde realizavam refeições, rodas de conversas intercaladas com som de viola, jogatinas, entre outros. Diferente dos pousos e paradosos, nas vendas ou *bolichos* a privacidade da família proprietária se dava somente por intermédio do balcão. Assim, público e privado se entrecruzavam por vezes (SILVA, 2006). Próximos a esses estabelecimentos haviam ferreiros, carpinteiros e outros artífices que ofereciam diferentes serviços. Os *bolichos* também comercializam alimentos para os animais, como o milho, comprados na região de pequenos agricultores ou até mesmo cultivados pela família proprietária.

Pela mesma estrada Pelotas – Bagé, na segunda metade do século XIX, o naturalista Hebert Smith, percorreu em uma diligência com destino a Cacimbinhas - atual cidade de Pinheiro Machado, onde narrou diversos pontos do percurso. Em vez da superfície lisa do asfalto, a viagem era tortuosa, aos trancos pelo encontro das rodas com as pedras, com os buracos, com barrancos. Descreveu a existência de pequenos hotéis e outros estabelecimentos ao longo da jornada. Sobre um armazém em Pedras Altas, na estrada que ligava Jaguarão à Bagé, próximo a Cacimbinhas comentou:

Aqui no ponto mais elevado, há uma casa rústica de bom tamanho, a única visível a quem vem de Cacimbinhas. Admirou-me bastante encontrar neste edifício solteiro um armazém espaçoso e tão bem sortido como o de uma cidade. Armazéns destes são comuns nas principais estradas, e não lhe faltam fregueses. Embora a terra pareça deserta, há muitas estâncias, ficando as casas em vales abrigados, invisíveis na estrada, aonde se vai por veredas de cinco ou seis quilômetros de extensão. A gente, que por assim dizer vive a cavalo, acha que não é nada andar cinco ou seis léguas para fazer compras: um armazém destes pode suprir grande extensão de terra, densamente povoada. Também faz-se negócio considerável com os tropeiros que passam todos os anos e os viajantes. O dono desta casa sustentava uma espécie de hotel, onde achamos excelentes camas e mesa sofrível por preços razoáveis. Aqui pousamos três dias. (SMITH, 1922, p. 153)

Os pousos, paradouros ou pastagens eram espaços com aguadas, galpões, currais e pastagens para a parada e pernoite das gentes, bois de tropas e carretas, cavalos de tropas e carroças entre outros/as viajantes. Ficavam dentro das propriedades podendo ser cedidas ou alugadas. Os currais eram usados também para a exposição de animais para a venda. Bruno Farias (2013) comenta à beira das estradas para Pelotas, haviam muitos currais e encerra com pastagens para as tropas. Em Lavras do Sul, na propriedade de Luciano Jardim, haviam pastagens e mangueiras para paradas de tropas.

Naquele campo onde tem a mangueira de pedra, tinham pastagens. As paradas eram chamadas de Pastagens, para pouso. As tropas andavam na estrada como caminhão. Tinha uma tropa atrás de outra. Na hora de parar, à tardinha, o capataz da tropa, mandava um peão na frente para saber se naquele lugar tinha pouso. Era cobrado pelo proprietário.

Mas poderia haver outras tropas no local impossibilitando o pouso. Nesse sentido, *se vinha uma tropa atrás que queria e não tinha, tinham que rondar a tropa*

parada na estrada. Rondar consistia em fazer um serviço de vigilância. Enquanto alguns tropeiros dormiam, outros ficavam acordados montados em cavalos, cuidando a tropa, que também dormia, de roubos e para não se dispersar (NUNES, 1996, p. 436).

Trafegavam por estes caminhos inúmeras mercadorias, não somente gado, mas pessoas com ideias, espacialidades, modos de viver (SILVA, 2006). Entre elas, os minérios, e também gentes prospectando. Novamente, faço referência à Carta a El-rei de Bartolomeu Pais de Abreu, em 1720, onde já indicava a procura de prata e ouro ocultados nesse “sertão”: “Esta diligência seguem-se povoarem-se as terras e aumentar se a real fazenda no contrato dos dízimos, nos direitos dos mesmos animais extraídos; no das passagens dos rios que ficam perto sertão adentro; descobrindo-se minas de ouro ou prata, ou pedras preciosas, que todo este vão do sertão em si oculta”. (Apud GOULART, 1961: 206-207, apud SILVA, 2006, p. 81-82). Os naturalistas viajantes (SMITH, 1922; ISABELE, 1983; SAINT-HILAIRE, 1987), observavam a geomorfologia dos lugares que cruzavam, indicando a possibilidade de existências de determinados minérios.

A duas ou três milhas da casa, a serra quebra-se abruptamente para estas planícies, e no lado da descida íngreme ha muitas grutas fundas, rocheas, que quasi todas partem de lombadas de quartzo ou são oureladas de quartzo ou granito. Informaram-me que se tem encontrado ouro em algumas d'ellas, mas em quantidades que não são remuneradoras. (SMITH, 1922, p. 153).

Na região do Alto Camaquã, a mineração se alavancou quando se esgotaram as reservas minerais até então exploradas na região das Minas Gerais (CARVALHO, 2013). Nos séculos XVII e XVIII a corte passou a incentivar os bandeirantes a investir no Sul em busca de minérios. Um exemplo apresentado por Carvalho (2013) se deu em 1715, quando foi enviado pela coroa, Francisco Brito Peixoto, descendente da família que fundou Laguna/SC e responsável por descobrir riquezas e organizar a ocupação do atual território do Rio Grande do Sul. A presença de jazidas na região de Lavras do Sul era conhecida pelos indígenas o que atraiu portugueses e espanhóis fazendo com que se implantassem na região montando acampamentos nas margens do Rio Camaquã com o objetivo de explorar o subsolo. Os jesuítas também entraram na disputa construindo o povoado de Santo Antônio localizado no segundo distrito de Lavras do Sul, que desapareceu durante as guerras guaraníticas (ARALDI, 2017).

Com a presença dos jesuítas, se fortaleceu a pecuária. Existe na região marcos dessa presença como a “estância Curral de Pedras” onde existe uma mangueira construída pelos indígenas missioneiros com capacidade para 12 mil cabeças (DEGRANDI, 2011; ARALDI, 2017).

Em 1750, intensificou-se o movimento expansionista luso-brasileiro no Sul em busca de ocupar o território, explorar as riquezas minerais e apreender o gado existente nas vacarias, ambos nas mãos das reduções missioneiras. O Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Maestri (2010), consistiu em uma tentativa de solução para as desavenças territoriais ibéricas. No tratado, a colônia de Sacramento ficava sob domínios da coroa espanhola e os territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai ficaram sob domínio da coroa portuguesa. No tratado ainda se acertou o uso conjunto de forças militares ibéricas no caso de resistência missioneira. A resistência missioneira aconteceu já nas primeiras ofensivas, em 1752, sob liderança do cacique José (Sepé) Tiaraju.

De acordo com as leituras de Tau Golin (2010) e Mário Maestri (2010), em janeiro de 1756, o exército espanho-lusitano, com cerca de 1.670 homens, entre “milicianos a soldo”, soldados regulares, bandeirantes conhecedores da região e peões, reuniu-se nas margens do rio Negro partindo para as missões para uma ofensiva final. Havia também os chamados “particulares” que consistiam em pessoas interessadas nos “tesouros escondidos” nas missões bem como os milhares cabeças de gado das estâncias guaranis. Compunham a comitiva 73 carretas carregando armamentos como canhões, espingardas, metralhas e granadas de mão, 7000 cavalos, 800 mulas e 6000 vacas para a alimentação. A comitiva tomou a sede da Estância São Miguel, chamada Santa Tecla, atual município de Bagé e seguiu a chamada Estrada ou Caminho das Missões⁴⁰ em direção as reduções. Conforme Golin (2010, p. 62) os indígenas guaranis adotavam as táticas de “terra arrasada” que consistia em queimar os campos para impedir o pastejo do gado inimigo e devastar as roças quando não conseguiam retirar a produção. O gado retirado era escondido em fundões, peraus ou levados para o norte. Os indígenas adotavam, também, a tática “guerra de movimento” ou “guerrilha” o que ocasionou poucas baixas. O gado era

⁴⁰ Atual BR 473.

usado para atrair peões, soldados e escravos luso-espanhóis. Os animais eram colocados a distância atraindo-os para uma emboscada onde eram mortos.

Em fevereiro de 1756, às margens da sanga do Bica, onde é hoje a rodoviária do município de São Gabriel, Sepé Tiarajú, na versão luso-espanhola, foi lanceado por um peão após a queda do cavalo que pisou em uma toca, sendo levado prisioneiro, torturado e morto pelo governador de Montevideu. A ofensiva contra os Guaraní seguiu e três dias depois massacrou mais de mil missionários na coxilha de Caiboaté, atual distrito de São Gabriel. Em maio de 1956, tomou-se a redução de São Miguel. Alguns grupos migraram para o Uruguai, outros se espalharam pelo território e outros se incorporaram ao exército português. (GOLIN, 2010; MAESTRI, 2010). Ao cruzar pela região da fronteira de Santana do Livramento, Saint-Hilaire (1987, p. 225) comentou em diversas passagens a presença de Guaranis. “Do outro lado duas choupanas habitadas por índios e totalmente construídas com folhas de gramíneas, como as construções dos soldados portugueses.”

Após a guerra guaraní e o enfraquecimento da organização dos indígenas missionários, iniciou-se a ocupação portuguesa da região (re)demarcando a fronteira pela doação das estâncias jesuítas e quadras de sesmarias aos tropeiros e oficiais das campanhas militares contra os espanhóis bem como aqueles que prestaram “serviços nas missões”. Os descendentes da família de Luciano Jardim, em Lavras do Sul, receberam uma sesmaria com dezoito quadras de campo⁴¹:

Meu tataravô que veio para cá. Nós somos família de sesmeiros. Foi concedido pelo império. Nossa família é de origem portuguesa. [A terra] foi dividida entre a família. Meu bisavô tinha seis filhos e minha avó era uma. Muitos não tinham família (dois ou três somente que tinham filhos). A parte dos solteiros foi dividida com os sobrinhos. Meu pai foi um dos sobrinhos que recebeu.

Além da apreensão do gado e de outras riquezas produzidas, o fato abriu caminhos para o avanço da busca pelo ouro existente na região. As pesquisas indicavam o Rio Camaquã e seus afluentes como ricos em ouro, fato que culminou na descoberta de uma pepita em 1796 por um garimpeiro escravizado e pode-se lembrar

⁴¹ Conforme Seu Beto, peão campeiro e pecuarista familiar em Palmas/Bagé, uma quadra de campo equivale a uma área de 88 hectares.

também do conhecimento dos indígenas sobre essas reservas auríferas. Arsène Isabelle relatou, com certo desprezo, a descoberta de ouro por um trabalhador nas terras de um criador de gado: “Não faz muito tempo que a mina foi descoberta: um *estancieiro*, proprietário do terreno, caminhava e fazia pastar seus animais todos os dias sobre o ouro sem desconfiar de nada, quando um indivíduo (um diabo) revelou-lhe um dia suas riquezas.” (ISABELLE, 1983, p. 34).

A grande pepita encontrada tinha as feições corporais e de rosto de Santo Antônio, o que deu ao lugar o nome de “Santo Antônio de Lavras” (FRANCHI, 2019). Na região do Alto Camaquã passaram a habitar os garimpeiros buscando minérios no rio Camaquã, peões campeiros, pequenos agricultores e pecuaristas, ferreiros, carpinteiros, entre outros. Famílias se instalaram e construíram núcleos urbanos com casas ornamentadas com detalhes arquitetônicos (CARVALHO, 2013). Por vezes, todas essas atividades eram realizadas por uma única pessoa ao longo de sua vida. Conforme a narrativa de um ex-garimpeiro em Lavras do Sul, os trabalhadores ficavam instalados junto à família, próximos às áreas de trabalho, morando em casas de barro fornecidos pelos proprietários das minas. Os minérios extraídos das jazidas eram transportados até os engenhos por meio de carros de boi ou por caminhões de pequeno porte (MOREIRA, 2015).

Os processos de pesquisas e tentativas de mineração, iniciado no século XVIII, seguiram ao longo do século XIX. O rio Camaquã apresentava um índice alto de grama de ouro por tonelada de terra escavada – 42g/t sendo que o comum era encontrar 10g/t. Carvalho (2013) escreve que muitas companhias de capital nacional e estrangeiro se lançaram na construção de barragens no rio. Porém, foram tentativas frustradas em função da falta de tecnologia capaz de se sustentar dentro de um rio de “correntes agressivas”. Ao mesmo tempo, em função do baixo custo/benefício da lavra descoberta, a corte determinou, em 1812, o fim das atividades. Em 1832, com a chegada de geofísicos e a criação do serviço geológico e mineralógico do Brasil, retomou-se o investimento para estudar veeiros auríferos em Caçapava do Sul. Em 1834, a câmara de Caçapava do Sul publica o edital de concessão de lavras no rio Camaquã formando uma companhia de capital nacional e estrangeiro para minerar ouro na região (CARVALHO, 2013). Neste mesmo ano, o viajante e naturalista francês Arsène Isabelle, cruzava a região. Em março de 1834, cruzou a atual cidade de Santa

Maria e registrou os métodos de extração de ouro bem como das jazidas existentes na região.

A cinco léguas ao sul de *Santa Maria* vê-se uma mina de ouro em exploração, que deve ser muito produtiva.

O ouro se acha em grãos disseminados numa rocha, cuja natureza ignoro (suponho ser quartzosa), que quebram, com a ajuda de pilão, para extraí-lo.

[...]

A umas 20 léguas mais ao sul, perto da vilazinha *Caçapava*, acham-se outras minas de ouro em exploração, que dão menos trabalho; em um rio chamado *Camaquã*, um dos afluentes da lagoa dos *Patos*, vale a pena o trabalho de destacar o ouro e trazê-lo com areia e cascalho do seu leito. (ISABELE, 1983, p. 38-39).

Entretanto, os métodos de extração não davam grandes resultados em função da falta de tecnologia. O pó de ouro era, assim, exportado com baixo valor agregado gerando pouca riqueza para a região. Outro dado trazido no relato é o uso de mão de obra escravizada mineira na extração de ouro.

Uma infinidade de riachos e terrenos são *auríferos* nesta província, mas os métodos de lavagem são muito ruins e o *pó* que se obtém não dá grande resultado ao proprietário de negros empregados neste serviço; perde-se também a maior parte, que é imperceptível.

Com máquinas apropriadas se preveniriam esses inconvenientes. (ISABELE, 1983, p. 39).

Nesse sentido, não era vantajosa a exploração de minérios por parte da elite agrária de Caçapava do Sul, no século XIX. Novamente, a narrativa de Isabele traz elementos do contexto da época em que a pecuária era preferível a mineração aurífera e isso se dava pelo receio dos criadores de gado em perderem suas terras para o capital estrangeiro, principal investidor dos projetos minerários. Por conseguinte, em casos de mineração, supunha-se, que era praticada em segredo.

(...) conhecem-se muitas estâncias atravessadas por arroios auríferos; noutras o encontram nas lagoas pouco profundas ou em maciços de relavas, mas os *estancieiros* se recusam a extração desse metal, mesmo por sua conta, pelo medo de serem despojados de suas imensas terras.

Contudo citam um *estancieiro* poderosamente rico, que se supõe fazer lavar em segredo, apesar de que ele, estancieiro, diga que seus rebanhos somente é que lhe fornecem o necessário às suas extraordinárias despesas. (ISABELE, 1983, p. 48).

É por pessoas se colocando apenas como criador de gado que fez com que Correa (2013) afirmasse que a sociedade de Caçapava do Sul, fosse formada com uma economia baseada na pecuária e com mão de obra escravizada⁴². Analisando os inventários *Post Mortem* entre 1820 e 1840, o autor entende que a base econômica da região era a pecuária de gado bovino. Tal fato estava associado ao alto valor do gado *vacum* em função do impulso mercantil interno acarretado desenvolvimento da produção do charque, carne salgada e seca ao sol, produzidos em estabelecimentos chamados charqueadas, em Pelotas.

Tabela 1 - Distribuição do gado *vacum* nos inventários entre 1820 – 1840

	Inventários com gado <i>vacum</i>	%	Número de animais	%	Media de reses
1 - 100	43	35	1.582	2	37
101 - 500	44	36	10.392	11	236
501 - 1000	15	12	9.730	11	648
Mais de 1000	21	17	67.560	76	3.217
Total	123	100	89.264	100	

Fonte: Elaborado a partir de Correa (2013, p. 50).

Conforme o levantamento do autor, na década de 1820 o número total de animais *vacuns* foi de 14.732 cabeças; na década de 1830 esse número subiu para 51.050 cabeças; já na década de 1840 o número de cabeças girava em torno dos 23.482 (CORREA, 2013, p. 40). Esse número baixo na década de 1840 se deu em função da instabilidade econômica e política que vivia a província em função da revolta farroupilha. Embora salientado que os inventários *post mortem* representam a classe “mais abastada na sociedade”, vê-se nesses inventários uma sociedade de pequenos e médios produtores. Assim, 35% dos proprietários possuíam até 100 animais *vacuns*,

⁴² O pesquisador encontrou o uso de mão de obra escravizada entre os pecuaristas independentemente da quantidade de cabeças de gado.

fato que, somando aos 36% dos proprietários entre 101 e 500 cabeças, chega-se a 71% dos inventários com pequenos e médios produtores. Entretanto, a concentração de terras estava com aqueles que possuíam mais de 1000 animais representando 76% do número total de bovinos com uma média de 3.217 animais por proprietário.

Em 1898, já na crise do ciclo econômico das charqueadas que atingia, por sua vez, a pecuária, um empreendimento binacional alavancou os investimentos internacionais nas lavras de ouro do rio Camaquã. Então, construiu-se o primeiro engenho de trituração de minério, no chamado bloco do Butiá em Lavras do Sul. Vendido para a Brazilian Goldfields Limited, em 1909, explorou ouro nas localidades de Vista Alegre, Cerro Rico, Mato Feio e Cerrito do Ouro. O empreendimento estava agregado a usina de tratamento de minério, a usina São João que depois tornou-se engenho do Paredão (CARVALHO, 2013). Entretanto, na Era Vargas, a consolidação dos empreendimentos mineiros sofreu impacto, a partir do decreto de lei nº 1985/40 que regulamentou e passou a criar mecanismo de fiscalização das minas e jazidas no Brasil. No artigo 6º escreve-se que o direito de pesquisar ou lavar só poderia ser outorgado para brasileiros. A saída de capital estrangeiro atingiu os empreendimentos que entraram em decadência, atingindo trabalhadores.

Outra atividade mineira que marcou a história da pampa, foi a exploração de cobre em Caçapava do Sul, na localidade Minas do Camaquã. Essa história, conforme Paim et al (2002) se deu com a descoberta do minério em 1865 por mineiros ingleses que garimpavam o ouro no atual território de Lavras do Sul. Em 1888, empresários alemães compraram as jazidas extraíndo minérios até 1899 quando uma queda nos preços e o aumento no valor dos transportes desestimulou a atividade. Em 1901, a extração foi retomada por uma companhia belga seguindo até 1908 quando uma nova queda na cotação do cobre, fez com que abandonassem o projeto. Entre 1928 e 1936 o serviço geológico e mineralógico empreendeu uma série de atividades de prospecção metalífera, gerando, como consequência a criação da Companhia Nacional do Cobre (CBC), sendo inicialmente uma empresa de economia mista. Foi privatizada em 1957 para o grupo Pignatari que extraiu minérios até 1974, quando vendeu ao Governo Federal que suspendeu a exploração pelas condições deficitárias da lavra. Então, investiu-se em pesquisas, caracterização do minério ampliação das reservas fazendo que, em 1981, um ex-funcionário da empresa comprasse

explorando até 1996, onde indicou-se o esgotamento das reservas economicamente viáveis.

O empreendimento deixou centenas de buracos ao longo da região. Esses lugares, que somente os moradores locais conhecem, estão em constante perigo de desabamento, ocasionando a morte de muitos bichos (LOSEKANN, 2011). Além disso, deixou de herança inúmeros problemas de saúde, principalmente renais, pelo fato de os trabalhadores ficarem muitas horas com os pés e parte do corpo dentro d'água, com uma gamela na mão, fazendo a lavagem dos minérios (ALTMANN et al, 2019). Esse vai e vem das atividades metalíferas ligadas aos altos e baixos da cotação dos minérios no mercado mundial indica um novo contexto para a região de avanço das atividades minerárias em função do esgotamento de jazidas em outros lugares bem como a descobertas de novas veias.

2.3. Fronteira manejada, vivida e em movimento

Uma pampa vazia, ocupada por grandes propriedades rurais que empregavam pouca mão de obra assalariada. Esta visão das relações sociais no contexto da pampa em que uma força de trabalho, escravizada ou juridicamente livres, não possuindo os meios de produção, a terra, era forçada a uma vida aérea, errante e sem vínculos, foi a base das reflexões acerca dos modos de viver na pampa. Nessa concepção de um capitalismo pastoril, a força de trabalho negra, indígena e mestiça era uma mercadoria e, para ser assim, precisaria estar despojada da propriedade dos meios de produção (FREITAS,1993), a saber, a terra. Isso marcava um conjunto de relações sociais dividida entre patrões, proprietários dos meios de produção, e uma massa de trabalhadores que vagavam pela pampa em função da sazonalidade das lidas ao longo do ano – denominados *changueros*. Entretanto, Luis Augusto Farinatti (2008) pesquisou os documentos das qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais do município de Alegrete (1845 – 1865). O autor considera uma “imagem romântica” essa de uma pampa rural marcada pela presença de homens soltos, sem vínculos, sem demandas e estratégias, andarilhando de estância e estância, empregados em trabalhos pesados, embora considerados um divertimento

considerando o “gosto pelas correrias e embates com o gado em campo aberto” (FARINATTI, 2008, p. 360).

Em minha dissertação de mestrado (LIMA, 2015) trouxe⁴³ as experiências de Seu Nelson, domador que, no contexto, residia em um bairro localizado na cidade de Bagé/RS. Sua jornada de vida foi vagando de estância em estância domando cavalos. Nunca foi empregado, nunca “*dependi de patrão*” e, quando “*dava vontade de trocar de estância*”, ia embora. Acertava o preço do serviço com o patrão - proprietário das terras-, e, ou ficava na estância domando. Ou, então, reunia os cavalos e saía andarilho pelos caminhos da pampa. Quando estavam domados os cavalos, voltava para entregá-los. Na estância o domador tinha direito à alimentação e para dormir não tinha quarto, fazendo de cama os pelegos, que atirava no chão do galpão ou embaixo de uma árvore quando as noites estavam quentes. A vida de andarilho, nômade, caminhando, junto com os cavalos, por diversos caminhos da/na pampa, constituía o seu modo de viver: *Eu era assim. Às vezes me dava vontade de trocar de estância, assim eu domava muito em estâncias. [...] Para onde os cavalos, quando sair da porteira, pegar [se dirigirem] é para onde nós vamos, tem estância para tudo quanto é lado para ir! Mas muito trabalho passei na estrada!*

Esta imagem homogênea da ocupação histórica do Rio Grande do Sul, de homens errantes sem vínculos familiares e sem terras, vem sendo problematizada pela historiografia no momento em que a mesma vem acessando outras fontes documentais, que são tais qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais. A problematização, por sua vez, não nega a existência desses homens errantes, mas procura evidenciar a existência múltiplas outras formas de viver e habitar. Estes documentos são registros das vidas e vozes negadas até então pela historiografia. Observando as narrativas dos viajantes, observa-se essas presenças constituindo contextos a partir do olhar civilizatório do europeu. Saint-Hilaire elenca inúmeros comentários nesses encontros: sobre a prostituição das mulheres indígenas, a indulgência e a criatividade dos indígenas para a música, indígenas soldados

⁴³ Estas experiências etnográficas foram realizadas no âmbito da realização da pesquisa do INRC – Lida campeira na região de Bagé/RS.

(lanceiros), o trabalho dos peões, a prática de agricultura e, sucintamente, a presença das mulheres nas lidas, nas estradas a cavalo⁴⁴.

As estratégias desses grupos às margens, levavam em consideração a fronteira móvel. Na região do Taim, a época dos campos neutrais⁴⁵, Saint-Hilaire (1987) narrou um fato em que pessoas sem terras solicitaram a posse aos portugueses que, enquanto representantes do estado, recusaram. Mas indicaram que fechariam os olhos para uma possível violação do tratado, caso esses agricultores, ao conversarem com os comandantes espanhóis, conseguissem tal consentimento. Noutros casos, a estratégia gerava consequências negativas como o caso de José Bernardes, filho de um velho contrabandista, entre Rio Grande e Montevideu, que se estabeleceu nesses campos na época do tratado. Quando adulto, reclamou a posse da propriedade. Entretanto, o pedido foi negado fazendo com que tivesse que abandonar a casa. “Após o dia em que perdi minha mãe”, disse ao viajante, “não houve para mim outro dia mais triste que aquele que deixei a choupana em que nasci” (*ibidem*, 105).

Flores e Farinatti (2009) propõem a noção de “fronteira manejada” em conversa com duas concepções opostas acerca a noção de fronteira na pampa: de um lado, tem-se a noção de “fronteira-barreira”, que isolaria as pessoas por meio da linha divisória entre os Estados Nacionais; por outro, tem-se a noção da zona de fronteira integrada sendo inexistentes os limites nacionais não afetando os modos de viver. No entanto, ao mesmo tempo que o Estado, com seu aparato burocrático estava (e está) presente, existe um conjunto de relações entre diferenças e pertencimentos para além destes aparatos. A noção de “fronteira manejada” dá conta das estratégias para lidar dentro do chamaram “situação de fronteira”, sempre em movimento. Saint-Hilaire (1987, p. 224) comentou sobre as dinâmicas dos guaranis que transitavam entre a incorporação ao exército português e ao exército espanhol. Ao comentar sobre os guaranis vinculados ao exército lusitano, embora visto como excelentes músicos, criticou a ausência de “ordem” bem como a tolerância dos portugueses a esses fatos. “E esta noite fui presenteado com uma serenata (...). Quando acabou, dei uma moeda

⁴⁴ “No caminho, encontrei um homem que mora há trinta léguas daqui, e que voltava para casa, em companhia da mulher. Todos, nessa região, são exímios cavaleiros, razão porque fazem longas viagens a cavalo.” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 101).

⁴⁵ O tratado de Santo Indefonso, em 1777, estabeleceu que o território entre os banhados do Taim e o arroio Chuí ficariam neutros, ou seja, sob nenhum domínio de Espanhóis e Portugueses.

aos músicos e eles foram imediatamente a taberna; minutos depois, nós os ouvimos cantar um hino composto durante a guerra, em honra de Artigas.”

Acompanhando o viajante, encontramos uma diversidade de pessoas e histórias, a partir das descrições do cotidiano e da materialidade. “Suas casas não passam de choupanas medindo, frequentemente, a altura de um homem e construídas à semelhança de barracas de acampamento, com folhas e hastes de uma gramínea muito dura e muito lisa” (*ibidem*, 2016), comentou acerca dos modos de viver Guarani, na região da fronteira sudoeste. Sobre as técnicas de plantio desses grupos, narrou:

Ao lado dessas choupanas miseráveis há, geralmente, um galpão onde se penduram nacos de carne; de vez em quando veem-se também, em volta dessas cabanas, pés de milho, abóboras, melancias. Raramente se dão ao trabalho de roçar todo o terreno, onde semearam essas plantas de que já mencionei, mas em meio a um terreno baldio, abriram buracos, um ao lado do outro, e ali lançaram grãos que não param de germinar, prova da intensa fertilidade do solo.

O viajante, com olhar colonizador, desconsiderou a cosmologia guarani sustentadas nos conhecimentos e reciprocidades junto aos Deuses e plantas (FEIJÓ, 2015), presente nessas práticas de agricultura. Porém não somente indígenas plantavam dessa maneira, sem “ordem” e “limpeza” da terra. Assim comentou o naturalista. “(...) ao passar perto de um casebre (...), um homem gritou repreendendo-me de que não pisasse em suas plantações. Eu procurava onde pudessem estar e via só pastagens, mas observando no meio da relva, descobri uns pezinhos novos de melancia sobre os quais, realmente, meu cavalo ia pisar. (Idem, p. 216).

De acordo com Helen Osório (2016, p. 23), a presença de produtores rurais que eram simultaneamente, pastores e lavradores, alimentando o grupo familiar com a produção agrícola de trigo, milho e feijão, carne e leite do pequeno rebanho e que, eventualmente, comercializavam o excedente de produção, é marcante. Por conseguinte, na análise dos inventários *post-mortem*, a autora encontrou uma significativa presença de pequenos pecuaristas – proprietários de menos de cem cabeças de gado - que possuíam, além da mão de obra familiar, da mão de obra escravizada. Um exemplo, escrito por Farinatti (2008, p. 368-369), foi a família de Firmiano de Souza Luz, que “possuía apenas 1/4 de légua de campo de sua

propriedade, cerca de 450 reses, 200 ovelhas e 2 escravas – uma africana, de nome Teresa, de 40 anos, e sua filha, Florisbela, com 12 anos de idade.”

Conforme Correa (2013), no contexto de Caçapava do Sul, os inventários indicavam altos índices de acesso à terra, sendo 83% na década de 1820, 68% na década de 1830 e 73% na década de 1840. A segunda condição mais encontrada era de agregado, ou seja, que produziam “de favor” em campos alheios. Entretanto, para Farinatti (2008, p. 363) pouco se sabe sobre segmentos sociais que não eram descritos nos inventários, como os negros escravizados e outras pessoas não titulares de atos patrimoniais como escrituras acessados nos inventários *post-mortem*. A saída do autor foi a caracterização sócio profissional presente nas testemunhas dos processos criminais. Mesmo assim:

Os segmentos sociais que gozavam de maior respeitabilidade e prestígio na sociedade estudada, tendem a estar sobre-representados. É de se imaginar que os homens adultos, casados, chefes de família e detentores de uma situação econômica estável fossem chamados para testemunhar não apenas quando haviam presenciado o fato, mas também para afiançar uma das versões em jogo ou servir como testemunhas abonatórias. Por sua vez, os sujeitos pertencentes a outros setores da sociedade eram inquiridos apenas quando haviam presenciado os eventos de que tratava o processo ou quando eram moradores das proximidades do local do delito, sabiam do caso por ouvir dizer ou podiam garantir qual era a voz corrente sobre a situação em questão. (FARINATTI, 2008, p. 360).

A análise das testemunhas que presenciaram os eventos do processo ou que eram moradores das proximidades do local do delito indicaram a presença de além de peões, lavradores, comerciantes, carpinteiros, pedreiros, jornaleiros, costureiras, lavadeiras e outros artífices, indicando uma sociedade bem mais heterogênea, com trabalhadores/as em diversas ocupações seja nos povoados e vilas, seja nas áreas rurais. Farinatti e Matheus (2017) contam a história de João Potro, que nascera e vivera em Lavras do Sul. Em 1852, João Potro foi capturado em Alegrete por um grupo liderado por Mariano Teixeira, grande proprietário rural no distrito de Lavras, sob reivindicação de que João era um escravo seu, filho escrava Felicidade, que havia fugido, em 1836, no período da revolução farroupilha, aproveitando-se da confusão entre os imperiais a partir da derrota sofrida na batalha de Seival. Por sua vez, João Potro alegava não ser o homem que Mariano Teixeira se referia, mas sim João Joaquim Paes, filho do pardo Joaquim Paes e da “china” Bárbara Luisa. O termo

“china” significava “mãe de família” para os grupos Guarani localizados na região. Fora batizado na capela de Caçapava em 1825.

Em 1832, seguem os autores, migrou com a mãe e os irmãos para a localidade de Paipasso, no segundo distrito do município de Alegrete, onde se instalaram como *posteiros* de uma estância. Em 1836, o irmão mais velho tornou-se capataz em uma propriedade rural na localidade de Quaró, no Uruguai, levando a família consigo. Anos depois, a família retornou para esse posto.

O posteiro era um peão que, em geral, se instalava com sua família em um rancho, onde podia criar alguns animais e fazer plantações, ajudando a cuidar para que o gado não se evadisse da estância e também fazendo rodeios para contagem e manejo do gado naquele local. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 717).

Pessoas como João Potro, não fizeram inventários. Porém, embora com pouco capital econômico, essas pessoas mobilizavam seus capitais sociais e políticos, bem como as relações de reciprocidade. Retomando o caso narrado por Farinatti e Matheus (2017), o fato gerou uma luta judicial em que ambos, João e Mariano, mobilizaram testemunhas indicando, nesses relatos, diferentes tipos de relações como de trabalho, de vizinhança, de compadrio, de parentesco, ligações políticas. Tal fato, mostra uma sociedade complexa e, conforme os autores, possibilitou,

compor uma imagem mais completa do espaço social em que ela estava inserida, perceber as relações mobilizadas por ambos os lados da contenda, colhendo assim mais subsídios para entender a constituição e funcionamento das relações de reciprocidade vertical e horizontal, que eram elementos de grande importância naquele mundo. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 734).

Os estudos recentes apontam a combinação de venda de força de trabalho, como peões nas estâncias, e a pequena produção, em que integravam cultivos de lavouras com a criação de gado em pequena escala. Muitos eram pequenos criadores e lavradores e trabalhavam como peões nas grandes estâncias sugerindo um conjunto de relações sociais mais complexo do que a dicotomia entre patrão e peão, assim como de uma economia marcada pela pecuária. Também essas pessoas eram, ao mesmo tempo, cabos, agricultores e pecuaristas: “Às 10h, o calor já era tão forte que

os bois não tinham força para avançar, obrigando-nos a parar diante de uma pequena cabana, construída por um cabo do destacamento de Quarain, onde ele esperava criar vacas e cultivar plantações.” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 230)

A historiografia vem se preocupando em reconstruir, ainda que parcialmente, a trajetória dessas famílias de trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo, agricultoras, pecuaristas, garimpeiras, campeiras. No que se refere aos peões campeiros o autor constatou que tinham média de idade de 29 anos e eram solteiros enquanto que, os lavradores tinham médias de idade acima e eram casados.

O estabelecimento como lavrador pressupunha, na maioria dos casos, a constituição de famílias, que acabavam por se tornar a base do trabalho e da organização que permitiam o acesso à produção independente. Por sua vez, as ocupações ligadas ao assalariamento agrícola não-especializado costumavam ter um sentido de temporariedade: eram exercidas até que se conseguisse construir as condições necessárias para o estabelecimento como lavrador. (FARINATTI, 2008, p. 372).

Uma vez constituída a família, essas pessoas continuavam a assalariar-se, como estratégia de reprodução social, nas grandes propriedades, por vezes realizando atividades sazonais como o trabalho de tropeiro, recebendo valores não somente em dinheiro, mas em outras mercadorias. Também realizar atividades assalariadas nas vilas e *pueblos*. Enfim, embora entenda que há muito a ser desvendado nas relações sociais nos ambientes rurais, essas considerações destacam, entre tantos outros grupos negados, a presença do/a agricultor e pecuarista familiar, configurando um contexto histórico de ocupação da Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização e a compra da terra por meio dos trabalhadores das estâncias (FERNANDES; MIGUEL, 2016). Também há que considerar os acessos terras a partir de laços de reciprocidade e compadrio, desapropriação pelo Estado, entre outras formas possíveis.

Nas palavras de Álvarez (2015, p. 14) a estrutura fundiária da parte norte do Uruguai (e parte sul do Rio Grande do Sul), formou-se pelas estâncias jesuítas configurando uma paisagem pastoril marcada por grandes extensões de terras. As missões, “se asentaron sobre pastizales tiernos casi sin vegetación arbórea y entre

pastos duros com bosques-galerias y serranos”. Porém, mais do que a grande estância, os manejos jesuítas, configuram um modelo de pastoreio extensivo. O objetivo era prender e domesticar o gado alçado em função da extração do couro, chifres e sebos que eram exportados para a Europa por vias de Sacramento e Buenos Aires. Em um primeiro momento o gado era caçado em campo aberto sem requerer maiores cuidados. Maestri (2008, p. 190) denominou “fazendas chimarrãs” este tipo de manejo e domesticação. Entretanto, na segunda metade do século XVIII em função da emergência da indústria charqueadora de grande porte no Rio Grande do Sul, para além do couro, chifres e sebos, a carne, torna-se um bem de mercado e, nesse sentido, a domesticação do gado se intensificou, criando o que chamou de “fazendas crioulas”.

A doma crescente dos bovinos constituiu o primeiro grande salto, da fazenda chimarrã a fazenda crioula. A castração dos novilhos pacificava os rebanhos e favorecia o engorde dos capados. Bovinos inteiros ganham mais peso pelo efeito anabólico dos hormônios testiculares, mas levam mais tempo para acumular gordura; castrados, ganham menos peso, mas produzem melhores carcaças pela deposição de gorduras. (MAESTRI, 2008, p. 192).

Junto às fazendas crioulas, houve um constante processo de alteração da paisagem pampiana pelo cercamento para divisão dos campos. Ao cruzar a região de Piratini na segunda metade do século XIX, Smith fez uma observação sobre esta “novidade” de pastos definidos por cercas.

Alguns estancieiros introduziram a novidade de pastos defendidos por cercas ou fossos, mas em geral deixa-se o gado andar á vontade, empregando-se os vaqueiros em conservar as reses dentro de certos limites e em reuni-las uma ou duas vezes por anno; ahi as novas são forradas, e castram-se os que não são reservados para a procriação; aqui também escolhem-se alguns para o mercado, que às vezes continuam soltos ainda por mézes. (SMITH, 1922, p. 155).

A advento e consolidação das fazendas crioulas, está associada às transformações sociotécnicas que, por sua vez, alteravam a paisagem da pampa: a lei de terras em 1850 (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) que normatizava o direito agrário no Brasil, e a introdução do arame liso para o cercamento das propriedades. Referente ao primeiro, embora a lei tenha sido implementada de diferentes modos nas

diferentes províncias, ela normatizou uma definição do que é propriedade, já que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Ou seja, a terra tornou-se uma mercadoria, excluindo do acesso aqueles que não tinham condições de comprá-la. Assim, “os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos” (SILVA, 2015, p. 06). Ao mesmo tempo permitiu as posses de terras ocupadas por pequenos agricultores, desde que não estivessem em jogo, os interesses de proprietários de grandes extensões de terra (idem, 2015, p.12).

A introdução do arame liso se deu no Uruguai, em 1852, chegando no Brasil em 1870 como uma novidade tecnológica (FARIAS, 2013, p. 43). Tais fatos, tornaram lineares as paisagens da pampa redefinindo o acesso às terras e aos territórios. Cotrim (2003) no município de Canguçu, os cercamento das terras redefiniram as relações de trabalho ocasionando a expulsão dos peões posteiros e outros agregados das estâncias, gerando migrações para cidades próximas e ocupação das áreas com relevos acidentados que não interessavam no processo de modernização agrícola. Esses locais, as margens, também consistiam em caminhos de fuga e resistências de pessoas negras submetidas ao serviço escravizado. Ao mesmo tempo, esses locais dobrados e de florestas consistiram, em meados do século XIX, em espaços de ocupação pelas políticas de branqueamento voltadas para destinar fracos de terras a descendentes de italianos, alemães, franceses. Conforme Ingold:

Colonialismo no es, por tanto, la imposición de un mundo lineal sobre un no lineal sino la imposición sobre otro: primero se transforman los trazados por los que transita la vida en fronteras bajo los que ésta se contiene para después unir estas comunidades, ahora cerradas e confinadas cada una a un lugar, en formaciones verticales cerradas. Vivir juntos es una cosa, vivir conectados es otra muy distinta. (INGOLD, 2015b, p. 17/18)

Entretanto é, como escreve Michel De Certeau (2007), nas criativas práticas cotidianas que é possível acessar as maneiras de subverter, mas não rejeitando diretamente, os desígnios impostos pela ordem dominante. Tais desígnios operam em rede de vigilância generalizada que são procedimentos técnicos atuando detalhadamente sobre os espaços (FOUCAULT, 2007). Porém, para De Certeau

(2007), há que se conceber também os procedimentos minúsculos e cotidianos que jogam e não se reduzem aos mecanismos da disciplina, ou das linhas.

2.4. Pelos caminhos do sal e do açúcar

Caminhando pela pampa, seguindo rastros e fazendo conexões por meio das indicações dos/as interlocutores/as, me perdendo e me encontrando entre os lugares, foi-se delineando que seguia alguns “antigos caminhos de tropas e carretas” onde eram conduzidos bois e outras mercadorias de diferentes lugares da pampa, para charqueadas (e depois frigoríficos) localizados no município de Pelotas, às margens do canal São Gonçalo. Percebi que dava continuidade ao seguir e fazer conexões pela pesquisa sobre os saberes pecuários na pampa brasileira, realizada junto ao IPHAN.



Mapa 7 - Sítio do INRC - Lida Campeira na região de Bagé/RS.

Fonte: (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 21)

Desde 2010, seguindo os caminhos indicados por interlocutores/as, a equipe observava que, o que integrava esses encontros, eram esses antigos caminhos. Conforme Flávia Rieth et al, a BR 293, [é um] “antigo Caminho das Tropas, ou, Estrada Real. Nela o gado que vinha de Bagé em direção às charqueadas de Pelotas passava

por cidades como Pinheiro Machado (antiga Cacimbinhas), Hulha Negra, Candiota, Pedras Altas, Piratini, Cerrito até chegar à tablada de Pelotas onde este gado seria vendido e remanejado até seu destino final.” (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 5) Por conseguinte, as áreas urbanas de alguns municípios foram constituídas em volta desses *paradouros* para tropas.

Estava seguindo certas intensidades e conexões que conformavam uma malha do sal e do açúcar. Mapeando caminhos a partir das histórias que contavam pessoas, bichos e materialidades em seus devires-pampianos, no descobrir caminhos, nas vozes que ecoam nos vazios, nos ruídos dos passos moldando espaços e das materialidades que ganham vida inseridas em fluxos. As descrições etnográficas seguem esses caminhos principalmente que ligavam municípios do chamado Alto Camaquã aos abatedouros de Pelotas. Início a descrição da malha pelas experiências no município de Lavras do Sul, na propriedade de Luciano Jardim, onde havia pastagens para paradas das tropas. Elas seguiam em passos lentos e compassados em direção estabelecimentos de abate localizados na cidade de Bagé e de Pelotas. Assim, narrou o pecuarista: *As tropas que cruzavam aqui iam rumo ao matador de São Domingos, outras rumo à Pelotas. De carreta eram 30 dias até Pelotas. Com a tropa era também mais ou menos isso já que o tiro de carreta é mais ou menos o da tropa.*

A ocupação destas rotas se dava, também, pela concessão de datas e sesmarias as quais tornavam os trajetos seguros, fato que se efetivou como estratégia na primeira metade do século XVIII. Aliado a isso, teve a construção de fortes como o de São Miguel, em 1734, no Chuí e, no ano de 1737, o Jesus Maria José na barra do Rio Grande. As fronteiras desse território moviam-se constantemente, em função dos tantos dos tratados entre as coroas portuguesa e espanhola quanto das guerras de ocupação. A construção do Forte Jesus Maria José se deu para apoio à colônia de Sacramento e assegurar a ocupação portuguesa no território. Silva Paes, estrategista dessa povoação, apoiou a formação da agricultura, distribuindo datas de terra, e apoio à pecuária com a distribuição de sesmarias. Além disso, a povoação tinha o intuito de uma reserva de soldados (UESSLER, 2006). Chegaram casais do Rio de Janeiro, de Colônia de Sacramento e Vila de Laguna. O povoamento se deu na região do Estreito, hoje distrito de São José do Norte, elevado a vila em 1747. Mas em função do acúmulo de areia, a vila fora transferida para a zona do Porto (idem, 2006).

A ocupação portuguesa se estendeu às áreas ocupadas pelos Indígenas Tapes, atuais territórios de Canguçu, Pinheiro Machado, Piratini, Encruzilhada, Morro Redondo. Ligados às reduções missioneiras, os Tapes faziam guarda avançada para impor obstáculos às incursões portuguesas. Esses grupos mantinham práticas de criação de gado para carne, graxa e couro, cultivavam erva-mate e, nas zonas de floresta – hoje conhecidas como Serra dos Tapes - cultivavam mandioca e milho pela prática da coivara, que consistia na derrubada e queima da vegetação para o plantio fazendo rodízio de áreas (COTRIM, 2003). A construção do forte de São Gonçalo, na foz do rio Piratini, em 1755, no contexto da guerra guaraníca, tinha o objetivo de fornecer suporte ao forte e povoamento de Rio Grande. Mas ao mesmo tempo, essa construção, abandonada em 1762, fortaleceu a incursão portuguesa na região. Em 1756, já com a organização dos tapes desestabilizada, iniciou-se o processo de doação de datas⁴⁶ de terras aos açorianos, nas áreas de floresta, para implantarem um sistema de cultivo para subsistência e criação de gado. Nas áreas de campo, estabeleceu-se o processo de doação de sesmarias⁴⁷ a militares portugueses considerando a existência do gado xucro e zona estratégica de ocupação.

Ao cruzar pela região de Rio Grande, em 1820, Saint-Hilaire (1987), comentou ser esta Capitania uma das mais ricas de todo o Brasil e mais favorecida pela natureza em função dos lagos e rios que favoreciam o transporte bem como a riqueza da produção, elencando o trigo, o centeio, o milho, o feijão. Além disso, encontrou pessegueiros, laranjeiras, figueiras, parreiras, marmeleiros, comentando que todas as árvores, legumes e verduras trazidas da Europa renderiam bons frutos se bem cultivados. Em uma rua de Rio Grande, encontrou um mercadinho, também chamado de quitanda, “onde negros, acorados, vendem legumes, tais como: couves, cebolas, alfaces, laranjas” (idem, p. 76). Aos arredores da cidade, encontrou agricultores como o Seu Justino, cuja casa não passava de uma cabana, mas o pomar era muito bem cuidado estando em “ordem e simetria” e o terreno limpo. Produzia hortaliças como couves, ervilhas e alfaces, e produzia frutíferas com uma prática “digna de elogio” que consistia em enxertar as mesmas espécies umas nas outras. Justino vendia a produção na cidade e possuía doze negros escravizados (idem, p. 97). Outra prática

⁴⁶ Segundo Cotrim (2003), uma data de terra equivalia a 272 hectares.

⁴⁷ Equivalente a 13.068 hectares.

de manejo foi narrada ao viajante por uma estancieira⁴⁸, que habitava as margens da Lagoa Caiubá. Essa prática mostra a integração lavoura e pecuária articulando o trigo com a criação de gado.

Perguntei-lhe como se adubava a terra para plantar trigo. Outrora, respondeu-me ela, aguardava-se o gado num curral, perto de casa, e transportava-se o esterco em pequenos carros para as terras que se queria semear; mas nesta Capitania, todos renunciaram tal prática; hoje, cerca-se com estacas a parte do terreno que se vai cultivar, e aí se encerra o gado todas as tardes. Quando essas partes de campo já receberam bastante estrume, transporta-se o cercado para mais longe e assim sucessivamente, até que o campo esteja inteiramente adubado. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 100).

Saint-Hilaire encontrou, na cidade de Rio Grande, comércio de carne seca, couro, sebo e trigo realizado por negociantes riquíssimos. Além disso, o trigo e derivados de carne eram comercializados em outras regiões do país. A produção do charque, base da alimentação das pessoas escravizadas, abastecia diversas regiões do Brasil e também era exportada para Cuba e EUA. Tal fato, nos leva a formação do atual território do município de Pelotas⁴⁹, localizado ao sul do Rio Grande do Sul, às margens do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. A formação atual urbana se estruturou por meio dos caminhos das tropas (RAMOS, 2013), levando ao período da economia saladeril e escravista momento que marca a ocupação europeia do território. Em 1758, é outorgada a carta de sesmária ao coronel Thomáz Luiz Osório constituindo o chamado “rincão das pelotas”. Por ser uma região de disputa entre espanhóis e portugueses, a coroa portuguesa voltada à expansão do domínio colonial, em prol da expulsão e o massacre dos povos indígenas que ali habitavam, doou sesmarias de campo a militares, líderes de grupos armados e alguns religiosos (GUTIERREZ, 2006).

Posteriormente, o chamado “rincão das Pelotas” fora dividido em sete sesmarias: Feitoria, Pelotas, Santa Bárbara, São Thomé, Pavão, Santana e Monte bonito sendo este último cuja localização consistia nos limites tendo a leste o arroio pelotas, a oeste o canal santa bárbara, ao sul o canal são Gonçalo e a norte a serra dos tapes. Por conseguinte, fora dividido, em 1780, em 19 datas de terras

⁴⁸ Não foi informado o seu nome.

⁴⁹ Uma primeira versão deste texto fora escrita para um artigo (LIMA; ALFONSO; RIETH, 2017).

A instalação das charqueadas considerou a viabilidade do escoamento da produção e recebimento de mercadorias, dentre elas a mão de obra escravizada. O transporte fluvial era a opção viável, pois a proximidade com a Lagoa dos Patos facilitava o acesso ao Oceano Atlântico. Desse modo, as charqueadas estavam ligadas às demais regiões do Brasil e ao mercado mundial (ROCHA, 2014; MAESTRI, 1984). Aproximadamente 40 indústrias charqueadoras se instalaram na região da atual área urbana do município de Pelotas, às margens do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. No decorrer do século XIX, durante o auge da produção de charque, Pelotas teve grande concentração de mão de obra escravizada considerando as demandas da produção para o mercado externo. Além disso, o abate e processamento de um boi demandava uma série de trabalhadores especializados (RODRIGUES, 2015). A margem do São Gonçalo era o local de desembarque de pessoas negras escravizadas que desembarcavam dos navios negreiros no porto do Rio Grande, se deslocavam via laguna dos patos e entravam no canal São Gonçalo. Desembarcavam no chamado Passo dos Negros para serem comercializadas ou encaminhados para outros pontos de comercialização (ROSA, 2012, ROCHA 2014, RODRIGUES, 2015).



Imagem 11 - Travessia do São Gonçalo para as charqueadas de Pelotas (Jean Baptiste Debret)⁵⁰.

O termo “passo” indica um lugar, no curso de um rio, canal ou riacho, que serve para passagem de humanos e animais. Nesse sentido o local também se constituía como lugar de passagem dos rebanhos animais que se deslocavam, das fazendas da

⁵⁰ Disponível em: <http://www.vivaocharque.com.br/interativo/artigo27>. Acesso 25 de setembro de 2015.

região sul, das *vacarias del mar* e também do Uruguai com trajetória pelo caminho da praia. Tropeiros, cavalos, cachorros e bois atravessavam o canal onde iniciavam a trajetória pelo Corredor das tropas que levava ao centro de comercialização, denominada Tablada. Conforme De Leon (2001) a estrada ficava congestionada com o intenso fluxo de tropas.

A Tablada fora construída de maneira que ficasse contígua ao fundo das áreas das charqueadas e, assim, o gado vendido se deslocava por dentro da propriedade até o lugar de abate. Entretanto, alguns saladeiros, localizados às margens do canal São Gonçalo não estavam ligados à área da tablada, tendo os tropeiros fazer uso do corredor das tropas para se deslocarem. Assim, havia encontro de tropas de gado. Quando isso acontecia, uma aglomerava-se para a outra passar. Este intenso movimento danificava as estradas e, sendo a região marcada por banhados, em 1820, a câmara de vereadores solicitou aos charqueadores a disponibilização de negros escravizados para a construção da “ponte dos dois arcos” que hoje é uma das referências ao passado de escravidão da cidade. Seguindo os caminhos das tropas estas chegavam à Tablada para serem comercializadas. Hebert Smith (1922), naturalista norte-americano que viajou pelo Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX descreve o processo de maneira tão instigante e dramática à atenção de quem lê, que prefiro disponibilizar a descrição completa do ambiente da tablada e o caminho que o gado tomava depois de ter sido comercializado:

Uma das mais características e ao mesmo tempo mais selvagens e interessantes vistas de Pelotas é a Tablada. Chama-se assim um descampado extenso e quase liso, onde de dezembro a maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pôde haver aqui ao mesmo tempo umas vinte datas, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopam em todas as direções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem as tropas; o gado, cansado do longo caminho o espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente aqui e ali em belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhes o valor com rapidez e precisão admiráveis, e fechando os negócios às pressas com estancieiros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral as boiadas inteiras estão vendidas pouco tempo depois de chegadas.

Imediatamente levam-nas para uma das charqueadas junto ao rio, onde as prendem algumas vezes por muitas horas, em cercados que se chamam mangueiras. Estas se adelgaçam em ponta numa das extremidades, onde

comunicam com um curral menor chamado mangueira da matança, capaz de conter trinta cabeças do gado juntas, afocinhando em ambas as extremidades, fortemente cercado, com um pavimento de pedras lisas ou chaprões inclinados para a extremidade oposta à entrada; por fora da cerca, e rodeando-a, há um passeio de taboões para os trabalhadores.

A matança em geral é de manhã. Cheia de gado a mangueira da matança, fecham-na, e atira-se um laço ao chifre ou à cabeça do animal; este laço, passado por um moirão, é preso a uma junta de bois ou cavalos, os quais são tangidos imediatamente do curral, arrastando o animal laçado, pelo declive escorregadio até em baixo: aqui fica diretamente debaixo da mão do desnucador, que levanta um punhal comprido e muito afiado e embebe-o no pescoço do animal, geralmente entre o atlas e os ossos occipitais. Este golpe não mata instantaneamente, porém priva de toda sensibilidade; o animal cai em um carro de plataforma, que é contínuo com o soalho da mangueira; levanta-se uma porta, tira-se rapidamente o carro, descarregam-no e põem-no de novo no lugar, a tempo de receber outro animal que, entretanto, foi laçado. A operação inteira leva cerca de um minuto, e muitas vezes num só estabelecimento no mesmo dia matam-se 600 e 700 cabeças de gado.

A carcaça, puxada do carro por um homem a cavalo, está agora no grande edifício em que são executadas as operações restantes, quase sempre por escravos. Esfolam-se rapidamente o couro, tomando cuidado, ao abrir o pescoço, de enterrar uma faca no coração, que ainda bate. Acabada a esfolação, tira-se limamente a carne dos ossos em oito pedaços, que são lançados em estacas horizontais; dois trabalhadores hábeis cortam-na e retalham-na então de maneira que cada pedaço fica reduzido a espessura uniforme de cerca de quinze milímetros. Para esta operação emprega-se um verbo especial — charquear — e d'ele derivam os substantivos charque, charqueada, charqueador. (SMITH, 1922, p 137 e 139)

Ester Gutierrez (2006) escreve sobre o estranhamento dos viajantes que cruzaram a região. O cheiro nas águas com ilhas de sangue em putrefação e de carne apodrecendo nos campos alimentando uma multidão de cães selvagens e de abutres que viviam sobrevoando a região. Ao cruzar por Pelotas, Saint-Hilaire comentou o cheiro forte do matadouro. Embora não fosse o período de matança, que se dava de novembro a abril, o cheiro desagradável chamou a atenção inspirando-lhe “náuseas e horror”. Na época da matança, “dizem não se pode aproximar das charqueadas sem ficar logo coberto de moscas”. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 89). O estranhamento de Smith (1922) também é emblemático. Uma cidade “rica” e “prospera” marcada, às suas margens, pela impressão horrível da morte, da dor, da sujeira, do cheiro de carne apodrecendo, dos ossos amontoados da confusão que é ordem.

Ha um não sei que de revoltante e ao mesmo tempo cativador nestes grandes matadouros; os trabalhadores negros, seminus, escorrendo sangue; os animais que lutam, os soalhos e sarjetas correndo rubros, os feitores

estólidos, vigiando imóveis sessenta mortes por hora, os montes de carne fresca 'dessorando', o vapor assobiando das caldeiras, a confusão, que, entretanto, é ordem: tudo isto combina-se para formar uma pintura tão peregrina e hórrida quanto pôde caber na imaginação. De toda esta carnificina dimanou a riqueza de Pelotas, uma das mais prósperas entre as cidades menores do Brasil. (SMITH, 1922, p 140)

A partir da segunda metade do século XIX até o final do século XIX a cidade foi marcada por uma ampla movimentação de capital, motivada pela intensa produção de charque (RIETH et al, 2008). Os charqueadores ostentavam tal riqueza, produzida por mão de obra negra escravizada, no intercâmbio entre o sal⁵¹ e o açúcar em que o charque era vendido para a região do nordeste do Brasil onde era comprado o açúcar. O sal e o açúcar, então, foram complementares na construção histórica e cultural da região. (MAGALHÃES, 2018). O açúcar negociado era matéria prima dos “docinhos” servidos nos saraus realizados nos salões dos suntuosos casarões das famílias charqueadoras. Segundo Mario Osório Magalhães (2018, p. 19) o doce não foi o protagonista inicial pois era “uma civilização que se sustentava no suor do negro, na punição do escravo, na faca assassina, na degola do boi, no arroio tinto de sangue, no cheiro da carniça, nas mantas de carne sob o calor do sol.” Ou seja, era uma cultura do sal mas que “procurava atenuar seus rituais de castigo e de brutalidade, adocicando-se em cortesias, amabilidades, versos rimados, saudações solenes, dedicatórias rebuscadas e, veladamente, sensuais.” Tal pomposidade do historiador pelotense, ainda que genial, “adocica” as violências aos corpos praticadas por essa elite que se alimentou, e segue se alimentando, das benesses desse mostro da acumulação desigual e desumana do capital – materializada entre as paredes dos casarões e, atualmente, nos muros dos luxuosos bairros residenciais.

As famílias charqueadoras possuíam chácaras na Serra dos Tapes em que era designada a mão de obra escravizada nos períodos de entressafras da fabricação de carnes salgadas. Ali, produziam cultivos como abóboras, milho, feijão para alimentarem os casarões. Porém, a partir de 1850, desenvolveu-se um novo negócio em que as famílias charqueadoras passaram a adotar as políticas de colonização europeia como forma de fortalecer a agricultura para abastecer o meio urbano. Enquanto terras inadequadas para a pecuária extensiva e de pouco interesse aos

⁵¹ Conforme Saint-Hilaire (1987), para cada animal abatido gastava-se meio alqueire de sal.

charqueadores, iniciou-se um processo de doação ou venda destas datas de matos para as empresas de colonização. Tais empresas recebiam subsídios por cada imigrante assentado. A fertilidade das terras e proximidade com os mercados de Pelotas e Rio Grande atraiu muitas pessoas vindos de outros lugares da província e de outras províncias. Entre 1850 e 1858 foram criados 16 núcleos colônias (PAREDES PEÑAFIEL, 2006). Além disso, já se encontravam na região pequenos produtores migrantes portugueses que cultivavam variedades de frutas, legumes e cereais, grupos indígenas e comunidades quilombolas.

Assim, junto à concepção de uma pampa arquitetada dentro de um projeto político, considera-se também, para além desse projeto político e arquitetônico, constituída por múltiplos agentes com múltiplas trajetórias. A elaboração desta referência histórica atenta para os caminhos traçados por meio de passos que moldaram espaços e teceram os lugares (DE CERTEAU, 2007, p. 176). O sal e o açúcar são substâncias que fazem parte de uma malha de relações e linhas misturadas, cosidas e cozidas, por humanos, bichos, coisas e paisagens. Ao percorrerem rotas, tais entes constituem e são constituídos a partir de linhas de convivências, negociações e conflitos.

2.5. Caminhando com os caminhões

No ano de 2016, quando iniciava a caminhada da tese, os habitantes da região do Alto Camaquã encontraram uma notícia, em uma pequena chamada de um jornal, acerca da existência de um projeto de mineração de metais pesados no município de Caçapava do Sul na divisão limítrofe dos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, ambos localizados do outro lado das margens do Rio Camaquã. Abria-se mais uma página no processo histórico de defesa do direito dessas populações ao rio, considerando um passado marcado pela mineração de cobre e, tempos depois, da articulação em defesa contra o avanço dos projetos de construção de barragens hidrelétricas. O rio e os outros seres não estavam, então, alheios a todos os possíveis desejos do “monstro” chamado “progresso” (BENJAMIN, 1987).

Passamos a integrar o movimento, enquanto equipe de pesquisa das lidas campeiras, alguns meses depois quando fomos convidados pelo prof. Althen⁵², que tem um histórico de mobilizações contra o avanço destes grandes empreendimentos na pampa. Nossa tarefa era analisar o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) apresentado pela empresa Votorantim Metais Holding (VMH), dizendo seguir os regimentos legais do processo do licenciamento ambiental. Tal empresa, é exploradora dos metais pesados zinco, chumbo, cobre, prata e ouro tendo garimpos nos países Brasil e Peru. O chamado “projeto Caçapava do Sul” ambicionava, em 3 minas a céu aberto, a extração anual de 16 mil toneladas de zinco, 5 mil toneladas de cobre, 36 mil toneladas de chumbo. Além desses, a empresa não divulgava o montante da exploração de prata e ouro. Vendiam o argumento da geração de 450 empregos, dando “prioridade” a contratação de mão de obra local, e a não utilização de barragens, empilhando os rejeitos a seco o que inviabilizaria a possibilidade de inúmeros impactos ambientais.

O professor Althen é uma das principais referências no movimento de defesa do bioma pampa – contra os agrotóxicos, o cultivo da soja transgênica, as “lavouras de eucaliptos” e os empreendimentos de mineração. Tais diálogos haviam emergidos em um evento chamado o “I Congresso Internacional do Pampa e III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha” cujo tema para debate era “*Olhares sobre o Pampa: um território em disputa*”. Organizado pelo programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ocorreu em junho de 2016. Foi a partir deste evento que a equipe descobriu uma pampa ameaçada por projetos neoextrativistas trazendo a necessidade de se articular a outras redes para constituir ações estratégicas e elaboração projetos para outras possibilidades de pampa, baseadas nos manejos “sustentáveis” das populações tradicionais ou locais.

Tal movimento fora levado para outro evento, realizado no mês de outubro de 2016 em Pelotas, organizado pelo Instituto de Biologia (UFPel), pela Fundação Zoobotânica/RS e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Clima Temperado. Chamado “*I congresso sobre o bioma pampa: reunindo saberes*”, o evento reuniu pesquisadores/as para a discussão da pecuária sustentável, do uso “racional” do solo e da conservação dos modos de vida na pampa. Essas questões

⁵² Vinculado ao Instituto de biologia da Universidade Federal de Pelotas (IB/UFPel).

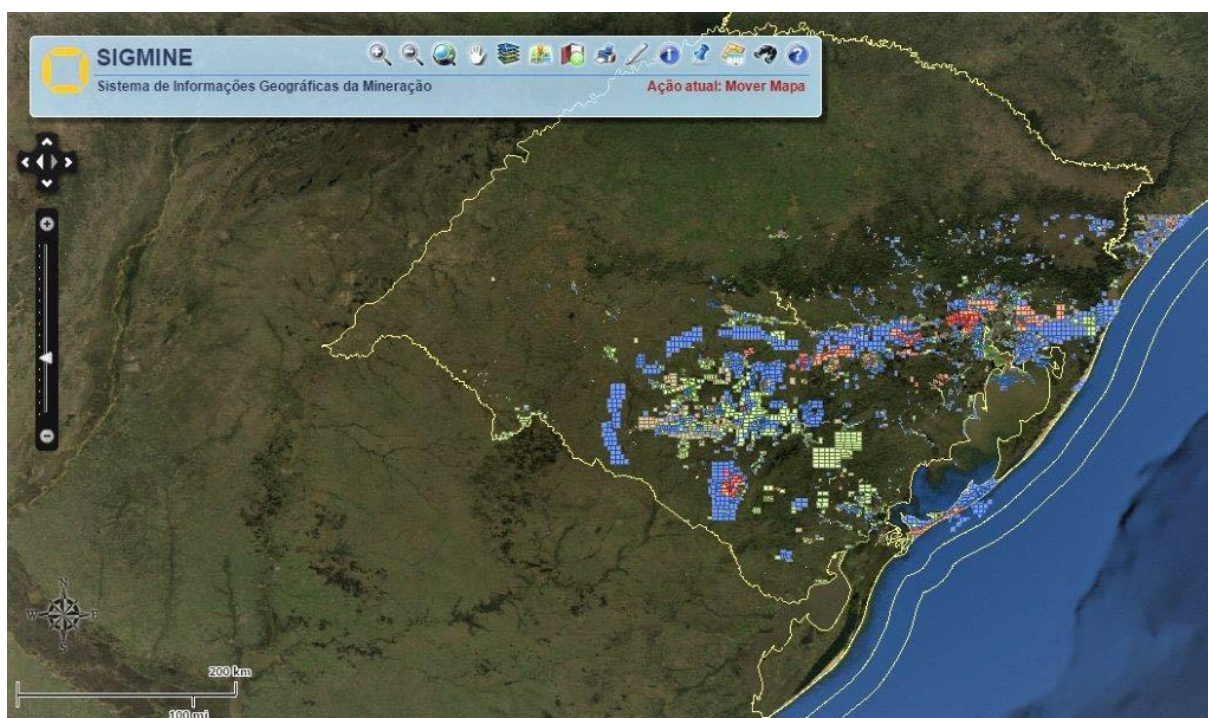
seriam contrapartidas às ameaças do avanço dos modelos de agricultura intensiva baseada na utilização de biocidas, no plantio de lavouras de commodities e, atualmente, na extração de minerais altamente poluentes.

No folder do congresso havia um peão, a cavalo, que tocava, junto aos cães, alguns novinhos. A paisagem consistia numa área de campo com uma mata no fundo. Os temas apresentados pelos/as pesquisadores/as buscavam pensar a integração desses elementos. Já foco das discussões girava em torno do “solo” de onde nascem uma diversidade de gramíneas que precisam serem manejadas para melhor dar conta da alimentação dos herbívoros. Para manter o ciclo ecossistêmico, o manejo deveria potencializar o valor nutritivo do pasto que significa não deixar que o mesmo seja esgotado ou cortado, pelos dentes dos animais, até as raízes. Além disso, pensavam formas de manejo que tornassem esta relação lucrativa, ou seja, maneiras de agregar valor ao produto final, mas que mantivessem o processo ecossistêmico sustentado, ou seja, mantivesse o ciclo. O foco, então, se deslocava do produto final para o processo, levando em consideração o pastejo de maneira que não esgotasse as gramíneas e que, ao contrário, potencializassem a sua renovação. Nesse sentido, os saberes e os modos de vida das populações tradicionais eram centrais e a pesquisa antropológica entraria, então, nessa rede, com reflexões acerca desses saberes e modos de fazer, reconhecendo-os enquanto patrimônio cultural.

Foi assim que, no final de outubro, recebemos um e-mail do professor Althen no qual convidava a equipe para a participação em um grupo de trabalho, no dia 7 de novembro de 2016, para discutir o EIA/RIMA divulgado pela empresa Votorantim Metais Holding. O propósito era que nossa equipe elaborasse apreciações acerca de uma parte do documento que era o estudo da questão socioeconômica. O fato é que nossa equipe tinha experiência etnográfica no que se refere aos estudos das relações entre humanos e demais entes que habitam as paisagens da pampa e, isso, possibilitava um olhar crítico acerca desses estudos, mesmo ainda sem sabermos com clareza quais as suas implicações, fato que viramos aprender no processo, na caminhada. Esta trajetória, então, ficaria entrecruzada com as discussões em torno das questões socioambientais e da salvaguarda dos saberes e modos de existir enquanto direitos das populações locais.

No encontro do GT sobre o EIA/RIMA estariam pessoas nos indicando alguns passos, mas a maioria dos participantes estaria em suas primeiras experiências com

análises de tais relatórios. Cada pesquisador/a apresentaria um parecer. Uma dica era se basear no “termo de referência” que orientava os critérios a serem exigidos para a escrita do relatório. O professor Althen apresentou um mapa que buscou no site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM)⁵³, na qual mostrava os inúmeros projetos de mineração indicados no território pampiano. Eram centenas de projetos entre pedidos de prospecção, de licenciamento e de cava.



Mapa 9 - Projetos de mineração na pampa. Elaborado a partir do site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

As indicações versavam sobre o fato do EIA/RIMA ser um dos passos para o licenciamento ambiental. Aprovado este seguiria para a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Assim, os questionamentos deveriam ser trazidos a partir deste relatório. Para alguns, a parte analisada estava contemplada ao passo que outros trouxeram inúmeros erros metodológicos para a coleta de dados. Um professor, ao apresentar o parecer da parte ecológica – estudo do meio biótico -,

⁵³ Criada pela Medida Provisória nº 791, de 25 de julho de 2017 que, posteriormente foi convertida na Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017. A agência foi efetivamente instalada em 28 de novembro de 2018.

comentou que a região que engloba o rio Camaquã, é paradeiro, no período reprodutivo, do “papagaio charão” que não havia sido contemplado no EIA/RIMA. Por conseguinte, comentou que isso não era importante considerando que eram poucos papagaios que cruzavam por aquelas matas. Em sua perspectiva, a quantidade ínfima desses seres justificava tal negação. Em outros lugares a presença em quantidade desses animais se fazia maior, justificando sua relevância “ecológica”. Foi então que os/as demais professores/as e pesquisadores/as se levantaram em críticas enfatizando que, mesmo que tivesse apenas “um papagaio” habitando a região, era importante e deveria ser indicado pois o mesmo seria afetado pelo empreendimento, além de estar no rol das espécies em extinção.

O jogo apresentado neste relato indicava duas visões metodológicas. De um lado, a ecologia baseada em levantamentos estatísticos que hierarquiza a relevância das espécies em torno da contagem de indivíduos em determinado campo. E, de outro lado, a ecologia voltada para a análise das interações entre seres vivos e o ambiente. As árvores das margens do rio Camaquã estavam entre os poucos lugares escolhidos pelo papagaio Charão para se reproduzir. Isso justificava o direito desses pássaros ao lugar. Portanto, estávamos num rito de passagem para as disputas entre concepções científicas, algo que levaríamos para outras situações.

No âmbito das mobilizações era necessário deixar claro uma tomada de posição e a pesquisa, sustentada nos parâmetros científicos, se apresentava, perante o estado, também como uma posição política (LATOUR, 1994). A questão em jogo é o que deve ser considerado e quem será afetado. Aqueles que defendem um projeto de desenvolvimento exógeno justificam a “pobreza” da região e uma pampa “vazia”, sem gente e sem bichos, destacando o fator social de geração de empregos enquanto um progresso que tem um ônus para alguns “poucos”, mas que beneficiará maioria. Já outras concepções, defendem um projeto de desenvolvimento endógeno que leva em consideração as interações entre seres vivos, materialidades e ambientes justificando que suas presenças devem ser “respeitadas”. A noção de “respeito” ao rio, ao papagaio charão e outros bichos, às pedras consistia em um preceito central nas contranarrativas das pessoas ao projeto de garimpagem. Nesse jogo estava qual narrativa era científica e qual não é. E isto passava pelos ditames de uma dimensão política, posicionar-se.

Por conseguinte, chegou a nossa vez de comentar a parte socioeconômica. Argumentamos que o estudo apresentado não considerava a relação das pessoas com as paisagens, não trazia os impactos à pecuária e, em específico, não mostrava a presença de pecuaristas familiares e comunidades quilombolas sendo grupos historicamente negados, econômica e cientificamente, por não participarem diretamente da modernização agrícola. Questionamos a metodologia de trabalho da equipe que realizou a pesquisa ao considerarmos que as inserções episódicas foram exíguas para apontarem determinadas conclusões, em especial, os impactos sobre a fauna, a dinâmica hídrica da região, o modo de vida das populações tradicionais (agricultores e pecuaristas familiares, quilombolas). Além disso, a discussão do processo histórico do lugar não dialogava com a realidade atual da região. Estávamos, portanto, nos inserindo na articulação, elaborando impugnações aos projetos de mineração na pampa e, em específico, ao projeto Caçapava do Sul.

A primeira audiência pública que participei foi em Santana da Boa Vista, município localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul com população em torno de 8 244 habitantes. Fomos eu e o Sérgio, hoje professor de sociologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e pesquisador de temas socioambientais. Ao chegarmos na rodoviária, as pessoas não sabiam nos informar sobre o evento. Não sabiam do que se tratava. Mas caminhamos pela cidade perguntando o endereço, conseguindo chegar ao local. Era uma estrondosa estrutura que se erguia embaixo de uma lona branca. Havia um telão na rua. As pessoas conversavam em grupos e algumas carregavam faixas nas mãos. Entramos. Assinamos nossos nomes e nos perguntaram se iríamos falar no microfone ou escrever algum manifesto em um documento. Mas estávamos ali somente para escutar. Ao fundo havia um palco com um telão e na frente havia várias cadeiras brancas enfileiradas. Pequenas televisões e ventiladores dividiam as bordas da estrutura. Na entrada do salão, uma mesa expunha livros em capa dura que eram os relatórios que iriam ser apresentados à população naquela tarde.

Sentamos em cadeiras bem ao fundo. Logo depois começou o rito. Primeiramente, falou o representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) colocando que esta era a segunda audiência pública e que haveriam mais duas nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado conforme “*indica a lei do licenciamento ambiental*”. Passou a fala para o representante do governo do estado,

que trazia o apoio do mesmo ao projeto, pois iria “desenvolver” a região. Após, falou o engenheiro responsável pelo empreendimento que, de início, enfatizou que a Votorantim era “*uma empresa familiar*” e que estava trazendo o mais alto grau de desenvolvimento tecnológico no que se refere a engenharia para a mineração, sendo um projeto “*sustentável*”. Trouxe a importância dos minérios na nossa vida cotidiana como o chumbo utilizado na fabricação de baterias, o cobre nos aparelhos celulares e o zinco para aços. A alta engenharia era baseada nos argumentos de que não haveriam impactos ambientais pois a barragem de rejeitos e os resíduos seriam empilhados a seco em áreas impermeabilizadas e com diques de “*rochas brutas*”. Isso preservaria o rio Camaquã, sem derrame de rejeitos. Outra questão também era a captação de água do rio, equivalente a um número ínfimo de 0,04% da vazão média, além de que uma parte desta água seria reciclada e reaproveitada.

Logo depois o responsável pela pesquisa que gerou o relatório iniciou sua apresentação. O diagnóstico ambiental se dividia em três questões: físico, biótico e o diagnóstico socioambiental. A análise deveria contemplar estes três aspectos e integrá-los numa elaboração multidisciplinar. Quando falou da questão biótica enumerou as espécies: a presença de 2 espécies de árvores imunes ao corte (a figueira e a corticeira); 11 espécies ameaçadas; 26 espécies de mamíferos; 28 espécies de peixes. Na parte do diagnóstico socioeconômico delineou-se um quadro da mineração como um fator de desenvolvimento em uma região com pouca ocupação humana. Trazendo dados quantitativos, argumentava que a região tinha “*baixa atratividade*” para a migração de pessoas ao passo que o decréscimo populacional se dava pelos habitantes buscarem alternativas fora da região. A defasagem de empregos e renda trazia índices negativos de desenvolvimento humano, abaixo da média do estado. Os impactos apresentados se dividiam em “positivos”, com a geração de renda e empregos, e “negativos” que seriam os “ruídos” causados pelas explosões, movimentações de cargas e de pessoas. Tal argumento do desenvolvimento é enfatizado no relatório ao mesmo tempo que enuncia certa “ignorância” da população acerca deste empreendimento.

Com relação ao empreendimento o grau de conhecimento dos participantes sobre o projeto é pequeno, apesar disso, as manifestações em relação a implantação da mina foram totalmente favoráveis, pois há uma percepção muito positiva do efeito econômico que o empreendimento teria na região.” (RIMA, 2016, p.98).

O pesquisador trouxe, ao final, o diagnóstico de que o empreendimento era “viável e com viés ambiental”. Meu estranhamento, que foi a de muitos outros também, se concentrou em uma pergunta: e os impactos ambientais? Abriu-se, por conseguinte, para os participantes da plateia fazerem, em 3 minutos, comentários acerca do projeto. De início, os moradores da região lembraram que tais audiências estavam acontecendo porque entraram com uma ação no ministério público, pois a empresa e a Fepam projetaram somente uma audiência no município de Caçapava do Sul, desrespeitando os parâmetros legais do processo. As manifestações mantiveram certo equilíbrio entre aqueles que viam a possibilidade de empregos para a região, pois “*não queremos mais ser o lugar mais pobre do estado*”, e outros que argumentavam que a mineração não trazia “desenvolvimento”, além de colocar em xeque as atividades agropecuárias que caracterizavam a história e cultura dos municípios envolvidos.

Junto a nós se encontravam alguns agricultores. Pelo fato de estarmos anotando tudo, um deles me perguntou se éramos jornalistas. Respondi que éramos pesquisadores e que estávamos estudando o que as pessoas achavam do empreendimento. Me respondeu que achava bom porque “*traria empregos para o município*”. Outro que estava no grupo não concordou dizendo que “*iriam matar as nossas abelhas*”. E seguia o argumento de que a empresa não falou, mas a contaminação viria pela dinâmica dos ventos que carregariam a poeira. Relatou um caso da erupção de um vulcão no Chile há alguns anos atrás cuja poeira trazida pelo vento matou vários enxames na região. Comumente deixada de lado, a atmosfera fica de fora das discussões pós-sociais dos modos de existências e modos de habitar considerando os seres, pessoas e coisas ligadas a ambientes terrestres e aquáticos (INGOLD, 2015a). Nesse sentido, as mudanças não são somente mudanças no ar, mas no contato do corpo/organismo com as substâncias do ar. Assim, a poluição – interface entre a terra e o ar (poeira no ar) – da extração mineral na região seria sentida por humanos e os outros seres. A poeira do processo se juntaria ao ar e as águas dos rios. Vento, a chuva e o sol são movimentos e propagam substâncias.

A concepção de que a atmosfera é um fator que deveria ser considerado foi trazida nesta fala e em outras, que trouxeram a contranarrativa ao argumento de que o projeto não causaria impactos ambientais. Pelo mesmo raciocínio as questões de biólogos, agrônomos e moradores locais versavam sobre a pesquisa em debate

colocar o rio Camaquã como uma “barreira física” que não propagaria possíveis resíduos na andança do rio em direção a Laguna dos Patos. Por conseguinte, entre os outros equívocos apresentados pelos que se colocavam contrário ao projeto, se encontrava na concepção das áreas de impactos (diretos e indiretos) baseados em parâmetros métricos desconsiderando o que indicava o “termo de referência” de abranger um contexto de bacia hidrográfica.

A segunda audiência pública foi realizada alguns dias depois num ginásio de esportes em Bagé. Já nesse evento, junto a integrantes da equipe do INRC – Lida Campeira⁵⁴, trazíamos questões sobre o relatório. Trazia comigo a experiência com aqueles agricultores da audiência anterior que se perguntavam sobre a poluição propagada pelos ventos. Somente duas pessoas se colocaram a favor do empreendimento: o prefeito do município de Caçapava do Sul e uma senhora dona de um restaurante, que disse pretender vender almoços para os trabalhadores da mina. As demais manifestações foram contrárias a instalação. Os manifestos questionavam se existia um lugar que se “desenvolveu” com a mineração. Também questionavam e pressionavam a empresa a apresentar os impactos ambientais, pois os moradores não eram “ignorantes” para acreditar naquela impossibilidade de danos ambientais, ainda mais, na maneira como apresentava a pesquisa colocando o rio Camaquã como uma barreira física. “*Não existe mineração sustentável!*”; “*Não se iludam com o canto da sereia!*” Bradavam os manifestantes sob gritos e aplausos da plateia.

Muito presente nas narrativas esteve um espectro: a tragédia ocasionada pelo rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração S/A no município de Mariana em Minas Gerais, em novembro de 2015. A lama contaminada inundou cidades e atingiu a bacia do rio Doce e chegando ao Oceano no norte do Espírito Santo e ocasionando a extinção de inúmeras espécies de peixes, além de contaminar as vidas com metais pesados como arsênio, chumbo e mercúrio. As manifestações indicavam a experiência da tragédia de Mariana. “*Estamos prestes a ver acontecer no nosso rio, o que aconteceu em Mariana! Por isso eu digo não a mineração no rio Camaquã!*” As faixas traziam o drama de um rio prestes a morrer: “*o rio Camaquã pede socorro!*”, “*Salvem o rio Camaquã!*” Descobrimos um rio pensante e sensível,

⁵⁴ Flavia Rieth, Vagner Barreto.

participante político da contranarrativa a extração de chumbo as suas margens. Mais do que isso, descobrimos um Rio que, em sua itinerância por 430 km, participa das vidas de 26 municípios marcados pelas populações tradicionais, como pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas. As considerações dos possíveis impactos ambientais relatados pelos pesquisadores contratados pela Votorantim Metais, consideraram o ambiente como de uma área fixa, medida em metros quadrados com alcance determinado pelos limites administrativos dos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. Nessa concepção, o Rio Camaquã é considerado uma “barreira física”, que impediria os impactos nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, localizados no outro lado das margens. (EIA-RIMA, 2016: 31).

Para uma Antropologia inserida em contextos de vida, entretanto, o Rio Camaquã não pode ser considerado “uma barreira física”, mas sim, uma reunião de vidas, que se misturam e geram novas combinações – em processos de constante transformação (INGOLD, 2012a; 2015a). Ao perceber o Camaquã dessa forma, estávamos atentando para a percepção dos processos vitais e dos mundos que o compõem. Especialmente, levamos em consideração a preocupação com o próprio Rio Camaquã, cujas águas rápidas e indomáveis transbordam os limites geopolíticos de Caçapava do Sul e de Santana da Boa Vista/RS, sítio do empreendimento de mineração.

Lembro-me da última audiência realizado pela Fepam em parceria com a empresa Votorantim metais, realizada no município de Pinheiro Machado. Um agricultor, diante do microfone, teatralizou o atendimento a uma ligação do telefone celular. Logo após, mostrou o celular indicando que não era um smartphone e comentou ao engenheiro da empresa: *enquanto teus filhos estão caçando Pokémon nas praças da cidade, tem agricultores nas margens do Camaquã produzindo feijão, cuidando do gado. Somos uma associação com muitos produtores de feijão! Nós dependemos do rio e dessa natureza!* O agricultor estava trazendo um contraponto ao comentário do engenheiro que apresentara a presença dos metais na nossa vida cotidiana. O cobre estava presente nos celulares. Mas, por que os modos de vida deveriam serem impactados para suprimir tais padrões de consumo?

“As coisas que os brancos extraem da terra, com tanta avidez, não são alimentos. São coisas maléficas e perigosas”, disse Davi Kopenawa (2015, p. 357) sobre o garimpo ilegal nas terras Yanomami. E estas coisas devem ser mantidas na

terra. São impregnadas de febre, tosse, epidemia, que se espalham como fumaças envenenando corpos das pessoas, dos bichos, dos rios. Ainda, seguindo os ensinamentos de Kopenawa (2015, p. 339), é a terra que nos faz comer e viver, não são os minérios que fazem “crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos.” Na visão dos povos agricultores da pampa, por sua vez, a terra deve ser respeitada, junto aos rios, as plantas e aos bichos, fato que parece não estar presente na visão dos engenheiros e cientistas mineiros, comedores de terra. (KOPENAWA, 2015; PAREDES PEÑAFIEL, 2016).

A questão que se traz é se há um conflito ontológico ou é um conflito cultural. De um lado, os engenheiros da mineradora garantem que empreendimento não vai causar impactos negativos no ambiente como, por exemplo, a contaminação pelas águas e pelo ar. Assim, argumentam o uso de tecnologias avançadas de controle dos resíduos decorrentes da exploração dos minérios. Por outro lado, tem-se os moradores ribeirinhos que trazem narrativas de que seus modos de vida e dos outros seres, estão entrelaçados ao rio e que os engenheiros não consideram, ou seja, não respeitam o rio. Por isso, o destino do rio será o mesmo destino dos outros seres que habitam suas águas e suas margens. A implementação do projeto ocasionaria a morte destes modos de ser e viver. Cobre e o chumbo, tal como os venenos, não saem do corpo e não movimentam o ciclo da vida.

Segundo Escobar (2012) há uma tensão com respeito a noção de cultura. A cultura como “estrutura simbólica” (CES) que, apesar do compromisso com a diversidade pensa a partir de um único mundo não ultrapassando os limites da ontologia da modernidade. Por outro lado, tem-se a cultura como diferença radical (CDR) entre mundos inter-relacionados. A CDR parte de outras premissas ontológicas que questionam os dualismos constitutivos da modernidade. Assim, Blaser (2015) entende que se considerarmos os conflitos em torno nos territórios pela CES, o faremos como disputas epistemológicas em que diferentes culturas disputam o acesso e controle dos recursos de uma natureza já estabelecida. Isso leva ao “problema da política racional”. A política racional acontece quando os contendores estão ao menos de acordo sobre o que estão contendo. Porém, na política racional, as vidas não humanas não são trazidas para dentro do espaço político ficando no âmbito das crenças e romantismos. O único protocolo aceito é o da ciência universal sustentada na grande divisão entre natureza e culturas. O Sindicato dos Engenheiros do Rio

Grande do Sul chegou a divulgar uma nota em que “defende mais engenharia e menos proselitismo” nos debates em torno dos projetos de mineração. Por conseguinte, escreveu,

(...) a análise do projeto já vem criando oportunidades para todo tipo de debate político e social com seus mais diversos vieses, como foi possível constatar na última audiência pública (...), nas quais os argumentos da empresa, amparados em moderna tecnologia e atenção ambiental e com a população das localidades abrangidas, eram rebatidos indevidamente por pessoas sem habilitação técnica. (SENGE, 2017).

Esse preceito traz outra divisão entre o “nós”, os cientistas e engenheiros, que entendemos a natureza como ela é, e os “outros” que concebem a natureza a partir de crenças e imaginações pouco realistas. Entretanto, os grupos contrários a mineração inserem para dentro do âmbito da política, os não humanos. Um exemplo se dá quando levantam faixas em que traz a mensagem de que “*o rio Camaquã pede socorro*”. Uma leitura a partir da CDR me parece mais sensata para o conflito em questão onde as entidades e relações entram na disputa. Se o rio Camaquã pede socorro, infere-se, então, que o mesmo, tal como os outros seres que compartilham o território, sentem suas vidas ameaçadas e não querem a presença de tal empreendimento. O rio é *ingrato* e pode entrar em fúria e engolir pessoas. O rio merece *respeito*. Quando a engenharia o concebe como uma “barreira física” que barraria a contaminação, não está atuando conforme as regras estabelecidas. Pode-se concluir que há um conflito ontológico entre um mundo sustentado na ontologia naturalista e outros mundos sustentados em ontologias relacionais. Segundo Blaser (2015) é possível que um conflito ontológico esteja ocorrendo ainda que as partes estejam falando a mesma linguagem, ou seja, falando de um mesmo rio.

Conforme Javier Tobar (2006), a América Latina e seus territórios constituem, no imaginário dos centros de poder, como míticas cidades do ouro. “Como parte de la periferia mundial, sus territorios se convirtieron en una importante despensa de recursos, integrándose desde muy temprano al dominio del mercado.” (TOBAR, 2006, p. 89). Sendo um reservatório de riquezas, tal imaginário nega a existência de distintas formas de habitar e dar sentido à vida colocando a diversidade de seres e entidades dentro de um único conceito, a “natureza”, como um ente a ser dominado e controlado.

O processo de mapeamento destas diferentes situações os torna inseridos em diversas temporalidades históricas que se entrelaçam, se tencionam e compõem. Isso

me levou a seguir a metáfora do “mostro” (BENJAMIN, 1987), sendo uma designação para dar conta do avanço do capital que se apresenta, historicamente, em suas diversas faces como a modernização agrícola, o capitalismo imobiliário, a vigilância sanitária, a territorialização do capital e o neoextrativismo, que inserem as experiências espaciais e cotidianas em processos mais amplos do contexto da América Latina. “Ser moderno”, como escreve Marchall Berman (1986, p. 15), é encontrar-se em um “ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor”, mas ao mesmo tempo ameaça destruir “tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo que somos”. Tais experiências são vislumbradas quando observamos o processo histórico de expropriação das riquezas minerais e o descaso com que atuam aos/as trabalhadores/as desses empreendimentos. Seu Beto, que conheceu muitas pessoas mineras, jogando futebol na área do empreendimento, presenciou acontecimentos que levaram ao soterramento de funcionários/as nos subterrâneos das cavas: “a Votorantim não diz, mas eu sei que as pessoas morreram soterradas”.

Mas o que significa esses processos dentro do atual contexto socioeconômico? Por que a narrativa de uma “pampa vazia”? Para isso, faço referência ao livro “Olhares sobre o pampa: um território em disputa” que reúne o conjunto de textos apresentados no “I Congresso Internacional do Pampa e III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha” realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Já na apresentação do livro, as organizadoras colocam a situação de que a noção de modernização do século XX e seu modelo civilizatório, está associada a racionalidade econômica cujos resultados são a exaustão ecológica e a perda do patrimônio cultural e natural nas áreas submetidas ao processo de exploração econômica e estagnação nas áreas afastadas deste modelo tecnológico de intensificação produtiva (WIZNIEWSKY; FOLETO, 2017, p. 7).

Atualmente, os antigos caminhos são tomados pelos caminhões transportando *commodities* - entendidos como bens de origem primárias voltadas para a exportação. Tais bens como soja, madeiras de eucalipto para a produção de celulose e minérios seguem em direção aos caminhos das águas a partir dos portos localizados no município de Pelotas, nas margens do canal São Gonçalo, e do Porto do município de Rio Grande. Dalí vão nutrir ganâncias dos centros de poder. Tais movimentos inserem a pampa dentro do projeto neoextrativista na América Latina, que concerne, como

escreve Adriano Figueiró (2017, p. 146) numa “reedição contemporânea da política colonial acerca de um modelo de desenvolvimento pautado na exportação direta dos recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado.”



Mapa 10 - Trajetos estudados pela empresa de estudo ambiental Geoprospec para escoamento dos minérios de zinco, cobre e chumbo do projeto de mineração Caçapava do Sul (EIA, 2016, p. 211)

A geógrafa Ana Domínguez (2017, p. 95) escreve que está se implantando um plano de “Integración de Infraestructuras Regionales de Sudamérica (IIRSA)” que consistem em megaprojetos ligando áreas de produção agrárias e mineiras com os portos. Esses fatores definem territórios enquanto possibilidades para a ação do capital e se baseiam em conjuntos de ações que vão expandindo as possibilidades para o futuro, acionando novos agentes de intervenção a fim de consolidar as diversas facetas do modelo neoextrativista. Nisso, tem-se o aumento da produção de lavouras de eucaliptos e de soja na pampa, iniciados a partir dos anos 2000. A autora ainda traz um mapeamento de uma empresa transnacional que apresentou um mapa dos territórios do Cone Sul, como “República Unida de la Soja” sendo um símbolo do projeto de ampliação da produção nestes territórios (idem, p. 95).

A experiência vivida na localidade do Barroço, no município de Piratini foi possível entender a atuação dessas diferentes temporalidades. No horizonte, as lavouras de pinus e eucaliptos indicam a presença de uma madeira que é exportada para países como Alemanha, Estados Unidos da América, Inglaterra e México. Ao longo da estrada, nossa equipe cruzou por inúmeros caminhões com madeira. Carlinhos, que é presidente de uma associação de pecuaristas familiares do Barroço, vinculada a ADAC, contou-nos que diariamente cruzavam 20 caminhões por esses caminhos. Eles levavam e buscavam madeiras de uma empresa na região com vias de exportação. Tais caminhões seguiam pela Br-392 em direção aos portos de Rio Grande e Pelotas.

Na ânsia de acumulação ampliada de capital, tais projetos colocam em xeque as diversas existências enquanto entes com valores históricos e patrimônios culturais. Na “pampa fértil” uma enorme produção de commodities alimentaram e alimentam a balança do neocolonialismo, hoje, frente a subordinação aos ditames do mercado global. Já na “pampa suja”, no Alto Camaquã, a impossibilidade de exploração intensiva produziu uma marginalização das políticas de Estado. Porém, eis que no século XXI a atenção do modelo de modernização agrícola se direciona a estes lugares em uma iniciativa público-privado em favor de um projeto de “florestamento” de árvores exóticas voltada para abastecer o mercado externo, desconsiderando o potencial da região. Ainda, segue as autoras, é “vendido” para a região como a chave do desenvolvimento. (Idem, p.7). Atualmente, o espectro que se apresenta no contexto da pampa são os projetos de garimpo de mineração a céu aberto nas áreas onde os cultivos de soja não puderam estender os tentáculos dos projetos de ação do capital.

O conjunto de observações escritos por Leticia Ferreira e Jussemar Gonçalves (2011; 2012a; 2012b) referente aos trabalhos rurais na pampa nos conduzem a pensar sobre modos de viver em constante transformação - em alguns casos em ruínas -, com o convívio com os animais, plantas, materialidade e paisagens. Os/as autores/as argumentam que poucos trabalhos foram produzidos referentes à história, à memória e ao modo de vida desses trabalhadores rurais. Tal constatação refere-se ao fato de as ciências sociais considerarem esses saberes e modos de fazer como em processo de extinção, sendo aquilo que foge aos padrões e regras legais figuram como sobrevivências de um “passado” que já não está de acordo com o “moderno”.

Para Ferreira e Gonçalves, os ofícios na pampa vêm se transformando a partir das novas configurações do capitalismo. O trabalho que, de uma maneira geral, é marcado pelo caráter de aventura, é afetado pela introdução de novas técnicas “sendo quase extintos, seja o ofício quanto seu artesanato” (FERREIRA e GONÇALVES, 2012a, p. 157). As transformações dos processos produtivos conformadas por novas tecnologias e necessidade de se adaptar às exigências do mercado e sanitárias alteram os modos de trabalhar (idem, 2012b). Atividades vinculadas a uma ideia de aventura, por exemplo, que se caracterizam pela presença dos cavalos e cachorros, são refutadas por novas técnicas de manejo pecuário considerando que podem interferir na produtividade, ou seja, no engorde do gado. Entretanto, embora considere a relevante contribuição de Ferreira e Gonçalves para a questão do avanço da modernização agrícola no pampa, tais reflexões desconsideram, como escreveu Martins (2001), as possibilidades de modos de ser e viver que desafiam as aberrações político-econômicas da modernização agrícola e desafiam a academia que nega a existência e decreta o fim dessas diversas maneiras de ganhar a vida. A antropologia deve, por sua vez, atentar para as múltiplas experiências vividas pela “pessoa humana que trabalha” (ALVES, 2015, p. 9).

Embora considere a presença das populações tradicionais na pampa, esta tese tem como foco principal os agricultores/as e pecuaristas familiares e seus múltiplos. Ao longo das descrições, vão aparecer outras presenças como a experiências dos povos quilombolas e em raros momentos, a presença dos povos indígenas. Mesmo sabendo que fazem parte do guarda-chuva conceitual “agricultura familiar”, parte-se do reconhecimento que para falar junto a tais povos – quilombolas e indígenas - necessitaria de um intenso trabalho etnográfico, de afeição e engajamento político. Os/as pecuaristas e agricultores/as familiares com quem escrevo conformam diferentes devires em diferentes contextos entre aproximações e distanciamentos. Porém, o lugar de que falamos é diferente do lugar e das experiências de habitar dos povos indígenas e quilombolas. Não carregamos a mesma experiência de “bravura” e “doçura” dos corpos negros (KOSBY, 2017). Os territórios negros têm marcante presença na região da Serra do Sudeste. São lugares de difícil acesso, fundos de campos, grotas, áreas pedregosas que esses grupos obtiveram por serem consideradas impróprias para serem praticadas a agricultura extensiva ou familiar

(KOSBY, 2017). Ao mesmo tempo que o reconhecimento dessas territorialidades é marcado por disputas com outros grupos.

As experiências etnográficas não dão conta da também riqueza dos modos de viver dos povos guaranis que circulam por essas matas onde a cercas de arame não conseguiram chegar. Inseridos no processo colonial os indígenas tupis-guaranis adotaram a mobilidade como estratégia para preservar a autonomia política e cultural ou o seu *Nhande Reko*, ou o “bom modo de ser guarani” (FREIRE, 2014). Assim, esses grupos continuaram circulando por essa região considerando que se orientam pelos marcos deixados pelos seus parentes vivos e por vestígios dos que vieram antes (SOARES, 2012). A “Tava” – casas de pedra – antigas materialidades missioneiras, contém as marcas dos corpos dos antepassados que se tornaram imortais e, ao mesmo tempo, são os lugares ideais para aprimorar a condição humana (FREIRE, 2014). Atualmente ocorre um processo de redistribuição das antigas aldeias aos Guarani como no caso da Aldeia Kapi’i Ovy na Colônia Maciel, em Pelotas, redistribuída em 2007. No ano de 2014 foi redistribuída uma área na região do Pantanoso no município de Canguçu à algumas famílias indígenas que estavam estabelecidos na aldeia na colônia Maciel, no município de Pelotas. Essa nova aldeia foi denominada de Tekoa Guajayvy Poty (Aldeia Flor de Guajuvira).

Esta tese, então, privilegia os encontros com agricultores e pecuaristas familiares e suas múltiplas possibilidades mas reconhece a importância dos outros olhares para outras diferenças, como evidências de outros emaranhados de linhas, de outras experiências corporais e de mundos habitando a pampa. Reconhece-se aqui que a vitalidade do organismo está na sua diversidade de linhas de vida e mundos.

CAPITULO 3

ENTRE GENTES E BICHOS:

MANEJOS PECUÁRIOS NOS CAMPOS SUJOS

Agora... era vender o campito, a ponta de gado manso tirando umas leiteiras para as crianças e a junta dos jaguanés lavradores — vender a tropilha dos colorados... e pronto! Isso havia de chegar, folgado (...). (SIMÕES LOPES NETO, Conto “Trezentas Onças”)



Imagem 12 - Rastros no Rio Camaquã- fotografia de Marcia Collares.

3.1. Introdução

Foi a partir do século XXI que as ciências econômicas e sociais passaram a dedicar estudos sobre os modos de viver das populações tradicionais bem como sobre as estratégias para a existência. Ao mesmo tempo, botou em xeque a suposta homogeneidade da pampa, marcada pelo latifúndio por extensão. Tais iniciativas de pesquisadores/as em parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural, levaram a aprovação do decreto nº 48.316 em 31 de agosto de 2011, que regulamentou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM)⁵⁵. A política pública considera pecuarista familiar como aqueles/as que atendem, simultaneamente, às seguintes condições:

- I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
- II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;
- III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
- IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele;
- V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (Rio Grande do Sul, 2011)

Para além disso, Juliana Mazurana (2016, p.72) escreve que “ser pecuarista familiar está além da atividade econômica desenvolvida, tem que gostar, observar, interagir, cuidar da terra, dos animais e do lugar onde se vive. É um modo de ser e viver próprio, orientado pelos ciclos naturais das plantas e dos animais.” Assim, para além da noção de terra, trabalho e família, o modo de viver dos pecuaristas familiares consiste em um co-tornar-se com outros agentes com vida, em reciprocidades e comunicação. As relações de cuidado e predação, pastoreio e caça, se articulam e a

⁵⁵ Conforme os Art.2º, o programa tem “como finalidade a promoção do desenvolvimento rural sustentável com justiça social, melhoria da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, por meio da coordenação de ações integradas junto aos pecuaristas familiares, suas cooperativas e associações.” (Rio Grande do Sul, 2011).

“vida se alimenta da morte”, conforme escreveu Caetano Sordi (2016), sendo o sentido da coexistência de gentes, bichos e plantas. As experiências contadas aqui são rabiscos deixados pelo caminhar imersivo nos campos *dobrados* e *sujos* do território Alto Camaquã, região localizada na parte alta da bacia hidrográfica do rio Camaquã⁵⁶.

3.2. O que existe nas dobras, nas pedras e no meio das macegas

O Rio Camaquã é um dos entes que se participa do cotidiano dos múltiplos modos de viver e habitar que se banham em suas águas. Ao longo de suas margens afro-brasileiros e quilombolas⁵⁷, indígenas descendentes dos Tupis-guarani e dos Tapes⁵⁸, descendentes de grupos açorianos e outros povos, fizeram moradia em suas margens desenvolvendo a pecuária e agricultura de subsistência. Em suas margens – e afluentes -, pessoas tomam chimarrão em determinados horários do dia, pescam, tomam banho, navegam. Nesses grupos se incluem outros seres: as abelhas que moram nos troncos e árvores; as cobras que se refrescam nos areais no início da noite; os papagaios-charão, que habitam as matas em determinadas estações do ano; os peixes, tais como pintados, traíras e dourados, que habitam as águas do rio; as árvores centenárias, que cobrem suas margens; as chuvas que aumentam a vazão das águas; o vento; as pedras; inclui-se também as capivaras, os veados, os bois, as cabras e as ovelhas que matam a sede nas águas. Os cavalos são treinados na correnteza e nos areais para ganharem força, vigor e desenvolver musculaturas para lidas, corridas, competições.

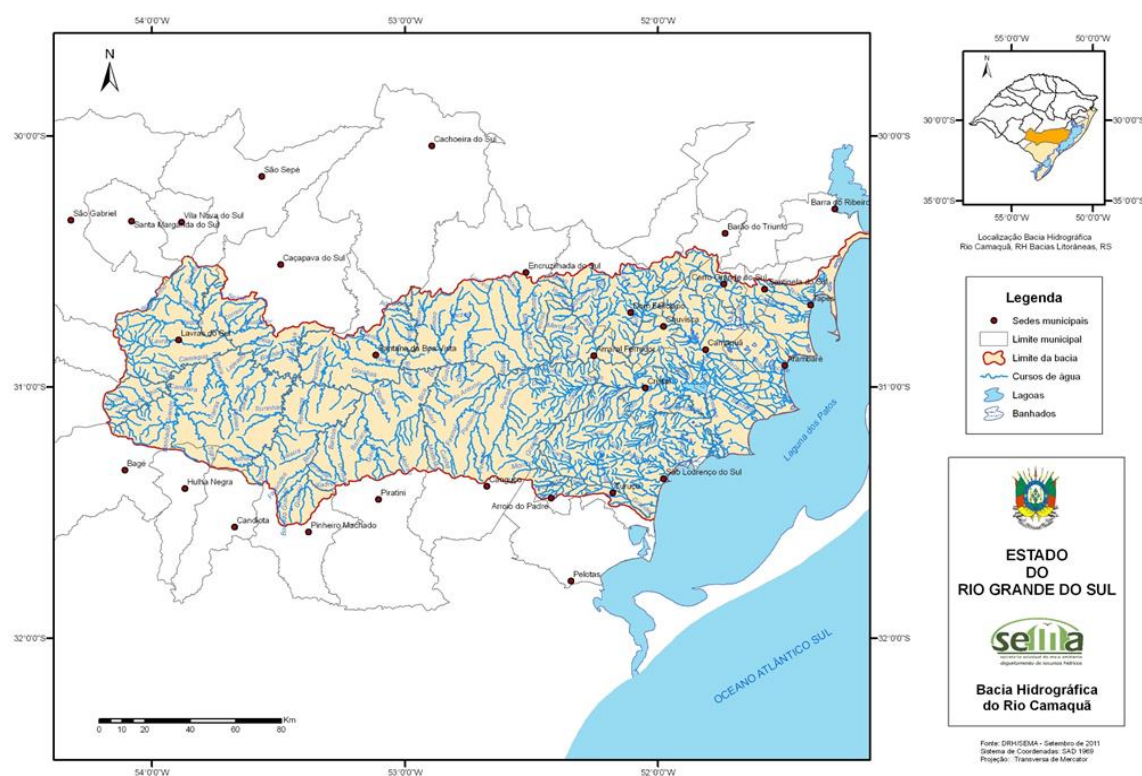
São diferentes coletivos, humanos e não humanos, que o habitam e que articulam seus modos de ser e de viver ao rio. Marcia Colares, advogada e pecuarista no Distrito de Palmas em Bagé, se referiu ao rio como o “*sangue da gente*” (LIMA; RODRIGUES, 2020). O rio e seus afluentes são, portanto, uma extensão dos corpos

⁵⁶ O território compõe-se a partir dos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. No processo de formação desta tese, não contemplei os municípios de Encruzilhada do Sul e Santana da Boa vista.

⁵⁷ Cito aqui a Comunidade Quilombola de Palmas, em Bagé, e a Comunidade Corredor dos Munhoz, em Lavras do Sul.

⁵⁸ Cito os territórios Paredão e Costa do Bica localizados no município de Piratini, na divisa com os municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul.

que experienciam múltiplas relações. As águas são como o sangue e a bacia hidrográfica como um sistema circulatório de um organismo vivo em múltiplas conexões. Os/as biólogos/as por sua vez tem a mesma percepção. Jaqueline, pesquisadora em botânica da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), comentou em um evento para a defesa do rio diante das controvérsias em torno dos projetos de mineração, que pareciam “*veias do nosso corpo. O rio é uma conexão.*” O Camaquã é, assim, uma “malha” (INGOLD, 2012a), ou seja, uma reunião de vidas e mundos que, se entrelaçam, se misturam e geram novas combinações em processos em constante transformação por meio dos movimentos, fluxos e circulações.



Mapa 11 - Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

É considerada a região mais preservada do bioma pampa com 80% da cobertura vegetal natural e, ao mesmo tempo, considerada pelas políticas de Estado como a mais pobre. Marcos Borba (2016: 187), entende que esse olhar, se dá pelo fato de este território não ter tido “êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos”. Nesses municípios variam entre 79% e 87% o número de estabelecimentos voltados para a agricultura e pecuária familiar. Os índices de

renda são baixos em função da prática da agricultura de subsistência com cultivos de milho, feijão, mandioca, batata-doce e derivados de frutas das quintas e dos matos. No que se refere a pecuária, tem-se a prática da venda dos animais “*quando precisam*”, sendo a criação uma espécie de “poupança”⁵⁹. Além disso, é característico a estratégia de complementação da renda pela prática da venda, esporádica ou efetiva, da força de trabalho e realização de serviços por empreitada⁶⁰ tanto para as grandes estâncias, voltadas para uma economia de pecuária de engorda e monocultivos agrícolas tais como soja, arroz e eucaliptos, como para outras propriedades familiares. Outras atividades se referem a de funcionários/as públicos/as, trabalhadores/as nas agroindústrias e empresas de mineração entre outras atividades não agrícolas.

Neske et al (2012) observa nos agricultores e pecuaristas familiares do território Alto Camaquã características produtivas incompatíveis com o projeto de modernização que procura integrá-los dentro das forças dominadoras do capitalismo. Segundo o autor, foi a relação do sistema produtivo (reduzida capitalização dos pecuaristas familiares com pequena escala produtiva), adicionado a heterogeneidade do relevo (topografia acidentada com solos rasos e inférteis), o que impossibilitou a implementação do pacote tecnológico desenvolvido nos países centrais e o condicionante para a geração de autonomia diante das relações mercantis. Essa autonomia em relação aos mercados internos associada a uma topografia de terrenos ondulados e solos rasos com matas nas ladeiras, vertentes⁶¹ e cursos d’água e a associação entre a vegetação arbórea com a vegetação herbácea, formando mosaicos de campo e mato - ou campos “*sujos*”-, constituiu, para o autor, alguns dos

⁵⁹ Ao etnografar os modos de viver camponeses na zona da mata pernambucana, Beatriz Heredia (1979) observou uma inter-relação entre casa, terreiro, roçado, roçadinho e campo. Nesse caso, de campo, o gado era considerado uma “reserva” para pagar dívidas e comprar terras. A venda dos produtos do roçado, quando se tinha boas colheitas, permitia a compra de um ou dois animais vacuns que conforme cresciam, aumentavam o valor. Outras formas de acesso se dava pela venda de outros animais como porcos ou em forma de meia em que duas se juntavam de alguma maneira para criar animais coletivamente. Embora a autora tenha observado que o roçado era o espaço que ocupava maior atenção, era o gado, em termos financeiros, o bem de maior valor da propriedade.

⁶⁰ Refere-se a prática de algum ofício como de feitura de cercas, doma de cavalos, lidas caseiras, tropeadas, serviços de colheita e plantação, entre outras.

⁶¹ Inúmeros rios que banham o Rio Grande do Sul têm suas vertentes na região do Alto Camaquã: o Rio Camaquã, o Rio Jaguarão, o Rio Piratini, o Rio Santa Maria, o Rio Vacacaí (integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba), e o Rio Tacuarembó, que adentra o Uruguai onde se encontra com o Rio Negro seguindo até desembocar no Rio Uruguai.

fatores que explicam o “desinteresse”, por muitos anos, dos projetos de modernização agrícola na região.

Entretanto, o que se aprende na convivência com os/as pecuaristas familiares é não levar a priori determinadas dicotomias como pecuária tradicional e moderna, agricultura e pecuária, mas vivenciar um modo de viver que, em coexistência aos outros bichos, plantas e coisas, insere-se em muitas malhas, gerando inúmeras linhas. Conforme Seu Afonso, *“temos que olhar o gado, com olhar técnico também”*. Defensor da prática de manejo tradicional baseada na caça ao gado (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016), o pecuarista adota a inseminação artificial para o melhoramento genético do rebanho. Conforme Luciano Jardim, pecuarista familiar em Lavras do Sul, *“para preservar a cultura, alguém tem que seguir fazendo isso que eu faço. Mas eu não tenho como fazer tal como era na época do meu bisavô. O ciclo dele é insustentável hoje. Para eu sobreviver alguma coisa eu tenho que acompanhar. Eu tenho que ser competitivo mudando o mínimo possível.”*

O pai de Luciano Jardim criava vacas e vendia os terneiros com idade entre 3 e 4 anos para outros criadores fazerem a “terminação”. Não criava ovelhas sendo Luciano quem as introduziu na propriedade. O pecuarista adota a prática de “fazer rodeio”, reunindo os animais ao redor do cocho de sal para avaliar se estão com carrapatos ou com vermes, machucados ou com alguma doença. Em caso positivo, conduz o gado para a mangueira para dosificá-los. Todo o trabalho é realizado junto à Laís e com o serviço de algum peão. Juntos/as concertam cercas, mangueiras, lidavam com o gado, com as ovelhas. Junto ao cavalo praticavam determinadas atividades como recorrer o campo e tocar o gado para a mangueira. A lida com as ovelhas faziam a pé sendo acompanhados pelos cachorros.

Ao seguir as controvérsias implicadas no consumo e produção de carne bovina no Brasil, Caetano Sordi (2016) observou que o “idioma bovino⁶²” na pecuária empresarial joga entre uma concepção que entende os animais como “agentes intencionais”, pois são “vivos, sensíveis, afetivos, comunicativos”, criando vínculos com os trabalhadores, e a dissolução dos mesmos como entes para transfigurá-los em tipos de processos. Nesse segundo caso, os bovinos são “máquinas de quatro

⁶² Termo tomado pelo autor a partir de Evans-Pritchard (2008, p. 27 *apud* SORDI, 2016, p. 27), onde escreve: “Os Nuer têm tendências para definir todos os processos em função do gado. Seu idioma social é o idioma do bovino.”

estômagos”, capazes de transformar pasto e grãos em proteína/carne. Ou seja, ao mesmo tempo que existe um espaço para a subjetividade dos bichos opera uma “alquimia simbólica” de dessubjetivação, reificando-os para poder consumi-los e obter lucro.

Para isso, a cadeia da pecuária empresarial opera com vista a “precocidade” do animal-processo, sendo o propósito principal dessa gigantesca rede sociotécnica, diminuir a idade de abate. Assim, conforme o autor, opera toda uma cadeia articulada que vincula produção primária, alimentícia, química, biologia molecular, transnacionais, em torno da quadratura “manejo-nutrição-sanidade-genética” para que, os bovinos, essas “máquinas transformadoras” que fazem a transferência das energias do nível trófico mais inferior para os organismos humanos, tenham capacidade de chegar ao ponto de maturação da carcaça no menor tempo possível (SORDI, 2016). Por conseguinte, os processos de modernização da pecuária se dão na ambiguidade entre a adoção do modelo de produção empresarial e a relação do bicho com o ambiente. Como comentou Luciano Jardim,

“A inseminação artificial é benéfica só que estão trazendo o sêmen de um gado que foi criado lá nos EUA. Só que ele traz no gene dele as características do gado criado lá, que é frio, que não tem carrapato. Muitos produtores estão trazendo genética de fora que, muitas vezes, não se adapta. Dizem que produzem mais, porém precisam de mais comida. O que está acontecendo é gente trazendo genéticas que não se adaptam e vem fragilizando o gado. Aquele gado antigo, resistente, criado aqui, o mercado vem apertando. Eu tenho cuidado para ter um gado adaptado aqui. Todo o raciocínio que eu faço é no lato sensu. Eu tenho uma visão. Por exemplo, tenho um lote de ovelha crioula. Ela veio com os jesuítas para cá. Ah, mas a lã não vale nada, ela é muito pequena, dá pouca carne! Realmente! Só que vamos comparar com outra raça, com a Corriedale. Dá uma lã melhor, dá mais carne, só que morre mais, toma mais dose. Então, no contexto geral, o crioulo é mais lucrativo. Só que o mercado não deixa fazer essa conta. (...). Eles dizem: tu tens que melhorar teu gado! Para que tu vais ter esses bichos aí sem valor? Bota o gado tal que tu vais fazer um melhoramento. Só que, as vezes, tu tens um gado bom. Não é o gado que tem tamanho e tudo, só que tu gasta menos dose. Aí, tu trazes um animal com tamanho maior, mas que é muito mais sensível. Muitas vezes tu trazes um problema para dentro da propriedade. E depende do campo que tu tens.

A questão está em entender o porquê de o ambiente não ser levado em consideração? Conforme Sordi (2016), a pecuária empresarial baseia-se no cálculo: produzir mais em menos tempo, em menos espaço e com padronização. Nesse sentido, o modelo de produção que mais está adequado a estes parâmetros é o

“confinamento”, que significa desvincular os bois do pastoreio extensivo prendendo-os em grandes currais onde, com pouco espaço para se movimentar, recebem água e ração⁶³. O bicho é transfigurado em “máquina transformadora”, uma fábrica de fazer carcaça de maneira rápida e padronizada⁶⁴.

Ao etnografar um confinamento de bois no Estado do Mato Grosso, Graciela Froehlich (2015) atenta a “industrialização da pecuária” baseada na intensificação dos métodos de produção que objetivam produzir em maior quantidade com economia de terra e força de trabalho. Ainda há o investimento em tecnologias que combinam melhoramento genético e alimentar com suplementos minerais e combinação de alimentos calóricos como milho e soja (FROEHLICH, 2015, p. 114). Tais investimentos projetam a redução do tempo para abater o boi. Enquanto na pecuária tradicional esse tempo é de 4 a 5 anos, o tempo de abate para um boi em confinamento é de 12 meses. Ainda há outro manejo intermediário baseado na suplementação a pasto e beneficiamento de pastagens que coloca o tempo de abate para 2 anos. Nesse sentido, o boi-processo “é sua carcaça em desenvolvimento” (SORDI, 2016, p. 134).

O trabalho do vaqueiro se intensifica. Conforme os interlocutores da autora, enquanto o trabalho no campo é marcado por “mais novidades”, no confinamento o manejo se dá em uma linha de produção, sendo mais “*apurado*” e repetitivo em função do ritmo acelerado dos bois que estão sempre comendo e bebendo, cabendo ao trabalhador não deixar faltar tais subsídios. Além disso, a intensificação do trabalho é dada pelas preocupações sanitárias com a utilização de inúmeras vacinas e práticas consideradas de bem-estar. O trabalho diário com 300 animais, tratando os bois em suas individualidades - tais como aqueles que não querem comer a ração -, colocam, segundo a autora, a necessidade de agilidade e eficiência, marcando um trabalho em linha de produção. Por isso, os interlocutores “preferem trabalhar no campo e dar *rodeio* no gado, isto é, vistoriar as condições de saúde dos animais, laçando aqueles

⁶³ Isso faz com que, conforme o autor, os animais passem de um regime de não-comensalidade – em que se alimentam de algo que, com algumas exceções, não comemos, a saber, o pasto –, para um regime de comensalidade, em relação a nós, humanos, já que se alimentam de cereais como soja e milho. Tal modelo gera altos custos, já que para produzir 1 quilo de carne, são necessários muitos quilos de cereal e muitos litros d’água.

⁶⁴ O ganho médio de carcaça/dia está em torno dos 2 quilos (SORDI, 2016).

que precisam ser curados, seja de uma miíase ou de alguma enfermidade mais severa” (FROEHLICH, 2015, p. 115).

Com a transformação nas formas de manejo dos animais, há uma transformação nas relações entre humanos e bois. Ambos confinados e rigorosamente controlados por meio de cadastros em programas de computador, atuam em um trabalho conjunto nas linhas produtivas. Nesse sentido, tem-se as práticas de bem-estar animal ou “manejos racionais” que estão associados a racionalidade econômica de produção de carne *commodity* já que envolve a produtividade como ganho de peso e qualidade da carne. Sordi (2016, p. 136) entende que as tecnologias bem de estar são, na verdade, “tecnologias de administração da subjetividade animal” em que ocorre, remetendo a Ingold (2010) uma educação da atenção do vaqueiro, sustentada em um conjunto de interações com o gado de forma a fabricar uma boa carcaça, padronizada, sem lesões e estresse em uma leitura de quanto “menos sofrimento, mais lucro”. (FROEHLICH, 2015, p. 115)

Os vaqueiros, submetidos a cursos de capacitação e de seguir manuais com instruções trazidas pelas ciências veterinárias e zootecnistas sobre práticas de bem-estar, transformam o olhar prestando atenção aos movimentos, aos sinais, a linguagem dos bois de maneira associada às estruturas dos currais que indicam determinados movimentos. O princípio básico é não forçar a fazer, mas induzir. Nesse olhar, de cima para baixo, da ciência a serviço do capital, as práticas tradicionais, consideradas “brutais e agressivas”, não estão baseadas em um conhecimento relacional entre humanos, bichos e ambientes.

As premissas de bem-estar animal, advindas dos cursos de capacitação, influenciam nessa espécie de comunicação interespecífica, sempre balizada pelas exigências de rapidez e eficiência, típicas do trabalho industrial. As medidas de bem-estar animal nas fazendas de criação de gado de corte são vinculadas à racionalização do tempo e do espaço e à intensificação dos mecanismos de controle da pecuária industrial. Embora sejam apresentadas como tentativas de resistência a um modelo de exploração extrema da vida dos animais, as medidas de bem-estar animal participam do mesmo sistema que legitima o tratamento de animais como recursos. (FROEHLICH, 2015, p. 114)

Tais práticas de purificação buscam promover a criação de corpos dóceis e de “confiança” alinhavados as estruturas de poder e das novas configurações das

relações capitalistas no contexto da América Latina. No caso da pampa, embora o processo de criação em confinamentos não esteja consolidada, veremos que o projeto de pampa concebido pelo capitalismo moderno (neo)colonial, fundamenta-se em três pilares: lavouras de soja, lavouras de pinus e eucaliptos integrados à pecuária de pastagens plantadas. Nos lugares onde esse modelo agrícola não se aplica, projetam-se centenas de empreendimentos de mineração. Em seus diferentes tentáculos, tais projetos objetivam domesticar humanos, bichos e plantas conforme os movimentos e interesses das elites econômicas – elites locais associadas aos complexos agroindustriais e extrativistas – em forma do controle, burocratização e racionalização do trabalho e da produção (KOSBY; LIMA; RIETH, 2017).

No Alto Camaquã, tal projeto entra em choque com outro projeto de desenvolvimento, que leva em consideração os modos de viver dos pecuaristas familiares e seus múltiplos e suas relações com os ambientes, intercalando novas tecnologias de manejos com pastoreio “tradicional”. Marcos Borba, pesquisador da Embrapa Pecuária Sul/Bagé é um dos representantes desse projeto com vistas a um “desenvolvimento endógeno”, em que “aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias, uma ‘vara de medir local’ para definir as estratégias de mudança” (BORBA, 2016, p. 204). A estratégia é inserir e potencializar estes povos pecuaristas para um mercado alternativo, de cadeias curtas⁶⁵ (MATTE et al, 2016), voltado para um desenvolvimento local e ambientalmente sustentável .

O conjunto de ações vem sendo desenvolvido desde 2010, por mediação do grupo associativo Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), fruto de uma articulação entre pecuaristas familiares e instituições parceiras tais como as universidades e Embrapa. O objetivo é “apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã” (BORBA, 2016, p. 207). A ADAC congrega uma rede de associações locais

⁶⁵ Ao analisar a cadeia do cordeiro no território do Alto Camaquã, a autora, concebe que “a construção social desse mercado de cadeia curta tem permitido a construção de processos coletivos de comercialização, no qual pecuaristas e demais atores sociais locais apoiam-se mutuamente na logística, no transporte, na produção e na comercialização, promovendo assim a organização social do mercado.” Ao mesmo tempo, a “maneira como estes [pecuarista] se relacionam com os recursos naturais e como manejam os animais em conformidade com o ambiente permite atribuir um valor intrínseco ao produto, riqueza gerada em nível local, fruto dos conhecimentos tácitos dos produtores, bem como das características do alimento.” (MATTE et al, 2016, p. 154)

provenientes de 8 municípios⁶⁶ da parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã. O levantamento de Marcos Borba (2016, p. 205) contabilizava vinte e uma associações o que equivalia a organização de 414 famílias.

A ADAC é descentralizada pela existência de lideranças locais, como o Carlinhos, presidente da associação de pecuaristas familiares do Barrocão, localidade do município de Piratini. O grupo associativo é composto por 38 famílias. A associação fora criada no ano 2000, quando um dos fundadores doou uma área de campo para ser construída a sede. O pecuarista contou que participou desde o início do quadro organizativo do grupo, enfatizando que o essencial era “*não envolver a associação em questões de negócios pessoais*”. Assim, por ser cuidadoso nesse “*negócio de justiça*”, ou seja, por ser justo e transparente, contou que sempre foi eleito quando se disponibilizou a concorrer ao cargo de presidente. Na sede da associação havia um banheiro de imersão e uma balança para os associados banharem e/ou pesarem o gado bovino no momento da venda. A média de animais por pecuarista associado/a estava na casa das 30 reses. Com a associação poderiam reunir em determinados períodos as cabeças de gado individuais e aplicar o ectoparasita de maneira coletiva, já que os custos para fazer e manter um banheiro próprio e uma balança, além da compra de carrapaticidas, era muito alto.

A relação com a ADAC no contexto dos diferentes grupos, se dá também pelo desenvolvimento de técnicas de manejo que melhorem os pastos, de maneira a manter e potencializar os campos nativos e a produção sustentável, fato que incentivaria os produtores a se manterem na atividade. Porém, ainda precisavam ultrapassar a barreira da dominação dos frigoríficos e dos atravessadores que pagam um preço muito baixo nas compras, além das inúmeras exigências tais como criar animais de determinadas raças e adoção de tecnologias de cuidados e manejos. Conforme Luciano Jardim,

Hoje não tem como manter um gado sem fazer dosificação. O carrapato suga o sangue, causa uma anemia e mata. É importante ter um gado resistente a ectoparasitas e endoparasitas e era mais interessante se tivesse um mercado que comprasse tal como a alface e a couve que não levaram nada de agrotóxicos. Só que não tem. Criamos só a pasto, mas levam dosificação porque não tem como deixar.

⁶⁶ A saber, Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista.



Imagem 13 - Laís de Moraes dosificando. Imagem: Luciene Barbosa.
Acervo de imagens “INRC – Lida Campeira nos Campos dobrados do Alto Camaquã.

Ao longo do ano de 2017 foi construído, junto à ADAC, o projeto “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã”. Tal projeto fora apropriado pelos habitantes do Alto Camaquã, especificamente, associados a ADAC, como uma forma de reconhecer os saberes e modos de fazer pecuários da região como referência cultural. Nestas andanças, conhecemos a Vera Collares, funcionária aposentada da receita federal e pecuarista familiar na localidade de Palmas, Bagé. Vera se tornou a principal mediadora entre a equipe de pesquisa e os/as habitantes locais, articulando as relações, indicando interlocutores/as e “traduzindo” determinadas manifestações locais.

Ao longo dessa relação dialógica de antropologias, Vera foi tecendo e “encantando” linhas na construção de uma narrativa sobre os modos de viver e habitar das gentes, bichos e coisas nas paisagens das Palmas. Uma das primeiras conversas se deu na “8º Expo Alto Camaquã”, feira organizada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, na cidade de Bagé, com o objetivo de “destacar e valorizar a produção familiar que respeita o meio ambiente, gerando desenvolvimento sustentável em oito municípios”, conforme estava escrito em um jornal de circulação local. Na feira estavam expostos para comercialização

artesanatos em lã, doces - de figo, goiaba, abóbora, entre outros -, pães e biscoitos e venda de carnes de caprinos e ovinos.

Além da exposição de bens produzidos por agricultores e pecuaristas familiares, haviam outras atividades como o projeto “caminhos da lã: do campo à cidade” elaborada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), mostrando os caminhos percorridos pela lã ao longo do processo artesanal. Por esse caminho muitas linhas, linhagens e saberes são constituídos. Conheci o Seu Pedro, que produzia rocas de tear⁶⁷ desde 1983, quando a esposa solicitou que consertasse uma roca velha, herança de família. Ao lidar com os materiais, criou-se o interesse em seguir o ofício. É um trabalho minucioso confeccionando e transformando a madeira de modo que, um pequeno erro, de centímetros, já deixará o artefato inutilizável. Seu Pedro estava entre os expositores que demonstravam os processos de transformação da lã que iniciava na esquila, passando pela produção do fio e chegando à confecção de vestimentas e outros artefatos para a comercialização.

Um conjunto de lãs já lavadas eram passadas pela *carda manual* para desfiar, desenredar e eliminar alguma impureza. O artefato consiste em um par de peças de madeira cuja a área possui pequenas pontas de material resistente como ferro e aço. A lã é distribuída ao longo dessas pontas de aço de uma dessas peças. Segura-se a mesma apoiando-a em cima de uma perna. A mão que segura a outra peça passa por entre estes pedaços de lã puxando-os em um movimento que vai separando e alinhando as fibras conforme vão passando para a carda móvel. Quando todas passaram para a carda móvel gera troca de posições entre as peças. Após passar na carda, a lã desfiada vai para a roca. Com a mão dá-se início ao giro da roda que segue seu movimento tocado por um pedal. As mãos, compassadas com os movimentos do pé, se concentram e trabalhar os pedaços de lã que aos poucos vão passando para o carretel. Nesse movimento, os pedaços de lã vão se agregando e formando o fio. Seu Pedro disse que o valor da lã aumenta significativamente após passar pela roca. O fio então se juntará aos outros fios no processo de confecção de uma vestimenta como ponchos, tapetes e artefatos para as lidas. O tear é, por conseguinte, outra peça de madeira constituído por um *pente* e o *navete*. Disponibiliza-se os fios em paralelo para

⁶⁷ Instrumento de madeira constituído por uma roda que gira um carretel.

após tramá-los com os outros fios por meio do *navete* e juntá-los com o pente em um processo que vai construindo o artefato. (HERRMANN et al, 2019).

Tempos depois realizou-se uma oficina de esquila e cuidados com a lã. Uma esquila voltada para o bem-estar das ovelhas considerando que não a *maneiam*, ou seja, não são presas as patas com uma corda de náilon ou couro. Com as patas livres, o ovino não urina e esterca na lã, fato que a “contaminaria”. Enquanto realizava a atividade de cortar a lã com uma máquina, o esquilador falava na diversidade de tipos de lã e nos cuidados com o que chamava de “contaminantes”. Um determinado tipo de lã poderia se tornar um contaminante caso fosse colocado no lugar errado no momento da comercialização⁶⁸. Falou que o erro do produtor era, “por falta de informação”, colocar determinado tipo de lã junto às outras, contaminando-as e perdendo a qualidade. Apontando para as bancas de artesanato dizia: “*Vejam o artesanato que temos ali. O pessoal não quer uma lã contaminada, uma lã suja.*”

No início da tarde, nossa equipe⁶⁹ apresentou o projeto do “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã”, mostrando as fichas de identificação dos saberes e modos de fazer que deveriam serem preenchidas. Elas versavam sobre o pastoreio com bovinos, ovinos e caprinos. Ao abrirem para as perguntas, as mulheres presentes chamaram a atenção para a culinária, pois entendiam que deveríamos dar conta desse aspecto. Percebemos, então, que nosso olhar para os manejos pecuários não considerava a produção de doces, por exemplo, que “*o pessoal faz muito aqui*”. Era também uma proposta de darmos conta do lugar das mulheres nas lidas e de darmos conta dos saberes agrícolas de cultivos de frutas e hortaliças, enfim, perceber um modo de habitar e viver dos pecuaristas familiares para além da questão da criação de gado e da “vida aérea” (MANTEGAZZA, 1916; LEAL, 1989; 2019), a cavalo e desenraizada do chão. Os moradores e moradoras evidenciavam um *ethos* na região do Alto Camaquã que questionava as leituras realizadas pela equipe no que se refere aos saberes pecuários na pampa.

⁶⁸ Os tipos de lã eram 4: a lã da desgarrá (patas), a lã da barriga, a lã do topete e o velo (lã do resto do corpo). Cada tipo de lã transforma-se em determinado tipo de artefato.

⁶⁹ Junto a mim o grupo era composto pela Profa. Flávia Rieth e pelo Vagner Barreto Rodrigues.

3.3. Convivendo e aprendendo com as pedras

Na rodoviária de Bagé, encontrei a Vera com quem me dirigi de carro até a propriedade de sua família, no distrito de Palmas. Saímos da cidade, pegamos o caminho em direção à Pelotas ao passo que, um pouco adiante, entramos na RS-153 em direção à Caçapava do Sul. Outrora, nos séculos XVIII e XIX, fora parte dos caminhos que ligavam o Brasil à Colônia do Sacramento, atual território uruguaio e estrada de carretas e tropas. O arroio “*quebracho*”, conforme contou a Vera, tem esse nome em função das pedras íngremes que quebravam os eixos das carretas. Passando pela ponte do *quebracho*, localiza-se o distrito de Palmas⁷⁰.

Era um final de tarde de uma sexta-feira e Vera que, até então, trabalhava como servidora pública na Receita Federal durante a semana, estava indo para a propriedade que é conjunta com sua mãe. Saiu de casa para estudar formando-se em administração e contabilidade. Morou nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Bagé. Conta que, porém, sempre manteve o vínculo com a *lida* na propriedade, acompanhando as atividades nos momentos de folga do trabalho. Faltavam poucos dias para ela se aposentar por tempo de serviço ao que iria se dedicar e investir tempo à propriedade.

Um pouco antes da ponte do rio Camaquã, entramos em uma estrada chamada “*Corredor da Lechiguana*”. Ao entrarmos no corredor, já era noite e haviam muitos bois deitados ao correr do caminho. Vera achava que isso se dava para que os carrapatos e outros bichos não subissem para chupar o sangue. Muitos bois de raças

⁷⁰ Em uma caracterização socioeconômica da pecuária familiar no município de Bagé/RS, Porto & Bezerra (2016), evidenciam que o município possuía 2000 unidades de produção, sendo que 1400 destas unidades eram de caráter familiar. Por conseguinte, deste universo de 1400, 400 unidades eram dedicadas a pecuária de corte como atividade principal, representando 28,75%. O distrito de Palmas era o mais representativo em termos de pecuária familiar do município. Os autores trouxeram dados, levantados em amostra, em que cerca de 80% das propriedades utilizavam o pastoreio contínuo sendo os campos nativos a fonte de alimentação dos animais. Outro dado é que 85% das propriedades eram voltadas para a cria, vendendo terneiros para intermediários, entendidos como produtores que compram lotes para a (terminação) engorda. Em primeiro plano, os animais eram voltados para o consumo, para atender as necessidades básicas da família. A venda de lotes de animais se dava em função de adquirir renda para cobrir as despesas, bem como para gastos imprevistos e casos extraordinários. Nesse sentido, a criação era concebida como mercadoria de reserva, como “poupança”. Por fim, os autores chamaram a atenção para a renda não agrícola em que um alto número de pecuaristas familiares possuía renda de outras atividades, como funcionários públicos, assalariados rurais e aposentados rurais. A isso, tem-se a elevada faixa etária desses produtores, sendo que 70% estão com idade acima dos 40 anos.

misturadas já que o gado de origem europeia é muito vulnerável aos rigores da região, fazendo com os pecuaristas misturem com raças zebuínas. O corredor passa por dentro das propriedades e, então, ao longo do trajeto, abri e fechei muitas porteiras. Ela me alertava para cuidar ao pisar no chão, pois haviam muitas cobras *cruzeiras*. Ao chegarmos na casa da família, Vera fez fogo na lareira. “*Aqui as pessoas gostam de ficar perto do fogo*”. Mostrou-me o doce de abóbora que acabaram de fazer. Ela se preocupava muito em manter viva a prática de fazer doces em tachos de cobre, principalmente incentivando as pessoas a venderem, já que muitas famílias faziam doces para o autoconsumo. Já tarde da noite, cansado da viagem, me dirigi ao quarto de hóspedes onde passaria as noites. Vera comentou que caminharíamos muito no dia seguinte.

O dia iniciou às 6h, com o canto dos pássaros, os berros das vacas e terneiros, ovelhas e cabras, o cacarejo das galinhas, o grunhido dos porcos. Os ruídos na cozinha indicavam que Régis Medeiros, pecuarista familiar e peão campeiro, acordou e foi para a lareira fazer fogo e tomar chimarrão. Era uma manhã com neblina. Enquanto a água da *cambona*⁷¹ aquecia no fogo, Regis fazia alguns serviços em volta da casa, como soltar as galinhas com pintos, as cabritas e ovelhas “*guaxas*”, ou seja, filhotes que por alguma razão não estavam mais com a mãe. Os animais considerados “*guaxos*”, são aqueles criados desde filhotes no âmbito das casas e tratados com leite na mamadeira. Regis ordenhou a “*Bonitinha*”, vaca mansa que fica em volta da casa para fornecer leite para pessoas e outros animais. Tirava-se um pouco de leite para o consumo e outro pouco alimentava um terneiro *guaxo* que fora *enxertado* nela. Porém, a Bonitinha não estava aceitando o novo “filho”. Assim, tinham que prender as patas, *manear*, como dizem, para que o guaxo pudesse mamar. Regis seguiu a lida, circulando entre um lugar e outro, entre o galpão e a mangueira. Colocou ração, na área da mangueira, para os porcos, galinhas, vacas e cavalos que compartilhavam o mesmo espaço. As batidas das patas com o chão, os sons dos bichos e os ruídos dos cochos sendo batidos marcavam a manha que iniciava. Enquanto os bichos estavam comendo a ração, voltou para a beira do fogo tomar chimarrão. Após alguns mates, ferveu o leite para o café da manhã.

⁷¹ Recipiente feito em lata com um cabo de ferro colocado perto do fogo de chão ou lareiras no qual se aquece a água.

Próximo às 8h, encilhou o cavalo para ir, junto com a Vera, para o campo. Vera chegou no galpão trazendo sua égua de nome “*Cai-Cai*” pelo fato de ser trôpega e cair muito nas lidas de campo - ou *campereadas*. Era primavera, período das vacas darem cria, sendo necessário recorrer o campo para ver como estavam. Elas ficam em uma área de “*campo limpo*”, para não esconderem as crias nos matos e macegas. Quando nascem os terneiros, é preciso “*curar o umbigo*” para não criar *bicheiras* - larvas colocadas por moscas varejeiras. Vera contou que na lida eles se organizam assim: o Regis laça o terneiro e derruba para colocar remédio. Enquanto isso, a campeira, a cavalo ou a pé, não permite que a vaca chegue e ataque. É acompanhada no serviço pela “Bagunça”, sua cachorra, que diz ser a única que vai com ela para o campo. Os demais cães só vão quando o Regis está presente.



Imagem 14 - Vera e Rejão tocando o gado para o banheiro. Fotografia de Vera Collares.

Como ainda não haviam destinado um cavalo para eu acompanhar a lida, fiquei em volta das casas. Ao longe, escutava o latido dos cães, os gritos e berros das vacas. Conheci um pouco do entorno, curioso pelas enormes pedras existentes na paisagem. Depois do almoço, Vera me convidou para caminhar e conhecer a propriedade herança de seus pais. Saímos a caminhar. Conheci primeiro os arredores da casa. Deitado à sombra de uma árvore que é também o lugar de pernoite das galinhas, estava um velho porco, cuja idade apontava os dez anos. Tinha enormes presas para

fora da boca. Ele era da estima do sobrinho da Vera, filho da Márcia, sua irmã, que nunca permitiu que o abatessem. Assim, ficaria até morrer de “*morte natural*” como disse. Depois me mostrou a horta que ela cuidava, pois gostava de plantar verduras, hortaliças, flores, árvores frutíferas. A horta possuía um cercado para proteger os cultivos das cabras e de outros animais e uma tela sombrite que protegia as plantas dos pássaros. Ao lado da horta, Vera cultivava um pomar – denominada de *quinta* – em que plantou marmeleiros e figueiras.

Na área ligada a casa tinha pessegueiros, parreiras, limoeiros, butiazeiros. Porém, as árvores morriam em poucos anos ao que achava se dar em função das muitas pedras que tinha no solo que, por sua vez, impediam o desenvolvimento das raízes. Nos matos as árvores sobrevivem melhor já que “escolhem” o lugar para nascer e habitar. Já outras tem o lugar “escolhido”. Caminhamos até um pé de cinamomo que ficava rente aos fios de arame que cercava o *piquete* onde ficavam os cavalos de lida. Tal árvore nasceu em outro local. Estava pequena e iria ser cortada por um vizinho ao que Vera não permitiu trazendo-a para este lugar. Hoje já faz sombra para pessoas e bichos. Ao redor do tronco haviam inúmeros rastros dos bichos que nas horas de sol quente, ficavam ali em pé ou deitados.

Após essa caminhada pelo entorno *das casas*, me convidou para ir na “*casa - ou galpão - de pedra*”, um abrigo que fica abaixo de uma enorme pedra que ficava em sua propriedade. As pessoas coexistem com as pedras e dizem se “encantarem” com essas enormes estruturas. Nas fotos que publicam nas redes sociais, as lidas dos animais, o pôr do sol e dias de geadas, elas figuram como parte da formação. Quando de manhã acordava, ou quando estava acompanhando as lidas tinha a sensação de estar sendo constantemente observado por elas. Se conseguia me esconder de uma, aparecia outra entremeada por entre as matas. Estas compõem um conjunto de afloramentos rochosos, chamado pelos habitantes de “*cordilheira de pedras*” que se estendem por toda a região. São pedras de todos os tamanhos e formatos. Pelo meio das pedras haviam muitas árvores de diferentes alturas, fazendo um mosaico de campo-matas-pedras. Cada pedra tem um nome. A “*casa – ou galpão - de pedra*” se dá porque é um abrigo e proteção para pessoas e bichos. Na época das guerras escondiam-se os homens e os animais. Eram esconderijos para quem queria fugir das guerras, e ao mesmo tempo, esconderijo para as guerrilhas. São locais de difícil

acesso, ocupado por bichos como cobras, cabras, javalis, sorros, gaviões, morcegos, entre outros.

Também foi moradia de pessoas nômades, homens e mulheres negros/as campeiros/as, conforme comentou um interlocutor, que não tendo mais como trabalhar e não tendo campo ou um lugar para uma moradia digna, recebiam o abrigo das tocas entre as pedras onde caçavam para se alimentar. Escondidos pelas pedras, moravam também pessoas que, por alguma razão, a buscaram como esconderijo, tal como o caso de um ourives que por ter se envolvido em operações ilícitas passou a morar escondido em uma pedra que, recebeu o nome de “*Pedra do Ourives*”. Na “*Pedra do Pulo*” dizem que um soldado se suicidou ao ser descoberto pelas tropas inimigas. No “*Galpão de Pedra*”, contam um caso dos antepassados de Vera que, ao perceberem a aproximação de um piquete de soldados, esconderam-se ali os homens e os cavalos para não serem levados para as batalhas, ficando na casa as mulheres e as crianças.

São lugares cheios de histórias, segredos, bichos e seres encantados. A “*Pedra do Índio*” tem forma de um indígena que mira na direção do rio Camaquã. No território do município de Caçapava do Sul, nos limites com o município de Lavras do Sul, vive a “*Pedra do Segredo*”, lugar carregado de labirintos e cavernas. Nessas cavernas dizem que há tesouros escondidos, tempos atrás, por padres e guaranis missionários que, por sua vez, as protegem não permitindo que se acenda fogo em suas estruturas. Por conseguinte, entre as pedras, mais especificamente, no “*Cerro do Malcriado*”, vivia o “*lobisomem das Palmas*”, que, dizem, foi caçado por Seu Terêncio que, no contexto da pesquisa, morava em uma vila na cidade de Bagé. Assim me contaram. Era o horário da meia noite e Seu Terêncio voltava da lida. A *despacito*, seguia a cavalo pela estrada quando um bicho, meio homem, meio cachorro com grandes orelhas, atacou o cavalo golpeando-o os pés nos estribos e o forçando a descer para o chão. O campeiro, que “nunca foi assustado”, pegou o facão, desceu para o chão e se tramaram em uma disputa corpo a corpo. O bicho era *peleador*, mas Seu Terêncio, se defendendo e atacando, acertou um golpe que fez um talho no pescoço, matando-o. Com o bicho morto, tirou-lhe o couro e levou para casa. O bicho, então, se tornou um homem pequeno.

Embaixo do “*galpão de pedra*”, a campeira tirou as alpargatas e começou a subir os morros e as pedras dizendo preferir e estar acostumada a andar com os pés

no chão. Eu fiquei de botas. Por não conhecer o ambiente, temia pisar em cobras e outros bichos venenosos bem como em tocos no chão e espinhos. Sentia-me observado. Um interlocutor de Kosby (2017, p. 62), Seu Biqui, morador na Comunidade Quilombola das Palmas, comentou que alguns bichos “te campeiam”, ou seja, tem habilidades de observação/percepção. O Louva-Deus, o Veado Campeiro e as cobras cruzeiras seguem os passos conforme caminhamos. O veado causa estranhamento, já que observa o humano antes de fugir pelo mato. Os muitos caminhos são construídos, entre outros bichos, pelas cabras, sendo quem melhor conhece estes lugares. Às vezes elas se perdem, sobem em lugares que não conseguem voltar tendo como destino a morte caso algum humano não consegue tirá-la do embrete. A pouca vegetação rasteira com pastos rapados, se dava em função da presença das cabras. Elas “limpam” o terreno das matas pastando ervas e comendo as espécies arbustivas que nascem. Elas também são plantadoras já que distribuem sementes de pitangueiras e outras árvores ao longo dos caminhos (KOSBY, 2017). As vacas e ovelhas também circulam por esses lugares, mas não tem a astúcia de chegarem tão longe, ou tão alto.

Chegamos no alto de uma pedra e Vera me chamou a atenção para um campeiro que, ao longe, juntava o gado no campo. Minha primeira experiência com as lidas no Alto Camaquã se deu por um olhar de cima. Do alto desta pedra observávamos os movimentos dos cães e do gado se dirigindo ao *rodeiro* que é um espaço onde os bichos são reunidos para serem analisados e observados. O campeiro gritava! *Era Boi, era boi, era boi!* E os cachorros latiam e corriam por toda a área entrando e saindo de matos. Os bovinos, entendendo a situação, e sendo descoberto pelos cães, iam saindo de vários lugares e se direcionando pelo corredor. Assim, observando das pedras, como as cabritas, escutava os ensinamentos de Vera:

Tem um lugar que chamam rodeio ou parador que já é habitual reuni-los sempre ali. Então, eles já sabem que tem que ir por ali. Tu atíças os cachorros atrás deles e eles vão se dirigindo para este lugar. Às vezes querem ficarem escondidos no meio do mato e tu manda os cachorros entrar no mato e correr eles de lá. Isso é como dizem a lida habitual, diária. Assim, umas duas vezes por semana tens que fazer isso, recorrer todo o gado para ver se não tem bicheira. Nessa época, primavera, o ideal seria fazer todos os dias. As vacas estão dando cria e tem que cuidar para ver se alguma não está com o terneiro trancado, se tem algum terneirinho mal nascido. (...)

Uma mistura de berros, latidos e gritos. As vacas, quando estão com cria, não aparecem e escondem bezerros/as entre “*sujeiras*” de forma que, muitas vezes, nem cachorros, nem humanos as encontram. Ao conhecer o gado pela pelagem e pelo comportamento, humanos e os cães sabem também o *paradouro* de cada vacum já que estes preferem determinados lugares para parar e determinados horários para sair do mato. Se for camperear muito cedo, será difícil juntar o gado pois estão distribuídos por dentro dos matos. Somente quando o sol está mais quente é que eles saem a pastarem nos campos. No *rodeio* observa-se o estado do gado, cura-se bicheira no umbigo de algum terneiro. Seu Afonso, pecuarista familiar, acrescentou que no rodeio “*se conversa com o gado*” e o olhar atento consegue diagnosticar a situação de cada bicho. “*Se está meio abatido, com as orelhas caídas, está com a peste da tristeza*”. Se está fugindo, buscando esconderijos nos matos pode estar em processo de parição ou já com a cria. O animal se expressa a partir de diferentes linguagens corporais.

É muito comum elas darem a cria e esconderem os filhotes no mato. Aí tens que procurar mesmo. Tem que entrar a pé no mato, as vezes os cachorros não acham. Outras vezes passam dois dias e as vacas acabam levando os filhotinhos para o campo limpo. Ela vem pastar nos lugares limpos e acaba enxergando ela. O ideal é deixar em potreirinho sem matos. O pessoal quando vê dois ou três dias antes que elas vão dar cria, pois elas começam a encher o úbere, levam para estes lugares. (VERA COLARES)

Estima-se que 90% do gado é para cria, ou seja, para vender os terneiros para a engorda em outras propriedades ou através das feiras. Os terneiros são vendidos com média entre 4 e 10 meses de vida. Após os 4 meses, pouco valor agrega. O mercado desses bichos, consiste em feiras de arremates ou venda direta aos estancieiros que fazem a finalização da engorda. Muitos plantam soja e, após a colheita, semeiam pastos e forrageiras nas lavouras. Assim, compram lotes dos atravessadores, que são os que circulam pela região comprando em pequenas quantidades até um número suficiente para lotar um caminhão. Quando lotado o caminhão, saem a recolher as compras. As lidas seguem ciclos. No inverno tem o nascimento dos cordeiros e na primavera nascem os terneiros e os cabritos. No verão e outono são as épocas onde acontecem as vendas.

Seguimos subindo. Em algumas pedras haviam cabos de aço para facilitar a subida. Vera não sabia quem as colocou e se eram seguros. Poderia ser qualquer

uma das muitas pessoas que circulam por ali. As pedras sempre acolhem. Ao longo da caminhada encontramos, acampados, alguns alpinistas. Vieram de Porto alegre, capital do Rio Grande do Sul. Com instrumentos, eles alcançam lugares de difícil acesso para humanos. Entretanto, ao chegarem em tais lugares, encontram estercos e rastros deixados pelas cabras. Chegando em um lugar, não tive coragem de subir. O desafio era subir uma espécie de rampa que levava ao ponto mais alto da pedra. Me faltou habilidade e não estava com os pés no chão. Vera subiu o lugar com tamanha destreza e me dizendo fazer isso desde criança e que os pés no chão poderia facilitar a subida acionando as funções preênsis.

Descemos de volta segurando-nos em árvores, pedras. Vera me mostrava as enormes pedras, as árvores, os animais, comentando: *Viu, para mim as pedras estão vivas! São os matos de bromélias e coqueiros, as cabras.*” Caminhar pelas pedras é estar constantemente negociando com elas e com outros seres que as habitam. Se em determinada pedra ou caverna habitam abelhas ou morcegos, é preciso adotar certos movimentos para não atacarem. Temos que estar com um olhar atento antes de pisar ou colocar as mãos no chão já que pode haver cobras cruzeiras, aranhas e escorpiões. A negociação se dá junto às pequenas pedras e tem que se acercar de que elas não vão se movimentar quando firmar o pé ou a mão. Atentávamos para a “perspectiva das pedras”, conforme escreveu Isabel Carvalho (2014), deixando-nos afetar por elas e nos envolver com seus “fluxos generativos”. As pedras criam mundos, coexistem com outros entes e entidades como matérias em movimento.

As pedras são locais onde se escondem os “*bichos maus*” e predadores como o “carancho” ou “Cará-Cará”, ave de rapina que ataca os cordeirinhos furando os olhos e comendo-os ainda vivos. “*Precisa ver o estrago que ele faz no bichinho*”, comentou Seu Beto, peão campeiro e pequeno agricultor. Por conseguinte, mora entre as pedras o Sorro que caça ovelhas trazendo-as para comer debaixo delas. Os javalis, que comem ovelhas e devastam lavouras, também se refugiam por esses perais. São refúgios. Me contaram sobre um *boi matreiro*, que não se domesticava, e se refugiava nos matos entre as pedras. Acima de tudo, Vera as considera o “*reino das cabras*”. Há lugares que somente as cabras conhecem e construíram o acesso que, para os humanos, se dá somente pela mediação de instrumentos como cordas, escadas, cabos de aço. Somente os pássaros vão mais longe. Isso se dá pelo constante movimentar-se. Conforme Seu Biqui, “para elas não tem campo... para elas é

caminhar...” (KOSBY, 2017, p. 60), sendo uma estratégia para manterem-se vivas e alimentadas (ibidem, p.61). Os inúmeros caminhos por entre as pedras foram construídos pelas cabras, partilhados com pessoas e outros bichos, em sucessivas gerações e ensinadas para as próximas. Mas, por vezes, se perdem. As cabras sobem em lugares de difícil acesso não conseguindo voltar, por vezes, e podendo morrer caso não sejam resgatadas. O resgatar aqui implica o descobrir os caminhos, pelos humanos e pelos cães, que seguem as evidências, as conexões e os rastros (SÜSSEKIND, 2014), possibilitando encontrá-las no lugar que se “perderam”.



Imagem 15 - Reino das cabras – Guaritas, Caçapava do Sul. Fonte: acervo do autor.

As cabras são “*danadas*”, se “*metem em tudo*”, são “*bichos desgraçados*”! Marília Kosby (2017) descreve que para os quilombolas, que possuem um território em Palmas, as cabritas são animais perambulantes que não respeitam cercas, perais, acidentes geográficos, não parando no mesmo lugar, embora sempre pelos matos. São andarilhas e possuem habilidades de fuga e esconderijo. Para a autora, elas perambulam entre as fronteiras do doméstico e do asselvajado. Para poderem ficar

perto dos humanos precisam receber milho e ração todos os dias. Uma relação de co-tornar-se por meio do envolvimento com outras espécies e coisas, com outros mundos e modos de viver, construindo caminhos imersivos (DOOREN; KIRSKEY; HÜNSTER, 2016).



Imagem 16 - Campereando nos campos sujos, matos e pedras. Fonte: acervo do autor

Por conseguinte, nas pedras cruzam as veias de minérios guardados junto a terra que se tornam venenos para a vida quando retirados, sem o devido “respeito”. Vera é uma das principais lideranças e articuladoras do movimento de resistência contra os megaprojetos de mineração. Em outro trabalho de campo, quando descíamos até as margens do rio Camaquã, contou como descobriram o projeto de mineração a partir de uma percepção de ‘cima das pedras’. Como sabemos, tais projetos são realizados, pelo menos no contexto do licenciamento ambiental, no maior silêncio possível, se esquivando das possíveis contraofensivas. Mas o olhar vigilante dos habitantes avistara, do alto dessas pedras, estranhos movimentos de máquinas e a derrubada de árvores no outro lado das margens do rio, próximo a região que outrora fora uma área de mineração de cobre. Assim, passaram a ter um olhar atento e vigilante para os movimentos na paisagem e na região. Foi então que, certo dia, uma pequena notícia nas margens de um jornal noticiava que um projeto de

megamineração fizera uma audiência pública no município de Caçapava do Sul, onde o empreendimento pretendia se instalar, justamente no local vigiado.

A partir dessa descoberta, iniciou-se o processo de mobilização em que o primeiro ato foi provocar a atuação do Ministério Público, obrigando a empresa a realizar audiências públicas nos municípios que fazem divisa com Caçapava do Sul que são Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado. Há uma constante e incansável vigia e mapeamento dos passos do empreendimento e das instituições e atores que tomaram posição a favor da instalação do mesmo. Tal vigia se dá desde os movimentos dos agentes da empresa na região, até as transformações nas leis e políticas ambientais e de mineração, onde analisam como esses atos do Estado podem facilitar os movimentos desses megaprojetos. Por conseguinte, estudam documentos e leis, acompanham as notícias sobre outros contextos e situações envolvendo mineração e articulam maneiras de ampliar a rede, mobilizando outras instituições e pessoas.

Era fim de tarde quando descemos das pedras e saímos dos matos. Pegamos a estrada e nos dirigimos para casa. No caminho, percebi ruídos de patas correndo no mato ao que Vera comentou ter sido um lote de cabra e ovelhas. Ao longo da caminhada pelas pedras pouco enxerguei estes bichos. Para camperear as cabras entre as pedras, humanos e cães, percorrem esses lugares fechando os caminhos de fuga e obrigando-as a buscar refúgio nas casas.

3.4. “Tenho a marca do campo em meu corpo”

No mês de março do ano de 2018, participei de uma tropeada de vacas e terneiros junto à Vera Colares, ao Regis Medeiros e as cachorras, Bagunça e Tormenta. Saímos de manhã cedo em direção às terras da família do Regis. Devido às intempéries do tempo, os caminhões não conseguiam chegar ao local onde estavam seus bichos ao passo Regis precisava vender os terneiros. Estávamos no período do outono, época de desmamar e vender os terneiros para que as vacas pudessem encarar o inverno fortes e nutridas. Assim, era necessário buscar a tropa, por terra, deixando-as nas mangueiras da propriedade de Vera onde era possível encostar o caminhão para levar os terneiros. Saímos pela manhã. Encilhamos os

cavalos e pegamos a estrada. Seguimos pelo corredor e entramos em um campo, onde iniciou-se um trilhar por entre perais, matas fechadas, subir e descer morros. Essa trajetória se deu em grande parte a pé, cada um puxando seu cavalo pela rédea. Era o caminho mais curto. Por vezes, não acompanhava Vera e Regis sentindo-me perdido no labirinto escuro de pedras e árvores entrelaçadas. As pernas doíam por descer morros tão íngremes. Mas chegamos ao local onde estavam as vacas com seus terneiros. No local estavam a Berenice, irmã de Regis, e o Vanderlei, seu cunhado. Ambos participariam da tropeada.

O início da caminhada foi difícil. Precisava “*encordoar o gado*”. Significa fazer com que os bichos acertem um passo organizado. As vacas, preocupadas com seus terneiros, *atropelavam* os cachorros, gerando tamanhos entreveros. Além disso, muitas delas queriam voltar para o seu campo. Uma mistura berros, latidos e gritos dentro da mata. Os animais se escondiam sendo descobertos pelos cães. Uma vaca da raça zebú, conseguiu driblar tropeiros/as e cães, ganhando o caminho de volta para a entrada do mato. Foi então que Vanderlei retornou galopeando por dentro da mata. Chamou-me a atenção da tamanha habilidade de humano e cavalo em se movimentar com tamanha precisão por entre galhos, pelos declives, valetas e pedras. Os cães acompanharam e juntos trouxeram a vaca de volta para a tropa. Após saímos da mata, cruzamos por um banhado e pegamos uma grande extensão de *campo limpo*. Foi então, que determinadas vacas, tomaram a liderança passando a acompanhar o cavalo da Berenice, que fazia a *ponta*, ou seja, seguia na frente da tropa, chamando-as. O Regis, a Vera e eu ficávamos na *culatra*, parte traseira do desenho, com a designação de tocar a tropa e orientar o movimento dos cães. O Vanderlei e, por vezes o Regis, faziam o *fiador* seguindo pelos flancos e cuidando para os bichos não se dispersarem nas laterais. Cruzamos banhados, arroios, matas e extensões de campos limpos ao longo do percurso.

Ao meio dia, paramos em um local de bom pasto para os animais descansarem, os terneiros mamarem, as vacas e cavalos pastarem e nós almoçarmos. Comemos biscoitos salgados com carne frita e um refrigerante. Após a parada, seguimos o caminho, pegando um corredor de terra. O trajeto era de cerca de 15 quilômetros e o gado já estava cansando. Alguns babavam. O sol estava quente e a caminhada se tornou mais lenta e com diversas paradas em sombras. Isso se dava pelo gasto de energias no início, quando a tropa não encordoava. No movimento rápido de gente e

bichos tentando *encordoar*, gastou-se as energias que agora faltavam na parte da tarde, além da presença do sol quente. Meu corpo doía pelo trajeto tortuoso e pelo tempo montado no cavalo. Chegamos na mangueira às 16h.

No outro dia, chegaria o caminhão para carregar os terneiros vendidos para terminação. Eles iriam para uma pastagem com a resteva⁷² de soja e azevém. Em outros casos, iam ser terminados em confinamentos. Regis deixaria as vacas mais um dia no local para descansarem. Após isso, as levaria de volta para o campo. Comentou que a jornada seria mais rápida já que a ausência dos terneiros, faria com que elas acreditassem que os filhos haviam voltado para o campo das casas, aumentando o ritmo do passo de volta. Ainda comentou que, quando chegasse para tocá-las no dia seguinte a entrega dos terneiros ao caminhão, elas viriam todas para a sua volta berrando, como se perguntassem onde estariam os filhos delas. É assim que, com um olhar na tropa e outro no horizonte, lembrava da letra da música “Poncho Molhado⁷³”: “a tropa segue, devagar, mugindo tonta. Talvez pressinta que seu fim é o matadouro. E o tropeiro, entristecido, se dá conta, que o boi é bicho mas tem alma sob o couro”.

Vera comentou que seu pai ensinara que “*tu aprendes a camperear em uma tropeada*”. Na tropeada, tu “*tens que chegar com a toda a tropa no local*” e, para isso, é preciso adotar certas habilidades de manejo e conhecimento dos animais. Tens que aprender a lidar com os bichos ‘devagarinho’, sem exageros e com muitos cuidados, respeitando os seus tempos. Em síntese, adotar a percepção de que existe uma “alma sob o couro”. Nesse sentido que a noção de animal como “máquina transformadora” apresentado por Sordi (2016) como um “idioma bovino” comum na rede sociotécnica da pecuária industrial, pode ser tencionada junto aos pecuaristas familiares já que estas noções não consideram a relação com os ambientes.

O autor observa, nas controvérsias em torno da carne, um debate, envolvendo o senso comum e conhecimento especializado, em torno da predação entre grupos defensores do vegetarianismo e outros do carnivorismo. Os defensores do consumo da carne, nessa leitura, associam o processo de “evolução do homem⁷⁴” a partir da

⁷² Parte das plantas de cereais que fica presa aos terrenos de cultura depois da ceifa.

⁷³ Composição de José Hilário Retamozzo e Ewerton Ferreira.

⁷⁴ O autor chama de “gênero da carne” pelo fato de os argumentos em torno do carnivorismo se dá a partir da noção de “homem”, ser masculino, ou melhor, um tipo de homem, macho, branco, ocidental, agressivo e predador em contraposição aos veganos afeminados e comedores de grãos. Traz as

descoberta do gosto da carne, tornando-se caçador. Pelo consumo da carne, o ser humano passou a dominar toda a cadeia alimentar. A “predação carnívora” está associada, então, a dominação e a violência, com representação nos corpos masculinos e viris. Entretanto, nas leituras das correntes vegetarianas, a condição humana é de um passado herbívoro e frugívoro, em que, por pressões ambientais, o ser humano se obrigou a adotar o consumo da carne. O consumo de vegetais está relacionado a elevação intelectual e moral e a leveza do corpo e mente. Os vegetais são fontes de vitalidade e espontaneidade. Os argumentos, segue o autor, é de que os animais de grande porte, fortes e de vida longa, são herbívoros como os cavalos, bois, búfalos. Nessa leitura, da força como vitalidade, o predador carnívoro é um parasita que suga a energia vital do animal vigoroso. Neste item vamos pensar com os pecuaristas familiares do Alto Camaquã sobre a vitalidade dos corpos onde se entrelaça a predação associada aos cuidados de plantas e animais.

Um primeiro aspecto a ser reflexionado é a noção de “violência” e “brutalidade” enquanto categorias utilizadas, pelos defensores do bem-estar animal, sejam movimentos ou práticas da indústria da carne, ao se referirem as chamadas “práticas tradicionais de pastoreio”, espaço considerado hegemonicamente masculino. Voltamos ao *rodeio*, prática secular na pampa, onde reúnem-se o gado para ser observado e avaliado. Se o conjunto dos animais estão com muitos carrapatos, serão conduzidos ao banheiro de imersão, sendo obrigado a mergulhar em um espaço com água e “*remédio*”⁷⁵ ou para serem dosificados com injeções. Mas isso, se dá no caso de todo o rebanho. Os casos individuais são tratados dentro do próprio *rodeio*. Acompanhei o Gonzaga, em uma tarde de *rodeio*. O interlocutor arrendava um pedaço de campo cuja a propriedade era da Vera, sua cunhada. A cavalo, seguimos pelo campo acompanhados por dois cachorros. O campeiro me falava que gostava que o acompanhassem, pois poderia acontecer algo e não teria ninguém para socorrê-lo. Rudney, pecuarista familiar em Piratini, entende que “*nunca se sabe o que a natureza pode te apresentar*”. O mesmo se dá para Seu Beto, capataz e pecuarista familiar nas Palmas, que me disse que “*a lida campeira é muito boa, mas muito perigosa*”.

leituras do feminismo ecológico que argumenta sobre o carnivorismo, ligado a um “ethos patriarcal”, como elemento central da dominação masculina.

⁷⁵ Na tese de Evander Krone (2018), realizada na Serra dos Tapes, o autor comentou também sobre a adoção da noção “remédio” pelos agricultores ao se referirem aos biocidas usados tanto nos cultivos para o autoconsumo quanto para vacinas e vermífugos, aplicados nos animais.

São campos sujos com muitos perais, matas e bichos. Inclusive, Gonzaga me indicou que usasse alguma arma para me proteger de um ataque de javali, por exemplo. A faca era um artefato importante. É uma extensão do corpo, já que se realiza tudo com ela, como defesa diante de ataques de bichos e para realizar as lidas como castrar e *assinalar*⁷⁶. Outra relevância de ter a companhia de uma faca é, em caso de algum acidente com o cavalo, ter a possibilidade de cortar alguma peça dos arreios considerando que são feitos de couro. É bastante comum, em algum imprevisto, um pé ficar preso ao estribo⁷⁷ podendo gerar fraturas. Por isso, também não usavam botas de borracha, com agarradeiras, considerando que não facilitaria a desvinculação do pé ao estribo. Indicavam, então, andar com os pés desnudos ou com botas feitas em couro, macias e flexíveis, e com a sola do pé lisa. A bota, que não é recomendável para a subida de uma pedra, é recomendável para o ‘pé no estribo’. No galpão das encilhas de montaria, vi botas misturadas aos outros artefatos. A habilidade na lida, assim, consiste em um processo de educação da atenção e corporal, a partir de calos nas mãos e nos pés (SENNETT, 2013; INGOLD, 2015a), conjuntamente as nossas relações com os artefatos. Seu Beto comentou: “*tenho a marca do campo no meu corpo.*” A marca é um artefato de ferro temperado que é aquecido em fogo para queimar pelos e couros dos animais, imprimindo a procedência e a propriedade do mesmo. Na analogia de Seu Beto, a marca do campo no corpo seriam registros passados de um modo de viver e fazer as coisas engajados às intempéries do tempo, à ambiguidade entre domesticação e selvageria, ao andar a pé e a cavalo.

Na leitura de Gonzaga, alguns terneiros precisavam ser vacinados e assinalados. Assim, no emaranhado de animais, escolhia o/a terneiro/a e acionava o *laço*, girando ao redor de si e do cavalo, e lançando em direção ao pescoço dos/as terneiros/as que, assustados/as com as garras que o pegavam, começavam a correr. Quando finalizava o comprimento do laço e a corda espichava, o mesmo caía. Eu corria e o pegava do focinho, virando o pescoço para trás o que retirava as suas forças. Feito isso, Gonzaga enchia uma seringa com remédio e aplicava entre couro e osso. Após, observava o umbigo, curava se fosse necessário e, por fim assinalava. A vaca, mãe do/a bezerro/a, ficava em volta, cheirando Gonzaga que ria e comentava:

⁷⁶ Cortar um pedaço da orelha do bicho fazendo um desenho que identifica a propriedade.

⁷⁷ Artefato dos arreios onde se afirmam os pés.

“*viu como é mansa! Se tu não bates nela, ela não agarra nojo! Os bichos sabem que a gente quer o bem deles*”. O pecuarista, aposentado pelos anos de serviço em um curtume na cidade Bagé, reclamava das atitudes de um sobrinho que era “*mau para os bichos*”. Noutro dia, estávamos carregando⁷⁸ alguns terneiros na mangueira e o garoto, “*teimoso*”, com um pedaço de pau ou *porrete*, batia nos animais para tocá-lo para dentro da carroceria do caminhão boiadeiro. Vendo isso, o pai do guri comentou: “*deixa que daqui a pouco uma vaca faz ele saltar da mangueira.*” Nessa concepção, as vacas “*agarrariam nojo*” das atitudes do aprendiz e atacariam, fazendo-o fugir do curral.

Em minha dissertação (LIMA, 2015), comentei sobre o quanto os animais ensinam aos humanos as práticas campeiras. Descrevi os ensinamentos de um cavalo, que conhecia como fazer e agir na condução de um gado, tendo o aprendiz de acompanhar esses movimentos. Um ensinamento que é, ao mesmo tempo técnico e moral, pois fazer a lida é também adotar um tipo de comportamento. Nisso, está a noção de *respeito* que, por sua vez, não se dá somente em relação aos animais. Mas veremos isso mais adiante. No caso da lida na mangueira, as vacas ensinam como respeitá-las. Além de ensinarem os seus/suas filhos/as terneiros/as, sobre ir para o *rodeio*, sobre quais plantas comer e não comer – como a embira, o mio-mio e o timbó -, elas também ensinam os humanos a se comportar na lida.

Por conseguinte, os humanos também ensinam os outros animais. Vera, por exemplo, ensinava as galinhas a dormirem nos galhos de uma árvore perto da sua casa. Assim, estariam protegidas de bichos predadores. Os cães aprendizes são ensinados pelos “*cães mestres*” e “*humanos mestres*” a lidar com as ovelhas e os bois. Luciano Jardim, pecuarista familiar em Lavras do Sul, ensinava os “*cães mestres*” que, por sua vez, seriam os responsáveis por ensinar os outros cães. Para ensinar os mestres, Luciano primeiro fazia a atividade junto com eles. Depois bastava comunicar a ação necessária. Por exemplo, “*quebra de volta*” significava que o cão deveria atacar. Após isso, os cães podem aprender sozinhos, no envolvimento perceptivo e na relação com os outros. Um cão de Luciano era “*muito inteligente*” e começou a fazer o *fiado*, ou seja, quando a tropa de bois e ovelhas que seguiam pela estrada

⁷⁸ *Carregar* significa tocar os bichos para dentro de um caminhão. O carregador, faz a ligação entre a mangueira ou curral e a carroceria do caminhão boiadeiro. Para os animais entrar, usam-se gritos, cachorros, paus e, em alguns casos, uma vara com choque.

estavam próximas à porteira da mangueira, o cão, por conta própria, corria para a frente da tropa fazendo-a entrar.

Há um limite muito tênue entre domesticação e asselvajamento e depende da relação. Vera me disse que “*os animais se criam melhor quando longe da gente.*” Tal frase foi dita quando conversávamos sobre fechar uma área com cerca de tela de arames o que poderia trazer maior proteção aos ataques dos predadores como os Sorros, Mãos-peladas, Gambás. Mas nesse jogo de aproximação e distanciamento, alguns ficam “*mimosos*” e criam uma proximidade. Outros preferem a distância. Outros, preferem a distância em determinadas situações como algumas ovelhas que se apartam das outras, escondendo-se nas matas. E é assim que se torna um/a campeiro/a, como me disse Seu Beto, ou seja, quando aprende a conhecer e saber respeitar o tempo dos animais. Aliás, um/a campeiro/a conhece cada vaca, cada ovelha, dentro do rebanho. Mesmo tratado por meio de uma concepção coletiva, cada *vacum* é diferente. Para Seu Beto, “*cada animal tem um berro diferente*”. Por conseguinte, cada animal tem um determinado comportamento e personalidade. Quando ajudei o Gonzaga e o Régis a separar os terneiros das vacas na mangueira, um bezerro me atropelou⁷⁹, fazendo com que eu tivesse que deixá-lo passar para juntos das vacas. Estávamos a pé. Apesar de ter sido alvo de chacotas, por não o ter enfrentado corpo a corpo, o Gonzaga e o Regis comentaram que “*ele é metido*”, ou seja, tinha um determinado comportamento mais agressivo, que o fazia “*gostar de atropelar*”.

O distanciamento, como uma espécie de asselvajamento, torna os bichos menos dependentes dos cuidados humanos. Ao se relacionar com os outros entes do ambiente, aprendem a se virarem sozinhos, a se defender, como as vacas que aprenderam que, ao dormirem no chão da estrada sofrem menos ataques dos carrapatos. Aprendem também o que comer e não comer. Ao mesmo tempo, os bichos são tornados xucros, asselvajados, para serem caçados. Nos rodeios de castração, por exemplo, os terneiros são colocados para correr ao longo de uma área de campo para que possam ser derrubados a *pealo*, que consiste jogar a armada do laço na direção das “*mãos*” – patas dianteiras -, para que o bicho pise dentro. Um movimento ágil e eficaz em que no mesmo momento em que o terneiro coloca as mãos dentro da

⁷⁹ O mesmo que atacar.

armada, o campeiro puxa a corda fechando-a, prendendo as patas e fazendo o animal cair. Quanto maior o *tombo*, mais aclamado é a façanha e para isso acontecer, o bicho deve estar correndo. “A pior coisa”, me falou Seu Neves, peão campeiro em Morro Redondo, “é ter que *laçar vaca parada*”, ou seja, para ser caçada a presa tem que correr⁸⁰. As cabras e ovelhas são, por sua vez, caçadas a pé, por uma equipe formada por humanos e cachorros. Requer, desse jeito a habilidade de correr nas pedras, perais e matos. Por vezes, escutava ao longe os latidos dos cães e gritos humanos nos cerros e matas. Aos poucos, as cabras ou ovelhas, iam aparecendo e se dirigindo para os currais.

A rudeza da lida cotidiana e dos ambientes, afetam os corpos, e nisso está a necessidade de os mesmos terem vitalidade e força. Por isso que, para saberes lidar bem com algo, antes de tudo, tens que conhecer. O animal aprende a coexistir com os carrapatos e outros bichos. Os pecuaristas consideram que os animais devem “conhecer o carrapato”, ou seja, ter alguns em seus corpos para não ficarem sensíveis e não adoecerem caso entrem em contato. Conforme Camilo Pereira, peão campeiro na região de Pelotas, o gado criado nos *campos limpos* tem características diferentes do gado criado nos *campos sujos* onde habitam as vassouras, carquejas, gravatás, consideradas, pelo campeiro, como “*plantas de terras altas*”. Os carrapatos, quando maduros, se atiram para o chão e se reproduzem, pondo ovos em meios a estes vegetais. Quando em certa idade, os filhotes acessam o corpo dos bovinos subindo por meio dos troncos e galhos destas plantas e esperando algum boi passar para se agarrar, se fixando no couro pelas mandíbulas e chupando o sangue. Outra forma de acesso se dá quando o boi deita no local. Cada animal tem seu lugar de dormir e os carrapatos se reproduzem nestes lugares.

Nos *campos limpos* da pampa uruguaia e argentina, conforme Camilo, o gado não é “*carrapatiado*”. Por isso que, quando se realiza a compra destes lugares para a pampa brasileira, os animais ficam alguns dias em mangueiras localizadas na fronteira, em forma de *quarentena*, aos cuidados para se acostumar com o carrapato. Como nunca tiveram contato, o mínimo de carrapato já causa a doença. Assim, ficam controlando e cuidando para se acostumarem. Nesse caso, o carrapato deve ser

⁸⁰ Embora aprende-se a laçar com vaca parada. As crianças treinam em “vaquinhas” feita em madeira. Por vezes, treinam com as vacas mansas que ficam em volta da casa.

controlado no gado para que o mesmo crie resistência, ou seja, não deve ser intensa a aplicação de carrapaticidas, para eliminá-lo o que pode deixar o animal vulnerável.

Ao mesmo tempo, não se deve deixar infestar o que pode causar a chamada “*peste da tristeza*”. Para Seu Beto, a *tristeza* se apresenta em três maneiras: *a que o animal fica bravo e louco; a que ele fica com a orelha murcha e; a que o animal fica descadeirado*⁸¹. *Pouca gente sabe que essa é a mesma doença. Quando o animal está assim, não se pode laçá-lo pelo pescoço.*” Seu Beto quer dizer que não se caça bicho doente, ou seja, não se pode laçá-lo. Luciano Jardim, cuja a propriedade está localizada nos *campos limpos*, considera que embora *sujos*, os campos “de Palmas” são “*campos mais abrigados*”. Porém, por serem “*sujos*”, tem uma lotação de animais menor do que os *campos limpos*. Estes, por sua vez, tem pouco abrigo e o “*animal não tem onde se abrigar*” do frio, da chuva, do sol quente. Mas conclui que o melhor campo é aquele que *tem boa aguada*.

A etnografia de Álvaro Banducci Jr (1999) sobre os peões de gado no contexto do pantanal apresenta um modo de vida cuja marca é a relação de proximidade com o os animais por afinidades, simpatias e distanciamentos. Juntos, humanos e outros animais definem o ritmo da vida e do tempo. Num convívio diário entre vaqueiros e bois, faz com que sejam capazes de prever os seus comportamentos, identificá-los pelo temperamento mantendo um diálogo permanente por meio de sons, gestos e palavras. Um convívio que marcava o modo de viver pantaneiro e constituía um conjunto de representações, criadas na experiência de se relacionar com esses outros. Por meio de “analogias” os vaqueiros atribuíam “atitudes e qualidades com as quais representam a si próprios” (BANDUCCI JR, 1999, p. 109). Entre a predação e domesticação, entre a caça e os cuidados, entre a proximidade e o distanciamento, o modo de viver dos pecuaristas familiares é constituído na imersão e no compartilhamento de vidas (INGOLD, 2012a; DOOREN; KIRSKEY; HÜNSTER, 2016), para além dos bichos, com as pedras, com as águas, com os pastos e ervas sendo o ritmo da vida e do tempo marcado por seus ciclos.

Em uma manhã de primavera, acompanhei o seu Beto em uma *campereada*, na fazenda do Sossego. Para chegar até a estância, fomos a cavalo, seguindo caminhos por dentro dos campos. Durante o percurso em direção ao lugar em que

⁸¹ Com as ancas deformadas e tendo dificuldades para andar.

estava o gado, o peão campeiro, narrava histórias e trazia ensinamento. Ele trabalhava na fazenda desde criança quando ajudava seu pai. Conta que a principal regra era “*ter a confiança dos patrões*”. Ele organizava as atividades da propriedade praticamente sozinho, junto ao outro peão campeiro, o Olavo. O patrão somente pedia para selecionar o gado para vender. O Guilherme, seu patrão, que é músico e professor de veterinária na URCamp⁸² dizia: “*o que eu sei é só na teoria, o senhor sabe na prática*”. Mas seu Beto disse que também gostava de aprender lendo livros que os pesquisadores lhe emprestavam.



Imagem 17 - Vera e Seu Beto curando terneiros no rodeio – olhares vigilantes. Fonte: acervo do autor.

Seu Beto é conhecido na região pelas habilidades como campeiro. Conhecido também por ser neto do “João Mulato”, um famoso laçador na região. Seus pais não tinham terras e “*moravam nos corredores*”. Porém, seu Beto prometia a eles: “*eu hei de comprar uma chácara para vocês!*” E foi com esse projeto que saiu de casa aos 8 anos para trabalhar em alguma *changa*. Os primeiros trabalhos que realizou foi colher trigo. Também foi capinador e lavrador. Tempos depois, chegou na Fazenda do Sossego, para trabalhar na lavoura: “*quando vim para cá eu era só de lavoura. Depois fui para a pecuária*”. Assim, aprendeu a ensinar bois para a tração. Para ensinar os

⁸² Universidade da Região da Campanha.

bois mais novos, colocava na “*junta*”⁸³, um boi mais velho que fazia a mediação entre o boi aprendiz e o Seu Beto. Também criava os guaxos com a patroa e dividia os lucros das vendas. “*Eu sempre fui de boa cabeça, eu gosto de aprender*”. E assim, foi ficando e trabalhando, até passar para o serviço de peão campeiro. Tinha dezesseis anos, quando substituiu o pai, que era peão na propriedade, que deixara de exercer o ofício. “*Fui aprendendo no dia-a-dia com o pai e os outros peões.*” Tempos depois se tornou *capataz*, que significa tornar-se o administrador das atividades na propriedade. Quando conseguiu juntar uma quantidade considerável de “*plata*”, comprou uma chácara para seus pais, localizada no município de Caçapava do Sul. Ali ficaram até falecerem, deixando a terra sozinha. Tempos depois, Seu Beto descobriu que uma empresa de lavouras de eucaliptos, chamada Votorantim, invadiu a sua terra e plantou eucalipto. Ao fim, acabou vendendo a terra para a empresa.

Cruzávamos por campos, banhados, caminhos feitos pelos animais, trilhas no mato, atravessávamos arroios. A sensação era de estar acompanhando o personagem Blau Nunes, de Simões Lopes Neto (1976) que, seguindo pelos caminhos, contava histórias. Cada conto, uma história. Os lugares têm histórias, escreveu INGOLD (2005) e Seu Beto narrava acontecimentos conforme cruzávamos pelos lugares referências. “*Aqui, um dia uma lebre saltou da macega e assustou meu cavalo. Eu vinha distraído e quase caí.*” Como forma de pagamento dos anos de trabalho, recebeu uma quadra de campo – cerca de 88 hectares, mas seguiu trabalhando na fazenda. Estava com 64 anos de idade. Por um tempo, quando criança, morou com a tia Eni, mãe da Vera a qual considerava a sua “*segunda mãe*”, pois foi com quem aprendeu a cozinhar, a fazer pão. Faz toda a lida, desde concertar alambrados, vacinar e conhece as doenças dos bichos.

“*Uma casa sem quinta não é casa*”, comentou quando cruzávamos na casa da família, apontando para o fundo do pátio, a *quinta*, denominação que dão aos pomares de árvores frutíferas. Eram laranjeiras, bergamoteiras, pessegueiros, figueiras. Um parente, que residia na cidade de Porto Alegre, conseguira por meio da política pública “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Institucional”, que era um programa do governo federal para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, que ele vendesse doces. O rol de doces compreendia figada, pessegada, marmelada, doce

⁸³ Refere-se a uma dupla de bois de tração.

de batata. Algumas frutas conseguiam nos matos como o marmelo que é abundante na região. *O marmelo dá bem no mato*. Tal como alguns animais, algumas plantas preferem ficar longe dos humanos. Outras árvores são plantadas no mato como forma de que sejam protegidas pelas outras da ação do frio e ou sol intenso.

Enquanto Seu Beto trabalhava como capataz na estância, sua esposa, filhos/as e netos/as eram os responsáveis pelos serviços nas casas, tais como cortar lenha, cuidar dos animais e das plantas. Embora considerado um lugar hegemonicamente masculino, as lidas no campo são realizadas e negociadas pelos integrantes da família, principalmente as mulheres. *Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros* (RIETH et al, 2019), comentou Rudney, pecuarista na localidade Barroço, em Piratini. Dona Zeni Crizel, moradora no antigo corredor das tropas, na BR 392, em Piratini, disse que na prática da lida de campo “*a mulher faz as mesmas coisas que o homem, basta ter determinação*”. Na sua propriedade, fazia o processo de compra, de lida - acompanhada de dois cachorros -, e de comercialização. Amansava o gado com sal e dizia que qualquer animal rebelde estava, em poucos dias, seguindo seus passos a pé no campo.



Imagem 18 - Dona Zeni Crizel e sua marca – Br 392 – Piratini. Fonte: Acervo do autor.

No modo de viver e habitar dos pecuaristas familiares, as lidas caseiras estão intercaladas com as lidas campeiras. Vanda, que morava na localidade Barroção⁸⁴, criava bovinos e ovinos com a ajuda do marido Celso. *“Tenho gado [bovino] e ovelha. Mas a ovelha é pouquinho. Até vamos vender um pouco esse ano. Vamos deixar só umas dez para carne. Eu não gosto de ovelha. Só gosto de gado. Nós temos 104 gados criados e mais 36 terneiros.”* A pecuarista fazia a lida a pé acompanhada por cães da raça ovelheiro e do marido. *“Eu campereio a pé. Junto cento e poucas reses.”* No contexto da pesquisa de campo, a pecuarista lamentava a perda da *“Filó”*, cachorra ovelheira companheira de trabalho. *“Perdi minha cachorra, a Filó. Só eu e ela juntávamos todo o gado. Agora eu tenho que levar o meu cunhado e o Celso para ajudar⁸⁵ a juntar. Eu digo, bah, essa cachorra vale por dois homens no campo!”* Mas a ajuda do marido se dá de maneira eventual.

Quando nós viemos para cá, ele [Celso] me disse: eu vou para fora contigo, mas ‘tu sabe que eu não gosto de criação. Não vou me preocupar com isso’. Então, a criação é comigo e ele fica limpando o campo. O que gosta de fazer é limpar o campo. Agora ele tem me ajudado, já que a minha cachorra morreu.

“Era uma cachorra bem linda, barbaridade! Às vezes, quando eu vou juntar o gado, eu choro no campo. Era duas pessoas que eu tinha para ajudar. E ela não tinha preguiça. Ela camperava comigo. Eu só parava e dizia: vai! Ela me olhava e eu dia: Traz! E ela ia lá e juntava. Trazia o gado todo encarreirado.”

Vanda aprendeu a lida no cotidiano de trabalho da propriedade de seus pais. *“Eu nasci e me criei no campo. No tempo do boi de arado. Eu era boa para lavrar. Sempre ajudei meu pai. Ele tinha 10 filhos. Então, a gente se criou sempre na lida. Os guris foram crescendo e indo embora. As gurias é quem foram ficando e trabalhando na lavoura. Depois “casei e fui para a cidade de Pelotas. Ficamos lá 30 anos. Criei minhas filhas. Uma é professora de história, outra é engenheira agrônoma, outra é enfermeira. Estou aqui desde 2002. Mas eu vinha, tirava uma semana, e voltava. Efetivo foi em 2004.”* O cotidiano intercala as lidas caseiras, que giram em torno dos

⁸⁴ O nome da localidade está associado ao nome do arroio que cruza a região e desagua no rio Camaquã.

⁸⁵ Vanda inverte o gênero da categoria “ajuda” que, na etnografia de Beatriz Herédia (1979), está relacionado a um lugar do âmbito feminino nas atividades do roçado, espaço masculino. A categoria “ajuda” opera como um não trabalho. Ao mesmo tempo, a interlocutora jogava com um dito comum na região que diz que “um bom cachorro, vale por dois peões”. No caso, aqui, uma boa cachorra valia por dois homens.

cuidados de humanos e bichos na casa e entorno, com as lidas no campo sendo esta última prejudicada muitas vezes pela primeira. Vanda comentou:

“Eu que cozinho. Esses dias estava pensando em contratar alguém que pudesse ao menos umas duas vezes por semana. Eu gosto de fazer a comida. Mas às vezes a lida da casa atrapalha a gente, né. Minha rotina é: vou no campo, volto, faço o almoço, passo uma vassourinha na casa, lavo a roupa e boto na corda, lavo a louça. Às vezes peço para meu marido lavar”.

“Todos os dias é juntar o gado e dar sal. Quando a gente dá sal - e quando eu desmamo os terneiros-, eu deixo eles 10 a 15 dias na mangueira. Eles ficam bem mansos. Pega um balde e sai e eles saem atrás da gente. O gado da raça Red Angus é o mais manso que existe para a gente lidar.”

A campeira começava a lida às 6h da manhã. Nesse horário já estava no campo juntando o gado para dar sal. Noutros momentos estava em casa realizando as atividades como os cuidados da horta e de algum bicho. A horta estava ligada à área da casa. Era cercada para serem cultivados, em menor quantidade, verduras e legumes. *“Feijão a gente planta. O milho a gente planta. A gente colhe abóbora e verduras. Então, a gente só compra coisas de mercado.”* Tais coisas de mercado seriam açúcar, sal, arroz. Os doces são servidos após refeições do almoço e do jantar. Também são fonte de renda, considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar. *“Chegamos a fazer mais de 100kg de figada para vender.”* Longe das casas, possuem uma lavoura com área de 1 hectare, onde plantam milho para alimentar os animais em determinados momentos como nos períodos de inverno ou para terminar/engordar algum animal para o abate. Os grãos são plantados por intermédio de uma máquina chamada *saracuá*. Dona Vanda comentou que nunca teve coordenação para trabalhar com esta máquina e acabavam contratando diaristas para fazer o serviço.

Na época do verão tinha que banhar o gado de 15 em 15 dias. Antes da atividade a interlocutora, fazia a preparação do local, colocando a receita de remédio antiparasitário em uma bombona com água. Ela verificava a mangueira, abria as porteiças, para depois buscar o gado em determinado potreiro. Com o gado preso na mangueira, escolhia alguns lotes para colocar no *brete*, que chamava *embretar*. Com um equipamento de lava a jato banhava o gado. A atividade tinha que ser cedo nos dias quentes porque usava equipamentos de proteção como macacão e máscara. *“No tempo quente a gente se judia muito!”* Outro cuidado era de não banhar nos dias com

vento, “*senão pega naqueles que estão embretando.*” O Celso participava da atividade na mangueira tocando os bovinos para dentro do brete. Por vezes, fazia a lida com a égua chamada “*Girafa*” que tinha 25 anos de idade, quando tinha que ir na outra propriedade da família, percorrendo sete quilômetros. “*É para deslocamento. Para juntar o gado é a pé.*” Na estação do verão e primavera, a interlocutora não trabalha no campo em horários com sol quente. “*Só saio para o campo depois das 16h. A gente tem que respeitar o sol.*”

Mas voltamos a cavalgada com Seu Beto e seguimos em direção a fazenda do sossego. “*Daqui a pouco vai começar a ficar tudo plano*”, comentava sobre as diferenças entre os campos dobrados e os campos planos. Descemos um morro inclinado em que os cavalos escorregavam e, após, atravessamos o “*arroio da lechiguana*” que seguia um curso por dentro da mata. Os cavalos tomaram água. Quando saímos do outro lado, a imensidão das planuras se desvendou. Já estávamos nos campos planos. Cruzamos em um potreiro em que ficavam as vacas com cria. Iriamos buscar o gado numa *invernada*, que é uma divisão da propriedade em que o gado passa algum tempo. Cada invernada possui algumas características, como bom pasto, boas aguadas, lugares abrigados. A depender da necessidade do gado, aciona-se determinada invernada.

O campo era plano e entrecortado em alguns lugares por valetas e sangas. Como não tenho experiência em andar em campos planos senti a sensação de que caminhávamos, caminhávamos e nunca chegávamos próximos aos animais. Mas o campeiro seguia determinados caminhos, que não estavam marcados no chão. Percebendo o ambiente ao redor sabia os melhores lugares para atravessar os banhados e as sangas. Os cachorros, que estavam nas casas da propriedade, passaram a nos acompanhar. Nas bacias de água tomavam banho, corriam animados pelos banhados. Pelo caminho, encontraram um terneiro escondido nas macegas, um terneiro que nascera há poucos dias. Seu Beto comentou que as vacas escondem eles, mas os cachorros, na maioria das vezes, nesses campos limpos e plano, acham o esconderijo. Como estava tudo bem com o animal, seguimos em frente.

Avistado o gado, o campeiro começou a falar para os cachorros, “*ataca lá, ataca lá!*” Os cães então começaram a correr latindo em torno dos animais. Com isso, o gado começou a se reunir e se dirigir para a porteira de entrada da *invernada*. Tinha cinco cachorros que o acompanhavam na lida. O Lechiguana, o Tigre, a Diane, o

Campeiro e a Barbuda. O aprendizado de um cão é *“igual a de um peão. Ensina o primeiro e ele começa a ensinar os outros”*. Um cão novo precisa de alguns cuidados no momento de ensiná-lo. Ao iniciante, não se pode exigir muito: *“não pode tocar muito, ele cansa”*. Nessa perspectiva, o aprendiz precisa de tempo para assimilar de maneira lenta o ensinamento. Seu Decinho, morador de Guaritas, em Caçapava do Sul, também tinha uma cachorra com habilidades na lida que chamavam a atenção. A Safira, atacava os animais quando eles se distanciavam muito do pecuarista que estava a pé. Outra habilidade que ela tinha, consistia em saber o animal que estava com *bicheiras*. Assim, latia perto e indicava a ferida ao pecuarista.

No corpo dos cães também estão as marcas do campo. Ao voltar a fazenda do sossego, meses depois, soube que o Tigre havia morrido em função da picada de uma cobra cruzeira. Seu Beto não conseguiu salvar o companheiro de lida. Porém, os filhos do Tigre, o Safadão e a Diane, seguiam a lida. Estavam sempre juntos ao cavalo que seu Beto montava. Quando o campeiro desencilhava e soltava para o campo, os cães, por vontade própria, acompanhavam o cavalo, ficando todo o tempo com ele. *“Às vezes o cavalo está andando muito rápido e eles ficam pulando no focinho como que querendo que ele pare para ficarem deitados.”* É comum o ataque de Javalis, podendo causar a morte também. Nessa ida a campo, havia um cachorro com vários machucados no corpo em função de ter duelado com um javali. Porém, na lida cotidiana com o gado, os corpos dos cães são muito exigidos. Conforme Éric Barreto (2015), o bom cão é aquele que sabe morder embaixo do garrão do boi. Não pode ser uma mordida forte, mas de maneira leve que não machuque o bicho. Porém, embora uma lida brabíssima, os cães gostam de trabalhar. Conforme os interlocutores de Éric Barreto (2015, p. 91), *“os cães trabalham porque querem e gostam. Quando um cão fica velho e sem forças, sente vergonha por não poder acompanhar no campo. Se um empregado novo aparece na propriedade, os Ovelheiros levam um tempo até acompanhá-lo, pois precisam desenvolver confiança na pessoa”*.

Montado a cavalo, seu Beto coordenava o trabalho dos cães. *“Ataca lá!”*, *“volta lá!”*, *“oia lá!”*, *“abre!”*. Cada mensagem era atendida imediatamente pelos cães. *“Ataca lá!”*, significava que os cães deveriam ficar atrás dos bois e, se eles não andarem, morder o garrão. *“Abre”*, significava dizer que o cão deveria deixar de atacar. *“Volta”* é para voltar para trás, para a *culatra* da tropa. *“Oia lá”*, estava chamando a atenção quando um boi estava desgarrado dos outros. Enquanto uns atacavam, outros

rodeavam em volta da tropa. Um trabalho em equipe em uma relação visual e falada de constante de “vigilância recíproca” (SÜSSEKIND, 2014).

O dia de Seu Beto começa por volta das 3h da madrugada. Sai de sua casa e se dirige para a estância onde acende o fogo no fogão a lenha, para fazer o mate. Não gosta de ficar perto da lareira: *“Meu fogo é de longe!”* Depois as tarefas são ordenhar as vacas, dar ração para os cavalos e os porcos indo para o campo recorrer o gado. *“O tempo de mais trabalho é nas épocas de cria que são de agosto a janeiro.”* Seu Beto diz não *“ter paradeiro”* pois sempre tem alguma coisa para fazer. *“Eu tenho sempre que andar.”* Esse movimento constante se dá, ao longo do dia, tanto a pé quando a cavalo.

O campeiro possui hortas e cercados em seu campo. A diferença entre os lugares se dá tanto em relação ao tamanho, quanto ao que se planta. Na horta, cultivam-se verduras e alguns legumes para consumo imediato. No *cercado*, por sua vez, cultivam-se grãos como o milho e o feijão, tubérculos como a batata-doce, mandioca e frutos rasteiros como o mugango, melancia e abóbora, alimentos de consumo com tempo de vida mais longo (HERÉDIA, 1979). O cercado, local de trabalho de Seu Beto, ficava longe das casas requerendo alguns minutos de caminhadas. De dois em dois anos a área do cercado era trocada, sendo um processo cíclico como escreveram Éllen e Klaas Woortmann (1997) que, no caso, se dá da seguinte maneira: mato e/ou campo – cercado - mato e/ou campo. Cultiva-se no cercado no período do verão, em função das lidas na estância que nunca terminam: *“lá eu saio do gado e vou para a ovelha.”*

Nos finais de tarde, quando estava feito o serviço na fazenda, descia do cavalo, colocava umas botas de borracha e se dirigia ao cercado. *“Eu venho para cá à tardinha. Venho, planto um pouco. No outro dia venho e planto mais um pouco.”* Não usa adubos e biocidas. *“É pela própria natureza que a gente colhe aqui. Não tem remédio.”* Woortmann’s (1997) observam uma relação de reciprocidade entre humano e terra, em que se trabalha e cuida da terra - ou do “solo” que é a “terra revelada” pela “limpeza” da área -, que, por sua vez, produz alimentos em retribuição. Mas para retribuir, o solo tem que ser respeitado, ou seja, não “receber corretivos químicos” ou *remédio*, na leitura de Seu Beto. Trabalha-se a “natureza” e deixa que ela retribua com suas potencialidades, em um processo de “negociação” entre as necessidades de quem planta e o que a terra/natureza pode oferecer (WOORTMANN’S, 1997)



Imagem 19 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce— Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.



Imagem 20 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce— Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

Há mais continuidade do que oposição (HERÉDIA, 1979; WOORTMANN'S, 1997) entre campos, matos, casas, quintas, hortas e cercados. A oposição se dá entre o espaço das casas, espaço dos cuidados e domesticação diante dos matos, lugar de asselvajamento, de bichos maus e caçadores. Entretanto, tais oposições se desfazem em suas complementaridades e consistem em misturas que geram diferentes combinações e que geram vidas. Por exemplo, se a ovelha come o tarumã preto, do mato, a carne terá um gosto ruim. Ao comer determinadas ervas do campo e do mato, o leite da vaca ficará com um gosto diferente. Já as cabras têm a carne mais saudável em função de sua dieta alimentar estar baseada em ervas. Existem plantas frutíferas que gostam do mato como os marmeleiros, as pitangueiras e os araçazeiros. Outras preferem os campos como os butiazais. Já outras não sabem viver nas matas como os pessegueiros que precisam de muito sol e frio. A biodiversidade é também doméstica (DIGARD, 2011). As cabras, vacas, cavalos, ovelhas, javalis e humanos compartilham uma mesma importância em transportar sementes de um lugar para outro, sejam as consideradas benéficas, como as invasoras como o mio-mio, anoni. Estas últimas, podem ser carregadas até pelas rodas de carros e caminhões ocupando espaços cada vez maiores. Mato é também quebra vento, fonte de energia, espaço de proteção para plantas contra as intempéries do tempo.

Tais misturas vêm para a cozinha, para as casas, como vitalidade para os corpos. Cristina é pecuarista familiar, em Palmas, e faz doces de frutas como marmelada, figada e pessegada no tacho de cobre comprado pela família há alguns anos. As frutas são congeladas considerando a sazonalidade da produção. Assim, podem fazer doces em outros períodos do ano. As figueiras dão frutos nos meses de outubro a janeiro, os pessegueiros e os marmeleiros dão frutos nos meses de janeiro a março. No mês de abril, é época de colher goiabas. No inverno tem também as cítricas. Também faz doces com leite tais como rapaduras e ambrosias. Nestes casos, são feitos na panela. Por serem feitos de leite, podem serem produzidos o ano inteiro. Mas na época das crias das vacas, que é no início da primavera, aumentam a quantidade disponível sendo o momento em que mais fazem doces (RIETH et al, 2019). Marcia Cristina aprendeu a fazer doces com a mãe sendo quem lhe ensinou as medidas e com a Dona Eni, mãe da Vera, para quem realiza serviços domésticos. Os doces de panela são feitos na cozinha da casa. Já os doces de tacho de cobre, são cozidos na rua. Ela divide com o marido João a lida no campo, com os animais

bovinos, ovinos e caprinos. João por sua vez participa na lida da casa em atividades como fazer doces, descascando as frutas. Seguem ciclos e movimentos da terra.



Imagem 21 - Dona Eni fazendo doce de figo – Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

Os alimentos salgados que compõem a culinária são o arroz de carreteiro com charque, o feijão com charque, o queijo de porco, a linguiça de porco e rês e a própria carne de ovelha, frango, bovinos e cabras – carnes cozidas, fritas, assadas no forno ou em espetos próximos ao fogo. A carne é um alimento que vem da *carneada*, que envolve um processo de “dessubjetivação” (SORDI, 2016, p. 142) do animal para transformá-lo em carne. Assim, para *carnear* um bicho, ou seja, para torná-lo carne, adotam-se algumas práticas de dessubjetivação. O animal tem que estar há alguns dias longe das casas (KOSBY, 2017). Junta-se um lote no campo com o bicho a ser abatido e traz para perto de casa. A depender da distância, deixa-se o animal “descansando” de um dia para outro. O bicho não é abatido, enquanto não estiver *descansado*⁸⁶. Os porcos, quando soltos, são presos em um curral antes de serem

⁸⁶ Sobre isso, Darwin (2010, p. 180) comentou: “Um estancieiro me disse que ele frequentemente tinha que mandar grandes manadas de gado em uma longa jornada para um estabelecimento de salgadura,

abatidos para *“limpar o corpo”*, e ter-se o controle do que comem. Sendo onívoros como os humanos, têm que assegurar-se com comeram somente rações de arroz, milho ou soja. Em alguns casos, observei que, para a presa não *“desconfiar”* do que projetam para ela, a deixam presa com outros animais.

O ato de carnear é rápido, *“para que o bicho não veja o que está acontecendo, e não sofrer”*, como me falou um interlocutor. Com uma corda, a presa é laçada e conduzida até o local. As pessoas que podem *sentir pena*, não ficam no local e se retiram por conta própria. Se estiver alguém *“sentindo pena”*, o bicho demora para morrer. Com tudo pronto, vem o ato de sangrar, introduzindo uma faca que atinge o coração ou cortando o pescoço e as veias jugulares, ato que chamam *degolar*. Nos casos que presenciei, dava-se um tiro ou uma marretada na cabeça. O impacto é tão forte, que o bicho cai desacordado e, então, é sangrado. No caso das ovelhas e cabras, são penduradas pelas patas traseiras no galho de uma árvore e degoladas. O sangue escorre para a terra. O *carneador* habilidoso, não deixa o bicho *“ver como morreu”*. Em alguns casos, pode errar alguma coisa e o bicho demorar para morrer o que gera lamentos. Vem então o processo de courear, retirar o couro de maneira a não gerar cortes que possam impossibilitar o seu processo de transformação em utensílios de lidas. Após courear, o processo de *“tornar carne”* segue com a divisão em partes. Busca-se um certo *“respeito”* pelo animal que vai se tornar carne.

Morrer é um processo de ciclo da vida. Conforme Laís, na lida de campo, *“tu aprendes a lidar com a vida e a morte ao mesmo tempo”*. Constantemente nascem bichos e plantas ao mesmo tempo que morrem. Seu Neves, me disse que *“a vida é assim, uns morrem para alimentar os outros. Nós, quando morrermos, alimentaremos outros bichos.”* Nos modos de viver dos peões campeiros etnografados por Leal (1989, 1992, 2019), conforme vimos no capítulo 1, ir ao encontro da morte é um ato de bravura. Uma forma de encarar o inevitável. Tais narrativas se dão também em relação aos animais. Sempre que participei dos momentos de carnear ou escutei narrativas referentes ao tema, os comentários estiveram em torno da maneira como o bicho encarou a morte. Tem situações em que o bicho encara a morte e deixa-se levar

e que os animais cansados frequentemente tinham que ser abatidos e esfolados. O problema é que ele nunca conseguia convencer os gaúchos a comerem dessa carne, e, desse modo, ao anoitecer um animal descansado era abatido para a ceia!” [...]

pelo carneador até o local do abate. É como se estivesse entregando-se ao abraço da morte. Outros, “*sentem o cheiro de sangue*”, e tornam-se ferozes, atacam e tentam fugir.

Assim, cozinhar é misturar ambientes, plantas, bichos e gentes (RIETH et al, 2019). Os ambientes, para os/as interlocutores/as tem cheiro, tem gostos e texturas. O mesmo pode se dizer dos alimentos que se juntam a esse processo de formação seguindo os ciclos e fluxos da vida e dos materiais (INGOLD, 2015a), sendo energias que dão vitalidade aos corpos. Quando algo não segue esse fluxo, os habitantes recomendam beber chá de carqueja para “*desintoxicar o corpo*”, retirando as toxinas que se armazenam no organismo e inibindo os movimentos do corpo em fluxo seja de gentes, seja dos bichos.



Imagem 22 - Dona Irene e Seu Decinho e as carquejas – Guaritas - Caçapava do Sul. Fonte: acervo do autor.

3.5. Um rio ingrato e indomável

*Rio da minha infância
Rio do meu amanhã
Também somos teu destino
Te salvaremos, Camaquã*

*Em tuas águas puras
A pureza do Cunha
Assim te queremos sempre
Indomável Camaquã*

(Itamar João Barros de Moraes, Rio Camaquã, 2014)

A afirmação de que o rio Camaquã é “ingrato”, apresentado no Capítulo 1, levou-me a algumas questões. A primeira delas é o fato de ser atribuído uma emoção humana a um rio. Assim, nessa primeira inferência, entende-se que o rio é um ser dotado de intencionalidades ultrapassando os preceitos da ontologia ocidental de separação entre a dimensão cultural e a natural. Por conseguinte, conforme Georg Simmel (2010), um dos precursores da sociologia e antropologia das emoções, a gratidão é uma emoção moral humana que estabelece laços de interações fundamentadas no equilíbrio entre o dar e o receber. É um ato subjetivo estabelecido entre pessoas sendo uma resposta do nosso eu mais íntimo a uma boa ação, seja ela real ou fictícia. Simmel traz o exemplo de quando agradecemos a artistas e poetas que não conhecemos pessoalmente, mas que geram em nós determinadas sensações. Se criam conexões entre pessoas que dão e que recebem emoções ao passo que, este dar, é muitas vezes pelo fato destes últimos serem o que são, pelos seus atos e pelas suas experiências.

A gratidão é, para Simmel (2010), uma maneira de lembrarmos a reciprocidade enquanto obrigação moral dentro de uma sociedade em que regem as trocas econômicas e contratuais. Ocorridas juridicamente por meio de uma relação legalmente regulamentada, tais conexões são baseadas no princípio de cumprir a lei sendo que isso coloca em cheque o efeito contínuo das relações que geram a socialização. “Aqui se encontra a gratidão para a representação do direito e do circuito, senão de outras forças, de um grupo de interação: o equilíbrio entre o dar e o receber entre as pessoas” (SIMMEL, 2010, p. 820). A gratidão, por conseguinte, está suportada em uma “antecipação moral” que é a confiança, ou seja, a expectativa gerada perante o outro. Uma vez quebrada essa expectativa gera mágoa, rancor,

ressentimento. Por certo, a ingratidão do rio, nesse caso, não é um sentimento de negação da gratidão, ou seja, o ressentimento diante de alguém que não lhe dá alguma coisa. O rio é ingrato porque engana, e pode-se entender que, em determinados momentos, há uma ausência de comunicação entre seres humanos e o rio. Isso leva a necessidade de “*respeitar o rio*” em constantes metamorfoses. O respeito, enquanto uma emoção, é entendido como algo que necessita de um outro olhar, a consideração de que o outro necessita de certos cuidados no ato de estabelecer relações em razão de não se ter total confiança no mesmo.

Porém, chama a atenção o fato de que, tanto a gratidão quanto a ingratidão, são efeitos de relações estabelecidas entre pessoas, nesse caso, entre humanos e o rio. Em trabalho de campo, acompanhei a Vera e sua irmã Márcia Colares na realização de uma pescaria no Rio Camaquã. Era noite de um sábado. O tempo prometia chuva. Fomos pescar junto o filho da Márcia, o Didi. Assim, saímos de carro para “procurar” o rio seguindo por um caminho que as irmãs pouco conheciam por terem cruzado poucas vezes. Para chegar até este lugar do rio, chamado Praia Grande, cruzamos de carro por dentro das propriedades rurais, seguindo caminhos pelos campos. As irmãs seguiam um caminho a partir dos rastros de outros carros e pessoas. Porém, em determinadas passagens não haviam estes rastros e, assim, se guiavam, por aquilo que aparecia no caminho. Conforme Ingold (2005), estávamos à mercê daquilo que acontecia, que não estava dado, mas a caminho de ser e acontecer. Era uma árvore, uma mata, um rastro, uma pedra, uma porteira, que remetiam a lembranças das vezes que cruzaram estes caminhos. Conforme as coisas apareciam, improvisavam o próprio caminho em uma criatividade “atencional” que, conforme Ingold (2016), atendia e percebia um mundo em constante criação. Márcia ainda deixava panos brancos atados em árvores, localizadas em determinados lugares, para orientar a volta. Baseadas na história de João e Maria, como comentaram, que deixavam migalhas de pão conforme caminhavam para dentro da floresta, os panos indicariam, na volta, que estavam seguindo pelos lugares percorridos anteriormente.

Ao chegarmos diante de uma mata com árvores grandes entendeu-se que estávamos nas margens do Camaquã. Deixamos o carro, colocamos botas, pegamos anzol e comidas, lanternas e descemos em direção ao rio. A atenção dada as cobras. Elas vão para a areia a noite para caçar e se refrescar. Também podem estar nas

árvores. Luzimar Pereira (2017) etnografou causos de cobras na zona rural de Urucuia, no Estado de Minas Gerais, concebendo, para além das representações simbólicas, enquanto seres que possuem existências conectadas e constitutivas junto aos seres humanos. O autor entende como “mundos em conflitos” o dos humanos e das cobras. Estas últimas, têm um modo de viver marcado pela invisibilidade, em um mundo escuro, de baixo, muitas vezes com hábitos noturnos. Quando se encontram esses mundos, ficam rastros, seja de histórias ou até de ações da cobra como um ataque. Por conseguinte, esses conflitos podem se manter, mesmo após o encontro, e isso acontece quando alguém fica em dívida com o outro. Luzimar traz o exemplo da cobra Cascavel, que é vingativa. Se alguém machuca ela, a relação se torna pessoal colocando a cobra “ofendida” e a vítima no “circuito moral da honra perdida”. A cascavel passa a perseguir e procurar o inimigo.

As pessoas que moram nas Palmas se referiram as cobras como os bichos mais perigosos. Elas vivem em um submundo, sendo uma vantagem para elas a invisibilidade. Elas não são vistas, porém são habilidosas em observar/perceber os humanos pelo movimento no chão, pelo calor, acompanhando os seus movimentos. O perigo é constante, pois elas podem estar em todos os lugares, seja no chão, nas areias das margens do rio, entre pedras ou “camufladas” em galhos de árvores. Assim, os encontros entre humanos e cobras são batalhas. A cobra é morta com pedras ou pedaços de pau. Enquanto sofre os ataques, atira botes, ou seja, tenta revidar. Seu Beto conta que, se machucar a cobra, ela retorna para revidar a violência sofrida. Tal como os interlocutores de Luzimar, em Minas Gerais, a cobra violentada ou “ofendida” sentirá, como disse Seu Beto, a necessidade de revidar *“e vai andando até encontrar quem a machucou. E tem que ser aquela pessoa.”* Por outro lado, se no primeiro encontro o humano não a ver e pisar em cima dela, esta pode atacar e mordê-lo injetando veneno. As consequências serão para o resto da vida, podendo levar a morte se não tratada imediatamente. Por isso, que os encontros deixam rastros sejam histórias ou até sequelas.

Há que conhecer o rio e seus entrelaçamentos. Enquanto Vera e Didi pescavam o pintado, Márcia me contava que o rio Camaquã muda muito e as partes que, em determinada época, eram rasas, em outra poderão estar fundas. É um rio em constante metamorfose. Por isso, são constantes os acidentes por afogamento. Ele *engole* aqueles que não o respeitam. Conforme observou Adriana Paredes Peñafiel

(2016, p. 119), a partir de uma etnografia com povos campesinos em Cajamarca, no Peru e suas resistências aos projetos de mineração, “as lagoas ‘comem’ gente e animais e, por isso, são caracterizadas como malas (malvadas)”. Nesse sentido, estabelece-se laços de reciprocidade com as lagoas em que as mesmas são alimentadas, já que são o local onde nascem as águas que seguem as veias do “corpo” dos cerros, como fluxos que alimentam a vida e dão vitalidade aos corpos. Pode-se considerar que o rio Camaquã é um fluxo que dá vida e vitalidade aos corpos. Marcia comentou que há alguns anos atrás, em 1989, o rio ficou vermelho devido a um vazamento de mercúrio da antiga mina de cobre. O rio ficou doente, matou os peixes e as pessoas não podiam banhar-se. Entretanto, aos poucos está se recuperando e já observam a existência de peixes que haviam desaparecido com o crime da empresa mineradora.

As famílias da região acampam nos meses de janeiro e fevereiro nas margens do rio. Quando chegamos haviam barracas nos matos que eram acampamentos. Márcia contou que, antes de entrarem no rio, algumas pessoas, conhecidas como as melhores nadadoras, fazem uma verificação da situação atual das águas dando o diagnóstico dos lugares propícios e não propícios para nadar, bem como dos lugares indicados para as crianças e os limites até onde elas podem ir. Para Márcia, o “*rio engana muito*” e, assim, me levou até um lugar, localizado logo abaixo de onde estávamos, que estava com fundura de cerca de cinco metros. A diferença, em poucos metros, era de uma profundidade de centímetros para de metros. As águas batiam, cantavam, nas pedras. Nesses lugares há “redemoinhos” que puxam as pessoas para o fundo. É assim que o rio engole as pessoas. Márcia contou a história de um menino, conhecido por ser nadador, que tentou salvar um amigo que estava se afogando em um desses redemoinhos. O menino salvou o amigo, mas fora engolido por esse redemoinho.

O rio engana também porque a correnteza é muito forte. O atrito da água com as pedras do fundo é maior que o atrito da água com o ar na superfície. Assim, aos olhos de quem vê, é um rio de águas *mansas*. Vera me convidou para pescar. Ao jogar o anzol na água percebi uma forte vibração pela linha que minhas mãos seguravam. Achei que tal fato se dava pela quantidade de peixes que tentavam pegar a isca. Porém, Márcia me disse que eram a correnteza do rio. Assim que, habitar o rio é se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a). A experiência de estar numa

imensidão de areias cujas margens estão tomadas por grandes árvores e pedras me fez imaginar a fala de Seu Beto das águas que sobem rapidamente. A sensação de não conhecer o rio e as falas que o habitam criavam desconforto. Alguns dias antes, o rio estava tomado pelas águas que saíram “campo afora”. Ainda haviam marcas da presença das águas nos galhos das árvores. Um misto de encanto e terror quando estão enfurecidas. Porém, é importante escutar a fala de outros seres que habitam o Camaquã como a Saracura. Quando o tempo promete muita chuva e, conseqüentemente, que vai aumentar a vazão das águas, a saracura canta nas partes altas. Por outro lado, se o tempo não promete muita chuva, ela canta nas partes baixas. O rio, assim, se emaranha com vários outros seres e por isso tem vida.



Imagem 23 - Seu Afonso (Tio Lalinho) - Palmas – Bagé. Fonte: acervo de Márcia Colares.

Tal como o rio, as cabras também são *ingratas*. O mesmo se dá para os cães. No caso das cabras e dos cães, a ingratidão se dá por serem bichos em que a domesticação é frágil podendo se asselvajarem a qualquer momento. As cabras tornam-se selvagens quando não são manejadas durante alguns dias da semana. Elas não respeitam as cercas e atacam as árvores frutíferas e os cultivos nos cercados. Sobem em árvores e conseguem acessar lugares de difícil acesso. Já os cães, por sua vez, podem se asselvajar e começar a atacar a criação seja de ovinos, seja de bovinos. “*Eles sabem que fazem errado*”, comentou Cristina. Portanto, realizam os ataques longe dos olhares humanos. Quando são vistos, fogem para o

mato. Os cães são ingratos por terem a potencialidade de traírem a confiança dos seus donos que é uma “antecipação moral” (SIMMEL, 2010), uma expectativa de determinada postura como um “peão” que trabalha na lida com os outros animais.

Seu Beto argumenta da necessidade de “conhecer os animais”. Cada bicho tem uma singularidade e personalidade. Alguns são confiáveis e mansos ao passo que outros são indomáveis. Não é possível prever com exatidão, as fronteiras que delimitam estas diferentes personalidades. Um animal poderá passar de um estado para outro a depender do contexto e da leitura de mundo que está fazendo. Portanto, os humanos estão em constantes negociações com os outros animais. A isso, têm-se a ideia de “*respeitar*” que se refere a seguir determinadas regras e normas de convivência. Por exemplo, não executar a violência desnecessária. Nesse mesmo caminho, que o rio Camaquã é ingrato. Ele engana e isso quer dizer que em determinadas situações, há uma carência de comunicação dos seres humanos com rio. É indomável, e suas águas podem se enfurecer e sair campo afora ou até mesmo engolir outros seres. Por isso que não é possível confiar totalmente no rio e, nesse sentido, respeitá-lo consiste em considerar as regras e normas da convivência tendo certos cuidados ao estabelecer relações. Tal como se dá com a terra e com os animais, deve se criar laços de reciprocidade e respeito com o rio.



Imagem 24 - Atravessando o Rio Camaquã em Palmas – Bagé. Fonte: acervo de Márcia Colares



Imagem 25 - Churrasco na Fazenda da Sossego - Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

CAPITULO 4.

DA TERRA “LIMPA” PARA O TACHO “SUJO”:

AGRICULTURAS NA SERRA DOS TAPES

“A terra é a morada da vida. Tudo se acaba, mas a terra não. Toda a riqueza sai da terra. Não pode haver fortuna sem haver terra. A maldição do mundo é o problema da terra.” (HERÉDIA, 1979)



Imagem 26 - Plantando com saracué –Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

4.1. Introdução

*“Segue o arado revirando a terra;
Porque bem sabe que semente é vida.”*

O sol se põe. A luminosidade dá um brilho peculiar às folhas verdes de milho. Os campos verdes, as árvores e as nuvens me trazem uma prazerosa sensação de bem-estar. São raros dias assim. Normalmente, os dias são de um calor insuportável. Os borrachudos estavam calmos o que significava a existência de poucas picadas “coceirentas” no corpo. É época de capinar o milho, ou seja, arar a terra para enterrar ou inibir o desenvolvimento de plantas pioneiras, facilitando o crescimento do cultivar. Na propriedade familiar, no município de Morro Redondo, articulo a antropologia com as práticas agrícolas, com o mexer com a terra. Capinar é um trabalho que nunca deixo de fazer, tanto por obrigação moral, quanto por apreciá-lo. É a primeira capina. Os pés de milho ainda estão pequenos. Plantamos há poucos meses. Antes disso, fizemos procedimentos para a adubação verde. Contratamos um trator que para fazer a aração e gradeação.

Foi a primeira vez que plantamos sementes de milho crioulo na lavoura, produzida por uma cooperativa, a UNAIC⁸⁷, do município de Canguçu. Antes plantávamos milho híbrido⁸⁸. Tantas mudanças, tantas histórias foram vividas nesta lavoura. Outrora foi um pomar de pessegueiros e, nessa época, estava cheia de pessoas colhendo pêssegos que eram vendidos às indústrias conserveiras. Tempos depois, a crise do setor, o aumento do uso de venenos pela resistência das chamadas “pragas”, as dívidas, fizeram com que arrancássemos as árvores frutíferas. Cortamos com machados os galhos e contratamos um trator para arrancar os troncos. Hoje é uma lavoura para cultivos em maiores quantidades como o milho e o feijão, chamadas *safras*. Mas amanhã, projetamos construir uma agrofloresta e a terra voltará a ser

⁸⁷ União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu.

⁸⁸ Embora originário da América Latina o milho, tornado “híbrido”, é uma cultivar carregada de estudos científicos, chamadas tecnologias, que buscam aumentar a produtividade e uma maior uniformidade dos grãos. Para isso, torna-se uma espécie incapaz de se desenvolver em meio as espécies pioneiras, ou seja, se relacionar com estas outras espécies.

nutrida e carregada de vidas marcando um novo ciclo econômico, que é resultado das novas sensibilidades (THOMAS, 1988) acerca dos manejos da terra.

Dei milho para o cavalo tordilho, tomei café, calcei as botas de borracha e nos dirigimos para a lavoura onde nos esperavam, embaixo de uma “*Sombra-de-Touro*”, a capinadeira⁸⁹ e os correames⁹⁰ de tração. Coloquei os correames no cavalo e anexei a capinadeira pelo balancim. Anexei as rédeas ao freio do cavalo e trouxe elas ao meu pescoço. Comunico e o cavalo inicia o movimento entrando na entrelinha. Ele conhece a lida. E serão somente duas horas de trabalho. Em breve chegará a noite. Não se trabalha com sol quente. Na época do verão, os trabalhos ao sol começam depois das 17 h. Trabalhar no horário de sol quente é ruim para o corpo, gera intenso desgaste físico no cavalo e os pés de milho híbrido sentem, já que estão transpirando mais água do que absorvendo. Mexer com a terra pode afetar as raízes que buscam o mínimo de água em suas conexões. Assim, a rotina de um dia de trabalho se dá até às 10 h, na parte da manhã, e a partir das 17 h, na parte da tarde. Como me disse a Vanda, lá no Barroão em Piratini, devemos *respeitar o sol*.

No início da tarde, na hora do sol quente, caminhei pelo campo e depois sentei em uma pedra na sombra de uma Anacaita. Com o livro “Contos Gauchescos” do Simões Lopes Neto (1976) entre as mãos, refletia sobre as histórias e lembranças contadas por Blau Nunes. Embora muitas vezes visto como um andarilho, o personagem narrador de Simões Lopes não era, de modo algum, um homem solitário, vagando pelos caminhos, sem família. Era, na verdade, um pequeno pecuarista e um lavrador que possuía um “*campito*”, tinha criação de animais e plantava milho, feijão. Por vezes, fazia algumas “*changas*”, vendendo a força de trabalho para complementar a renda, sendo uma delas, a de tropeiro. A constatação de uma pampa camponesa cada vez mais fazia sentido para mim e a caixa-preta (LATOUR, 2012) começava a

⁸⁹ A capinadeira mecânica, conforme Mazoyer e Roudart (2010, p 400-401), remonta ao advento da revolução industrial, no século XIX, em que a indústria, para se diferenciar dos equipamentos artesanais, passou a elaborar ferramentas que otimizassem processos e aumentassem a produtividade. As ferramentas eram dotadas de dispositivos de regulação. Assim, a capinadeira mecânica “era um instrumento munido de pequenas lâminas, ou de dentes, montadas em uma estrutura em forma de losango ou triângulo de afastamento variável. Puxada por um ou dois animais, ela arrancava ou cortava as raízes e as ervas adventícias, fragmentava e aerava o solo, freava a subida capilar e a evaporação da água do solo.”

⁹⁰ Chamadas também de arreios ou arreamentos. Consistem em peças de couros ou borrachas usadas para a tração. Para esta atividade, usam-se duas peças: o freio, comunicando a boca do cavalo à mão do condutor, e o peitoral, peça colocada no lombo com uma tira grossa que afirma o peito.

se abrir. Blau Nunes, um lavrador, descrevia o seu ambiente e sua vida marcada pela presença, vivência e troca de comunicação com o cavalo, com o cachorro, com os bois, com os ambientes.

Assim que, entre tantos livros teóricos e historiográficos sobre a pampa, este livro me fez abrir a caixa preta, um saco cheio de controvérsias. Em cima da mesa da “oficina etnográfica”, no apartamento localizado na cidade, ficaram alguns livros que dialogavam entre si. Tantas companhias, partilhando a construção da escrita, mas parecia que cada um me puxava para um lado. Uns afirmavam que a política de sesmarias e a introdução de alambrados gerou a expulsão dos pequenos agricultores, povos indígenas, negros e mestiços, de suas choupanas e terras. Além disso, consideravam que o modelo de criação extensiva, de gado não domesticado, tornava inviável a existência das pequenas e médias propriedade de criação (FREITAS, 1980; 1993). Outros diziam que, embora na história de formação do atual território do Rio Grande do Sul, considerou-se que a base da produção pecuária se consolidou nas grandes propriedades, com uso da mão de obra escrava e peões contratados por temporadas, é possível identificar, a partir de uma conjunção de fatores, a presença de um contingente de pequenas unidades produtivas de criação de gado em pastagens naturais e com mão de obra familiar. Outras estratégias seriam o arrendamento de campo, o uso de pastos de beira de estrada e terras comunitárias.

WAQUIL et al, (2016), estimava a existência de 60 mil unidades produtivas enquadradas na categoria pecuarista e/ou agricultor familiar o que equivalia a 70% dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul. É assim que, olhando pelo viés da literatura gauchesca, a presença destas unidades de produção familiar deve ser considerada, para além de um aspecto de viabilidade econômica da criação extensiva, pela maneira como essas populações tinham (e têm) seus modos de viver bem como as estratégias que articulam para mantê-los o que leva também, para além das dicotomias entre a pecuária e a agricultura.

O cavalo tordilho, puxa a capinadeira com uma leveza e tranquilidade. Animal forte, com vitalidade. Faz muitos anos que pratica isso e deve ter desenvolvido uma técnica para o menor esforço. Sabe a hora de parar, de fazer a volta e entrar na próxima entrelinha. Espera o fim da jornada para receber a merecida ração de milho, retribuição as horas de trabalho. Poucos movimentos eu preciso fazer na corda para coordenar os movimentos do cavalo. Um deles é coordenar a entrada na próxima

entrelinha de milho. Meus movimentos são poucos, apenas nesses momentos de volta. Quando a terra está molhada, ele consegue ver a terra mexida e sabe que deve entrar no próximo vão. Ao longo do correr a entrelinha apenas controlo a direção das enxadas. Coordenam-se os meus braços e os braços da capinadeira, a corda que enlaça o meu pescoço e me liga a boca do cavalo.

O Tordilho, como chamamos, era ensinado apenas para a montaria. Para aprender a tração, por vários dias, o fizeram puxar um tronco de madeira. Por vezes subiam neste tronco fazendo com que o animal fizesse mais força. Assim, do mais leve ao mais pesado, foi aprendendo a puxar. Os/as agricultores/as dizem que o “*cavalo tordilho é puxador*” como se trouxesse dentro de si essa qualidade. E assim foi. Tornou-se um exímio puxador. Não havia peso que não puxasse. Firmava o garrão, baixava o pescoço e a tora entrava em movimento. Não podia estar magro. Se assim o fosse, era perigoso “*estragar*” e não teria mais condições de puxar. Mas sempre estava gordo, elogiado pela força e beleza. Com ele aprendi a trabalhar na capinadeira. O pai segurava as rédeas e eu me preocupava em treinar os braços para o movimento da capinadeira. Depois de um tempo consegui coordenar minha atenção aos movimentos do cavalo, com os movimentos da capinadeira.

Conforme aprendia a manejar a capinadeira, aprendia a afeição ao movimento das enxadas fazendo sulcos na terra sentindo, já enfatizada pelos meus interlocutores e interlocutoras. O encontro das enxadas com as ervas e com a superfície cria um som do solo rasgado e o cheiro de terra úmida e fértil dá uma prazerosa sensação. Junto a isso, o olhar se perde nas ervas que vão sendo enterradas ou viradas pelas enxadas. Milhã, tapuã, guanxuma, tanchagem, carquejas e picão tornam-se adubação verde e trazem vida nova a terra, outrora castigada pelos biocidas. A cada linha cruzada, vai-se aperfeiçoando o propósito maior de um lavrador que é enterrar o maior número de ervas possíveis, articulando os movimentos do cavalo com os da capinadeira de maneira a enterrar as ervas sem afetar as raízes do cultivar. Entretanto, o desequilíbrio da terra e as monoculturas possibilitaram a presença de uma invasora, a “grama-seda⁹¹” que se dispersa pela área em formas rizomáticas,

⁹¹ *Cynodon dactylon* – Conforme o site Agrobases Brasil, é uma planta “invasora” presente em mais de 100 países, sendo considerada de “difícil controle”. “Uma planta pode produzir até 5 metros de rizoma em 80 dias”, que se concentram na camada arável do solo embora seja recomendada para estabilizar o solo em aterros (AGROBASE BRASIL, 2020).

dificultando a aração. Nesse sentido, deve-se capinar quando a grama ainda está pequena e não entrelaçada.

Os pés que calçavam botas seguiam os ritmos compassados dos passos das patas do cavalo. Seria melhor se estivesse com os pés no chão, como faziam os meus pais, mas perdi essa habilidade. O terror das cobras, dos tocos e espinhos no chão me fazem usar a botas, mesmo sentindo muito calor. A capina, regada pelo entardecer, o sol indo dormir, o suor pingando de meu rosto e meu corpo, o cheiro do suor do cavalo, a pequena e estranha garoa trazida por uma nuvem que veio da Lagoa dos Patos. Todos esses elementos trouxeram a sensação gostosa de estar sentindo e fazendo parte da formação daquele ambiente juntos aos animais, a terra, aos pés de milho, ao céu, as nuvens e as sons desses emaranhados. Como observou a antropóloga Patrícia Cruz (2017), “viver entre processos de crescimento e colheita (morte) configura muito mais do que um fazer, mas um modo de habitar o mundo onde pessoas, não-humanos e materialidades técnicas se criam e se transformam cotidianamente.”

Embora, muitas vezes considerados como “tecnologias simples”, as ferramentas de lavração, no caso, o arado, a grade e a capinadeira, seja com tração animal ou motorizados, carregam uma história com centenas de anos de estudos e aperfeiçoamento. Conforme escreveram Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), o arado atual é um aperfeiçoamento do “arado charrua”, criado na Idade Média, que, por sua vez, constituía uma inovação em relação ao “arado escarificador”. Enquanto o escarificador apenas rasgava a terra, o charrua era uma ferramenta com capacidade para cortar e revolver o solo em forma de leivas ou torrões. Seja de telha ou de disco, o arado corta uma faixa de terra continua a medida que avança, enterrando a vegetação e os resíduos orgânicos, como o esterco, com rapidez e linearidade. Uma série de inovações trouxe o “arado charrua”, sendo uma delas a existência de dois braços, ou cabos, que permitiam equilíbrio e possibilitavam seguir uma linha reta.

Entretanto, seguem os autores, embora seja uma forma de lavrar a terra com rapidez e eficiência, o arado não permite a perfeição trazida pela “lavração a braço”, com enxadas ou enxadões⁹², já que deixa o terreno com torrões e muitas ervas não

⁹²Sobre isso, Mazoyer e Roudart (2010, p. 273) escreveram: são compostos “por uma lâmina de aproximadamente 20 cm de largura, e de um cabo de madeira de mais de 1 m. Na melhor das

enterradas. Para isso, então, tem-se a “grade”, armação onde são fixadas pontas de ferro ou discos, para desfazer os torrões e cortar as ervas residuais - que ficaram -, tornando a superfície uniforme e preparada para semeadura. Sobre a capinadeira, os autores escreveram,

as plantas “mondadas” (...), muito exigentes em trabalho de preparo do solo, não poderiam ter se desenvolvido plenamente sem a ajuda das capinadeiras e enleiradeiras de tração animal, que substituíram enxadas e enxadões manuais. A capinadeira mecânica era um instrumento munido de pequenas lâminas, ou de dentes, montadas em uma estrutura em forma de losango ou triângulo de afastamento variável. Puxada por um ou dois animais, ela arrancava ou cortava as raízes e as ervas adventícias, fragmentava e aerava o solo, freava a subida capilar e a evaporação da água do solo. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 404)

Portanto, ao conectar a mão ao braço de um arado puxado a tração animal, me sinto tão moderno quanto o lavrador dentro de um trator controlando o sistema pelo computador. A questão está, conforme Keith Thomas (1988), relacionada às sensibilidades associadas ao trabalho na terra. Após arar e gradear, semeamos o azevém, que é uma gramínea forrageira que compete com as outras ervas e impede o seu desenvolvimento. No inverno, o azevém torna-se pastagem para os animais suprindo-os de nutrientes escassos pela hibernação das gramíneas no campo. Quando a pastagem está alta, colocamos o gado. Os animais deixam esterco e comem as pontas das folhas, baixando-as. Tempos depois, retirou-se os bichos e passou-se novamente a grade, que cortou e enterrou os pés de azevém para torná-los adubo verde e proteger a terra da erosão das chuvas.

Com a terra gradeada, estendemos linhas de um lado a outro da lavoura, a distância de um metro entre elas, e plantamos. Uma das transformações observadas por Thomas (1988) refere-se às sensibilidades acerca de terra, num jogo ambíguo entre a paisagem cultivada, domesticada e produtiva e a paisagem natural, desordenada e improdutiva. Conforme o autor, a aradura trouxe simetria e, plantar em linhas retas, para além de um modo eficiente de aproveitar espaços, era também a representação da imposição de “ordem humana ao mundo natural desordenado” (*idem*, p. 304). A simetria e regularidade constituíam (e constituem) os traços

hipóteses, a lâmina é em aço temperado e é fixada ao cabo por meio de uma argola metálica. Com o cabo, anexado a mão, “é balançada de alto a baixo e penetra o solo por percussão.”

essenciais da imagem de uma “boa agricultura”. A paisagem uniforme, está associada a produtividade, um elogio ao solo limpo e a mata “conquistada”. Entretanto, segundo o autor, no século XVIII novas sensibilidades emergiram em relação a natureza agreste e irregular, como local de renovação espiritual. Contra o avanço das fronteiras agrícolas em direção às matas e montanhas, enquanto lugares de culto ao indivíduo, essas novas sensibilidades passaram a questionar o “elogio a limpeza” e à terra dominada.

Ao longe, no outro lado do Arroio da Taquara, escuto os gritos de peões, latidos de cães e berros de vacas. Enxergo os movimentos das vacas de cria se dirigindo ao rodeio. Ali, naquele campo, articulam cria e terminação em confinamento. As vacas, vivem e pastam nos campos e matos. Os terneiros, quando nascem, acompanham as vacas pelos campos e, quando estão no período de desmamar, vão para o confinamento recebendo rações de milho e soja. Mais acima, nas nascentes do arroio da Taquara e de outras águas que descem os morros seguindo seus cursos em direção à Lagoa dos Patos, ouço o ronco de um trator que trabalha no cultivo de soja. Certamente, está percorrendo as entrelinhas e aplicando algum biocida, para matar as ervas que “competem” e inibem o desenvolvimento do cultivar, ou colocando algum inseticida para inibir o “ataque” das “pragas”. Thomas mostra que as sensibilidades em torno da “natureza” emergem e se sobrepõe conforme os movimentos das sociedades. As lavouras, então, nem sempre estiveram associadas a natureza domesticada, embora essa sensibilidade se acirrou no âmbito da modernização da agricultura. Ingold (2015b, p. 17/18) escreveu que a colonização, ou domínio, não é a imposição de um mundo linear sobre outro não linear, mas a transformação dos traçados por onde transitam a vida fechando-os e confinando-os em formações verticais.

É olhando para estas distintas formações e sensibilidades acerca da paisagem agrícola que chegaremos na Serra dos Tapes⁹³ que engloba os municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo. A denominação Serra dos Tapes está relacionada ao

⁹³ Segundo as narrativas *Mbyá Guarani*, *Nhanderu Tenondegua*, quando criou o mundo, destinou os matos aos *Mbya* e os campos para os *Juruá* (brancos) criarem seus animais. Então, “onde há mato é terra guarani” (SOARES, 2012, p. 104). O bioma propício ao exercício do “modo de ser guarani” é o Bioma Mata Atlântica e, assim, o território que equivale as Serras dos Sudeste está entre as terras idealizadas pelos *Mbya* considerando que permite as condições de vivência para o estabelecimento de uma *tekoá* atendendo aos requisitos que dão condições para o plantio de seus cultivares tradicionais, caça e pesca e seu bom modo de viver (FREIRE; BENEDETI, 2014).

contexto histórico de ocupação indígena, da tribo tupi-guarani, conhecidos como Tapes. Como parte da diversidade da Serra do Sudeste, a sua parte sul, a Serra dos Tapes, é caracterizada pelo predomínio da floresta - floresta estacional semidecidual -, com predomínio de espécies características da mata atlântica tais como araucárias, figueiras, cedros, canelas. Associado a isso, tem-se a presença de populações tradicionais com comunidades quilombolas⁹⁴, indígenas e famílias descendentes de imigrantes europeus. Estes últimos chegaram, primeiramente, na segunda metade do século XVIII, quando os povos açorianos de Povo Novo da Torotama, que atualmente faz parte do município de Rio Grande, iniciaram a invasão das terras de Pelotas - incluindo Morro Redondo e Capão do Leão -, Cerrito, Canguçu e Piratini (BENTO, 2007). No final do século XIX, se incrementou a imigração, por intermédio das políticas de colonização, onde os chamados “colonos”, receberam frações de terras na região.



Imagem 27 - Casa na Serra dos Tapes – Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

A estrutura fundiária dos municípios se caracteriza pela presença dos estabelecimentos familiares que correspondem a cerca de 90% dos estabelecimentos, ocupando uma área média de 45% do território (BECKER, 2010). Como “povos de

⁹⁴ “O arroio Pelotas foi a principal rota de fuga dos escravos, rumo à Serra do Tapes, região pouco povoada e com matas abundantes. Os fugitivos foram se reagrupando, formando pequenos quilombos (...)” (CAPA, 2010, p. 7). Conforme estimativa de Pinheiro et al (2018) na região contabiliza-se cerca de 43 comunidades quilombolas.

floresta” em meio a pampa, essas populações desenvolveram uma diversidade de conhecimentos no manejo das espécies arbóreas nativas bem como espécies exógenas, desenvolvendo manejos agrícolas entre o tradicional e o moderno, entre linhas tortas e retas, caracterizando um saber agrícola e doceiro sustentado em receitas familiares a base de frutas, no uso do tacho de cobre, na colher feita em madeira, no fogão a lenha e nos conhecimentos sobre o manejo dessas espécies.

4.2. Por entre os ecos dos morros, gritos que animavam bois

“Outra caravana se reuniu a nós, a noite, de modo que os ecos destes morros repercutia os gritos barulhentemente selvagens dos arreadores, acompanhados de gestos e palavras, para animar continuamente os bois: e mais ainda o ringir indefinível dos eixos de madeira, aquecida pelo atrito.” (ISABELE, 1983, p. 25)

Os antigos lavradores sempre rememoram a aração com tração animal e o encanto ao desenhar as linhas. O andar lento e preguiçoso dos bois, o contato dos pés com a terra, o olhar que se perdia na formação das vergas pela telha do arado, as ervas e a gostosa sensação do cheiro da terra molhada, configuravam os aspectos de um trabalho que, embora pesado, era marcado por boas sensações e criatividade. No município de Morro Redondo, até há alguns anos, depois dos períodos de chuva da primavera, era momento em que todos/as lavradores/as começavam a arar a terra com tração animal para plantar milho, feijão, batatas, entre outras. Assim, ouviam-se os gritos dos outros vizinhos que estavam fazendo a mesma atividade. Mas não eram somente gritos de lavradores que ecoavam por entre os morros. O município é atravessado pelo antigo caminho Canguçu-Pelotas por onde cruzavam tropas de gado, carretas de bois e carroças de cavalos levando mercadorias da agricultura e pecuária familiar para a cidade de Pelotas. Algumas carretas e carroças, contam os/as moradores/as, cruzavam por essas estradas em direção às lavouras de arroz da região de Pelotas. As carretas e carroças transportavam a produção das lavouras para os locais de trilha, onde separavam-se grãos com auxílio do debulhar mecânico.

Esses caminhos formam parte do passado do município, contados pelas experiências das gerações que a viveram. Assim, em um domingo, estava nos

preparativos para a organização da “Festa do Doce Colonial” que ocorreria na praça central do município. Sobre a festa e o doce vamos conversar um pouco mais adiante. O que importa aqui é o que, etnograficamente, descobri. Ajudava na formação das barracas junto aos/as expositores/as que venderiam artesanatos, doces, sucos e outros produtos coloniais. Seu Ervino, morador local e um dos fundadores do museu histórico do município, comentou que no lugar em que estávamos, paravam as tropas e carretas que saíam de Canguçu, Piratini, Caçapava do Sul e outros lugares em direção à Pelotas. Ao lado dessa praça, havia um conjunto de casas que foram, outrora, locais para venda e de abrigo de tropeiros e outros viajantes. Hoje, nesses galpões se abrigam alguns caminhões. Em volta de onde estávamos haviam árvores e no centro uma área em que colocaram areia para ser uma quadra de esportes. Ali haviam pastos em que vacas e bois ficavam descansando da jornada e se alimentando. Seu Ervino disse: *“Eu lembro que, de longe, ouvíamos os gritos dos tropeiros, o berro dos bois e a mãe já gritava para entrarmos para dentro de casa. Mas queríamos ver o gado passando.”* O morador lembrou também das carretas e o barulho que o atrito do eixo fazia com as rodas bem como as sinetas que carregavam os bois *sinuelos*, que orientavam o ritmo dos outros.

Quando estava em trabalho de campo no município de Piratini, em uma conversa com o Carlinhos, presidente da associação de pecuaristas familiares do Barroão, o mesmo comentou que seu pai, viajava dias e dias de carroça saindo de Piratini, cruzando pelo Morro Redondo e chegando em Pelotas, para vender doces, feijão, batatas, galinhas, porcos, ovos. Seu Neves, com quem aprendi os primeiros passos da lida campeira, morava, desde criança, nas margens da rodovia BR 293, e assistia as tropas cruzarem diariamente, em frente à sua casa. Agora, como as pessoas percebiam esses caminhos?

Em uma conversa degravada⁹⁵ encontrei as narrativas de Seu Valdemar Goes, que morava no Quinto Distrito do município de Piratini. Pude aprender um pouco sobre a experiência de ser tropeiro e suas relações com os animais. Era um agricultor, pecuarista familiar, quilombola e ex-tropeiro. No contexto da entrevista, realizada em 2011, estava com 86 anos. Seu Valdemar começou cedo a tropear, com dezoito anos

⁹⁵ A entrevista é parte do acervo do INRC – Lida campeira na região de Bagé/RS. Foi disponibilizada pela Profa. Dra. Rosane Rubert por meio de suas pesquisas com comunidades quilombolas na Serra dos Tapes. A partir da transcrição da entrevista, construiu-se uma ficha disponível em Rieth et al (2013).

mantendo esse modo de viver até os cinquenta anos de idade. Corpo nutrido, se criou “tipo bicho”, forte e de pés no chão.

Fui criado comendo pão assado na pedra. Amassa o pão, cobre ele, sova ele bem sovado, bota torresmo de porco, bota banha e sova para lá e para cá, e para lá e para cá, até que ficasse bem sovadinho. Depois botava a pedra no fogo de chão. Naquele tempo era de trempe, gancho, botava lá no meio do caibro, e botava lá embaixo, deixava a panela ali para ferver, para cozinhar, ali, e botava lenha na volta. (...) E ali, com a negrada na volta, quatro, cinco filhos, outros com dez, outros com doze. E andavam na volta esperando aquele pãozito para comer. (...) A mãe assava naquele forno mais ou menos com dois palmos de largura, ela estendia aquele pão naquela pedra quente e para não desandar aquilo de cima da pedra. (...) Era uma coisa que, a gente era criado meio assim, tipo bicho. E a gente se criava forte, sadio, pé no chão, geada. A gente ficava, meio comparando, tipo animal, forte.

Tal força, coexistindo com corporalidades nutridas, colocava como forma de lidar com os bichos, também fortes. Como se tivesse uma igualdade de condições entre corpos fortes que se enfrentavam: *“Tu tinha que pegar um boi brabo, que atropelasse, que já estava uma fera, que atropelava cavalo, que atropelava de a pé. (...) No dia que nós tínhamos que pegar, se juntavam cinco ou seis. ‘Se sair por ali eu laço’. E o outro: ‘se sai para mim eu pego’. E se tiver que agarrar, nós agarremos! (...) A lida campeira, nos matos se dava também juntos as árvores: a coisa que mais gostávamos era pegar um boi brabo, agarrar. (...) O sujeito trepava para cima de uma árvore, ia se empoleirando e chegava onde estava o boi brabo, atropelando cachorro, atropelando cavalo. E a gente ia por cima das árvores e quando apeava saía com ele agarrado. Aquilo era uma coisa que, era melhor que comer um quilo de doce!*

A terra em que plantava e habitava fora adquirida pelo seu Sogro, também tropeiro e capitão de tropa. *“Foi feito um câmbio de ovelha pela terra. (...) Ele criava, assim, na terra dos outros. Depois veio vindo, veio trabalhando, forcejando. Até que obteve essa terra, essa propriedade”. Juntos, formavam a tropa comprando gado na região: ele ia lá e comprava, ele tinha muito crédito [e] levava, fazia dinheiro, vinha, pagava, e comprava de novo. Era assim. (...). Levava para o Anglo e para a cooperativa [chamada Sudeste]. O número de reses se dava em torno de “setenta, outras vezes com cem, com cento e cinquenta, outras vezes com duzentos. E era assim, a coisa ia indo assim.” Ovelha também. “A ovelha é mais embromada, porque é mais pequena, o passo é mais pequeno. Então, levava mais um dia ou dois, ‘devagarzito’. (...) uma tropa às vezes com setenta, com oitenta, outras vezes com*

*cem, cento e cinquenta.” O gado não perdia peso, porque tinham pastagens e seu Valdemar fez referências aos antigo *paradouro* com pastagens, sendo uma delas a do Alto Alegre, localizado no município de Cerrito.*

A gente deixava o gado no meio dia, a gente fazia o meio-dia e o gado pastava, descansava. Quando era nos arroios tomava água.” A “carne sempre quebra um pouquinho, mas não é muito. (...) Estas pastagens eram tapadas. Tinham poteiros, vamos dizer, com quatro, cinco braças, dependendo da tropa. Se eram cem reses, botava uma tropa aí em 12, 13 braças. Para ficar na noite, e no outro dia de manhã seguia a tropa.”: Era antes daquela estrada que vai sair no Cerrito, naquela encruzilhada, no Alto Alegre. [era também uma bailanta, ou seja um lugar para festas] Depois, lá adiante do alemão. Depois lá no Otavio Carpes. Depois no Otavio Souza. Tinha uma que já era lá perto da igreja, aquela que vai sair lá na Terezinha. Depois na Agrícola.”

A alimentação na viagem se dava pela carne, salame, fazia café. Quando era de noite, faziam comida de sal. ”. Por vezes, levava a metade de ovelha, mas isso dependia dos tropeiros.

Fazia fogo no chão. Naquelas panelas, nas pastagens já tinha aquelas panelas dos tropeiros. E as vezes, se era em alguma venda que a gente chegava, comprava carne ou o que tivesse para fazer comida. Fazia uma arrozada lá, um carreteiro, no outro dia seguia. Fazia um café e ia embora. Chegava ao meio dia, fazia um churrasco, churrasqueava, e vamos de novo. E ia tocando os bois. Ia embora, até chegar no Anglo. Na hora da parada, alguns “traziam água, já outros faziam mate, outros cortavam o espeto, já espetavam a carne, botava assar. E o chimarrão seguia, antes do chimarrão beliscava um trago de canha, aquela canha pura. Churrasqueava. Alguns que queriam, tomavam um cafézito em cima. Encilhavam os cavalos, e vamos soltar a tropa na estrada de novo. (...) Quando chovia, ali, botava um ponche castelhano, fazia um fogo, pegava um facão estendia um ponche grande em cima e fazia fogo em baixo. Agarrava uma garrafa de álcool, quebrava graveto, botava ali. E a água estava caindo [chuva], mas gente estava ali fazendo fogo, tomando chimarrão, assando carne. É, isso aí tudo a gente sofria, mas acostumava, porque, chegava perto de uma tropa, a gente estava com vontade: ah, vamos tropear, vamos fazer tal coisa.

“Nós tínhamos um dado, que era cinquenta rês para cada tropeiro⁹⁶. Era o que mais ou menos cabia para cada um na tropa. Se conseguir cem res, eram dois tropeiros. (...) Se um tem que sair, prendeu um gado no arame, deu um disparo na tropa, tem que ter uns dois ou três lá para buscar, tem que ficar outro ali na tropa, mais uns dois ali, e tudo assim. E era assim que andava”. “Nessa volta de Pelotas ali, Capão do Leão, Cerro das Antas, tinha ‘bicho véio’ [ladrões de gado] que, se não ficava de olho, quando descia com a tropa, apartava uma vaca ou duas. E era assim. Tinha que ficar um lá na ponta do

⁹⁶ A comitiva era formada pelo “capitão de tropa” e os “empregados”.

gado, dois assando carne lá, mais dois ou três aqui noutra ponta, e o gado no centro.”

E acontecia de as tropas se encontrarem ao longo da estrada, o que Seu Valdemar chamava de “dar desvio da tropa”:

Se eles iam ficar numa pastagem, a gente ficava na outra. E era assim, às vezes tinha que dar lugar porque uma tropa era para entregar hoje, com o compromisso de entregar hoje, ela tinha que cruzar, tinha que tocar. Então a gente tinha que dar o desvio para aquela outra tropa cruzar. Tirava o gado para o costado, num corredor, e ali ficavam os campeiros, tudo de a cavalo. Metendo o cavalo aqui, bota o cavalo ali, bota para cá, volta para cá e lá... E a cachorrada ali. Encilhava o gado e a outra cruzava e ia embora. (...) Os tropeiros ajudavam uns aos outros. A raça de tropeiros eram muitos unidos. Tudo trabalhava com a mesma profissão né?! O importante era a venda. As vezes a gente passava os dias molhado, bota molhada, e a água batendo, a gente gritando com os bois... A gente botava um chapéu e um ponche e ia embora. Viajando, lutando, né.”

Nesta vida tropeira, de caminhar e caminhar, Seu Valdemar comentou a importância de manter, pelos caminhos, uma relação saudável, que gerasse reciprocidade, o que chamou de “deixar a estrada limpa”. “(...) *tinha que deixar a estrada limpa, que a gente saísse e pudesse voltar. Esse era o ideal da gente, ia lutando, trabalhando, ganhando o pão, mas cuidando do caminho para o dia de amanhã. E por isso que eu estou vivendo, contando as minhas histórias passadas.*”

Como escreveu Adriana Silva (2006), a atividade tropeira não envolvia somente o ato de conduzir o gado, mas envolvia outras mercadorias. Seu Valdemar produzia fumo em corda para vender nas andanças.

“Fazia a muda, tirava a semente, fazia o viveiro, e plantava no viveiro. Ela nascia e quando estava um tanto assim [refere-se ao tamanho da muda] mudava ela, daí botava na terra, né. E capinava ela e ia até o ponto de ficar um pé grande, com as folhas largas. Dali colhia, quando ela estava madura, tirava ela, destalava, e pegava na mão, assim, pegava ela ia tirando aquele talo. (...) E depois passava ela por dentro de uma da outra, e fazia um sovêu, como os da ovelha, assim. E cortava uns porretes e ia enrolando ali. Ia enrolando, enrolando, fazia aqueles rolos com doze, vinte quilos, trinta quilos. E depois, passava um dia, no outro, tirava e ia dando uma torcida, um aperto nele, para fazer o fumo, para curar ele, para depois vender. Enlaçavam ele e iam vender.”

E, assim, as tropas seguiam pela estrada em direção aos frigoríficos às margens do canal São Gonçalo, deixando rastros e histórias. Seu Rui, morador da

colônia Santo Amor, em Morro Redondo, comentou as lembranças das tropas que cruzavam. Ao longe se ouviam os gritos dos tropeiros. Eram tropas de todos os tamanhos de 100 a 500 cabeças de gado. Os moradores da região vendiam gado para estes frigoríficos. Havia atravessadores que juntavam pequenos lotes de gado para formar uma tropa. Hoje, as tropas circulam pelas estradas nos momentos de troca de pasto. Mas não é somente bois que eram e são comercializados na cidade de Pelotas. A região é reconhecida por outras intensidades associadas à criação que se referem aos manejos agrícolas e a reconhecida tradição doceira. Vamos entender um pouco destas tramas.



Imagem 28 - Tropa na antiga rota Canguçu-Pelotas, atual município de Morro Redondo. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo.

4.3. Terra “limpa” para a planta-fábrica

Conforme a antropologia de Seu Valdemar, a força e vitalidade, como forma de coexistir e lidar com os bichos, também fortes e vigorosos, não é, porém, a mesma força de coexistência com o trator.

Antes se plantava trigo, aveia, alpiste, linho. A gente plantava já mais ou menos, praticamente quase sabendo o que colhia. Plantava um alqueire de trigo, era uns dez, vinte sacos. Hoje a gente planta um saco ou dois para colher quatro, cinco. Foi um ponto que o plantador teve que parar, o pequeno plantador, porque não tinha produção, não tinha com o que se defender, foi parando. E o grande foi chegando tinha trator, tinha força né. Então plantava bastante. (...). Nós plantávamos o trigo, o milho, milho catete, catete branco, para o pão. (...) Até a cevada, porque tem a cevada miúda e cevada graúda. A graúda era para fazer a canjica, botava ela de longe aquela canjica ia crescendo, se abria, quando ela estava bem abertinha, estava pronta para cozinhar. Misturava com carnezita de porco: ah, chegava dá laçoço! (SEU VALDEMAR GOES, 2011)

Os tratores, carros e os caminhões, com mais força, colocaram para as barrancas as tropas e carretas. Entes indesejados com buzinas que não respeitavam as boas relações da estrada.

(...) o pessoal era meio estúpido, né. Pensavam, porque tinham um carro, metiam por meio de uma tropa e tocavam tudo por diante. Então, o tropeiro tinha que desviar, tinha que parar, e ia acuando o gado, tirando o gado. Vinha tirando o gado e ia chamando, e o carro vinha vindo, detrás, lá na ponta da tropa. Aí ele seguia, ia adiante, dava a volta e repontava a tropa de novo. Se vinha outro carro de lá, tinha que fazer a mesma coisa né, tirando para os carros cruzar. Mas os carros tinham que respeitar, porque o carro tem freio, mas a tropa não tem. É, tudo era assim. Mas depois o pessoal até foi acostumando. Mas antes a coisa não era fácil, se metia o carro, a gente prendia o grito (...)

Como um ente da modernização agrícola que viveu a região, o trator trouxe outros parâmetros para as relações entre humanos, terra e plantas. Os agricultores cortam os pequenos arbustos existentes no meio da lavoura para não *atrapalharem* o trator. É como se limpassem o lugar para esperar esse ser forte, vigoroso, dominador. O trator trouxe consigo outras relações com a terra. E isso fez com que o milho, signo de vitalidade, que dava “laçoço”, se tornasse um alimento “fraco”, transgênico.

Para Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas (2009) os povos agricultores que se formaram no contexto do “extremo sul” estiveram vinculados às dinâmicas do mercado do consumo urbano pelotense, dedicando-se a agricultura diversificada, a pecuária de pequena escala e a produção de frutas e de doces, principalmente o pêssego. Ainda hoje a região é responsável por 90% da produção nacional de pêssegos em conserva. O crescimento dessa cultivar esteve associada às trajetórias das indústrias conserveiras de caráter artesanal. Um levantamento

apresentado pela pesquisadora Adriana Paola Paredes Peñafiel (2006) contabilizava, em 1954, cerca de 100 estabelecimentos artesanais voltados para fazer conservas.

Em conversas com as famílias proprietárias das indústrias conserveiras de Morro Redondo, comentaram que seus pais eram produtores de frutas e faziam doces nas cozinhas artesanais. Seu Albino Neumann, por exemplo, era agricultor e tinha um pé de marmelo no quintal de sua casa e, um dia, decidiu fazer um doce para vender. As pessoas aprovaram o doce, feito a partir das receitas passadas de geração em geração, o que gerou a dedicação para ampliação do negócio de um processo para a criação da indústria conserveira com produção em série. Algumas famílias, por influência das demandas, passaram a dedicar um espaço, chamadas *fabriquetas*, para a produção de doces, contratando, eventualmente, os serviços de vizinhos e familiares para beneficiarem as frutas e mexerem os tachos. Eram produzidas frutas em conservas, doces caldas ou em caixinhas, “*que são cortados de faca*”, que eram vendidos nos comércios da região.



Imagem 29 - Caderno de receitas de Solange Cruz – Açoita Cavallo/Morro Redondo.
Fonte: acervo do autor.

Mas como se deu esse aumento das agroindústrias conserveiras? As famílias vinculam ao “perfil empreendedor” dos pais, que estavam “*a frente do seu tempo*”, que “*sempre tiveram a necessidade de melhorar, de se modernizar*”, fazendo com que “*sempre fosse em busca de coisas novas*” trazendo máquinas importadas da Europa.

Entretanto, é possível atentar para um contexto de atuação de um “Estado Empreendedor” (MAZZUCATO, 2014), investidor em desenvolvimento tecnológico e de pesquisa. A partir da Era Vargas as políticas desenvolvimentistas, sustentadas no modelo de substituição das importações, através de incentivos fiscais e de créditos, começaram a incentivar a implantação das grandes indústrias conserveiras, formando o complexo agroindustrial de doces e conservas na região de Pelotas. Nisso tem-se a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o objetivo de desenvolver pacotes tecnológicos para a agricultura. Por conseguinte, conforme os relatos das famílias, foi por intermédio da “Metalúrgica Guerreiro”, ligada a um coronel militar, que, na década de 1960, começou a produzir latas incentivando famílias a investirem na fabricação de conservas enlatadas. A metalúrgica também produzia máquinas para o processo de produção, como a *recravadeira* manual para fechar as latas (RIETH et al, 2008).

Nesse movimento, se deu a consolidação da modernização agrícola, em que as grandes indústrias conserveiras começaram a se instalar nas áreas urbanas e rurais de Pelotas e Morro Redondo. Reclamavam o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas para a criação de variedades precoces e tardias com objetivo de estender o ciclo fabril e criar variedades de frutas de maior tamanho. Tal fato está associado a “revolução verde” que surgiu entre os anos 60 e 70, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores da guerra, que obtiveram grandes lucros, junto com as indústrias armamentistas, buscavam alternativas que continuassem garantindo esses lucros. Com o discurso de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome no mundo, com o apoio dos governantes de diferentes países, sustentados em uma visão de desenvolvimento linear (ACOSTA, 2016), a revolução verde trouxe para a agricultura o chamado “pacote tecnológico” que é um conjunto indissociado de tecnologias agrícolas sendo elas a monocultura, a mecanização, os fertilizantes sintéticos, as sementes híbridas, os agrotóxicos e, recentemente, as sementes transgênicas (MADEIRA et al, 2012).

Com o processo de normatização e padronização da produção, as *fabriquetas* e cozinhas artesanais passaram a ser pressionadas em um processo que as tornavam inviáveis. O ato de caminhar a pé pelas estradas do município de Morro Redondo é observar estas materialidades ligadas às casas. As fabriquetas eram formadas por um fogão onde se colocavam os tachos de cobre. O fogo era alimentado com lenhas de

madeira. Penduradas nas paredes ficavam os *mexedores* ou colheres de madeira. Havia uma mesa onde se beneficiavam as frutas antes de irem para os tachos. Uma época em que “*todas famílias produziam doces*” e “*quem não produzisse doce, passaria fome*.” Aqueles que não produziam doces, cultivam frutas. O desenho de uma propriedade⁹⁷ era dado como complementaridades entre matos e capoeiras, lavouras, campos, pomares ou quintas – hortas - pátios/terreiros - casas/*fabriquetas*. Dos matos e capoeiras saiam as lenhas para alimentar o fogo. Saiam também as ervas medicinais; das lavouras vinham o milho, o feijão, o trigo, a batata-doce, a abóbora; nos campos coexistiam o gado leiteiro, de corte, bois e cavalos de tração; dos pomares ou quintas saiam os pêssegos, marmelos, figos, goiabas. Dos pátios/terreiros vinham os ovos, galinhas, porcos, patos e frutas; das hortas saiam as verduras e legumes voltados, basicamente, para o autoconsumo.

As casas/*fabriquetas* eram os espaços do consumo e beneficiamento dos componentes básicos da dieta e da renda da família que agregavam valor aos bens primários, como frutas, tubérculos, ovos, transformados em doces e conservas (doces e salgadas). Mas todos poderiam serem considerados espaços de produção e consumo em um ciclo da vida. As cascas de abóboras eram destinadas para alimentar porcos, o milho alimentava humanos e bichos, os esterco alimentavam as lavouras e pomares. O gado se alimentava nos campos e matos, lavouras e pastos. Há que destacar a existência de moinhos para a moagem de grãos como milho, trigo de onde derivavam uma diversidade de produtos já elencado por Seu Valdemar além de rações para os bichos. Havia também as fábricas de roupas e sapatos de couro. Uma diversidade de possibilidades e alternativas constituíam uma época em que “*até pedra se vendia*”.

De acordo com Vandana Shiva (2003), a uniformidade ou diversidade não são apenas formas de se relacionar com a terra, mas também formas de pensar e viver. A autora mostra que a disseminação das monoculturas, não se dá pelo aumento da produção em termos de melhorias biológicas, tendo mais a ver com questões políticas e de poder. E elas operam, primeiramente, negando a existência do saber local, não considerados como um saber. A ciência e os cientistas, operando com argumento de

⁹⁷ Inspirado em Woortmann's (1997) que, ao descrever as unidades de produção familiar dos camponeses nordestinos, observaram um ciclo que interligava os seguintes elementos: mato – capoeira – o chão da roça e/ou malhada – pasto – casa de farinha – casa e o quintal.

um método científico, de observação e linearidade, legitimaram um único saber em detrimento dos saberes locais. Assim, o “saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhantes às monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local” (SHIVA, 2003, p. 25). Ambas destroem as condições de existências de alternativas, em prol de uma linha vertical, ou de uma “planta-fábrica”, conforme Gliessman,

Essas práticas também são integradas com uma estrutura com sua lógica particular. A produção de alimentos é tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura: sua produção é maximizada pelo aporte dos insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação dos seus genes, e o solo simplesmente é o meio no qual suas raízes ficam ancoradas (GLIESSMAN, 2001, p. 34).

O pacote semente/produto químico estabelece suas próprias interações particulares, com vistas a aumentar a produtividade de um só componente, “divorciado” dos processos vitais que mantém as condições agrícolas (SHIVA, 2003). O milagre das sementes híbridas, carregadas de tecnociências, é avaliado em termos de produtividade tornando impossibilitada a comparação com as plantas alternativas. A diversidade, ao tornarem-se erva-daninhas e pragas, devem ser erradicadas das lavouras, da terra, da mente e destruídas com venenos. As safras, nutritivas por serem ricas em diversidade, ou seja, por conterem interações da água com os ciclos dos nutrientes a partir de múltiplas relações, são substituídas pelas plantas-fábricas desvinculadas de uma interação e nutridas com sintéticos. Elas substituem o caos, e a diversidade de possibilidades, por aquilo que é comercializável, que está no âmbito da ordem, uniforme.

O saber sustentado nas múltiplas relações com a diversidade⁹⁸, são deslegitimados e os agricultores se convertem em produtores especializados em bens primários (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009), comercializando monocultivos às indústrias de transformação as quais orientam o plantio, financiam insumos e equipamentos criando uma dependência ao capital industrial, “reduzindo o produtor a

⁹⁸ A autora escreve: “O arroz não é somente um grão, ele fornece palha, para os tetos de sapé e para a fabricação de esteiras, forragem para o gado, farelo para os tanques de peixe, matéria prima para combustível. As variedades locais das safras são selecionadas para satisfazer esses múltiplos usos.” (*Ibidem*, 2003, p. 66)

situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais ” (SALAMONI & WASKIEWICZ, 2013, p. 88). É emblemático nesse contexto doceiro o surgimento da “máquina descaroçadeira” que diminuía a necessidade do contingente de trabalhadoras/as, mas colocava uma controvérsia já que somente 10% da produção atingia o tamanho para a qual havia sido projetada (PAREDES PEÑAFIEL, 2006). Tais empresas passaram a exigir modificação nas técnicas de produção agrícola pressionando incentivos estatais para o desenvolvimento de tecnologias pela Embrapa Clima Temperado e pela extensão dessas pesquisas através da Emater.

A padronização dessas técnicas e tecnologias obrigou os persicultores a se ajustarem aos processos produtivos ditados pelas indústrias. Os pomares/lavouras constituíram-se em locais ordenados em linhas retas para facilitar a aplicação de fungicidas e inseticidas pelas máquinas pulverizadoras. O solo é constantemente “limpo”, capinados com enxadas mecânica ou químicas. Na etnografia dos/as Woortmann’s (1997), os conceitos “terra” e “solo” são coisas distintas. A terra é âmbito da natureza, com cobertura vegetal, indomável. É o espaço da desordem. O preparo da terra é um trabalho masculino de “amansar” o ser indomado. É enfrentá-la, dominá-la. Nesse embate, a terra-natureza “revida”, com os animais, como o ataque de cobras, e ataque das plantas, quando se é atingido por alguma árvore. A terra é finalmente amansada com o fogo, ou seja, quando se queimam as árvores cortadas. Nesse momento, conforme os autores, a terra domada, torna-se “solo”, terreno limpo. Com a terra amansada, entram os serviços femininos de plantação. O solo revela-se para “Deus” como fruto de um trabalho, cabendo ao mesmo dar a “benção” trazendo chuvas.

Entretanto, o solo deve ser “respeitado”, para que possa retribuir com produção de alimentos. Respeitar o solo é, conforme os/as autores/as, não “agredir com corretivos químicos”, ao que poderá vingar-se “envenenando os alimentos” (idem, p. 65). Ao mesmo tempo, ao cortar o mato, as árvores mais frondosas são deixadas para fazer sombra para os momentos de descanso. Deixam-se também as frutíferas e as medicinais. No modelo da modernização agrícola, na terra limpa, transformada em solo, toda a diversidade deve ser excluída para *não atrapalhar o trator*, sobrando, exclusivamente, a monocultura. Em cada planta colocam-se adubos químicos de Nitrogênio, Fósforo e Cálcio. É comum uma narrativa dos antigos persicultores de que, horas após a aplicação de um determinado biocida, o chão do pomar ficava “tomado

de passarinhos mortos". As abelhas também são afetadas pelos biocidas contra a mosca da fruta, cada vez mais resistente.

O resultado da adoção desse modelo de "modernização" na agricultura acarretou maior desigualdade nos campos, pois os benefícios da adoção desse modelo de produção foram desiguais. Dado o processo histórico de distribuição desigual da terra, os agricultores de maior renda, acabaram se beneficiando, pois controlavam o capital e possuíam as maiores extensões de terras, podendo investir no então modelo de rápido resultado, iniciando o processo de produção em monocultura: grandes extensões de terra voltados para um único cultivo. Tal processo agravou e disseminou os problemas ambientais, como a poluição, a degradação do solo e a destruição da biodiversidade (ALTIERE, 2004, p. 19). "*E o grande foi chegando tinha trator, tinha força. Então plantava bastante. (...)*", como descreveu Seu Valdemar. Nesse modelo, integrado ao mercado, de compra de insumos e máquinas, as margens de ganho são baixas e a produtividade ligada a um só cultivo é inviável para aqueles incluídos na modernização agrícola de maneira precária (MARTINS, 1997), ou seja, incluídos em tal modelo que "tem como lógica própria tudo desenraizar (...) porque tudo deve ser lançado no mercado".

Ao deslegitimar os saberes locais, a modernização atua como uma frente de desenraizamento das conexões entre plantas, humanos e outros seres com vida. Após isso, o modelo inclui conforme sua lógica (MARTINS, 1997) ou suas próprias linhas (INGOLD, 2005). Entretanto, não significa que a modernização da agricultura exclui a relação com as dimensões afetivas do mundo, fazendo as pessoas tornarem-se calculistas-rationais. Há linhas de fuga. Os agricultores persicutores, por exemplo, benzem as chuvas de pedras e temporais de vento que atacam as suas lavouras/pomares. As lavouras de milho são, junto à aplicação de biocidas, são benzidas contra o ataque das lagartas.

Em 1995, contabilizavam-se 18 indústrias de conserva de pêssego. Atualmente contabilizam-se 7 grandes agroindústrias. Porém, os dados que subsidiam esta constatação são voltados para a fabricação de conservas, por sua vez, associados ao desenvolvimento da modernização agrícola na região. Nesse sentido que a experiência etnográfica mostra que essas *fabriquetas* não tiveram um fim declarado. Embora o processo de modernização agrícola ocasionou o fechamento de inúmeras "*fabriquetas*", uma realidade mais complexa se desdobra. Aquelas frutas residuais,

que as bocas das máquinas não catavam, refugadas pelas indústrias conserveiras, seguiam outras linhas. Muitos produtores seguiram produzindo seus doces de maneira tradicional, como segredos de guardiões, ao passo que outros decidiram se adaptar a tais normas sanitárias mantendo a atividade ao longo dos anos, mediando e negociando com a fiscalização, maneiras para não afetar bruscamente o caráter familiar e artesanal da produção desses alimentos.

4.4. A pureza do tacho “sujo”: os modos de *fazer doces*

Sobre os modos de fazer artesanais, Lucia Hussak Van Velthem (2007) trouxe elementos interessantes acerca dos materiais que compõe as casas de farinhas dos camponeses localizados no estado do Acre. A autora mostrou que os artefatos extrapolam o utilitarismo para se tornarem entes capazes de se articularem, estabelecer relações e se organizarem socialmente, em famílias. Cada coisa tem o seu lugar, podendo estar sentado ou deitado. Dispostos em seus lugares, obedecem a uma sequência própria de produção. Uma estrutura própria e em relação com as pessoas sendo “um modelo coordenado por nós”. A seguir, buscando estas mesmas relações, descreverei os modos de fazer doceiros/as.

A produção de doces é realizada em diferentes espaços: dentro de um galpão, no ambiente aberto embaixo de uma árvore, na cozinha da casa, nas fabriquetas/agroindústrias, nas grandes indústrias. Dependendo da situação, os doces podem serem feitos nesses diferentes espaços. Por exemplo: uma família que possui uma agroindústria já dentro dos moldes legais, em determinados momentos, produz doces na cozinha de casa ou no galpão, utilizando o tacho de cobre e a colher de madeira - legalmente proibidos -, para o autoconsumo. Nesses casos, é comum distribuírem entre os demais familiares e entre os vizinhos pequenos potes de doce com a narrativa de que é feito “*sem conservantes*” e no tacho de cobre. Além disso, outro fator que imprime um sabor a mais é quando a fruta é colhida na propriedade e tem-se, por isso, a certeza de que está livre de agrotóxicos. Uma forma de manter a cordialidade das relações a partir de um doce considerado nutritivo e com o gosto mais saboroso, que é o “*gosto da fruta*”. O doce tem uma alma (MAUSS, 2003).

Quando feitos na rua ou no galpão – normalmente é para o autoconsumo ou dentro de uma situação de “informalidade” perante as normas da vigilância sanitária. O primeiro passo é acionar a ação de três pedras sendo uma com tamanho maior que as outras duas para dar “*firmeza ao tacho*”. Elas podem já terem um lugar guardadas no local ou serem buscadas em outros locais. Por vezes, a pedra certa “*aparece*” para a pessoa quando ela caminha pelo campo ou outros espaços. Um pouco antes de fazer o doce, elas são buscadas. São assentadas, organizadas e disponibilizadas em forma de triângulo para que o tacho de cobre possa “*sentar*”. Por isso, quando se escolhe a pedra, imagina-se a sua disposição. Mas normalmente já se tem marcadas as pedras para suas posições.

Por conseguinte, vão sendo trazidos a lenha para o fogo. A melhor lenha é a de “*faxina vermelha*” que não solta cheiro e não faz tanta fumaça, o que pode “*dar gosto*” no doce. A lenha de faxina gera bastante temperatura. Ela é conseguida nas capoeiras que são antigas lavouras “*descansando*”. Conforme o contexto etnografado pelos WOORTMANN's, (1997, p. 28) o termo “descansar” significava deixar a terra em “reflorestamento natural” para, daqui há alguns anos, retornar um novo ciclo agrícola. A terra “*descansada*” é, terra forte, rica em diversidade. No contexto de Morro Redondo, a terra que fica descansando torna-se, pasto alternativo para o gado. Em determinadas horas do dia, os bichos são dirigidos até o local para comerem as gramíneas e galhos de árvores.

Limpa-se o tacho de cobre com detergente e suco de limão e passando uma esponja de aço ou uma palha de espiga de milho seca. Tem-se que cuidar para não “arranhar” o tacho e assim, a mão deve ser leve. Caso danifique, esta parte passa a queimar o doce. Nas pesquisas que fiz, com pessoas próximas e distantes, todos os tachos de cobre tinham mais de 100 anos e foram ou passados de geração em geração ou comprados de heranças familiares. Algumas marcas nos tachos, indicavam as relações com artífices ciganos, que cruzavam a região em determinados períodos e consertavam esses materiais danificados. O tacho furado era concertado a partir de uma trama perfeita entre cortes em forma de zíper.

A polpa da fruta para a produção caseira, é congelada. Aos poucos vai-se colhendo os frutos em uma espera aos fluxos da árvore que vai amadurecendo as

frutas, até completar uma quantidade suficiente para encher um tacho⁹⁹. As frutas são colhidas em pomares/lavouras. Outras em pomares em volta das casas. Algumas ficam nos matos como a laranja azeda, cuja a casca é feita em calda. O araçá e o butiá também ficam nos matos. Mas algum, por vezes, nasce no espaço da casa e acaba ficando. O marmelo português era cultivado em modelo convencional. Porém, alguns anos atrás os agricultores observaram que os mesmos não produziram mais frutas. Isso se deu, em função da erupção de um vulcão no Chile, cuja as cinzas cruzaram a região. Conseguem produzir, em pouca quantidade, marmelos da índia, que dá no mato. Diferente do marmelo português, o “da índia” precisa ficar em água por sete dias para perderem a acidez. O caminho das frutas se dá assim: colhidas, são “limpas”, retirando as cascas, talos e caroços, passadas em água fervente e depois são guardadas no congelador. Se o doce a ser feito é o cremoso, *de passar no pão*, os pedaços de frutas são moídos no *moedor* antes de irem para o tacho.

Acende-se o fogo e o tacho é, então, “*sentado*” em cima das pedras. É despejado a polpa das frutas e a quantidade de açúcar. A média gira em torno de 1kg de açúcar para 1kg de polpa. Mas isso depende da fruta e do grau de doçura que a mesma traz. Quando são doces em calda, primeiro faz-se a calda com água e açúcar. Dona Leni Anselmo Rockembach me ensinou a limpar a “*sujeira do açúcar*” fervendo a calda com clara de ovo. Todas as impurezas vão para as bordas do tacho e tiramos com uma espumadeira. Quanto mais doce a polpa está, menos açúcar será colocado. O objetivo é ficar “*aquele gostinho da fruta*”. Acende-se o fogo que, aos poucos, vai aquecendo o tacho e os ingredientes. A *pá de mexer* ou *mexedor* está lavada e à espera de entrar em cena quando a polpa aquecer. O *mexedor* mistura o açúcar com a fruta em movimentos em forma de “8” para que possa circular por toda a área do tacho. O movimento de mexer o doce está relacionado ao movimento de caminhar em volta do tacho. Não se para mais de mexer para o doce não queimar. O fogo é controlado não podendo ficar muito alto e nem muito baixo. Quando fica alto o movimento do “8” tem que ser rápido. É revezado entre os que estão presentes o ato de mexer e quando começar a aparecer o fundo, o doce está pronto, momento que se chama “*estar no ponto*”. No caso do doce em calda, esse ponto se dá quando a calda faz “*um fio*” ao ser derramada com o mexedor. Então, o tacho é retirado do fogo e

⁹⁹ No modelo de monocultura, esses fluxos não são respeitados e, em alguns casos, utilizam herbicidas para acelerar a maturação da planta.

colocado em cima de uma mesa para que o doce seja retirado e colocado em recipientes. Tem que retirar o doce com o tacho ainda quente para o cobre não se juntar ao processo.

Conforme Fabiane Thomé da Cruz e Jaqueline Sgarbi Santos (2016) o contexto atual é de valorização dos alimentos tradicionais onde há uma crescente demanda de consumidores por esses alimentos diferenciados pelo vínculo com os locais de produção e suas singularidades. No município de Morro Redondo a questão do turismo rural envolve uma rede de empreendimentos que realizam eventos como cafés coloniais, almoços, caminhadas pela natureza, o que vem se tornando fonte de renda para inúmeros agricultores. É o caso da Solange, moradora na localidade Açoita Cavalo. A propriedade da doceira, fica localizada na outra margem do arroio da Taquara, sendo o marco que delimita as propriedades. Para ir à casa dela, caminhei a pé por dentro dos campos, cruzei por matas, descí e subi cerros. A casa está localizada na beira da estrada do Açoita Cavalo. Dizem que na região, havia uma enorme árvore, chamada Açoita Cavalo, onde os carreteiros e tropeiros que seguiam em direção a Pelotas, paravam.

Solange estava com 55 anos e vivia na localidade desde que nasceu. É professora aposentada de geografia dando aulas nas escolas da região. Voltou a produzir doces desde que se aposentou. Mas desde criança ajudou a mãe. Entretanto, ao aposentar-se alguém lhe indicou a possibilidade de produzir doces para vender a um hotel em Pelotas, passando assim a produzir doces sob encomenda. Aos poucos foram surgindo outras possibilidades. Então, articulou a história de sua família, principalmente de sua mãe, avó e bisavó, com a possibilidade de não “ficar parada” e obter alguma renda.

Seu pai era pecuarista em pequena escala, atividade que foi seguida pelo seu irmão que possui um sistema de crias em campos nativos e terminação em confinamento. Solange aprendeu a fazer doces com a mãe que havia falecido a uns sete anos. Lembra de sua bisavó que faleceu fazendo doces. Em um dia frio de inverno, estava na fabriqueta, na beira do fogo, mexendo o tacho. Quando saiu do ambiente de calor para o frio, teve um “*pasmo*”. O modo de aprender foi sempre ajudando a sua mãe que dizia “*olha para tu aprender!*”. Mas, mesmo assim, Solange solicitou a ela que escrevesse todas as receitas em um caderno para ficar registrado caso ela um dia esquecesse. Porém, “*já decorei as receitas, mas ficam para os filhos*”.

O caderninho de receitas contém algumas indicações de como fazer figada, pessegada, conserva de pêssego.

A produção da família gira em torno da produção pecuária, da persicultura, comercializando os pêssegos para as indústrias conserveiras e produção artesanal de doces e sucos de frutas que comercializa na cidade de Pelotas e também para os turistas que visitam sua propriedade. Com o empreendimento de turismo rural realiza cafés coloniais, almoços buscando oferecer tudo o que produzem na propriedade: pessegada, goiabada, batatada, figada, figo cristalizado, geléia de pêssego, compota de pêssego, sucos entre outros. A demanda por esses bens é muito grande e as pessoas querem comprar aqueles feitos de maneira “*bem tradicional*”, colocadas em caixinhas de madeira. Tais produtos são produzidos na “*peça do doce*” ou agroindústria construída para esse fim há 22 anos. Nesta peça ficam os freezers que usa para congelar/guardar as frutas, os pacotes de açúcar e os artefatos. As caixinhas de madeira em que colocam os doces são compradas de um artesão que mora na cidade de Pelotas.

Para poder comercializar no empreendimento Solange teve que comprar um tacho de alumínio e uma colher de silicone conforme pediu a fiscal sanitária. Porém, para dar a primeira fervura nas frutas ela usa a colher de madeira que fizeram com matérias-primas na propriedade. Acha a colher de silicone muito leve o que dificulta mexer o doce. O tacho de cobre, que fora da sua bisavó, está sendo usado para as “oficinas de fabricação de doces”, eventos que demonstram aos/às turistas como “*eram feitos os doces antigamente*”. A diferença entre os tachos está no sabor que imprimem aos doces e também na cor sua cor. No tacho de cobre, o doce fica mais claro e com melhor sabor.



Imagem 30 – De mãe para filho - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor.



Imagem 31 – Calor e fumaça - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor.



Imagem 32 – Mexendo o tacho de cobre - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor



Imagem 33 – Mexedor “descansando” - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 34 – Pessegada - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 35 – Doce na caixinha de madeira. Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

A maioria das frutas são colhidas na propriedade da família, exceto a goiaba e a uva que compram nas colônias de Pelotas. Os pêssegos que são “*refugados*” pela indústria em função do tamanho inadequado para a “máquina descaroçadeira”, são vendidos para as pequenas agroindústrias localizadas no município ou tornam-se sucos, doces e compotas dentro da propriedade. A divisão familiar do trabalho se constitui pela Solange e um filho enquanto responsáveis pela produção de doces, sucos, alimentos orgânicos como ovos e verduras. O seu marido Daltro, está envolvido com os trabalhos nas chácaras de pêssego, mas ajuda na produção de doces quando não está cuidando de suas chácaras. Um outro filho se direciona aos cuidados do empreendimento de turismo rural. Juntos, os filhos Mauricio e Murilo são responsáveis pela criação de gado, contratando um peão uma vez por semana para recorrer o campo.

Uma conversa se deu em um dia de muita chuva. Acompanhava a Solange a sua prima Maria Lucia que junto ao seu Marido, aposentado da Embrapa, estavam descaroçando e descascando pêssegos. Maria é veterinária aposentada e mora na cidade de Pelotas há muitos anos. Aprendeu a fazer doces com a mãe da Solange e, uma vez por ano, na época da colheita do pêssego, ficava alguns dias na casa da prima para fazerem doces que levava para seu consumo na cidade. Uma forma de reviver a memória. Maria Lucia também trabalhou nos períodos da “safra do pêssego” numa fábrica de conservas. Conta que nesses períodos de safra – época da colheita do pêssego -, estas empresas contratavam muitos trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam de diferentes lugares da região. A principal atividade que as mulheres faziam nessas indústrias era descaroçar as frutas que não passavam pela máquina descaroçadora.

O tacho é como o ancião que ensina e reafirma saberes e histórias. Fica sentado ao centro e reúne, ao seu redor, familiares e vizinhos. Na propriedade da família de Vera Colares, em Palmas – Bagé, acompanhei a fabricação de uma figada. Além de nós, participaram a Dona Eni, mãe de Vera, o Regis e a Cristina. Passamos a tarde em volta do tacho, conversando e mexendo o doce. Seu Ervino me comentou que este era o momento onde se reunia toda a família. Tal prática também foi comentada pelo Amilton Camargo, morador da comunidade quilombola Corredor dos Munhóz, em Lavras do Sul em que a comunidade se reúne em torno do tacho para fazer doces:

Minha mãe é uma que sempre mantém. A [...] vizinha aqui também mantém essa questão de fazer os doces de tacho. E as mulheres se reúnem no verão, janeiro, fevereiro, março, para fazer as tachadas de doce. Vão fazendo em conjunto. Levantam cedo da manhã, vão buscar fruta lá no mato, né? Aqui a gente tem muitas árvores de frutas que os antigos plantaram, marmeleiro, principalmente, no mato, e pêra... E vão lá, buscam no mato e trazem para casa para preparar. E às vezes deixam de um dia para o outro ou vários dias ali para depois preparar os doces. Principalmente a marmelada, porque ela precisa de bastante mão de obra, bastante gente para mexer e dar o ponto. Então o pessoal faz em grupo. Foguinho de chão, tacho ali, e vão mexendo até dar o ponto do doce. De vez em quando me chamam para se queimar um pouco.

Retornando à lida com o pêssego, o mesmo é descascado e descaroçado. O descaroçador que é uma colher com ponta afiada que é introduzida na fruta na parte do talo. Introduzida a colher, gira-se em torno do caroço puxando depois. O pêssego descaroçado e descascado iria ser cozido no tacho com água. Uma vez cozido, ficariam na “joeira” ou peneira para escorrer a água. Quando secos seriam colocados em sacos plásticos para serem congelados. Solange falou que gostaria que os filhos conseguissem um emprego, fizessem um concurso, mas eles querem ficar na propriedade. A Maria Lucia entrevistou dizendo que o “*mais importante é o que tu estás passando para eles*”, já que existem muitos jovens que não querem aprender com os pais, ou até mesmo não seguir os seus ofícios. O que configura esses saberes doceiros como “tradicionais” são as formas de transmissão familiar de geração em geração e cujos paladares e receitas vão sendo atualizados como “reflexo do caráter inventivo dos atores” (RIETH; SILVA; KOSBY, 2015, p. 73). A manutenção dessa tradição oscila entre modos de fazer artesanais, manufaturas e industriais, mas sustentadas em “linhagens familiares” (idem, p. 75). Assim, transmitir esses saberes e modos de fazer para as próximas gerações, ou seja, a sucessão familiar, é uma questão bastante discutida entre os/as doceiros/as.

Se De Certeau conhecesse a história de Seu Jordão, diria que o mesmo é um ato de resistência. Seu Jordão é um ato, uma contingência e um guardião. Talvez, se não fosse sua luta cotidiana, pouco os/as etnógrafos/as teriam a contar sobre a existência da chamada “passa de pêssego” e “passa de goiaba”. O doceiro é morador na estrada do Santo Amor nos limites municipais de Pelotas e Morro Redondo que fora, outrora, o caminho que ligava os municípios de Pelotas à Canguçu. Por ali cruzavam as tropas de gado, as carretas e as carroças. Depois vieram os caminhões, ônibus levando pessoas, bichos e doces. Assim, seguindo as águas do arroio da

Taquara, que cruzam nos fundos da propriedade do doceiro, realizei uma caminhada a pé até a fabriqueta da família.



Imagem 36 - Fabriqueta – Colônia Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 37 - Fazendo a calda. Foto: (RIETH et al, 2006)

Seu Jordão tinha 74 anos e produzia doces desde os 18 anos. O saber e modo de fazer doceiro era herança de família, que remontava a sua avó, dona Cândica Farias, de família açoriana que, segundo contam, trouxe o conhecimento da produção das passas de pêssago, consideradas como doces característicos das localidades do Santo Amor e do Açoita Cavalo. Conhecimento foi repassado pelo seu tio Euclides Gomes. Aprendeu “*fazendo na prática*” acompanhando, junto ao primo Florentino, nos momentos de produção. Não fazia doces para vender. Produzia frutas que eram comercializadas para as indústrias de conserva. Mas um dia descobriu que se fizesse doces com essas frutas, em vez de vendê-las *in natura*, seria uma forma de agregar valor a elas. Hoje é reconhecido pelos doces (*com sabor*) que faz: passas de pêssago e goiaba, marmelada branca e figos cristalizados. *Doces bem tradicionais!* Porém, tal reconhecimento dado por quem consome os doces, não é o mesmo dado pela fiscalização sanitária. Ao longo de sua trajetória são incontáveis as multas, a proibição de fabricar doces sendo frutos das denúncias de famílias cujas agroindústrias estão de acordo com os parâmetros da legislação sanitária e ambiental.

Uma história de microresistências aos padrões legais e normativos do Estado incapaz de dar conta da diversidade dos modos de fazer. E nisso Seu Jordão era bastante convicto: “*eu posso mudar toda a fábrica, colocar piso, azulejos, banheiros, mas não abro mão de produzir doces no tacho de cobre e de secar as passas ao sol em tabuleiros de madeira. Só isso que eu quero!*” Os tachos centenários eram herança da família e outros comprou de vizinhos que herdaram das suas famílias, mas não quiseram seguir produzindo. Uma pá feita em madeira, tem 45 anos já fazendo *parte da família*. O cabo é de *cedro*, uma madeira de lei que dura muitos anos. Com ela são mexidos a marmelada. Outros objetos são o tabuleiro de madeira, para secar as passas ao sol. A espumadeira para retirar os pedaços de frutas cozidas para fazer as passas.

O saber e fazer passas, herança familiar, está sendo passado para o filho Daniel, a nora Sibeles e as netas. O processo envolve toda a família: os caixas com pêssago colhidos são trazidos de trator e deixados na entrada da fábrica. Ali as frutas são colocadas em cima de uma mesa para serem descaroçadas, descascadas e cortadas em pedaços. Tais pedaços serão cozidos no tacho em uma “*calda fina*”, uma mistura de água com pouco açúcar. Após serem cozidos, os pedaços são retirados com uma espumadeira e colocados em uma “*calda grossa*”. Feito isso, começam a

fazer os bolinhos que vão ser secos em tabuleiros de madeira, ficando exposto ao sol por alguns dias. Segundo a Solange, o nome “passa” se dá pelas inúmeras vezes que o bolinho em formação, passa de uma mão para a outra. A quantidade de dias é variada para secar, pois dependem da intensidade do sol e da umidade do ar. Quando está próximo da estação do inverno, demora-se mais tempo para serem secados.

Dessa maneira, o bolinho fica com uma pequena camada (*casca*) seca por fora e “úmido” por dentro algo que é apreciado pelos/as consumidores/as. O processo de secagem é lento e depende das condições do tempo. Além disso, o processo é marcado por perdas e ganhos de umidade. Durante o período de sol os bolinhos ficam dispostos em tabuleiros ao ar livre e a noite são guardados em um espaço fechado, embora não isolado, recebendo umidade. Na noite recebem um pouco de umidade que terão que perder no dia seguinte. *“Ele tem que receber aquele choquezinho de umidade a noite”*.

Haviam na região cerca de 30 produtores de Passas de pêssego. Seu Jordão foi me elencando diversas famílias: família Natigal, família Cruz, família Brizolara entre outras. Atualmente contabiliza duas famílias produtoras. A sua família e a família Cardoso. A produção de ambas são contrastantes e geram muitas questões acerca do sabor e da textura das passas. Assim, vamos de volta para a localidade Açoita Cavalo, para a fábrica do Seu Vani Cardoso, gerenciada pela filha Neuza, que recebeu os ensinamentos do pai na fabricação de doces. A agroindústria é uma das poucas padronizadas de acordo com as exigências da legislação sanitária. As peças são azulejadas, as portas de inox assim como as mesas e outros objetos. Os tachos são de alumínio e as colheres de mexer os doces são de silicone. Neuza mostrou que as colheres, diferente das de madeira que tinha anteriormente, vão se desgastando conforme o tempo de uso e nos perguntou: *“para onde vocês acham que vão estes silicones? Para os doces.”* A fábrica empregava em torno de 10 empregados entre parentes e vizinhos/as. Nos períodos de safra esse número aumentava. Estando legalizada conseguia vender doces para diferentes cidades da região. Para Bagé e Dom Pedrito vendia origines e doces em massa; para Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre vendia figos cristalizados e passas de pêssego.

Os bolinhos de pêssego, antes de se tornarem passas, são secados em uma estufa que Neuza construiu conforme o modelo das estufas de secagem de fumo bastante presentes no município. Um espaço vedado em que nas bordas passam

canos que levam o calor produzido for uma fornalha. Para facilitar a corrente de calor há um ventilador. Os bolinhos, então ficam em tabuleiros de inox, recebendo muito calor, cerca de 30°, durante o dia inteiro sendo parado o processo à noite. A vedação do ambiente faz com que o calor se mantenha padronizado na estufa. Ao descrever tais processos no diário de campo, observei que nas duas maneiras de fazer estavam implicadas diferentes concepções acerca das relações entre as passas e os ambientes. Na secagem em estufa, o processo de perda de umidade se dava em forma de linha reta em que o bolinho vai constantemente perdendo umidade o que padroniza a sua textura. Como dizem, a passa não fica com uma casca por fora. Já nos doces secados em ambientes abertos, como o do Seu Jordão, o processo se dá em espiral já que parte da umidade perdida durante o período de sol é recuperada durante o período da noite. Além disso, o doce feito em ambientes abertos, recebe uma infinidade de linhas e fluxos, de calor, de umidade, os ventos e outras substâncias.

A confecção de uma passa, para além da agência do tacho de cobre e do tabuleiro de madeira, envolve a presença do ambiente ou do clima característicos da Serra dos Tapes enquanto parte na constituição desse bem. Assim, passei a considerar que a paisagem está no sabor. Imerso no ambiente, os doces estão acompanhando a sua formação contínua por meio dos diferentes fluxos como os raios de sol, gotículas de água, ventos que cruzam em diferentes intensidades durante o dia. E, assim, tal como o chão, o doce é um “composto texturizado de diversos materiais que são cultivados, depositados e entrelaçados em uma interação dinâmica através da interface permeável entre o meio e as substâncias com as quais entra em contato. (INGOLD, 2015a, p. 199).

Por conseguinte, se uma planta, no modelo arbóreo da modernização agrícola é vista como uma “fábrica em miniatura” (GLIESSMAM, 2001, p.34), dissociada dos mundos que o cercam, uma agroindústria familiar é algo diferente, já que é formada por histórias e encontros. Assim, deixarei o David Armendaris, apresentar o processo de formação da agroindústria da família:

“Junto com a minha esposa [Maria Helena] sou proprietário da agroindústria João de Barro. A gente começou com a ideia de fazer doces há alguns anos atrás. A gente morava numa propriedade que tinha três pés de goiabeira. No ano, que a demos inciativa aos doces, as goiabeiras produziram muito! Além

do bom tamanho, eram sadias. Aí a gente achou por bem, fazer doces para vender. Eram Chimias. Minha esposa foi fazendo, fomos vendendo, e as pessoas começaram a pedir outras variedades de doces. Então, a gente começou a fazer doce de figo, abóbora, batata-doce e vários outros tipos. Num dia de campo na Embrapa, a gente teve uma palestra com o pesquisador Jair Natigal dentro da agroindústria da Embrapa, onde eu tive a ideia do que era uma agroindústria. Aí cheguei em casa e comentei o fato com a minha esposa e decidimos fazer uma agroindústria. Então, começamos a trabalhar sobre como construir e chegamos a tal agroindústria. Mas tínhamos um outro problema: como chamaríamos a agroindústria? Tinham vários como nomes de pessoas da família, sobrenome (geralmente as pessoas colocam) e, então, surgiu o nome João de Barro.

Esse nome, foi uma coisa, assim, muito engraçada. Eu estava construindo a casa, que a gente ganhou do “programa minha casa, minha vida” - eu próprio construí esta casa. Tenho um irmão que mora em Porto Alegre e me ajudava e, cada vez que ele vinha falava, que havia chovido porque o João de Barro estava levantando parede. Mas, um dia, estava um calor terrível e eu estava tirando a pele do pêssego, em frente a porta da cozinha, e estava pensando – porque a gente tira a pele manualmente -, como seria o nome da agroindústria. Por nada, assim, pousou um João de Barro num moirão da tela e deu aquele canto característico. Eu pensei: será que vai ser João de Barro?

Passou alguns dias. Foi muito engraçado. A casa que a gente morava era grande e a frente dessa casa estava sempre fechada, que era a sala, porque a gente convivia mais para o fundo da casa. E eu entro na sala e um pássaro voando. Então, me deparei com um João de Barro. Eu não tinha outra saída, seria João de Barro, pois aquilo ali marcou de forma muito engraçada. Aí a gente lançou o nome na família, com os conhecidos, com os amigos, todo o mundo aprovou e este foi o nome que ficou e, graças a Deus, é um nome que, hoje, a gente já está com a marca registrada.” (Entrevista - 08 de maio de 2018).

Uma fábrica é um emaranhado de linhas e vidas cruzadas colocando em relação diferentes entes e mundos. É uma contingência. A pequena fábrica do Seu Rui Cruz, no Santo Amor, é parte da história da família e dos moradores do entorno que, de alguma maneira, estiveram envolvidos, seja trabalhando nas safras, seja vendendo frutas e outras mercadorias. Seu Rui tinha 84 anos e queria seguir produzindo doces como uma forma de manter-se vivo. Assim me falou: *“Isso aqui dá muito trabalho, mas é o que me mantém vivo!”* O médico indicou não parar e seguir produzindo seus “docinhos” embora em menor escala. Enquanto trabalha, movimenta o corpo, fazia o que gostava, e teria boa saúde e vida.

Entretanto, são diferentes as linhas de uma agroindústria com marca registrada, o que indica que estão adequados conforme as normas sanitárias e ambientais, de uma fabriqueta não registrada. No primeiro caso, a fruta em seu processo de transformação segue uma linha de produção, uma linha reta onde a fruta vai de um ponto a outro sem desvios e sem entrar em contato com “contaminantes”.

Um interlocutor comentou que não entendia a razão de não poder “voltar” o doce em seu processo: *“Eu não posso usar a mesma mesa”*. As coisas participam a partir de outras relacionalidades. O tacho, por exemplo, quando mexido por pessoas é *“parte da família”*. Quando mexido por uma força mecânica, *“é o meu empregado”*. As coisas, de inox ou plástico, perdem seus lugares constantemente, já que *“num ano eles [fiscais sanitários] me exigiam que eu levasse os palhetes para lá. No outro, eles diziam que tinha que trazer de volta para cá”*.



Imagem 38 - “Empregado” mexendo a figada. Fonte: acervo do autor.

Evander Krone (2018), que caminhou pelas agroindústrias doceiras de Morro Redondo, concebeu que o debate sobre higiene dos alimentos age, em muitos casos, como caixas-pretas (LATOUR, 2011) que, sustentadas em parâmetros técnico-científicos, tornam-se “verdades intocáveis”.

Notam-se seguidamente especialistas em segurança alimentar proferir discursos que afirmam que a esterilização de alimentos e a ausência de microrganismos seriam benéficas para a saúde humana e que, portanto, produtos artesanais que não seguem este modelo seriam impróprios ao consumo e uma grande ameaça à saúde pública, sendo recomendável a sua destruição. (KRONE, 2018, p. 154)

Conforme o autor, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária proíbe a fabricação de alimentos em artefatos de cobre com a perspectiva de que “a absorção excessiva do metal poderia provocar danos à saúde dos consumidores” (KRONE, 2018, p. 160). Entretanto, o autor mostra o quanto os/as seus/suas interlocutores/as tem a dimensão dos riscos e dos cuidados necessários. Assim, descreve as palavras de uma interlocutora: “o tacho de cobre possui zinabre [nome popular do Azinhavre], é tipo uma camada tóxica esverdeada que se forma no tacho, ele se forma por conta da oxidação do metal”. (Idem, p. 161). O argumento científico concebe que estas pessoas, não sabem lavar o tacho, desconsiderando todo o histórico de interação entre gentes e coisas em que são desenvolvidas maneiras de higienização e de construção da qualidade dos doces. Os tachos de cobre são corporalidades dos bons modos de fazer doces.

Em uma vivência, senti o quanto é violenta a ação do Estado no processo de vigilância e controle de uma agroindústria. Acompanhei a visita de um especialista, como conhecimentos técnicos-científicos, a uma agroindústria não registrada. Imaginava que o mesmo pudesse fazer a mediação entre o doceiro e as normas a fim de criar estratégias para que conseguisse produzir doces. Porém, embora afirmasse trazer “um olhar a partir da vigilância sanitária”, a atuação enquanto representante de um órgão do estado foi bastante agressiva. Em vez de fazer uma visão de mediação, adotou esses padrões e os reproduziu sem qualquer possibilidade de diálogo. Caminhávamos pela fábrica e o técnico ia narrando as coisas que precisavam mudar, tais como as instalações, os azulejos que estavam “sujos”, e teriam que ser trocados, fazer uma sala para colocar os doces que são devolvidos pelos mercados, não secar os doces nos tabuleiros de madeira. Poucas perguntas ele fez sobre as possibilidades de realização daquelas mudanças.

Cheguei em casa assustado! Sentia a dor de tamanha violência. Tempos depois, conversando com o doceiro, o mesmo comentou que isso fazia parte do cotidiano e era como “*se entrasse num ouvido e saísse pelo outro*” já que, se estivesse outro técnico, diria muita coisa diferente embora acionando os mesmos padrões. Por exemplo, os azulejos colocados na fábrica foram indicados pelos técnicos da vigilância. Agora deveriam ser trocados por outros. Assim, fora me contando sobre a história de anos de tentativas de se regularizar perante o estado.



Imagem 39 - Cristalizando figo. Fonte: acervo do autor.

A partir do século XX, o surgimento de determinadas políticas públicas otimizou o fortalecimento e a criação de novas pequenas e médias agroindústrias. Estas pequenas empresas são entendidas sob o conceito de “agroindústrias familiares” que

são espaços físicos para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas produzidas na propriedade familiar, visando agregar valor aos produtos gerando renda e oportunidade de trabalho (TORREZAN, 2017). O Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), é um exemplo. Criado por meio do Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho 2012, desenvolveu instrumentos jurídicos para a legalização de agroindústrias familiares, bem como criou linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos. Ainda o programa oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental; criou novos espaços de comercialização local e feiras de expressão regional, estadual e nacional (SEAPDR, 2019). O objetivo maior do PEAF é oportunizar o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas produzidas nas propriedades rurais visando agregar valor ao que é produzido pela família dentro do imóvel. Entre os principais ganhos do PEAF está o fato de que o mesmo possibilita a família comercializar os produtos da agroindústria pelo bloco do produtor, bem como os enquadramentos do mesmo como segurado especial. Porém, enquanto uma política pública, não tenciona as normas e legislações vigentes acerca dos modos tradicionais de fazer doces.

4.5. Trazendo a “sujeira” para a lavoura

No dia 15 de maio de 2018, as tradições doceiras da região de Pelotas foram registradas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural brasileiro. Foi a finalização de um longo processo de pesquisas e articulação política e do qual participei enquanto pesquisador e detentor do saber. O registro foi a finalização de um processo que iniciou em 2006 quando a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT) teve o pedido aprovado do projeto que solicitava o reconhecimento e valorização do saber/fazer doceiro no município. Foi então que se iniciou uma pesquisa executada por antropólogas(os) e historiadoras(es) da Universidade Federal de Pelotas com objetivo de documentar e produzir conhecimento referente a esta tradição. A pesquisa apontou duas tradições: a produção dos chamados “doces finos” ou “de ovos”, caracterizando a cidade de Pelotas, e dos doces “coloniais” ou “de frutas”, desenvolvidos principalmente nas zonas rurais – envolvendo também os municípios que se emanciparam de Pelotas. Considerou-se, portanto, a existência de uma “região doceira” que contempla além de

Pelotas, municípios do entorno — a chamada "Antiga Pelotas" -, que envolvem Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, e Turucu.

Desde 2013, eu acompanho as visitas dos agentes do IPHAN as agroindústrias doceiras na área rural de Morro Redondo. Por ser habitante e conhecer os/as interlocutores/as, era a mediação dos mesmos com a instituição. No entanto, as disputas e tensões entre aqueles que estavam “legalizados” nos parâmetros da legislação ambiental e sanitária e aqueles que mantinham uma produção caseira e informal tornava impossível uma articulação. No ano de 2016, a Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo (AETMORE) se apropriou deste processo e, juntos, passamos a organizar iniciativas para, conforme a metodologia do IPHAN, valorizar o modo de fazer doceiro no município. Entre as iniciativas elenca-se a construção de uma rede de articulação que envolvem instituições como a associação, a EMATER, a EMBRAPA, o SEBRAE, o poder público municipal enfatizando as secretarias municipais, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo (COOPAMOR), os doceiros e as doceiras e, por fim, a Universidade Federal de Pelotas (UFPe), através dos cursos de bacharelado em antropologia e de museologia. A articulação em rede, organizada por um grupo que não estava diretamente envolvido no rol dessas tensões, oportunizou a possibilidade de associar os diferentes. Uma primeira iniciativa foi a realização da “festa do doce colonial” que em suas edições mobilizou centenas de pessoas que puderam apreciar os doces artesanais produzidos pelas doceiras e doceiros da região, assim como assistir diferentes manifestações de valorização e reconhecimento desses saberes e fazeres.

A concepção do parecer para o registro das tradições doceiras, avaliado por 23 conselheiros entre representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, foi de que o principal problema de continuidade dessa tradição familiar e artesanal, sustentadas na produção em tachos de cobre, colheres de madeira, secagem ao sol e o fogão a lenha, são as exigências sanitárias. Tais normas homogeneízam a produção dos doces alterando gostos, cores, espessuras, além de colocar necessidades de investimentos fora das condições dessas doceiras e doceiros. Frente a isso, o parecer orienta a formação de redes e estratégias de associativismo e cooperativismo que, entre outras propostas, possam mitigar a tendência de padronização deste saber doceiro mantendo suas características históricas e culturais que deram esse reconhecimento para a região.

Esse reconhecimento marcou um novo processo que é a elaboração e execução de um “plano de salvaguarda”, desenvolvendo ações que respeitam o ponto de vista dos detentores assim como as características dos bens culturais registrados, objetivando à manutenção, a preservação e a transmissão desse conhecimento para as próximas gerações. Enquanto participante da rede e agricultor familiar e doceiro, e levando em consideração as indicações técnicas do IPHAN/RS e das orientadoras dessa pesquisa, passei a realizar o processo inverso de “traduzir” e “mediar” os termos e conceitos do inventário para instrumentalizar as narrativas dos detentores locais. A partir de então, tenho participado dessa rede, participando junto aos/as moradores/as locais e representantes de instituições na organização de eventos, na inscrição em projetos e em editais, escrevendo textos para jornais e fazendo levantamento bibliográfico e etnográfico sobre o contexto atual desse modo de fazer na região. Trazendo as reflexões de Hugues de Varine (2013), adotamos a metodologia de que a gestão do patrimônio precisa estar ancorada na “cultura viva das pessoas” e associado a uma proposta de desenvolvimento local em que, estas pessoas, os atores locais, serão os principais protagonistas.

Os projetos desenvolvidos no município têm por finalidade se constituir como parte do emaranhado de ações que estão acontecendo para a valorização e preservação do patrimônio imaterial que são, para além dos saberes e modos de fazer doces, os saberes tradicionais “associados” tais como o de manejo das cultivares que estão vinculadas ao modo de fazer doceiro no município. O registro dos saberes e modos de fazer doceiros na região de Pelotas e antiga Pelotas inaugurou novas situações e questões. Como construir a salvaguarda? Quais dilemas deverão serem trabalhados? Os principais dilemas levantados pelo inventário passam pelos diferentes momentos e processos de transformação da fruta em doce. Começa com a questão dos saberes acerca das plantas afetados pelo processo de modernização agrícola, trazendo para a vida artefatos negados pela vigilância sanitária que, para além dos tachos de cobre e colheres de madeira, referem-se ao *alguidar de barro*, onde se guardavam os doces; a *joeira*, feita de um arbusto chamado *taquara* para secar as passas e figos cristalizados; a esponja vegetal, que são as fibras secas de uma planta chamada *bucha*; bem como propor uma diversidade de possibilidades para plantas e frutas. No que se refere a comercialização propõem-se uma

diversidade de canais como as festas do doce e outras festas temáticas no município, espaço de comercialização para turistas.

O inventário indicou a ausência da produção de determinadas frutas como, por exemplo, o marmelo, fazendo com que as famílias doceiras tenham que comprar em outros mercados. Associado a isso, tem-se o resgate dos saberes que foram impactados no processo de modernização agrícola, elencando a importância que tem para a preservação da biodiversidade na Serra dos Tapes. Para isso, a construção de “Sistemas Agroflorestais Doceiros” ou “SAF Doceiro”, possibilitou a valorização desses manejos, já que associa o conhecimento científico com o conhecimento local desenhando sistemas adaptados para o potencial natural do lugar.

Por conseguinte, embora o avançado processo de modernização agrícola e suas redes sociotécnicas, observam-se as inúmeras cooperativas e associações de agricultura ecológica na região. Patrícia Pinheiro (2010) analisou a rede sociotécnica da agricultura de base ecológica na região da Serra dos Tapes sendo uma rede que “é social e também técnica, que não se restringe aos humanos, mas também considera como atores os objetos que assumem importância no processo dada a capacidade de agência” (PINHEIRO, 2010, p. 26). A rede é composta por um emaranhado que coloca em relação agricultores/as, técnicos/as, cooperativas, organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica, conhecimentos, terra, plantas etc, que trafegam na rede fazendo com que esta esteja em permanente redefinição. Esse caráter indefinido da rede se dá pela existência de elementos que a expandem para relações mais amplas como o acesso a políticas públicas e criações de redes. Os elementos desconectados e contraditórios dentro da própria rede redefinem as relações.

No trabalho da autora o elemento de mediação sociotécnica, entendida como ponto de passagem entre actantes que possuem algum tipo de agência (idem, 2010, p. 147), se dava pelos conhecimentos técnicos feitos por extensionistas que atuavam como agentes na elaboração e propagação de conhecimentos de base ecológica. Outra mediação se dava pelas formas de comercialização que ligavam as organizações, as pessoas, os alimentos e os conhecimentos associados. Porém, quem trabalha com agricultura ecológica sabe o quanto a “monocultura da mente”, como escreveu Vandana Shiva (2003), elimina a diversidade de maneiras de produzir

alternativas em prol de uma “monovisão”, que enxerga somente as tecnologias propostas pelo modelo da revolução verde.

Conforme o Cléo, pecuarista familiar, doceiro e agricultor ecológico no município de Canguçu, que manejava a terra sem venenos desde os tempos da implantação da tempestade da revolução verde, a adoção das maneiras de produzir sem venenos se dava quando eram “obrigados” a mudar os modos de fazer agricultura por terem os seus corpos sido “envenenados”: *“trabalhando com o pêssego, com o tomate, se envenenaram, não podiam nem chegar num galpão que tivesse veneno que passavam mal, aí tiveram que decidir o que iam fazer da vida (...)”*. Em um livro escrito na década de 1960, Rackel Carson apontava as maneiras como os venenos, biocidas sintéticos, agiam no organismo, afetando seus fluxos vitais.

Eles possuem poder imenso não somente de envenenar, mas também de penetrar nos processos mais íntimos e vitais do organismo, modificando-os em sentido sinistro e, com frequência, em sentido mortal. (...) eles destroem as próprias enzimas cuja função consiste proteger o corpo contra danos; eles impedem os processos de oxidação de que o corpo recebe a sua energia; opõem obstáculos para impedir o funcionamento normal de vários órgãos; e podem iniciar, em determinadas células, modificações lentas e irreversíveis, que conduzem a enfermidades malignas. (CARSON, 1966, p. 26)

Com essa preocupação que, no município de Morro Redondo, instituições e agricultores/as têm se reunido para recuperar manejos do solo, das plantas e insetos no que se refere a tradição doceira. Nesse sentido que, em 2019, foi criado o grupo “SAF Doceiro” que reúne agricultores ecológicos e instituições públicas para aprender, de maneira coletiva, os manejos de um sistema Agroflorestal a partir dos elementos que participam dos modos de fazer doceiros. Walter Steenbock e Fabiane Vezzani (2013) define o sistema agroflorestal como o consórcio entre plantas e culturas agrícolas misturando práticas de manejo da luminosidade, da produtividade primária da sucessão natural, da reciclagem de nutrientes e das relações ecológicas. O sistema potencializa os processos vitais de fluxos de energia e matéria para a otimização da produção, seja de espécies de interesse como da biodiversidade de maneira geral contribuindo a produção de alimentos. Nesse sentido a troca de conhecimentos locais sobre os movimentos dos processos vitais, dos ciclos biogeoquímicos e das relações ecológicas, possibilitam potencializar o aumento da fertilidade, da produtividade e da biodiversidade.

Fazer agrofloresta é, assim, “identificar as estruturas e os mecanismos de funcionamento da vida no local de fazer agricultura, ocupando o nicho humano por meio do manejo agroflorestal e orientando o sistema para a produção de alimentos e outros produtos em meio a produção da biodiversidade e da troca entre os seres vivos” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 24). Os resultados deste projeto pretendem produzir conhecimento bem como valorizar o Sistema Agrícola Tradicional (SAT), definido como um conjunto de elementos interdependentes envolvendo as plantas cultivadas, a criação de bichos, as redes sociais, os artefatos, os sistemas alimentares, saberes, normas, direitos e outras manifestações associadas, associados aos espaços e agroecossistemas manejados, o manejo dos produtos agrícolas bem como a cultura material e imaterial associada que interagem e resultam na agricultura, na pecuária e no extrativismo (EIDT; UDRY, 2019).

O projeto “SAF Doceiro” se nutre de experiências e saberes técnicos e experiências locais como o agrofloresteiro Nilo Schiavon, habitante da área rural de Pelotas, que é uma referência em agroecologia e produção de alimentos em agroflorestas na região. Caminhando pela Propriedade Agroecológica Schiavon, localizada no Colônia São Manuel, zona rural de Pelotas, aprendemos o quanto é possível produzir alimentos “*respeitando o tempo da natureza*”. E isso leva tempo, pois “*não é de um dia para outro*”, sendo um constante processo de (re)aprendermos a trabalhar junto com os insetos, com as plantas. Aliás, “*as plantas te dizem o que precisam*” e é somente em uma convivência respeitosa que teremos condições de escutarmos o que elas têm a nos dizer.

Seu Nilo que, anteriormente, era agricultor convencional, tendo leitarias e pessegueiros, ensina que o “*Saf dá muito resultado. Quanto mais diverso, mais resultado*”, ou seja, questiona o modelo de produtividade do modelo em monoculturas. Em uma área de cerca de 500 m² tem plantadas 78 espécies alimentícias diferentes e contou mais de 1000 espécies de plantas. Os resultados veem, assim, da diversidade de possibilidades que as plantas, em relações, possibilitam. A insustentabilidade das práticas convencionais estava que na sua leitaria, quando “*as vacas comiam mais que nós*” e, no pomar, quando não podia chegar no “*pomar e comer um pêssego porque tinha veneno*”.

A construção de uma agrofloresta, envolve leituras da paisagem mapeando as “*áreas frias e quentes*” e aprendendo a escutar o que as plantas “*dizem*” acerca da

relação com o local. As espécies de citrus dão bem nas áreas frias. Já os pessegueiros não produzem com todas as capacidades em agroflorestas, pois precisam de muita luz do sol para ter “o açúcar necessário”. Assim, “quanto mais ao norte, melhor.” Embora os pessegueiros estão fora das agroflorestas, o chão é marcado por uma diversidade de plantas. Elas fazem a palhada que é uma esponja que absorve água e enriquece a terra. “Palha é terra. É esponja”. Além disso, os “bichinhos que ficam nas palhas esperam a mosca [mosca da fruta] que cai no chão”, alimentando-se delas. A partir disso, comenta que devemos *trabalhar com os bichinhos*. O agricultor conta que os “pássaros que vêm comer e plantam para mim”, já que espalham sementes de araquê, por exemplo.

Manejar a agroflorestra é manejar a diversidade, ensinando e aprendendo com os bichos e as plantas. A *grafulita*, que é um tipo de mariposa, por exemplo, que “é um dos insetos mais sensíveis ao veneno”. Porém, o agricultor mostrou como elas fazem a poda dos pessegueiros. “A natureza tem que estar a nosso favor. Deixar ela trabalhar contigo.” Tais manejos são criticados pelo modelo convencional. Por exemplo, o pomar, com a aplicação do “nitrogênio natural”, da ervilhaca, fica com um verde escuro, diferente do modelo convencional, com nitrogênio comprado ensacado, cuja cor fica verde claro. Segundo Nilo, os pesquisadores se referem aos pessegueiros escuros como feios. Nesse sentido, comentou que os vizinhos, ligados aos modelos convencionais o veem como “Nilo louco, que vive no meio do mato. É um relaxado!”

A adoção de produção em agroflorestas é um processo de encantamento. Como me disse a Sibeles Macedo, esposa do Daniel Costa, filho do seu Jordão, em cuja propriedade estão construindo um SAF, a “gente vai se encantando”, sendo um processo de mudança de percepção em relação aos manejos e relação com a lavoura/pomar. “São coisas que temos que reaprender e aprender outras formas de nos organizar. A gente podava um pessegueiro e a primeira coisa que queria fazer era tirar para fora do pomar e botar fogo”. O que se aprende é conviver com a diversidade.



Imagem 40 - Caminhado com Seu Nilo Schiavon – Colônia São Manuel/Pelotas. Fonte: acervo do autor.



Imagem 41 - Terra preta. Colônia São Manuel/Pelotas. Fonte: acervo do autor.

Assim que, certo dia, enquanto trabalhava na área que estou fazendo uma agrofloresta, eu ruminava sobre as leituras que fiz no livro “A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil”, de Beatriz Herédia (1979). Ao etnografar a organização interna das unidades de produção camponesas, na Zona da Mata Norte, no Estado de Pernambuco, a autora observou as relações entre a casa¹⁰⁰, espaço feminino de autoridade da mãe, e o roçado, espaço masculino de autoridade paterna. Enquanto a casa é o espaço do consumo, o roçado é o espaço da produção. O roçado designa o conjunto de cultivos tanto para o consumo, quanto para a venda. Nesse sentido, os “produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa. Consequentemente, é o roçado que dá as condições de existência da casa como local de consumo.” (HERÉDIA, 1979, p. 48).

Uma constatação da autora é que, enquanto no roçado as tarefas são como portadoras de um caráter único, a saber, “o trabalho ligado a terra”, as tarefas da casa são relacionadas como “múltiplas e incluem atividades bastante variadas” focadas na alimentação de pessoas e bichos. No roçado, todos os membros da família trabalham e “ajudam”¹⁰¹, dependendo das necessidades dos trabalhos que, por sua vez, estavam associados aos ciclos agrícolas. A casa, espaço feminino, é o local do não-trabalho e o local da multiplicidade. O espaço da lavoura é neste contexto, espaço de produção das safras, bens cultivados em quantidades maiores que são responsáveis por assegurar o abastecimento da casa, seja pela venda quanto pelo consumo. A casa, espaço feminino e da multiplicidade, espaço dos cuidados e alimentação de humanos e bichos, seria, então, o espaço da diversidade. Por conseguinte, tem-se o “roçadinho” que é um espaço destinado a mãe e filhos/as para que produzam bens para suprir necessidades individuais ou para suprir produtos quando o roçado não produz. É um espaço para a socialização dos/as filhos/as que aprendem, sob orientação, o trabalho agrícola.

¹⁰⁰ O espaço da casa ultrapassa os limites físicos da moradia e envolve o terreiro e espaço ficam e dormem os animais.

¹⁰¹ Na verdade, as atividades realizadas pelas mulheres, independente da tarefa, nunca são consideradas “trabalho”, mas sim “ajuda”.

Assim, trazendo para o contexto de Morro Redondo, o equivalente ao “roçadinho” são as pequenas hortas e cercados, próximos as casas, onde mãe e filhos/as produzem. Junto às hortas, estão os pomares ou quintas que recebem alguns pequenos cuidados. Grande parte das famílias estiveram ligadas ao modelo convencional da revolução verde, cultivando frutas com utilização de insumos, venenos e o modelo de lavoura limpa. Nessas áreas envoltas a casa, espaço associado ao feminino, haviam hortas e pomares que eram excluídos desse modelo, não recebendo venenos e outros insumos. Assim, ao observar a relação das agroflorestas que estamos construindo com o desenho da propriedade, observei que eram nesses espaços ao redor da casa que se iniciam as agroflorestas. É como um espaço de aprendizado de manejos. Para chegar aos espaços chamados de lavouras, espaço das safras e de autoridade patriarcal, é necessário que a prática de agroflorestal tenha resultados satisfatórios. O mesmo acontece com os filhos da Solange, que também estão construindo uma agroflorestal. Eles receberam uma área próxima às casas para experimentarem esses manejos alternativos. Observa-se que para tornarem-se modelos alternativos de produção, os projetos de agroflorestas têm que lidar com o patriarcalismo, já que para acesso a grande lavoura, espaços de autoridade paterna, precisarão tornar a desordem, o caos, a “sujeira”, uma forma de viver e organizar a vida.

Por isso, considero que o trabalho de salvaguarda dos saberes doceiros devem estarem associados a paisagem, trazendo a diversidade de plantas para os espaços das lavouras/pomares. E essa questão é chave, considerando o avanço desenfreado do cultivo de soja no município que já alcança 25% da área cultivada. Paralelo a tal avanço, tenho acompanhado denúncias de derrubadas de matas para aumentarem as áreas das lavouras e contaminação das águas pelos agrotóxicos. Junto aos técnicos e técnicas da Emater e a Associação dos Empreendedores do Turismo de Morro redondo (AETMORE) propomos uma articulação de trabalho que associe o patrimônio cultural com o patrimônio “ecológico” tão apreciado pelos turistas que visitam o município. A salvaguarda da tradição doceira, passa, portanto, pela valorização dos movimentos da vida da Serra dos Tapes.



Imagem 42 - Em sentido horário: marmeladas brancas, passas de goiaba, figos cristalizados, passas de pêsego. Fonte: acervo do autor.

CAPITULO 5

VAZIOS QUE ECOAM VOZES:

MODOS DE HABITAR O PASSO DOS NEGROS

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 2003, p. 15-16)

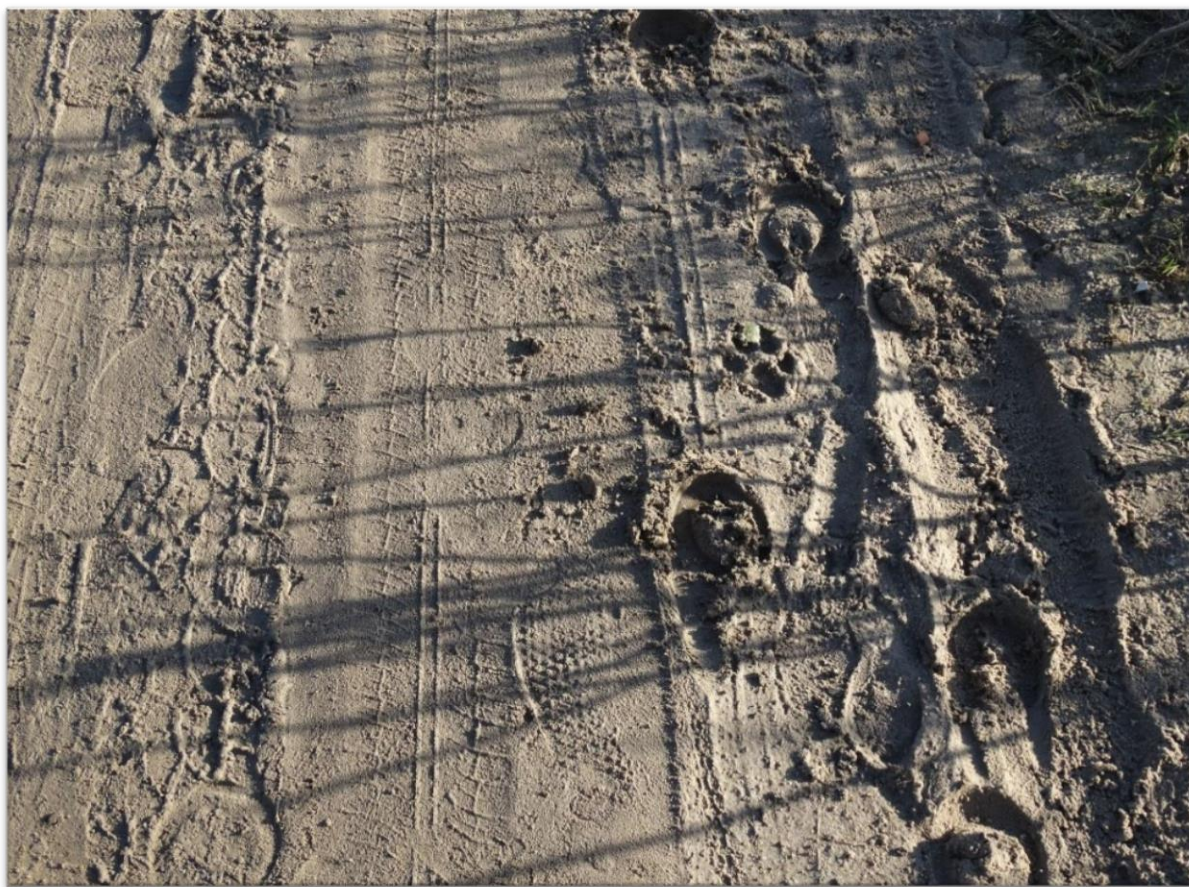


Imagem 43 - Rastros no Passo dos Negros. Imagem: Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

5.1. Introdução

Quem vivencia a cidade de Pelotas caminhando por suas ruas, com olhares açucarados pelos famosos docinhos e admirando seus suntuosos prédios antigos, haverá de encontrar certa curiosidade em desvendar um pouco de sua história. As possibilidades de contar os acontecimentos do passado serão inúmeras e, muitas delas, a tornarão mais invisível e fantasiosa levando o curioso a acreditar que a vida ali, outrora, fora de opulência e riqueza para todos os seus habitantes. Porém, tal caminhante encontrará um contraste ao observar que na calçada de um suntuoso casarão, em frente à praça Coronel Pedro Osório, passa lentamente empurrando uma bicicleta que puxa uma carrocinha cheia de “entulhos”, um homem acompanhado de um cachorro.

Embora pequeno diante dessa enorme estrutura de poder, este homem tem muitas histórias e memórias em seu habitar a cidade, evidenciando a riqueza histórica e cultural de Pelotas a partir de suas vidas cotidianas e de suas micro-resistências. Como escreve José de Souza Martins (2013, p. 09) é “nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se faz fecunda.” Mas para desvendar esta forma de viver e contar a cidade, o caminhante deverá seguir em direção aos limiares, às suas margens (AGIER, 2015), àquelas que não estão nos sites e publicações oficiais. Seguir em direção ao passado histórico de Pelotas, certamente, haverá de chegar às margens do canal São Gonçalo, num lugar chamado Passo dos Negros.

5.2. “*Tudo aquilo ali é patrimônio!*” Vivências, memórias e narrativas

O Passo dos negros é uma “*vilinha*” localizada nas margens do canal São Gonçalo. Tal canal é um elo que liga a Laguna dos Patos a Lagoa Mirim sendo que suas águas circulam ora em direção a uma, ora em direção a outra. Por estar em área de planície costeira, ou encosta da serra do Sudeste, é uma região marcada por aguadas e banhados. A umidade que sai da lagoa segue em direção a Serra dos Tapes, criando um clima propício para uma diversidade de árvores habitarem as

serras. No período pré-colonial, os Tapes, em determinadas épocas do ano, desciam as serras e matas, para pescar nas lagoas. Ali construíram “cerritos”, pequenos montes em que, hoje, o gado se protege das enchentes.

Os moradores do Passo dos Negros contam que, até alguns anos atrás, “*aqui era tudo campo*” e haviam poucas casas – divididas entre moradias dos trabalhadores dos frigoríficos e dos engenhos, dos tropeiros, pequenos criadores de gado e carroceiros. Tempos depois, passaram a habitar o lugar os pescadores, os catadores de resíduos sólidos e também as classes médias e altas por meio dos condomínios fechados e de luxo. Hoje está um pouco diferente e o lugar não é mais o mesmo. Assim nos contam. Mas não significa dizer que não seja um lugar de vida boa, um lugar “*maravilhoso*” para morar e isso nenhum habitante discorda. A calma e a vida marcada por uma temporalidade dada pelos ciclos da vida, pelas árvores centenárias, pelos bichos e pelas pessoas, faz com que os moradores considerem o lugar diferente do “*movimento da cidade*”. Logo, ao longo do trabalho de campo aprendemos a perceber a presença dos campos, das árvores, das águas, dos animais, das assombrações e também a escutar os ecos de suas presenças. Eis um sentido de vida boa trazido pelos interlocutores: a presença desses entes que entrelaçam as fronteiras fluidas entre humanos, bichos, espíritos e materiais.

Ao chegarmos na região do Passo dos Negros nos deparamos com um suntuoso engenho desativado, mas que está presente nas narrativas das pessoas como parte de sua história. O engenho – cujo nome era engenho São Gonçalo - foi de Pedro Osório e fora construído ao lado de uma charqueada. Conforme um site¹⁰² que pesquisei, o engenho tinha “capacidade para beneficiar 700.000 sacos de arroz em casca, 1.200 sacos em dez horas, na época o maior engenho da América do Sul.” Atrelado ao engenho foi construído um cais de alvenaria em que as embarcações encostavam carregadas de arroz em casca e de madeiras de eucaliptos para as fomalhas. O mesmo site segue com referências ao antigo proprietário: “Foi o pioneiro no Brasil na instituição de seguro de vida para seus funcionários; criou em suas propriedades um sistema de atendimento médico, escolas e condições de melhoria da qualidade de vida, com boas casas e salários justos. Defendia o ensino gratuito”. É necessário um olhar crítico sobre essas narrativas heróicas construídas a cerca

¹⁰² Informações disponíveis em: <http://www.vivaocharque.com.br/personagens/pedroosorio.php>.

desses barões com poderes sobre o pão e as águas, porém estes elementos também estavam presentes também nas narrativas das pessoas. O mesmo pode-se dizer do nome de Pedro Osório considerado como uma “*pessoa boa*” e que fez muito pelos seus antepassados. Em frente ao engenho encontra-se uma antiga escola também presente nas narrativas das pessoas como o lugar em que aprenderam a ler e escrever.

O engenho nos leva até meados do século XX, onde tem-se a transformação do ciclo econômico do charque em função da lei de abolição da escravatura, fazendo emergir de um novo ciclo com o advento da economia arrozeira. Paulo Beskow (1984) apresenta essa nova reconfiguração da acumulação do capital. Essa transformação está associada ao crescimento das cidades e as mudanças de hábito da população. O arroz tinha armazenamento fácil e levava menos tempo para ser preparado, diferente dos pratos à base de milho e mandioca. Por conseguinte, um importante fator para a ampliação da produção foi a criação, em 1896, da política tarifária protecionista sobre as importações do arroz estrangeiro, vindo principalmente da Ásia. Tal política estimulou a produção interna nacional em grande escala¹⁰³. Assim, o cultivo do arroz irrigado no Rio Grande do Sul seguiu a configuração econômica da região de uma pecuária e uma agricultura especializada para atenderem os mercados nacionais.

A lavoura capitalista de arroz irrigado vai se concentrar nas nos municípios da depressão central como Cachoeira do Sul e no litoral ocidental da Laguna dos Patos. Na região de Pelotas, os extensos vales e baixadas planas e úmidas, banhadas por mananciais, além dos inúmeros rios e canais para a retirada de água e escoamento da produção, favoreceram a concentração do capital, acumulado nas atividades de criação de gado na indústria da carne bovina (charqueadas). Portanto, a rizicultura foi fortemente influenciada pelos grandes proprietários rurais, criadores de gados e industriais do charque já integrados ao mercado nacional. Entre eles destaca-se a figura do Pedro Osório, um dos maiores charqueadores e criadores de gado, que passou a investir capitais construindo diversas firmas arrozeiras. O maior deles era o Engenho São Gonçalo – que depois passou a ser chamado de engenho Pedro Osório.

¹⁰³ Forma de agricultura realizada em extensas áreas contínuas de cultivo, com irrigação e preparo do solo com fertilizantes e máquinas, com uso da força de trabalho assalariada, por meio do arrendamento ou compra de terra sob a forma capitalista, voltada para o mercado.

O empresário, segue o autor, possuía cerca de 10 mil hectares ocupados com pecuária e lavoura, além das terras arrendadas para capitalistas agrícolas. A integração da lavoura com a pecuária se dava também pela indústria de fertilizantes fosfatados que o empresário possuía. O gado abatido nas charqueadas seguia o caminho de volta à terra já que seus ossos e outras partes transformavam-se em adubos para as lavouras de arroz. Nesse sentido que, para o autor, é errôneo dissociar o advento da rizicultura como reação ao declínio da economia pecuária. Assim,

a lavoura arrozeira se constituiu dentro do conjunto de relações da economia pecuária, podendo mesmo falar-se de um complexo rural econômico gado-arroz, sendo importante destacar que, nos períodos de crise da pecuária, a alternativa de arrendar terras para lavoureiros de arroz sempre se apresentou com mais intensidade, em face de ser mais lucrativa a atividade restrita no cultivo do arroz do que de criador de gado. (BESKOW, 1984, p. 77).

A intensa demanda de mão de obra, principalmente nos períodos de ceifa (colheita), ou seja, a necessidade de uma mão de obra temporária, era conseguida nas Serras do Sudeste, principalmente nos municípios de Canguçu, Encruzilhada do Sul e Caçapava do Sul, em que predominava o minifúndio policultor de alimentos. Os trabalhadores então, recrutados por um empreiteiro contratado pelo capitalista, trabalhavam no período de safra angariando salários sazonais como uma estratégia de reprodução social. Além disso, eram recrutados trabalhadores urbanos, moradores das áreas marginais da cidade¹⁰⁴. Comum nas narrativas dos moradores da região, o fato dos jovens agricultores serem recrutados para trabalhos nas colheitas do arroz e do trigo, se dava como forma de gerar uma renda a mais. Paralelo a isso, se dirigiam para as “granjas” agricultores com carretas de bois para “puxar” a produção, ou seja, carregar o que foi colhido para os estabelecimentos de depósito.

Paralelamente à questão do advento da agricultura moderna tendo como agente preponderante o arroz, há a transformação de algumas charqueadas em frigoríficos que passarão a exportar derivados de carne, escoando a produção pelo porto de Rio Grande. Destaca-se a charqueada de Brutus Almeida, localizado às margens do canal São Gonçalo, que, em 1916, sediou o primeiro frigorífico gaúcho

¹⁰⁴ Porém, o autor não comenta sobre a mão de obra negra que, antes trabalhadores/as nas charqueadas e nas estâncias, passaram a compor a massa de pessoas que vendia a força de trabalho aos engenhos e às lavouras de arroz.

denominado “Companhia Frigorífica Rio Grande” vendida, em 1924 e ficando desativada até 1942, quando iniciaram as obras de construção e adequação de um novo Frigorífico chamado Anglo, ligado a um grupo de empresários capitalistas ingleses. A estrutura permitia o abate diário de mil bovinos, quinhentos suínos, quinhentos ovinos e mil aves. A empresa mantinha uma fábrica de conservas de pêssego, figo, abacaxi, ervilhas e morangos em seu complexo. Alcir Bach (2017) apresenta a fala de Zilda Hardtke Pereira (BACH, 2017, p. 60), que contou sobre esse fato: “Começava muito cedo pela manhã e [o ônibus] ia lotado de funcionários que trabalhavam lá, uns no frigorífico e outros na matança e nas épocas de safra de pêssego no verão, iam muitas mulheres que trabalhavam com as compotas.” O frigorífico abateu gado até 1985, quando passou a produzir somente conservas (BACH, 2017). O fechamento data da década de 1991.



Imagem 44 - Mídia Impressa do Frigorífico e fabrica de conservas Anglo em 1980.
Fonte: Bach (2013, 109)

A partir de 2005, iniciou-se o projeto que levou a construção de um campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), chamado campus anglo, produzindo, no atual contexto, “alimento para o espírito” (UFPEL, 2014). Nesse sentido, a circulação das tropas na região do Passo dos Negros não acabou com a crise do setor

charqueador mantendo-se até meados da década de 1970, conforme as memórias e narrativas dos antigos moradores. Segundo Camilo Pereira, aos redores do frigorífico, moravam tropeiros que eram contratados pela empresa para buscarem tropas na região. Era um intenso movimento de carretas também.

Assim, a convivência no Passo dos Negros ensina a tencionar a concepção de cidade, enfatizando um olhar trazido pelos cidadãos em suas experiências de habitar e se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a), já que o território se constitui por meio de inúmeros modos de existir. São temporalidades e mundos paralelos entrelaçados em uma trama de relações. Nós, antropólogas e antropólogos, escutamos causos de assombrações, momento em que esses diferentes mundos se encontram ou se cruzam como, por exemplo, uma “*Noiva de branco*” e o “*Negrinho do Engenho*” que influenciam os trajetos das pessoas. Uma forma de encantar o lugar e reencantar o mundo é contar os diversos entes que circulam por ali. Mas também aprendemos sobre os materiais com vida que indicam outras temporalidades, outros momentos históricos em que os habitantes, em suas vidas cotidianas, têm marcadas em seus corpos e lembranças.



Imagem 45 - Casa no Passo dos Negros. Fonte: acervo do autor.

Por ora, seguimos a conversa “escutando” o seu Pedro, habitante do lugar: *eu moro no antigo corredor em que cruzavam as tropas. Tudo aquilo ali é patrimônio!* Os sentidos atribuídos ao pertencer ao lugar estão para além de que é bom para morar. Ele também é bom para pensar. De outra maneira, o Passo dos Negros é um lugar que é referência cultural da formação da cidade, embora todo o empenho do poder público de invisibilizar estes referenciais que transpassam as profundas heranças de um passado de violência e escravidão (ALFONSO; RIETH, 2016). Não podemos desconsiderar o contexto desta narrativa que foi expressa em um evento sobre patrimônio da cidade realizado pelo poder público dentro de um antigo casarão tombado como patrimônio histórico.

Ao longo desse tempo vamos aprendendo com os/as moradores/as os sentidos de habitar o Passo dos Negros e os significados históricos e culturais construídos nesse habitar o lugar. Conforme seu Aniba – morador e presidente do Osório Futebol Clube – *“muitos pensam que aquela vilinha nasceu ontem. (...) As pessoas não sabem a história, a dimensão que teve o Passo dos Negros e não podemos deixar morrer esta história.”* Assim, temos que contar essas histórias junto aos moradores do Passo dos Negros, porque esta *vilinha* tem histórias, advogando que este lugar, vivido por humanos, bichos e coisas, tem um significado histórico e cultural. Os escritos também giram em torno das articulações dos moradores para resistirem ao descaso do poder público e ao avanço dos empreendimentos imobiliários. Discutirei também as estratégias para proteger os marcos que consideram parte do seu patrimônio, parte das suas histórias e presenças que constituem um sentido de viver no lugar.

Entre o campo e a cidade, entre a fartura e a margem. As narrativas das moradoras e dos moradores remetem a um lugar de vida boa, onde *“todos se respeitam”*, tem o silêncio e a tranquilidade, remetendo a uma temporalidade diferente das áreas asfaltadas. O passado e o presente se tramam nas vozes que contam histórias e narram vivências. Se ontem *“era tudo campo”*, hoje, o predomínio das áreas de campo se dá de maneira intercalada com casas e asfaltos. Nestes campos pastam os cavalos de montaria ou de tração. Os bichos são parte da formação do lugar. Os valores atribuídos a esta *vilinha* se referem também a participação na construção da história da cidade, demonstrados nas narrativas dos/as moradores/as. O vínculo entre os grupos que habitaram o Passo dos Negros no passado e os que habitam a região atualmente, está associado a presença de referenciais históricos e culturais

associados a cultura afro-brasileira, camponesa e da classe operária, junto a um processo de resistência contra a invisibilidade, a inclusão perversa bem como de estratégias pela reapropriação dos bens que produziram e de sua história (MARTINS, 1996). As relações com o passado são mediadas pelo presente, ou seja, as vozes contemporâneas orientam a leitura do material referente ao passado (MELLO, 2012, p. 82).

É uma pena, às vezes eu falava: “óh, a história do Passo dos Negros está morrendo...” Mas os caras dizem “ah, nego...” Mas o negro teve sua história, então eles não podem ser apagados, porque isso aqui é uma história. Senão, chega qualquer um e pensa que essa vila aqui nasceu ontem. Essa vila aqui é mais velha do que esse bairro aí. Isso aqui era o antigo Passo dos Negros, só tinha a região aqui, e o resto era mato até tu chegar lá na ponta da Tiradentes, não tinha mais nada, era só mato e árvore.” (Interlocutor)

A presença de materiais que remetem ao passado das charqueadas e, tempos depois, dos abatedouros, compõem a formação deste contexto, sendo eles: a "ponte dos dois arcos" e um trecho do caminho das tropas – ou corredor das tropas, as casas das famílias charqueadoras e alguns fragmentos dos locais de produção. A região alagava nos períodos de chuva o que dificultava o acesso das tropas de gado, das carroças e das pessoas, fazendo necessário a construção de uma ponte de tijolos em adobe, no corredor das tropas, por mão de obra escravizada. Também é chamado de “pontilhão de pedra”, “pontilhãzinho”, “bueiro”. “O pessoal vai seguido naquele bueiro que foi construído pelos escravos.” A ata da câmara de vereadores de 14 de janeiro de 1854, refere-se à construção da ponte solicitando “escravos dos senhores charqueadores da margem do São Gonçalo para a obra, a fim de dar conta da estrada e dos trabalhos.” As tropas de gado, o corredor e a ponte estão vivas na narrativa dos moradores: *Esse corredor aqui, todo esse corredor aqui, isso é a continuação da São Francisco de Paula, antigo Corredor das Tropas. Eles tropeavam para trazer gado para as charqueadas e frigoríficos.* (Seu Pedro)

No Passo dos Negros, tudo se interliga através de um passado que deixou marcas profundas. De um local de desembarque de pessoas negras escravizadas que seriam direcionadas para pontos de comercialização ao longo da cidade no século XIX e um local de passagem das tropas em direção aos matadouros, tornou-se um lugar de “vida boa” no período das indústrias. “Olha, isso aqui foi um lugar muito farto, farto e bom de morar”, contou a Dona Marina que nasceu e se criou ali e fora trabalhadora no engenho. Nos anos em que o engenho Osório esteve em atividade,

“todos trabalhavam ali e todos moravam aqui.” O engenho Pedro Osório, hoje desativado, remete às pessoas mais velhas a um passado de *“vida boa”* e digna, pois a indústria disponibilizava moradias, serviços de luz e saneamento, além de educação básica para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Foram constantes os relatos que vinculavam o engenho enquanto o responsável por disponibilizar, além de empregos e salários, moradias com saneamento e educação básica. Conforme Dona Marina,

[...] todos eles [parentes] eram dali. Os meus avós por parte do lado da mãe materna. O vô era cozinheiro do Pedro Osório. E pelo lado do pai, o vô era capataz do charque. [...] O engenho funcionava, em época de safra, dia e noite. O emprego passava de pai para filho. Sempre tinha aquela continuação. As mulheres trabalhavam para o engenho como costureiras. Os sacos que estavam furados, eram colocados em fardos de 25 unidades, e iam para as casas, para as costureiras costurarem à mão. Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso. Isso aqui era muito bom, tinha muito serviço. E era assim, tu sabes que era uma coisa tão boa que eles faziam para os funcionários. Que eles davam casa, davam água, davam luz, mas tudo era do engenho. Tudo era dado para os funcionários e ninguém pagava nada.

Outra estrutura é a escola Visconde de Mauá, situada no pátio do Engenho e que fora voltada para ensinar os/as filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Dona Marina estudou neste colégio: *Ali era o Visconde de Mauá. Ali tinha as primeiras séries. Estudei ali, a primeira série eu fiz ali, depois passei para o colégio ali da Balsa. A turma era praticamente os filhos dos funcionários. Então, a gente ia para o colégio, saía para brincar, era sempre assim... As professoras eram sempre as mesmas.*

Conforme Medrano & Tola (2016), o giro ontológico cria a possibilidade de reconhecer o quanto o âmbito da política transcende os limites da ação humana. Ao trabalharem com a etnohistória do povo indígena “Qom” del Gran Chaco argentino/paraguaio, as autoras observam que, as entidades ocuparam e ocupam um lugar central nos relatos sobre os acontecimentos do passado. Elas comunicam e ensinam. No Passo dos Negros, a entidade *“Negrinho do Engenho”* está presente nas narrativas como um habitante que tem algo a ensinar. Esta outra história é contada também pelo Seu Alcy:

Sobre essa história contam que, foi lá na década de 30 mais ou menos, o engenho recebia muito arroz que chegava de barco que vinham pelo canal São Gonçalo, vinha do Santa Isabel pois não tinha a barragem ainda. E, em uma sexta-feira santa, o capataz disse para o pessoal que aqueles que quisessem preservar sua crença, poderiam ficar em casa, mas quem

quisesse ajudar a puxar o arroz que tinha para secar, ganhariam horas extras para trabalhar. E ficaram alguns. Eles levavam sua alimentação nas viandinhas, que hoje a gente chama de marmita, e botavam sobre o secador, que era uma chapa quente em que secam arroz, mas botavam para aquecer a alimentação deles. Trabalhavam a noite inteira e quando chegou por volta de pegar a alimentação deles, as viandas estavam todas viradas e alguém viu um menino afrodescendente que passou correndo junto às chapas e juntando as viandas que estavam ali. Ele desapareceu em uma fumaça. Assim, ficou a história do negrinho. Ele é um moleque travesso e mexia com as viandas dos trabalhadores na época do arroz.



Imagem 46 - Engenho Coronei Pedro Osório e carroceiros no dique/estrada. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/os em formação.

Observa-se que os trabalhadores que não respeitaram a “sexta-feira santa”, foram repreendidos pelo negrinho a sua maneira moleque de agir. Pode-se considerar que o mesmo comunicou e ensinou aos trabalhadores a respeitar e fazer a penitência de atos mundanos em forma de reverência ao dia. Hoje ele é “mascote” do Osório Futebol Clube, time de futebol criado nas primeiras décadas do século XX pelos

operários do engenho. É um dos únicos clubes de futebol daquela época que mantém atividades, realizando jogos quase todos os finais semana. A história do lugar é contada, também, nas paredes da sede do Osório Futebol Clube, através de fotos e recortes de jornais, assim como através de banners que foram feitos pela equipe do projeto¹⁰⁵, em parceria com a comunidade. Seu Aniba, presidente do clube conta a sua história como parte da história do clube:

Eu nasci aqui. Saí e voltei de novo. Tenho 52 anos. Nasci lá naquela quadrinha [antigas casas dos/as operários/as do engenho]. Depois eu vim trabalhar na diretoria do time do Osório – eu morava no Navegantes -, e vi a turma velha aqui, somei com eles e estou aqui há 30 anos. (...) Há 30 anos na diretoria do Osório e o cara gosta, né! É a paixão do cara! Primeiro time que vi quando saí de lá foi o Osório e virei Osório! Eu era mandinho [menino]. Olhei para aquele brasão e virei Osório.

Atualmente o clube se configura como uma extensão das relações de “respeito” e “reciprocidade” que outrora orientou a convivência das trabalhadoras e dos trabalhadores do antigo engenho: *A comunidade aqui no Osório é uma família. Sempre foi uma família. Sábado de tarde e domingo reúne gente aqui! Está sempre cheio!* Por conseguinte, o campo bem cuidado e a manutenção das estruturas são controladas pelos atletas que não fazem mais parte do clube. Seu Aniba comentou:

A velha guarda vem sempre nos jogos. Domingo eles vêm chegando. Se não chegam, dão uma olhada para ver como é que está. Estão certo eles! Tem que cuidar! Foram os caras que deixaram isso aqui! Não vão chegarem aqui e ver tudo caindo, numa bagunça. Eu concordo! Eles têm que passar aí mesmo. E eu não faço nada sem consultar o conselho do Osório. Isso aqui é um patrimônio nosso!

O Passo dos Negros está situado às margens do canal São Gonçalo que liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim. Neste canal, que outrora as tropas de gado atravessavam diariamente em direção às charqueadas. No ciclo do arroz era pelo canal se escoava a produção. Aliás, a intensificação do cultivo do arroz irrigado está relacionado a uma cada vez maior poluição das águas com agrotóxicos. A irrigação

¹⁰⁵ “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”.

por inundação aumenta a possibilidade de transporte de biocidas, via água da chuva e drenagem, para mananciais hídricos (GRÜTZMACHER et al, 2008).

Aliado a isso tem ainda o lançamento nas águas do esgoto da cidade tanto o doméstico, quanto o industrial. Caminhamos¹⁰⁶ por um destes canais, o Pepino, que é um arroio canalizado em 1949. No caminhar das águas, o arroio conta a história da cidade de Pelotas. Um misto de espanto e encantamento saber que aquela corrente de água, aquele “*valetão*”, que faz parte do nosso cotidiano, era um arroio, e, mais do que isso, compunha uma bacia hidrográfica. A caminhada, portanto, foi de descobertas. Um educar a atenção (INGOLD, 2010) para coisas que nosso olhar não percebia. Uma delas é que haviam muitos córregos soterrados ou se tornaram bueiro para a drenagem das chuvas e dos dejetos. Pelo caminho fui percebendo inúmeras bocas despejando águas. O Pepino se encarrega de levar estes esgotos para o canal São Gonçalo. Tempos atrás, fora escoadouro de detritos dos curtumes que estavam instalados por ali. Um emaranhado de correntes de águas e histórias conformavam a bacia hidrográfica do Pepino.

Suas nascentes estão, atualmente, soterradas pelas estruturas de cal e cimento da cidade. Estão situadas em áreas próximas ao ponto comercial Macro Atacado Krolow. Ali começava a área da Tablada, espaço em que, no século XVIII, chegavam as tropas de gado bovino para serem comercializadas nas charqueadas. Tais nascentes, outrora, foram bebedouros para bois, cavalos e humanos em suas esperas para seguirem seus destinos. O arroio foi também o limite natural que dividia o centro urbano do sítio charqueador. A cidade construiu sua estrutura de saneamento básico se fazendo destes córregos d’água, que desembocam no arroio, como canais de esgoto.

Iniciamos a caminhada nessas nascentes, em um ambiente marcado por movimentos rápidos de automóveis que percorriam duas vias, cada uma de um lado do canal. O arroio se fazia enquanto uma vala curta, sem muita água. Estávamos a 14 metros de altura em relação a parte mais baixa da bacia. Ao lado dessas vias, muitos prédios e condomínios fechados. As margens do canal árvores exóticas como álamos, plátanos, ipês, indicavam os projetos de domesticação das paisagens dessas

¹⁰⁶ Uma caminhada coletiva realizada no âmbito da disciplina Antropologia e Meio Ambiente: conflitos meio ambientais e a ontologia política, ministrada pela Profa. Adriana Paola Paredes Peñafiel (Professora Visitante/ FURG) e Flávia Rieth, no ano de 2018.

águas. A experiência de não conseguir caminhar por ali é marcante. Não haviam caminhos, rastros no chão deixados pelos caminhantes. Não cruzávamos por pessoas. Uma senhora, ao longe, passeava com seu cachorro. Caminhávamos com dificuldade e nos expondo ao perigo dos carros. Em certo momento, nos apartamos do canal para seguir pela calçada do outro lado da via.

Aos poucos o canal aumenta suas margens e sua presença torna-se marcante. Inúmeras tartarugas. A quantidade de água que vem acumulando fez a necessidade de um vão maior. Um braço do canal, para escoar o excesso de água, segue pela av. Bento Gonçalves desembocando na região do Passo dos Negros¹⁰⁷. Seguindo a caminhada, descendo em direção a foz, presenciamos o avanço dos empreendimentos imobiliários sobre os banhados que seguravam as águas. Por tal lugar, chegam as águas do “canalete da argolo” construído em 1928 para dar conta de uma sanga que causava inundações. Foi desenhada pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito que preferiu um canalete aberto indo contra as opiniões da época que alegavam uma galeria subterrânea¹⁰⁸. Em seu entorno há floreiras de cimento com plantas ornamentais. As construções dos prédios estavam soterrando tais banhados. Somente restava uma grande área, tomada por juncais, aguapés e taboas. Muitos pássaros das espécies sabiá-do-banhado e o maçarico do banhado. O Pepino, em paralelo, seguia distante de nós. Entre duas vias para automóveis e motocicletas. Caminhávamos pela pista ciclística construída há poucos anos. Cruzávamos por pessoas correndo, skatistas, bicicletistas.

Na rua Tiradentes, atravessada pelo canal, a paisagem se modifica. Não há mais prédios e condomínios em construção. Mas há pequenas casas com telhas de fibrocimento, bem mais baratas que as feitas em barro. Crianças jogavam futebol em uma quadra de esportes. Muitas árvores e a grama não estava aparada. Plátanos se juntavam com uma diversidade maior de espécies entre exógenas e nativas. Ao final

¹⁰⁷ Me remeto a experiência de outra caminhada que fiz lá embaixo, seguindo as margens desse pequeno “braço” do canal. Era uma tarde de sol e encontramos muitas pessoas sentadas a sombra das árvores da corrente das águas. Estas pessoas estavam indignadas. Os responsáveis pela construção de um condomínio de luxo, o “Parque Una”, que ficava do outro lado desse canal, derrubaram a ponte de madeira que era usada pelos moradores para acessarem a área deste empreendimento. Eles gostavam de caminhar por este local e até e se banhar nas águas de um lago que existia por ali. Era também um caminho que usavam para deslocamento para outros lugares da cidade.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://server.pelotas.com.br/sanep/museu-do-saneamento/drenagem-urbana/canalete-da-argolo/>

estávamos próximo ao campus Anglo da UFPel. Um cheiro intenso e repugnante de esgoto que atravessa a via que leva ao campus. Ali há um prédio grande. É uma “estação elevatória” sendo a responsável por passar, artificialmente, a água para o canal São Gonçalo. Quando o nível de água está muito elevado, em função da chuva e, em fúria, começa a ameaçar a cidade, tal estação, com diversas bombas, joga-as para o São Gonçalo. Assim, dona Marina comentou,

Esse canal são Gonçalo isso aí era limpinho. A gente queria ir pescar, ia lá para beira do arroio, pescava, bah, olha! Pescava peixes enormes na época de semana santa. Época de semana santa as pessoas iam lá e pegavam. Passavam a noite pescando. Trazia aquelas traíras, coisa mais linda. Agora acho que não dá mais nada, porque virou esgoto, né. Basta a gente olhar. A gente vai passar naquela ponte que vai pra Rio Grande, olha agora é... olha lá de cima isso aí parece uma sanga. Nem parece mais canal.

Apesar de tudo, ao contrário dos condomínios residenciais cujas entradas estão de costas para o São Gonçalo, há que considerar as experiências das pessoas que nos finais de semana se direcionam para o lugar onde sentam-se nas sombras das árvores para tomar chimarrão e olhar o canal. A experiência de caminhar pelo dique de contenção das águas do canal¹⁰⁹, que também é uma estrada, nas tardes de domingo nos leva a se juntar aos outros caminhantes. A cidade contempla o canal. Ali também se alugam barcos dos pescadores para dar um passeio pelas águas.

Andarilhar pelo Passo dos Negros é perceber na paisagem, nas pessoas, nas coisas e nos lugares, a reconstrução da memória e da história da cidade de Pelotas e da pampa. A região está inserida no roteiro terrestre da “rota das charqueadas” - lei municipal número 4497, de 14 de outubro de 2003, em que o art. 1º entende tal roteiro como “referência de fatos históricos e de bens materiais e imateriais pertencentes à cultura do ciclo econômico do charque no município de Pelotas”. Porém, em contraponto, apesar de ser uma região de referência cultural da cidade, a mesma encontra-se em processo de abandono pelo poder público local – sem redes de esgoto, sem rede de luz elétrica e água. É parte da história pelotense levando a um passado de esplendor da elite, pelo auge das indústrias saladeiras de carne bovina e pelo suntuoso engenho de arroz que marcou um novo ciclo econômico no Rio Grande

¹⁰⁹ Foi construído na década de 1950.

do Sul-, e ao mesmo tempo de um passado de escravidão para aqueles em processo de exclusão (ALFONSO et al, 2015).

Se tomarmos a noção de “inclusão perversa” (MARTINS, 1997) dos grupos que habitam o Passo dos Negros, podemos perceber o quanto este espaço não está às margens do Estado e suas formas de reprodução capitalista, mas inserido em suas políticas de retirada de direitos e dignidades, mantendo seus habitantes distantes à cidadania. As políticas de saneamento básico, bem como de luz elétrica, se fazem presentes para alguns grupos, ao que, para outros, o Estado se fez presente enquanto ausência de bem-estar social, considerando que não investir em políticas públicas de serviços básicos é também uma estratégia para invisibilizar determinados grupos. Entretanto, lembrando De Certeau (2007), é nas práticas cotidianas que poderemos acessar as distintas maneiras de subverter os desígnios impostos pela ordem dominante, mas sem rejeitá-los diretamente.



Imagem 47 - Tarde no Passo. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/os em formação.

5.3. “Me criei olhando as tropas passar”: As tropas chegam na cidade

*Irmão do gado, ele se sente nesta hora
E o seu destino, também vai, neste reponte
Igual a tropa nesse tranco, estrada afora
Sempre encharcado de horizonte*

*A tropa segue, devagar, mugindo tonta
Talvez pressinta que seu fim é o matadouro
E o tropeiro, entristecido, se dá conta
O boi é bicho, mais tem alma sob o couro*

(Poncho Molhado - José Hilário Retamozo, Ewerton Ferreira)

Tayná Gruber et al (2016) comenta sobre o pouco material existente na historiografia acerca da interação dos tropeiros com o meio ambiente, com os animais, bem como fontes para uma melhor reflexão dos modos de viver das mulheres, negros e indígenas que faziam parte do cotidiano tropeiro. O pouco material existente vem das conversas e entrevistas com as pessoas que vivenciaram tal cotidiano. Assim, foi por meio de fontes terceiras, levantadas a partir de entrevistas com ex-tropeiros, que a autora escreveu um texto sobre as relações dos tropeiros com os animais e com os ambientes bem como o conhecimento adquirido no cotidiano de trabalho. O material levantado refere-se aos modos de viver dos tropeiros de mulas que conduziam tropas do Rio Grande do Sul à Curitiba. Os ex-tropeiros narraram histórias sobre estes percursos de estreitas convivências com os muare.

O Sr Darci Coelho, segue a autora, que fez tropas de mula entre 1910 e 1920, fez a seguinte narrativa: “tinha sempre uma que não era vendida. Ia ficando várias viagens.” (GRUBER et al, 2016, p. 31). Por este andar pelos caminhos, a atenção dos bichos era educada (INGOLD, 2010), fazendo com que algumas mulas se tornassem “égua madrinha” que chegava a ser “quase humana”, tamanho senso de responsabilidade que adquiria. A égua madrinha tornava-se uma autoridade, tal como o tropeiro capataz, por conhecer os trajetos e os ambientes. Carregava pendurada ao pescoço, como os bois *sinuelos* narrados pelo Seu Ervino e pelo Luciano Jardim, nos capítulos anteriores, um *cincerro* ou *sineta*, cujo som orientava os demais bichos a segui-la. A autoridade sobre os outros era exercida obrigando-os a segui-la e dando mordidas quando precisava argumentar.

O conhecimento acerca das plantas também era importante para humanos e bichos. Por exemplo, os animais precisavam conhecer o mio-mio¹¹⁰ e a embira, sendo arbustivas que, quando ingeridas, causavam a morte. Então, os tropeiros deveriam ter o cuidado de o animal não sentir fome, o que faria com que catassem qualquer erva na estrada sem dar a atenção necessária para discernir estas entre as plantas. Além disso, era necessário ter o conhecimento das plantas para determinadas enfermidades, como a carqueja que poderia servir para curar a intoxicação ocasionada pela ingestão de determinada erva (GRUBER et al, 2016).

No caso da tropeada de gado vacuum, hoje voltadas para levar bichos de um campo para outro, a interação entre humanos e bois se dá por percepção e observação. Os sinais de cansaço e de enfermidades são comunicados ao tropeiro a partir da postura do corpo. A baba indica cansaço, o esterco escuro indica vermes, como ensinou Luciano Jardim. Por conseguinte, o valor do animal também está associado ao conhecimento adquirido em relação as ervas e outros entes do ambiente. Os animais que habitam a região do Alto Camaquã, em específico, no distrito de Palmas em Bagé, por exemplo, são conforme a pecuarista familiar Vera Colares: *“para qualquer lugar no mundo. Eles aprendem o que comer e o que não comer, como o timbó ou mio-mio, em função da biodiversidade”*.

Diante de poucos materiais sobre os bichos nos registros históricos, pergunta-se: os animais fazem a história? Podemos considerar que sim, eles fazem a história como parte das relações. O que conforma o estar no mundo é a coexistência. Para a antropóloga Andrea Osório (2015) os bichos, como habitantes do mundo, compartilham existências. Embora suas proposições e sentidos sejam diferentes, são seres com os quais interagimos assim como atuam na produção de nossos sentidos. Heberth Smith, que andou pelos mesmos caminhos desta tese, indo de Pelotas até Pinheiro Machado, deixou registrado a sua leitura de como bois e vacas aprendiam a conviver no andar pelos caminhos em direção à Tablada, local de comercialização, em Pelotas.

Tão forte é o instinto de aggremação entre estes animaes semi-selvagens, que se torna extremamente difficil separar o gado para o mercado. Em geral constituo este 10 a 12 o/o de cada manada, pois só se pegam os individues

¹¹⁰ Braccharis cordofilia.

erados, dando preferência aos bois e aos touros sobre as vaccas. Estes animaes, escolhidos de muitas ou poucas manadas, conforme o tamanho da estancia, são reunidos e tocados para Pelotas. Durante dois ou três dias fazem esforços constantes para separar-se, pondo à prova toda a vigilância e cuidado dos vaqueiros; mas aos poucos vão se acostumando uns com outros, e, quando chegam á tablada, já estão transformados em uni todo coherente", cujos membros não trahem muiittos disposições paira extramalhar-se. A jornada é necessariamente lenta, com paradas numerosas para o gado poder comer: á noite fechani-nos em mangueiras marginaes á estrada, nas quaes se abrigam os tocadores. (SMITH, 1922, p. 156 - 157)

Assim que, depois de tanto andar e andar, as tropas chegavam na cidade de Pelotas e esta história passará, agora, a ser contada pelo Camilo Pereira, artesão em madeira, ex-trabalhador do frigorífico Anglo e Cooperativa Sudeste, e peão campeiro. A oficina do artífice está localizada próxima ao campus Anglo da UFPel, antigo frigorífico, em frente as porteiras das antigas mangueiras em que o gado ficava antes de ir para as esteiras de abate. Chegamos na oficina do artífice. Camilo, de bombachas e alpargatas, como sempre faz, nos recebe e sempre pede desculpas pela “*sujeira*” e “*bagunça*” do ambiente marcado por pedaços de madeiras espalhados ao chão. Em algumas conversas o encontramos esculpindo um touro da raça bovina Hereford em tamanho original, atendendo o pedido de um comércio agropecuário da cidade de Pelotas. O artefato estava em fase de confecção e faltavam esculpir diversas partes do corpo. A forma da cabeça estava bastante adiantada e, ao tocá-la, sentia-se estar tocando na cabeça de um boi “real” desta raça, chamando a atenção para tamanho detalhe.

Para fazer uma escultura de considerável tamanho, como um touro em tamanho “real”, vai-se colando pedaços de madeiras. Conforme vai colocando determinado pedaço, é necessário deixar a madeira “*trabalhar*”, ou seja, esperar a madeira se colar, se juntar ao processo de (trasn)formação que envolve as outras madeiras. Após este pedaço ter “*trabalhado*”, o artesão inicia a cola de outra ou o talhamento que dará forma a madeira colada. Então, o trabalho do artesão é marcado por uma relação de trabalho conjunto – e de negociação - com os materiais. Cola-se a madeira e espera-se ela fazer a sua parte, “*trabalhar*”, que é juntar-se, por mediação da cola, ao processo que envolve outros pedaços de madeira. Depois o artesão segue o caminho rítmico pelas múltiplas vias de transformação do artefato.

As mãos seguram o martelo e o formão, articulando paciência e precisão no entalhe. Os pés, separados e afirmados no chão, dão o equilíbrio. Ambos se associam

ao o olhar de atenção ao detalhe. Tais habilidades o tornaram reconhecido no Rio Grande do Sul por suas esculturas em madeira que fazem referência às lidas campeiras. Como se tais troncos se tornassem outros seres, como peões a cavalo, domadores passando ensinamentos aos *potros*. Em volta da oficina encontram-se estantes penduradas na parede contendo inúmeras esculturas. Entre elas, uma carreta de boi toldada segue por uma estrada puxada por três juntas de boi (seis bois). Ainda em construção, revelava o processo em que um tronco de madeira, de entalhe em entalhe, formão e martelo, vai se tornando outra vida. Não é a junção de peças separadas. Em um só tronco de madeira se molda toda a forma: carreta, bois, cangas, cabeçalhos e o carreteiro com a guiada. O escultor contou que havia iniciado na arte de desenhar, mostrando-nos alguns desenhos que fizera, embora sua preferência fosse pelo artesanato em argila, que aprendeu retirando, e transformando em cerâmica, o barro sovado pelas tropas de gado que passavam em frente à sua casa. Mas foi em uma atuação junto a escola de belas artes da UFPel que descobriu, através de um professor, o artesanato em madeira, passando a dedicar sua vida a este fazer. *“Várias pessoas me falaram sobre a morfologia dos animais, do movimento, da expressão existentes em meu artesanato.”*



Imagem 48 - Bois de canga e carretas. Fonte: acervo de Camilo Pereira

Camilo residiu na “avenida cidade de Rio Grande”, estrada em que passavam as tropas em direção ao frigorífico Anglo. O pai trabalhava numa fábrica de tecidos e *“também era metido a gaúcho, sempre lidando com bichos, com cavalos”*. A mãe, por sua vez, costurava e tinha uma *leitaria* – empreendimento de produção leiteira. Em realidade sua família comprou tal casa quando Camilo tinha cinco anos, pois onde moravam a cidade já se constituía e *“estava tudo apertado”*, dificultando-os de terem vacas. *“Eles se mudaram para lá porque tinha mais campo, mais espaço. Largavam as vacas lá para baixo e só ia buscar à tardinha”*. Naquela época o bairro Navegantes, a região da Balsa e do Passo dos Negros eram tudo junto, *tudo campo*. *“Tinha uma casinha que outra”*. Depois foi a vida marcada pelo trabalho de peão campeiro nas fazendas pecuárias. Uma vida entre as lidas nos campos de várzeas, marcados por banhados e aguadas, e a oficina, talhando essas experiências na madeira. As *“pessoas ficam muito curiosas e me perguntam: ‘como tu sabe os movimentos?’ Eu respondo: a minha faculdade foi o campo*. Os detalhes são descrições de aprendizados adquiridos na prática das lidas. Essa experiência do habitar os que chamou de *campos banhados ou campos de várzea*¹¹¹.



Imagem 49 - Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas. Fonte: acervo do autor.

¹¹¹ Áreas com solo raso e perto do lençol freático, sendo marcadas pelo predomínio de lagoas e áreas úmidas.

Se há diferenças entre os tipos de campos, há também as diferenças nos manejos. A lida é parecida. Mas manejos tem peculiaridades e conhecimentos específicos bem como, os *preparos*, que são os artefatos participante dessas atividades. Nos campos de várzea, os campeiros usam botas de borracha, em vez das botas de couro, devido a umidade. Outro exemplo, refere-se ao uso do pelego sendo este mais curto para não molhar. Couro e umidade não são compatíveis entre si. As raças de animais se diferenciam em função das características dos campos. O campeiro falou das raças de ovelha Romney cujo os cascos são resistentes à frieira (footrot) o que as faz se “adaptarem” ao ecossistema de campos de várzea, já que seus cascos são resistentes. Já o gado precisa aprender a conhecer os sumidouros que são pequenos pântanos existentes ao longo dos campos.

Camilo, seguidamente, contava de quando era “*guri*” e as tropas cruzavam na estrada em frente à sua casa indo em direção aos frigoríficos Anglo e Sudeste. Em tais conversas fomos observando o quanto essa narrativa estava marcada na construção do artífice. Foi então que propomos uma caminhada pelo trajeto que faziam as tropas desde o momento em que entravam na cidade até o frigorífico Anglo. Assim que, certo dia, nos encontramos no Instituto de Ciências Humanas da UFPel. O ônibus iria nos levar até o “*paradouro*”, lugar em que as tropas ficavam esperando para seguir em direção aos matadouros, caso chegassem em horários diferentes do estipulado em lei. Ao chegarmos lá, Camilo apontou para um emaranhado de prédios. Ali era o local em que ficava o *paradouro*. Era parte, outrora da Tablada onde ficavam as tropas nos tempos das charqueadas. Apontando para um muro, contou que neste local ficava a porteira. Ela ficava entre dois enormes eucaliptos. No interior do que é hoje esse emaranhado de casas, ficavam as tropas. Havia currais e uma casa em que morava um casal responsável pelos cuidados do lugar. Havia também galpões onde os tropeiros passavam a noite. Era disponibilizada lenha para fazerem o fogo.

Havia um horário, estipulado pela Câmara de Vereadores, para seguir caminho. Entre 5 e 7h da manhã as tropas deveriam sair em direção aos matadouros. Seguiam pela rua São Francisco de Paula em direção ao corredor das tropas no Passo dos Negros. Dali, seguiam pela av. Cidade de Rio Grande até a rua Tiradentes onde entrariam na porteira do frigorífico. Um pouco antes, ainda na av. Cidade rio Grande, ficava a cooperativa Sudeste. Na paisagem, as antigas chaminés nos situavam. Camilo trabalhou nestes dois frigoríficos: na cooperativa sudeste “*trabalhei de faca*,

na matança"; e, no Anglo, *"trabalhei nas caldeiras"*. A caminhada das tropas era rodeada nas margens, por casas e alambrados. Não era um caminho aberto. Quando chegamos no atual museu da Baronesa, Camilo narrou haver ali um barranco alto, cortado pelo canal, braço do arroio pepino. Era perigoso cruzar ali. Além das tropas, muitas charretes transitavam, pois iam comprar ração em um armazém onde hoje é uma farmácia.

Cruzamos o shopping, inaugurado há poucos anos. Seguimos na via que levava ao Parque Una, um empreendimento imobiliário que se apresenta como o mais moderno da cidade. As chamadas "torres" devem ter cerca de 30 andares. São finas e altas para receber a luz do sol. Na parede estava escrito em grandes letras: *'vem pro Una'*. O ônibus parou antes. Descemos. Iniciamos a caminhada a pé e entramos no chamado *"corredor das tropas"*. O corredor é envolto por banhados. Camilo mostrou uma diversidade de espécies: juncos, carquejas, cactos, arbustos como corticeiras, figueirinhas, salsos, embiras. Esta última comentou que era venenosa para os animais. Mas a embira tem uma casca flexível e bastante resistente, podendo servir para atar algo, uma parte do arreio, por exemplo, em caso de urgência. Um emaranhado de árvores e juncos. Camilo falou na existência de "sumidouros" que são locais nos banhados que, embaixo das gramíneas, existem poças d'água com lama. Se o animal cair ali, ele se atola ou desaparece. Os animais aprendem a existência dos sumidouros por intermédio dos que já vivem no lugar e os conhecem. Além disso, tem espécies de plantas que não são nativas e acabam trazendo mato para o banhado, tornando-o *sujo* e escondendo os sumidouros. Camilo falou no uso de cerros ou cerritos, antigas construções indígenas. Em algumas propriedades, estas formações servem também para proteger os bichos nos períodos de enchentes.

O corredor foi aterrado pelo cruzar das tropas. Por isso, as ocupações estão em cima do corredor. Casas de tábua e madeira de um lado e, do outro, casas de um dos condomínios mais luxuosos da cidade. Ao cruzarmos em uma malha de juncais, dois rapazes cortavam-nas. Ao lado tinham um carrinho de mão. Era para alimentar os animais. Após esse emaranhado de árvores, se encontravam os campos onde pastavam cavalos. Havia também estruturas de piscinas que, há 20 anos atrás, foi um projeto de um time de futebol da cidade. Cruzamos a "Ponte dos Dois Arcos". As tropas cruzavam por ali. Era um açude fundo que tinha abaixo da ponte. Agora a Palma tomou conta não possibilitando enxergar a água. Logo após cruzarmos a ponte,

encontramos um casal e um cachorro em uma charrete cheia de pastos. Entraram em um caminho no campo e pararam em frente a um galpão. Dali tiraram os pastos e levaram para uma vaca presa por uma corda. Essa é uma estratégia para proteger os campos, quando estão *rapados*, ou seja, pelo intenso pastejo e pisoteio de vacas e cavalos, dificultando a regeneração das gramíneas. Então, busca-se pasto em outros lugares.

Em frente ao engenho Pedro Osório seguimos pela av. Cidade de Rio Grande. Do lado direito da avenida, o Bairro Navegantes, do lado esquerdo, campos e as estruturas de algumas charqueadas. Chegamos na chácara do Camilo que fica na área de uma antiga charqueada. A única estrutura presente na paisagem é uma casa, um espaço onde beneficiavam as línguas dos bois, chamada “*fábrica de línguas*”. Na chácara do Camilo ficam cavalos, cabritos, cães, gatos, galinhas, patos. “*Parece que a gente está na campanha!*” E Camilo comentava que ali se refugiava do que chamou “*forno da cidade*”, marcada pelos movimentos de automóveis, pessoas. Na área possuem algumas casas em que ficam pessoas que contrata para cuidar o lugar. Tem mangueiras, uma hospedaria, onde se encontram as baias para pernoitar os cavalos, dele e dos amigos que o ajudam na manutenção pagando uma certa quantia mensal. É um espaço onde se reúnem ex-campeiros, campeiros que residem na área urbana e pessoas que vivem de trabalhos não ligados a pecuária, mas gostam de lidar com cavalos. Ali se reúnem, compartilham momentos com os cavalos, fazem “*provas de tiro de laço*” na “*vaca mecânica*” - um carrinho com guampas puxada por uma motocicleta.

Nas conversas realizadas com o artista campeiro em sua hospedaria, eram passados ensinamentos referentes às complexidades de cada animal. O cavalo, por exemplo, tem temperamento e muita inteligência. “*Uns são de índole má, que querem te pisar [machucar] mesmo!*” Outros, são confiáveis. “*O cavalo não é um robô. Ele é irracional, mas, se parar para pensar, ele é igual a gente*”. Isso é tão mais importante do que a genética, pois “*o filho de um cavalo bom, não vai, necessariamente, sair bom*”. Se essa convivência fosse somente uma questão de receita, bastava aplicar, mas o cavalo tem um “*temperamento*” e uma predisposição para determinada lida. É um cavalo-processo. O bicho também escolhe o trabalho que melhor se identifica embora, por vezes, tal como a gente, não tem a sorte de se realizar a partir dele.



Imagem 50 - Domando. Fonte: acervo de Camilo Pereira.

O cavalo conhece, pelo cheiro do suor, quando se está com medo dele sendo um animal muito perceptivo além de ter “boa memória”, lembrando da maneira como foi tratado. Além disso, falou do temperamento que tem que ser levado em consideração na adoção dos métodos de ensinamento. Camilo aprendeu a domar com os peões mais experientes nas estâncias. Se refere a importância de levar em consideração os conhecimentos dos antigos domadores – que se orientavam pela lua, pelo tempo de aprendizagem do cavalo e respeitava os seus ciclos. Se referiu aos novos domadores que não levam em consideração a lua e desrespeitam esse tempo do cavalo, estabelecendo o tempo para o animal aprender. No “modelo antigo”, o cavalo demorava para aprender, sendo um tempo lento, que possibilitava a reflexão, diria Sennett (2013).

Já o boi é pensado em uma coexistência coletiva. A raça Zebu, por exemplo, é resistente para doenças, mas bastante frágil para o frio. São animais nervosos e não gostam de gritos e latidos de cachorros. Quando conduzidos, o deslocamento é rápido e os cuidados são dobrados em função de que podem “estourar” ou algum fugir para o mato, pular uma cerca. Os “zebus” são considerados “covardes”. Eles atacam, fazem uma investida, mas não concretizam a ação. De certa forma, eles ameaçam e fogem. Já os bichos de raças europeias são mansos e dificilmente atacam. Também são bichos de um caminhar muito lento, quando conduzidos em tropa.

Por vezes, os pecuaristas da região solicitam os serviços do campeiro que tem que intercalar o trabalho do talhe e ajudar o “amigo” que está solicitando sua ajuda, ficando algum tempo trabalhando na estância. “Às vezes estou lidando na mangueira e tem gente me ligando e encomendando coisas”. Camilo se refere à falta de peões para as lidas, o que entende se dar por duas razões: a primeira se refere as perspectivas dos jovens que não veem a lida como um atrativo; a segunda é porque o peão é mal remunerado e o patrão não dá valor a lida que o mesmo faz. Isso porque, cotidianamente, é um trabalho bastante repetitivo: cuidar dos bichos pela manhã, depois encilhar o cavalo e ir “recorrer o campo”, ver como estão os animais. Vez por outra, curar alguma vaca, faz serviços das mangueiras. Segundo Camilo, por ser repetitivo, é difícil de ser visto como uma atividade complexa, cheia de detalhes, feita de múltiplas situações.

Saindo da chácara, seguimos a caminhada em direção ao Anglo. Camilo me falou que o “carro das pessoas”, até algum tempo atrás, “era a charrete”. E tinham um *paradouro* onde, no atual contexto, era uma padaria, próxima ao restaurante da UFPel. O chamado “Bar do Edmundo” era um local onde se deixavam as charretes para “ir na cidade”, onde hoje é o bairro central. Seguindo o caminho, em frente ao “Bar dos Aposentados” ficava um senhor que era o guarda da Sudeste. Estava sempre por ali. Ao longe havia um campo grande onde as tropas ficavam antes de irem para o abate. Alguns passos a mais e cruzamos em uma casa de dois andares, onde outrora o campeiro morava com seus pais. Foi uma infância marcada pelo cruzar das tropas.

A gente era guri e as tropas passavam. Era bastante gado! Aquilo custava a passar. A gente ficava olhando. Aquilo me encantava. Veja a tendência já da coisa. [...]. Eu gostava muito de fazer bonecos de barro. Então, quando vinham as tropas, eu ficava faceiro, pois os bois socavam o barro na beira do canal – tinha um canal desde aqui de cima da Tiradentes, que escoava água em direção ao São Gonçalo. Na beirada juntava muita argila cinza e a boiada, quando passava, sovava, e eu, igual a forneira¹¹², saía correndo e juntando para fazer meus bonecos.

Então, eu me encantava e aquilo era boi, boi, boi! E não parava de passar boi. E nós torcendo para que, estourassem, e dessem volta. Às vezes acontecia de dar um estouro e as tropas voltarem correndo para trás. A gente era guri e gostava de ver aquilo. Era bonito de ver! Tinham muitos tropeiros

¹¹² Espécie de pássaro conhecida também como João-de-barro (espécie *Furnarius rufus*).

que eram nossos vizinhos. Moravam aqui. O Anglo contratava eles para irem buscar o gado. As tropas vinham lá da São Francisco de Paula, passavam naquele pontilhãozinho [ponte dos dois arcos], e vinham pela estrada que desembocava na avenida cidade de Rio Grande. Dali cruzavam a rótula, subiam a rua Tiradentes, e entravam num portão onde tinha a balança. Ali, eles apartavam, a cavalo, 100 bois de um criador, 200 de outro (porque traziam tudo junto) iam passando na balança, pesando, e depois levando para as mangueiras. As tropas vinham de trem também. Os trilhos iam até essa balança. Dali o gado era descarregado, pesado e depois levado para as mangueiras.

Os cachorros vinham atrás junto aos tropeiros que vinham na culatra. E quando chegavam na curva próximo a entrada do Anglo, onde hoje é a rótula, era difícil. O gado chegava ali e meio que se assustava. Ali era o momento em que os tropeiros gritavam muito! Era grito e grito e latidos de cachorros. Depois que os primeiros cruzavam, os que estavam atrás iam. Mas eu cansei de ver as tropas se redemoinhar e se embolar e darem de volta correndo indo parar lá no engenho [Pedro Osório]. Aí, depois, lá vinham os caras de novo trazendo a tropa.

O gado passava dias e dias caminhando. Assim, exausto, “mugindo tonto”, encontrava forças para um último grito. *“O gado que vem de tropa, está cansado e já não berra. Um lá que outro que berra.”* Tal narrativa remeteu a Herbert Smith (1922, p. 137) que escreveu sobre os animais na Tablada, no século XIX, em que o “gado, cansado do longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume.” Situações que dialogam, a partir da experiência de coabitar, em que os animais desafiam e ensinam o humano sobre ele mesmo. Aquelas estruturas violentas, o cheiro de sangue e de morte. Os animais pressentem a morte, dizem os/as campeiro/as. A simples visita de um açougueiro para avaliar o estado do boi para comprar e abater, muda o comportamento do animal. Escutei relatos de campeiros em que os animais se escondem quando sentem que vão ser abatido e criam estratégias para dificultar esse caminho (STEFANUTO, 2019; OLIVEIRA & ABONIZIO, 2019). Por fim, com gritos e cachorros, as tropas entravam no frigorífico, submetendo-se as desígnios e movimentos das esteiras industriais.

A van da universidade estaciona em frente ao antigo engenho de arroz. Somos recebidos por diversos cachorros que passam a nos acompanhar por toda a caminhada. Junto a nós, eles caminham pelas ruas, correm pelos banhados nos campos baldios, brigam com outros cães e habitam o lugar. Seguimos em direção até a antiga ponte dos dois arcos. Quando estamos na ponte, somos recebidos pelo Seu Pedro, que vive no local a 40 anos. Observo em volta da ponte a presença de

tartarugas e pássaros nos juncais que escondem um canal com mais de 5 metros de profundidade. Por baixo desta ponte cruzam as águas que vão desembocar dentro do canal São Gonçalo. Seu Pedro lamenta que, em cima da construção do condomínio Lagos de São Gonçalo, haviam pequenos lagos com muitos peixes. O local em que hoje está o condomínio, foi uma de suas inúmeras moradas.

“Antigamente, eu tinha uma leitaria nesse lado. Eu tinha um galpão grande. Quando saí dali eles [construtora do residencial] colocaram as árvores tudo abaixo [cortaram]. Ali eu tinha três vacas, mais os terneiros e os cavalos. Eram animais que conseguia por meio de negócios. Mas tinha mais gente com leitaria como um senhor que hoje trabalha em uma estância.”

A trajetória do seu Pedro é concebida a partir do processo histórico da antropologia que vai “a caminho da cidade” (LEITE LOPES, 1988; DURHAM, 1973; DAWSEY, 2006), acompanhando os migrantes dos meios rurais para os centros urbanos que vão compor a mão de obra industrial. Conforme Eunice Durhan (1973, p. 187), a migração ocasiona o abandono de um universo comunitário, “organizado nos moldes tradicionais” para uma integração em “sistemas mais complexos e diferenciados”. Porém, não consiste apenas em um deslocamento de um ponto a outro no mapa, pois está inserida em uma complexa rede de relações que envolvem parentes, compadres e vizinhos (DURHAN, 1973, p. 189).

Eu venho da quarta zona de Canguçu. Vim para Pelotas para trabalhar. Meu pai era sota-capataz¹¹³ na graxeira [um dos setores do frigorífico Anglo]. Ele nos deixou lá fora para cuidarmos da plantação. Depois nos trouxe. Quando viemos para a cidade a gente pegou em serviços de construção. Em 1970 eu vim morar aqui na região. Morei onde está aquele salso¹¹⁴ lá embaixo. Mas isso aqui era só mato. Tinha só um trilho de bicicleta. Em 1971 eu comecei a trabalhar no engenho Pedro Osório ficando até 1987. Eu vim morar sozinho. Depois veio a minha irmã e o meu irmão. Minha mãe só vinha nos finais de semana ficar com a gente. Os meus pais moravam na Balsa, nos fundos do frigorífico Anglo.

A experiência de Seu Pedro torna controversa a concepção de mudança de um universo rural e tradicional para sistemas de sistemas complexos. Fazer casa na

¹¹³ Dentro de um quadro hierárquico é uma autoridade que fica abaixo do “capataz” que é o supervisor.

¹¹⁴ Uma das denominações das árvores do gênero *Salix* - família *Salicaceae* sendo espécies que gostam de áreas com climas temperados e frios.

região do Passo dos Negros, em que “era só mato”, traduz uma característica dos povos agricultores de, constantemente, buscarem reafirmar a legitimidade do acesso aos recursos a terra e de manter um modo de vida próximo aos outros animais e plantas. Uma constante resiliência na luta por um pedaço de terra e, mesmo que em condições adversas, assegurar a reprodução da família e de um projeto de vida. (GODOI; MENESES; MARIN, 2009).

Não é de hoje que eles querem me tirar daqui. Eles foram me tirando, eu e mais uma turma. Os outros se apavoravam e iam deitando o cabelo e eu ia ficando. Os caras diziam: tu és louco! Mas eu não vou, podem me prender. Outro dia chegou um senhor de caminhonete aqui e me disse:

- Invadissem o meu campo! Essa área aqui é minha!

- Essa área era da empresa Pedro Osório.

- Não, essa área é minha, o senhor vai ter que sair.

- Pelo que eu sei esse campo é da Pedro Osório e não foi desmembrado da firma. Eu sei porque trabalhei muitos anos e sou aposentado por invalidez aqui dentro da firma. Se o senhor me tirar daqui, vai ter que me indenizar.

Eu moro aqui desde 1970. Então, não é de hoje que eles vêm lutando para me tirar daqui. Lá na prefeitura o meu nome está escrito diversas vezes. Eles me tiraram desse beco aqui, eles me tiraram daquela ponta de lá e eu vim para cá. Assim, vou mudando, e não saio daqui. Vou sair a hora que eu morrer.

Desde criança convive com cavalos e diz não saber viver sem esses animais. Os cavalos habitam os campos e os terrenos banhados, sendo animais de tração para fretes e recolhimento de resíduos sólidos pela cidade. Consegue uma renda extra pois “num momento em que tu estás apertado [sem dinheiro], tu fazes um frete e consegue uma grana”. O terreno onde deixava seus cavalos fora propriedade do engenho Osório, porém esses campos nunca tiveram cercas e os proprietários, até então, não se preocupavam em fechar. Ao pasto dos campos complementa a alimentação dos bichos com ração. “Qualquer lugar que tiver que ir o cara vai. Nossos cavalos não são rachando de gordo, mas não são magros, pois damos ração para eles.” A questão do bem-estar animal está vinculada, nessa concepção, a ter um cavalo em condições de puxar a charrete.



Imagem 51 - No corredor das tropas a figueira e a ponte dos dois arcos. Ao fundo o grande muro de um condomínio de luxo. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/o em formação

Os cavalos que habitam o Passo dos Negros não são, em sua maioria, utilizados para trabalho. Em nossas caminhadas encontramos hospedarias para cavalos, nas quais os proprietários destes animais alugam espaços ou têm permissão dos responsáveis dos campos para deixarem seus animais. Nas proximidades destes lugares, também passeiam com seus cavalos, seja pela estrada, seja galopando pelos campos. Em uma dessas caminhadas nos deparamos com um senhor que segurava uma égua por uma corda enquanto a mesma pastava. Seu Odilon residia num bairro próximo e criava quatro cavalos. Caminhávamos pela rua quando o encontramos. Estava em frente as casas cuidando sua égua de montaria chamada “*Estrela*”. No decorrer da conversa enfatizou a docilidade da Estrela: “*Foi mansinha desde pequena. Consegui ela, acho que ela tinha uns 7 meses.*” Onde mora, no bairro Navegantes, a transformação do lugar tirou os espaços para esses animais. Por isso, deixa seus cavalos nas áreas de campo que tem no Passo dos Negros. Assim, os cavalos são criados pelos moradores do lugar e de localidades próximas “*só por ter mesmo, para passear, para dar uma banda de vez em quando.*”

A presença de bichos na rua mobiliza a ação de entidades protetoras dos animais que, dentro das concepções etnografadas por Andrea Osório (2013), objetivam diminuir a presença dos mesmos nestes espaços. Conforme me contou uma interlocutora, moradora do lugar: *Tem uma moça que vem aqui sempre. Até ela é vereadora agora. Ela vem, trata os cachorros, faz campanha para castrar as cadelas, cachorros e gatos. Para diminuir um pouco porque é um horror de bicho que tem aqui. As pessoas jogam os bichos forai. Aí ela vem dar comida, alimenta essa bicharada toda, traz remédios, faz tudo aí.*

O tempo é constituído por este caminhar dos bichos junto às pessoas e coisas. Alguns cavalos e cães soltos caminhavam em duplas ou grupos pelas ruas. Suas presenças recalcitrantes (des)fazem o lugar em constante transformação. Detém um modo de viver em interação que se constituem enquanto experiência de habitar. Mas a rua não deixa de ser um lugar de risco e, nesse caso, também para os humanos. A emblemática presença de um “*fio de gato*” que era um fio para “roubar” energia elétrica, jogado ao chão próximo a uma valeta em paralelo a estrada, levava energia para os lugares que as políticas públicas não chegaram. A presença do fio elétrico era sinônimo de risco para de gentes e bichos. A narrativa dessa senhora que residia na última casa que possui energia elétrica trazia questões interessantes para o compartilhamento de vidas. Ao ser perguntada sobre os riscos de choque, nos falou que já tinha visto morreram vacas, cachorros e cavalos por acidentes com este fio. As pessoas também arriscavam suas vidas como é o caso de uma moça grávida que consertou os fios. “*Outro dia uma guria ali, grávida, com uma barriga enorme. Chovendo e ela lá arrumando os fios. Tinha dado um curto e o fio rebentou. Aí ela pegou o fio a mão desencapou com o alicate, torceu com este alicate e jogou em cima do capim, sem uma fita isolante, nem nada*”. A mesma sorte não teve uma vaca prenhe que pastava no local. A interlocutora enfatizava o fato com espanto já que o animal estava na mesma situação de estar gestando uma nova vida:

Teve uma época que estava dando choque na rua. Aí foram ali e deram uma ajeitada. Agora não está dando choque. A vaca, coitada, deus me perdoe. A vaca, prenhe, pronta para dar cria. Sabe o que fizeram? Puxaram ela mais para lá e carnearam para comer a carne. O bicho morreu eletrocutado, grávida, ficou acho que três horas ali e depois carnearam. Que perigo! Os cachorros morrem e eles atiram dentro do canal.”

O risco ultrapassa para além do humano, para os não humanos que vivenciam o lugar destituído de políticas públicas básicas como energia elétrica. Esta senhora, refere-se ao fato de a empresa colocava como fator condicional para instalarem a energia elétrica ali, a compra e implantação de no mínimo três postes de luz cujos os valores estavam acima do poder de compra dos habitantes que, assim, preferiam fazer o “gato”. Tal questão vem desses relacionamentos entre humanos e outros animais em lugares específicos cujos efeitos de seus modos de viver são sentidos por ambos. Através desses encontros, que humanos e animais podem aprender sobre a condição do outro e a condição de si mesmo (WILLIS, 2013; LIMA et al, 2016).

Assim, a existência cruzada de tais coletivos remonta à época das charqueadas e dos frigoríficos, enquanto contexto de circulação das tropas de gado bovino que, em direção à tablada ou aos matadouros localizados às margens dos rios, cruzavam o lugar com seus berros “queixosos” e cansados sendo tocados aos gritos pelos tropeiros montados em cavalos e auxiliados por cães. Atualmente, ao vivenciar o lugar, percebemos nas ruas e nos terrenos banhados o compartilhamento de vidas pela circulação de animais junto às outras pessoas, automóveis e motocicletas, e de risco de morte e de doenças que a contaminação dos canais e do próprio São Gonçalo podem trazer. Caminhando pela av. Cidade de Rio Grande, antigo trajeto das tropas, encontrei uma senhora que me chamou para me mostrar o cavalo dela que pastava ao longe em um destes campos. Ela apontou o dedo em direção a um tordilho me falando “o *nosso cavalo é o mais bonito*”. Ela o considerava o mais bonito entre os demais porque era o “*mais gordo*”. Esta senhora morava no Navegantes e seu marido trabalhava fazendo frete, deixando o tordilho neste campo o qual pagava uma determinada quantia em dinheiro. Entretanto, seu marido havia se acidentado e estava impossibilitado de caminhar e trabalhar ao que ela se encarregou de vez por outra, ir até o local avaliar como estava o cavalo.

Embora ainda não se retirou dos bichos a responsabilidades por suas próprias vidas, dando-lhes o “direito à cidade” (OSÓRIO, 2013; AGIER, 2015), o avanço do capitalismo imobiliário poderá retirar tais direitos dados tanto aos humanos quanto, aos outros animais. A pesquisadora Andréa Osório (2013) nos explica que, com o processo histórico de modernização das cidades, o lugar atribuído aos animais se deslocou da convivência na rua para o ambiente doméstico. Nos projetos de modernização entre os séculos XIX e XX os animais não humanos considerados

nocivos às pessoas ou à modernidade da cidade, eram exterminados pelo poder público. A partir da segunda metade do século XX, há uma alteração nas relações entre Estado e animal passando, do extermínio, para uma noção de “posse responsável”, sendo a fase de prevenção ao abandono. O Estado passa, então, a regular as relações entre humanos e animais. Porém, embora em diferentes contextos, as políticas públicas são orientadas pela concepção de que a rua não é o local para a presença e circulação dos animais. O fluxo das boiadas, das carroças, dos cães e gatos nas vias públicas vai, paulatinamente, sendo proibido ou regulamentado pelo Estado já que disciplinar os corpos dos bichos é tão importante quanto disciplinar os corpos humanos (OSÓRIO, 2013, p. 145).

Os/as moradores/as desenvolvem estratégias para promover o direito à existência de algumas árvores referências do lugar. Junto à Ponte dos Dois Arcos, tem uma figueira em que as pessoas, nos dias de verão, se sentam à sombra para tomar chimarrão e conversar. Seu Pedro é um guardião da ponte, pois “*é um patrimônio histórico!*” Ele relatou também que as pessoas que se dizem descendentes dos trabalhadores escravizados que construíram a ponte, visitam a estrutura como forma de relembrar o passado. Uma figueira (*Ficus cestrifolia*) está localizada entre um dos arcos e suas raízes cruzam para o outro lado da ponte, onde nasceu outra parte desta figueira. É uma conexão entre o mundo dos antepassados que construíram a ponte e seus descendentes que a reverenciam enquanto parte da história dos povos negros e dos seus caminhos de vida. Seu Pedro contou que,

Dois senhores vinham aqui antigamente. Paravam o carro ali adiante e vinham se sentar embaixo da figueira. Eu queria saber o que eles faziam ali. Chegavam, sentavam, ficavam ali em torno de uma hora e iam embora. Um dia eu fui e conversei com eles. Perguntei: vocês vêm aqui passear? Eles disseram: “meu amigo, o senhor acredita em raiz? Raiz das pessoas que vem de geração em geração? Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão. Hoje ninguém mais faz pontes assim. Antigamente, meu avô, meu pai, meus irmãos vinham para cá e agora é nós.” Dá para ver os anos de vida que tem isso aí.

Tempos atrás, seu Pedro chegava em casa com sua carroça e encontrava uma máquina cortando os galhos da figueira. Seu Pedro contatou a polícia alegando a proibição da poda não autorizada da árvore, fazendo com que a ação parasse imediatamente. As figueiras estão protegidas pelo órgão do estado Fundação

Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que proíbe o corte ou a sua derrubada por se tratarem de árvores antigas e raras, assim como muitas plantas e vegetações que compõem aquele ambiente. Contudo, apesar dessa lei estar em vigência, as figueiras continuam sofrendo danos como tentativas de cortes e queimadas. Se o Estado não cumpre o papel de cuidar, essa tarefa cabe aos/as moradores/as que se mobilizam para denunciar as infrações. Além disso, são lugares sagrados de conexão entre mundos e, assim, embaixo delas encontramos oferendas aos orixás como parte aos ritos de nutrição dos corpos pelas matrizes africanas - terreiras de umbanda e batuque.

É um emaranhado de mundos que habitam o Passo dos Negros e se conectam ao longo das figueiras. Em torno de uma figueira, localizada em uma encruzilhada de estradas, vive a “Noiva de Branco”. Seu Alci conta esta história: *Dizem que ao passar à meia noite das sextas-feiras de lua cheia aparece a figura de uma noiva que, em uma determinada época do século passado, estava no altar esperando o noivo que não apareceu e ela se suicidou naquela figueira.* Seu Pedro conta que nunca viu a “noiva de branco”, mas ouviu relatos de carroceiros, que ao cruzarem por este lugar à noite, perceberam a presença e movimento dela acompanhando a carroça pela parte traseira. Quando olhavam para trás, ela desaparecia.

O processo de negação da presença de outros animais nas vias públicas da cidade que se quer “moderna” está associada a um projeto de rompimento com as suas raízes rurais. Entretanto, o Passo dos Negros não é considerado pelos/as moradores/as como um ambiente urbano, diferente da concepção do poder público municipal em que versa o plano diretor. No mesmo se encontra a indicação de que a região faz parte do perímetro urbano dentro da subdivisão administrativa São Gonçalo. Mas é percebida como “*uma fazenda na cidade*”. Eis a consideração dos/as moradores/as ou passantes esporádicos que dizem fugir do “*forno da cidade*” indicando os ruídos dos carros, a violência e a própria temporalidade de movimentos rápidos que caracteriza a “cidade” (LIMA; RIETH; ALFONSO, 2017). A rua ali, como extensão da casa, é um espaço compartilhado pelos caminhantes humanos e não humanos. E assim, caminhar por essas ruas de terra e barro, é se juntar a formação do ambiente e deixar os rastros como inscrição de um lugar construído de maneira coletiva e constituído em suas próprias regras de convivência. Um lugar que se permite a tais práticas.



Imagem 52 - Cavalos as margens do Canal São Gonçalo – Passo dos Negros/Pelotas –
Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

Alette Willis (2013), em um texto escrito para a revista “Animal Studies!”, mostra que os animais podem atuar como “audiências morais” sejam nas narrativas de nossas próprias histórias, como na co-criação de nós mesmos. Considerando que nossos “eus” são criados no diálogo com os outros, pode-se considerar que, esses outros, estão para além dos humanos. Os envolvimento com os bichos também constituem nossos “eus”. A autora traz leituras de narrativas pessoais de experiências vividas em lugares em que os animais atuaram como testemunhas e como co-presenças tornando-se parte dessas histórias. As tropas, as forneiras e os cavalos são testemunhas da formação de “eu” de Camilo, bem como da história do lugar. Conforme Osório (2015, p. 91) “a história dos animais parece tentar se afastar da cômoda zona de conforto do estudo das representações humanas para ingressar no turbulento território em construção dos animais como agentes subjetivos, sensórios e que dão significado ao seu mundo.” (Idem, p. 91). Tais narrativas imprimem uma redefinição do conceito de lugar como algo criado através das ações humanas. A

construção de um lugar por seres humanos nunca é finalizável, considerando que os não humanos estão, também, atuando sobre. Como escrevem Galvan Watson e Traci Warkentin (2013), o lugar tem um “significado multiespécie” e, assim, não somos a única a ter relacionamento com o ele.

Assim, gostaria de colocar um fragmento do diário de campo em que vivenciei a partir da presença das forneiras ou joões-de-barro no espaço de entrada do condomínio Lagos do São Gonçalo. Willis (2013) escreveu que a presença dos bichos nos lugares nos desafiam enquanto testemunhos das múltiplas vidas que se cruzam e criam nossos eus e nossos lugares. Embora, nossas conexões com os outros animais são tensionadas pelas fronteiras da animalidade, eles nos ensinam enquanto testemunhas para possibilidades de ser, agir e habitar o mundo.

Talvez uma meia hora foi o tempo em que ficamos em frente ao portão de acesso do condomínio Lagos do São Gonçalo. Via as casas são luxuosas com arquitetura alto padrão, me chamando a atenção os formatos quadrados e as muitas janelas ou aberturas para entrada de luz natural. Nas áreas verdes internas, plantas ornamentais nativas tais como os butiás. No portão de acesso, as opções de entrada já indicavam uma restrição tendo por opção as entradas para “visitante” e “proprietário” no singular. Realmente, o acesso ao condomínio era muito restrito e não foi possível entrar. Conforme iam avançando nas negociações, as dificuldades, para liberar o acesso da equipe ao condomínio, aumentavam. Parece que os últimos argumentos versavam sobre a necessidade de uma carta da UFPel informando os nomes e RGs. Um excelente exercício de exclusão do direito à cidade.

Mas os pássaros João de barro, ou forneiros, fizeram suas casas em cima das estruturas do portão de entrada do condomínio. As casas do João de Barro são construídas de maneira a proteger a entrada dos ventos, das chuvas e dos predadores. O casal realiza a construção utilizando barro úmido e esterco misturado a palha material que eles devem ter retirado da região. A estrutura arquitetônica, em formato esférico, contrastava com a estrutura retangular e quadrada das casas de seus vizinhos humanos. Entretanto, ao menos, neste caso, fora permitido que fizessem suas casas, embora do lado de fora, e exercessem o seu direito à cidade.

5.4. “Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios”: a resiliência da cidade-mato

A proposta Lineu Castello (2007) é trazer reflexões, a partir do convencionalmente chamado “novo urbanismo”, acerca dos “novos lugares” ou “lugares criados” no âmbito das cidades. Em vez de conceber os lugares criados como inautênticos e artificiais, pois “copiam” qualidades de outros lugares, o autor entende que os efeitos dos mesmos podem ser favoráveis desempenhando um papel para a vida urbana. Os novos lugares podem ser espaços que as pessoas requerem para melhor viver suas experiências de vida. Elas se sentem melhor em certos espaços. Ou, em outras palavras, certos espaços se distinguem dentro do espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, se tornam percebidos de maneiras diferentes. Em geral, são espaços percebidos como detentores de qualidades. Diz-se, então que esses espaços são percebidos como “lugares” por seus usuários. (CASTELLO, 2007, p.12)

Espaços tornam-se lugares. Nesse sentido, é preciso mergulhar na mudança urbana para entender como esses novos espaços influenciam novos comportamentos. Sendo o conceito “lugar” pouco trabalhado por arquitetos e urbanistas, o autor propõe-se pensá-lo a partir de questões empíricas. Os lugares criados na virada do milênio são “de qualidade” entendida como de “urbanidade”, mais que meros produtos do consumo. Para isso, discute a noção de “percepção do lugar”, considerando que as relações entre pessoas/corpos e o espaço/entorno tem um forte componente psicológico. As pessoas se sentem bem em determinados ambientes e isso se dá pelos “estímulos ambientais”. E assim, traz inúmeras concepções sobre o lugar, dando ênfase a concepção de Kevin Lynch (s/d [1968]) para quem a construção da imagem mental é um processo que inicia na informação do ambiente real captado pelos sentidos e pelo cérebro criando na cognição uma imagem construída do ambiente, da cidade. Nesse sentido, tem-se os pontos nodais que são pontos de referência que, em conjunto, criam “mapas mentais”. Os caminhos são os principais elementos estruturadores e a forma da cidade é, assim, uma sequência de eventos ao longo de uma linha.

O lugar então é considerado um “espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais” (CASTELLO, 2007, p. 14). São estímulos diversificados estando de acordo com as relações entre a pessoa e o meio. Há três tipos de lugares: o “lugar da aura” estando associado à dimensão espacial, a natureza física que origina determinados estímulos. Por conseguinte, tem-se o “lugar da memória” que se refere aos usos que as pessoas fazem do ambiente dentro de um processo histórico e as pessoas estão constantemente fabricando novas memórias. O lugar de memória se subdivide em dois: o “lugar de memória tradicional” associado a vida cotidiana e o “lugar da memória histórica” sendo espaços reveladores de processos históricos. O terceiro é o “lugar da pluralidade” sendo o espaço do lazer, da “mistura”, dos contatos interpessoais. Também se subdivide em dois: o “lugar da pluralidade heterotópica”, de uso por diferentes grupos, e o “lugar da pluralidade privatória”, sendo espaços homogêneos de pessoas e, nesse quesito, o autor cita os condomínios fechados. São diversificadas as variações da escala espacial dos lugares e se pode dizer que o mesmo é socialmente construído. “É um lugar coletivo e é percebido coletivamente” (idem, p. 25)

A qualidade do ambiente construído pelo ser humano é a “urbanidade” e sua definição está vinculada a experiências existenciais das pessoas e é nisso que a área da arquitetura-urbanismo ingressa enquanto formulação conceitual e prática de um projeto de lugar. É assim que o autor traz a sua tese diferenciando os “estímulos percebidos” que são dados de antemão na experiência vivida das pessoas e a “percepção estimulada” que traz novos elementos para o lugar. A percepção estimulada cria o que chama de “lugares de clonagem”. Por meios dos instrumentos de placemaking, associado a construção do lugar, e do placemarketing, instrumento moderno de construção do espaço como produto ou serviço do mercado consumidor. Os lugares de clonagem são uma réplica de um elemento ou espaço arquitetônico por meio de um projeto. E para fazer estes lugares tem-se a criação de imagens, ou seja, estetizar anestesiando e fragmentando todas as suas associações com sensações desagradáveis. A lição desses lugares de clonagem é que são as pessoas que fazem os lugares e, mesmo sendo criados, eles são reais, percebidos como lugares que atraem e os convidam a “realização de experiências existenciais gratificantes – as recompensam com o desfrutar da urbanidade.” (Idem, p. 303).

Nós gostamos de ver gente na rua, na rua principal – gente nos lugares – não importa se essa gente é convocada por ícones do consumo ou se é chamada a comparecer a lugares que clonam aura e memória. O que interessa é a qualidade de pluralidade que essas chamadas determinam. A pluralidade exigida por uma sociedade plural. (CASTELLO, 2007, p. 303).

Porém, a proposta de Lineu Castello desconsidera os processos desiguais que tencionam a construção desses lugares de urbanidade. A discussão de Leite (2010) traz um rebatimento a essa noção liberal de convivência. O autor chama tal processo de “enobrecimento urbano” (ou gentrificação) entendido como um tipo de intervenção que,

altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando as novas paisagens as demandas da valorização imobiliária, de segurança, do ordenamento e limpeza urbana voltada ao uso ou reapropriação por parte de classes médias ou altas (...)” (LEITE, 2010, p. 75).

Tal processo é baseado na “espetacularização da cultura” que são a promoção de uma oferta extensiva de cultura, lazer e entretenimento para essas classes na forma de mercadorias. Mas também cria “espacialidades públicas fragmentadas” em suas ressonâncias negativas, já que ao criarem fronteiras bem demarcadas excluindo parte significativa da população local, em razão da forte inflexão mercadológica, geram reações dos não-usuários que criam “táticas simbólicas de contestação e afrontamento” que o autor denomina “contra-usos” (idem, p. 83). Esse caráter na constituição das socioespacialidades não pode ser desconsiderado, sendo relevante uma definição de espaço público através das práticas que estruturam e dão sentido a experiências de habitar o lugar. Práticas que atribuem sentidos diferenciados de “usos” e “contra-usos”, que criam fronteiras físicas e simbólicas que lhe atribuem diferentes e assimétricos sentidos de pertencimento. Enfim, importa saber se quem circula no lugar é convocado por ícones de consumo, considerando que esses espaços não estão imunes “às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social.” (Idem, p. 84).

É assim que, no Passo dos Negros, os projetos do “novo urbanismo” emergem como um monstro no horizonte, ameaçando as existências dos habitantes humanos e não humanos. Tal metáfora do mostro tem um nome: Parque UNA. O

empreendimento é realizado pela empresa de projetos urbanísticos “Idealiza”, que se propõe a trazer para a cidade os conceitos do urbanismo global.

Para criar um bairro onde todos gostariam de viver, a Idealiza se inspirou no conceito placemaking e resolveu perguntar o que as pessoas estavam pensando. Criamos então o “Pelotas Como Eu Quero”, um evento em que os pelotenses puderam dar ideias e opiniões sobre a cidade. A partir disso, desenvolvemos um espaço que prioriza a convivência entre as pessoas, e que vai poder ser aproveitado por toda a cidade.

Acompanhando o movimento do Novo Urbanismo, os resultados nos inspiraram a criar um novo bairro com mais vida nas ruas e menos carros. Tudo para proporcionar a sensação inédita de viver dentro de um parque, com a vista do horizonte sempre presente, tanto nos espaços públicos quanto privados¹¹⁵.

Junto a estes projetos, o Estado passou a se apresentar em seus aspectos de valorização do espaço enquanto mercadoria (SANFELICI, 2009), no sentido de uma valorização destas áreas que antes não se inseriam nos interesses do capital imobiliário. De uma região industrial, o Passo dos Negros vem-se tornando uma região residencial, passando a receber habitantes de outras partes da cidade, juntando-se aos trabalhadores do engenho que ganharam a posse destas propriedades. Quando estávamos na chácara do Camilo, que outrora fora área de uma charqueada, um morador agregado, trouxe a seguinte constatação: *“é triste dizer, mas podemos pensar que aqui já foi, um dia, uma charqueada, hoje a gente está usando para ser uma hospedaria e, amanhã, vão ser apartamentos. Isso, já daqui há poucos anos.”*

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.parqueunapelotas.com.br/site/parque-una/#!/inspiracao>



Imagem 53 - Tempestade. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

Bah, os prédios já aparecem! Podemos vê-los daqui! Exclamou Camilo em uma de minhas visitas à hospedaria. Ao longe os prédios novos que buscam um sentido de “modernidade” para a cidade. A cidade avança sobre o lugar, considerado no seu plano diretor como um “vazio urbano”, e os prédios – em construções - se apresentam cada dia mais perto. Embora o projeto Parque UNA venda a prioridade de “convivência das pessoas”, a que se perguntar quem serão tais pessoas que conviverão nestes espaços. Para responder tal questão, basta se colocar como um possível consumidor destes produtos. A fala de um representante da empresa é elucidativa. Ao ser perguntado sobre o fato ser um espaço “aberto” o mesmo comentou que tamanha seria a opulência e riqueza do espaço que, por si, excluiria “estas pessoas” - moradoras e moradores do Passo dos Negros.

Por conseguinte, é pertinente, em situação de conflitos, o posicionamento, enquanto pesquisadores/as cidadãos/ãs bem como ter ciência de que este posicionamento está levando em consideração uma leitura de contexto e que o “não

envolvimento” poderá dar continuidade há uma série de desigualdades e injustiças que a pesquisa poderia contribuir para desvendar (VIRGILHO, 2004, p. 61). Nesse passo, quando Seu Aniba nos diz que “*não podemos deixar morrer aquela história*” porque “*as pessoas não sabem o valor que teve aquilo ali*”, entendo que seja estratégico a adoção de uma antropologia militante enquanto um “campo de resistências” (*ibidem*, p. 61) praticada de maneira coletiva e articulada aos/as moradores/as locais, representantes de outras instituições como as universidades.

Se posicionar diante de uma leitura de contexto é uma forma de se portar em campo, sendo determinante para se colocar em um determinado lugar diante de tal situação. Em todos os lugares que caminhei, a necessidade de se posicionar foi parte integrante do que George Marcus (2001) escreveu como estar constantemente renegociando papéis. É elucidativa essa passagem do diário de campo em que narrei uma pequena conversa com um morador local: *Fabio, pescador que mora na Estrada do Engenho, nas margens do canal São Gonçalo, contou que a universidade o procurou tempos atrás e começou a trabalhar com eles formas de resistência ao despejo a que estavam ameaçados. Fizeram muitas reuniões e começaram, então, a militar juntos. Tais reuniões seguem constantes. Foi então que me perguntou: “de que lado vocês estão?” Um tanto surpreso com a pergunta respondi que defendíamos o direito das pessoas a viverem no local, que chamávamos de viver o direito à cidade. Após essa resposta, nos convidou para acompanharmos os encontros e disse que o “pobre” pouco conhece as maneiras de agir frente a casos assim sendo importante a presença da universidade. Os “ricos” não querem conviver com os “pobres” e pouco se preocupam com os seus destinos. Porém, alguns “ricos” como nós, ficam do lado dos “pobres”. Nós, universitários, seríamos os “ricos” que fazíamos o exercício da alteridade. O fato de estarmos lá, no sol quente, junto à comunidade, foi um fato positivo no olhar de Fabio, pois saímos do conforto das salas da academia, para viver a situação deles.* (Diário de campo, 09 de novembro de 2017).

São processos que envolvem a emergência de uma antropologia extramuros que em vez de praticar uma “antropologia de” concebendo o lugar enquanto um objeto de estudo, uma “antropologia a partir de” em que o contexto passe a ter uns lócus de enunciação, um lugar político, que problematiza tanto o fazer antropológico quanto a concepção de cidade. E nisso, os sentidos inventados (WAGNER, 2010) no trabalho de campo acerca do lugar enquanto representantes da universidade é carregado de

ambiguidades, mas o sentido da colaboração no processo de criação de estratégias e mobilizações é o que mais se destaca. Seu Pedro, tem uma proposta interessante acerca do nosso lugar dentro do processo: *“Uma coisa que eu peço é para vocês ver o movimento lá em cima e nos dê um aviso para a gente se alertar antes”*.

Essa constatação dialoga com o que escreveu De Certeau (2007, p. 171-172), em que olhar uma “cidade-panorama” é excluir-se do entrelaçamento das ruas e dos seus caminhantes, “praticantes ordinários da cidade”. Tais práticas de espaço, criam um lugar metafórico, transumante que se insinua contra cidade esclarecida e delineada dos planejamentos urbanos, cujas projeções são dirigidas a manter as estruturas de poder e da apropriação privada dos resultados da produção social. Porém, ter um olhar para uma “cidade-panorama” – e trazendo para demais contextos da pesquisa, para um “pampa-panorama” -, é, na concepção de seu Pedro, uma forma de vigiar as estratégias e planejamentos do Estado sendo um conhecimento que escapa aos caminhantes das ruas, mas que irá influenciar a elaboração de estratégias de contrapartida. É necessário saber sobre o chão em que se está pisando afim de construir caminhos de resistência e criar lugares para uma vida boa.

Levando em consideração os pedidos dos habitantes, a equipe¹¹⁶ propôs aos habitantes do lugar a escrita do dossiê com pedido de patrimonialização ao Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN). Já no processo de elaboração o mesmo passa por ressignificações. Tal dossiê tornou-se uma ferramenta de resistência, que incomodava o poder público e os empreendimentos que ali queriam se instalar. A escrita deste dossiê estava associada a movimentos de “defesa do Passo dos Negros” em que as vozes recalcitrantes dos/as moradores/as estavam entrelaçadas as referências históricas e culturais da cidade. *“Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios”*, bradou um morador da região e militante do movimento negro em um evento sobre o dia do patrimônio realizado pelo poder público de Pelotas. Ao longo do texto a palavra “patrimônio” esteve nas falas dos interlocutores e interlocutoras sendo uma apropriação dos mesmos acerca do processo de escrita do dossiê. Um patrimônio que não poderá ser destruído tanto

¹¹⁶ Projeto de pesquisa e extensão “Narrativas do Passos dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/os em formação.

porque fora construído pelos antigos moradores e seus antepassados, quanto porque são referências históricas e culturais da cidade.

Nesse sentido, que o pedido de patrimonialização argumenta o registro do Passo dos Negros no “Livro de Lugares” entendidos como espaços físicos carregados de significação histórica e cultural na qual são atribuídos valores (TEIXEIRA, s/d). Nesta construção coletiva, que a proposta do dossiê se insere, como uma apropriação, pelos/as trabalhadores/as, da criação e produção, da vida e da própria história. Os materiais inscritos pelo grupo têm como propósito desvendar uma cidade múltipla em que o cotidiano, os modos de fazer e viver, sejam concebidos como “potência criativa” (ALFOLNSO, RIETH, 2016) de construção da cidade.

Mas o que é patrimônio? Conforme Hugues de Varine (2013) é “o que tem sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos é o patrimônio tecido de nossa vida ...” (p. 43). Já na concepção do IPHAN, os bens culturais de natureza imaterial se referem “às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”¹¹⁷. O patrimônio a se manter com vida, segundo Hugues de Varine (2013), é aquele que serve ou pode servir para alguma coisa e para isso, cabe aos membros da comunidade conhecer, dominar e utilizar esse patrimônio comum. O ensinamento do autor é instigante para aquele que vivencia, tanto no sentido acadêmico quanto no cotidiano, processos que envolvem o reconhecimento de referências culturais. Tal ensinamento está baseado em Paulo Freire cuja uma passagem no texto do autor resume todo o propósito de um projeto que respeita e parte dos detentores: é um “trabalho que libera as forças de progresso e de desenvolvimento, a partir do próprio saber e da própria situação que cada um tem dentro de si. Assim como a certeza, a vontade e a capacidade de ser ao mesmo tempo sujeito e ator do seu próprio futuro”. (VARINE, 2013, p. 140).

¹¹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.



Imagem 54 - Caminhos das charretes. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/o em formação



Imagem 55 - Caminho dos caminhões. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/o em formação

Podemos nos questionar sobre a riqueza de vidas que será enterrada na construção de um mundo-uno, como o “Parque Uma”. Uma selva de pedras é a projeção das cidades nos contextos latino-americanos. Mas será que o concreto consegue controlar essas vidas? Conforme Tim Ingold (2012, p. 37), a cidade e suas materialidades devem ser vistos como inseridos em processos criativos de improvisação e dos movimentos da vida. Para o autor, em uma estrada asfaltada ou de concreto,

mesmo o mais resistente dos materiais não pode resistir para sempre aos efeitos da erosão e desgaste. A superfície asfaltada, atacada por raízes por baixo e pela ação do vento, chuva e geadas por cima, eventualmente racha e se espedaça, permitindo às plantas crescerem através dela. Portanto, onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los.” (INGOLD, 2012, p. 37)

Neste sentido que proponho o termo “cidade-mato”, com referência ao termo “cidade-floresta” de Agenor Pacheco (2013), que pesquisou os movimentos dos trabalhadores de carro-de-mão de Melgaço, situada no Arquipélago de Marajó, em seus fluxos cidade-floresta-rural. Conforme o autor, o termo “cidade-floresta”, busca dar conta de outra lógica de cidade, “onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas, assim como a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia.” O autor mostra que a atual cidade foi construída em cima de roças e de caminhos que se prolongam para além das fronteiras urbanas, para as roças e para casas de farinhas nos espaços rurais. Em tais caminhos circulam pessoas, plantas, animais e coisas - como os carros-de-mão.

Assim, o termo cidade-mato, parte dessa concepção para “sentipensar” (ESCOBAR, 2014) com a existência de outras cidades e de outras formas de perceber e viver a urbe, pelas experiências de quem as habita, sejam elas pessoas, bichos, plantas e também a materialidades, em suas relacionalidades. Consiste em olhar a existência de uma diversidade de vidas que ocupam as beiras das calçadas, as várzeas, os vazios urbanos, os terrenos baldios bem como olhar para as raízes por baixo do asfalto. Valdely Kinupp (2007) levantou cerca de 1500 espécies de plantas habitando Região Metropolitana de Porto Alegre. Desse montante, 312 tinham potencial alimentício além de serem altamente nutritivas. Assim, a partir destas

referencias, procuramos refletir sobre o quanto os “inços”, as ervas daninhas, as “sujeiras” enquanto metáforas das vidas que habitam esses espaços marginais, possam alimentar uma cidade plural e nutrí-la de vidas e histórias.



Imagem 56 - Resiliência da Cidade-Mato. Fonte: acervo do autor.

Assim que em Pelotas, antigos caminhos indígenas, banhados, várzeas e matos, vêm aos poucos se tornando construções de concreto. Em seu projeto de distanciamento da ruralidade, em vistas a uma cidade que se quer moderna, vem tornando impossível a existência de bichos e plantas e até de pessoas pelas ruas, numa suposta perspectiva de dominação da natureza e controle dos corpos citadinos humanos e não-humanos (OSÓRIO, 2013).

A “cidade-mato” remete a etnografia de Dawsey (2006), que refletiu sobre as vidas de ex-camponeses no “buracão” do Jardim das Flores, na periferia de Piracicaba - SP, mostrando o quanto essas vidas, empurradas pelos ventos da tempestade chamada “progresso”, buscavam manter os vínculos com a terra. No cotidiano das pessoas as práticas, narrativas e metáforas remetiam a diálogos com modos de viver ao trabalho na roça. Por fim, a partir dessas vozes que alimentaram este capítulo, foi possível conhecer outras possibilidades de fazer a cidade e a pampa. A experiência de seguir os Antigos Caminhos na cidade de Pelotas se deu junto ao Camilo Pereira,

ao Seu Pedro, à Dona Marina, ao Seu Aniba, em que pude conhecer outra possibilidade de viver a cidade que, em resiliência ao asfalto, aos prédios, aos condomínios e a cidade-mercado, ao mundo-uno do “Parque-Una”, procura coexistir junto às pontes, aos engenhos, aos bois, aos cavalos, aos forneiros, aos cães, aos campos e aos matos, às figueiras, aos rios, à Noiva de Branco, ao Negrinho do Engenho e às múltiplas histórias.



Imagem 57 - "Sítio do Pedra" – margens do canal são Gonçalo - Passo dos Negros/Pelotas.
Fonte: acervo do autor.



Imagem 58 - Caminhando com os cavalos. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogos/os em formação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

CONTRA AS RUÍNAS DO PROGRESSO UMA PAMPA TECIDA POR ARTÍFICES

“Pode ser que, na sua terra, as pedras não tenham vida.

Aqui elas crescem e estão portanto vivas.”

(CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 301)



Imagem 59 - Diversidades – Desenho de Flávia Rieth

Ana Dominguez (2017) entende o conceito de “territorialização do capital” como a atuação de diferentes agentes econômicos que interferem nos territórios rurais latino-americanos, vislumbrando as possibilidades que estes territórios têm pela presença de “recursos estratégicos” (DOMINGUEZ, 2017, p. 91). A pampa está inserida no contexto da América Latina considerando que, a alta concentração de riquezas (terras férteis e solos ricos em minérios), o coloca no rol dos processos de mercantilização e privatização da vida numa dobradinha de interesses entre elites nacionais e corporações transnacionais. A territorialização do capital instala outro modelo, que é o neoextrativismo, baseado na produção de commodities e re-primarização da economia. Uma característica desse modelo é que avança sobre solos considerados “menos favoráveis” que não estavam, até então, na lista de interesses do modelo de modernização agrícola.

Este modelo neoextractivista se erige y se profundiza como un patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de los recursos naturales y en la expansión de las fronteras del capital hacia territorios considerados de baja productividad con el objetivo de producir y extraer materias primas a gran escala para la exportación, situación que va afectando los derechos sociales de amplias regiones. (DOMINGUEZ, 2017, p. 92)

Entretanto, a autora ressalta que, contra o avanço desenfreado do modelo neoextrativista sobre estes lugares, têm-se as contranarrativas de agricultores familiares ou pequenos/as produtores/as que criam formas de organização em frentes de resistência e de produção alternativa como forma de manter o direito de gerir os bens comuns como águas, terras e produção de alimentos. Porém, penam diante dos ínfimos incentivos em forma de políticas públicas de um modelo de Estado voltado para atender os interesses do capital. É um projeto que opera em constantes processos para atrair novos investimentos, fazendo com as estruturas de poder sigam operando sempre com “novos agentes de intervenção” a fim de consolidar um sistema de produção sustentados por meio de pacotes tecnológicos e sem pessoas, sem agricultores (*ibidem*, p. 95).

Por conseguinte, conforme Tobar (2006), a incorporação dos territórios da América Latina ao capital e ao mercado global, ou a um mundo-uno, tem como prática política suprimir/apropriar-se dos outros mundos, outras formas de viver e habitar com

os territórios, convertendo-os em relações mercantis. Por sua vez, WIZNIEWSKY; FOLETO (2017, p. 7), consideram a necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento que dê enfoque ao patrimônio cultural da pampa, dando voz a diversidade de habitantes como forma de pensar um modelo alternativo a tais modelos de desenvolvimento enquanto modernização e progresso. Nesse sentido que os/as artífices desta etnografia estão constantemente reafirmando a legitimidade do acesso à terra, à floresta e às águas, mantendo diferentes relacionalidades com esses entes e entidades bem como constantemente, reafirmando o valor de seus modos de viver e habitar as múltiplas pampas.

As multiplicidades de modos de viver levam a um emblema nas ciências sociais rurais considerando que alguns paradigmas, sustentados na visão linear do progresso, decretaram, e seguem decretando, a morte de diversas formas de existir e viver que se identificam como agricultores/as familiares, como campeiros/as bem como invisibilizavam a existência dos/as pecuaristas familiares. No caso da unidade de produção que é, ao mesmo tempo, de capital e de trabalho, estaria fadada ao desaparecimento diante do avanço da modernização capitalista no campo. Fez-se necessário tencionar estas proposições a partir da descrição etnográfica destes modos de viver em suas multisituações. Ao se referir aos modos de viver dos/as camponeses/as, as autoras Emília Godoi; Marilda Menezes e Rosa Acevedo Marin (2009) indicam de que os mesmos incorporam “múltiplas dimensões das práticas dos agentes gerando uma infinidade de possibilidades. As autoras consideram que essa heterogeneidade está associada a algumas de suas características, a saber: presença em diferentes contextos; diferentes formas de inserção nos mercados, locais e em rede; baseada na mão de obra familiar; capacidade de organização em diferentes formas; mobilização política em luta da condição de vida; obrigados a se reconstituir em áreas periféricas. São assim povos agricultores, pecuaristas e extrativistas integrados a terra e em tensão com as forças da modernização capitalista

Tais questões levaram a noção “modo de vida” que, dada a sua imprecisão teórica nas ciências sociais (BRAGA; FIUZA; REMOALDO, 2017), está sendo proposta com base na experiência etnográfica. Os autores mostram que o “constructo” modo de vida é adotado de forma imprecisa, sendo sinônimo de termos como “condições de vida”, “estilo de vida” e “meios de vida”. O problema está tanto na imprecisão quanto na tradução, ou seja, quando termos escritos em outras línguas,

com determinadas especificidades conceituais, são traduzidos para a língua portuguesa como “modo de vida”. Isabel Guerra (1993, p. 65), colocou que, após a crise dos grandes modelos teóricos nas ciências sociais, os estudos recentes sobre o constructo “modo de vida” procuravam relacionar as práticas cotidianas - como trabalho, lazer, vida familiar, consumo - com questões sociais mais amplas.

A imprecisão do conceito colocava, segundo a autora, uma dimensão ambígua do “entre”: entre o ator e a estrutura; entre o cotidiano e a história, entre as racionalidades e as emoções. Porém, ainda na década de 50, Antônio Cândido (1987), a partir de abordagens marxistas, se valia do termo “meios de vida” para conhecer e descrever agrupamentos caipiras paulistas dentro de um processo de transformações históricas bem como o então contexto de urbanização e modernização que afetava essa “cultura” vistos como “preguiçosos”, “vadios”. O autor mostra que o modo de organização social dos caipiras consistia em uma economia de subsistência histórica e culturalmente construída a partir de uma combinação dos “traços culturais” indígenas e dos bandeirantes, ambas fundamentada na mobilidade como estratégia. Tal cultura nômade, foi a base de uma agricultura itinerante e fundamentada em padrões mínimos - vital e social. A etnografia de Antônio Cândido, ao se valer do conceito “meios de vida”, evidencia a potencialidade do mesmo enquanto contranarrativa aos discursos desenvolvimentistas e de outros conhecimentos.

Nesta tese, adotei o conceito modos de viver – “viver” enquanto verbo regido por um sujeito que age – que permitiu dar conta dos processos que envolvem a vida em seus movimentos e fluxos. Atentei para as sociabilidades constituídas nas práticas cotidianas de trabalho/lazer e no compartilhamento entre vidas, manejos e paisagens nos contextos pampianos com povos agricultores e pecuaristas familiares e seus múltiplos. Um emaranhado de viveres e coexistências foram trazidas nos manejos das paisagens mostrando a imersão de gente, bichos e coisas em fluxos e transformações (INGOLD, 2012a), evidenciando uma pampa pluriversa (ESCOBAR, 2014). As descrições dos modos de viver e manejos tiveram como inspiração a noção de “trabalho artesanal”¹¹⁸ proposto por Richard Sennett. O trabalho artesanal é o “cultivo de um estilo específico de vida”, não sendo um procedimento maquinal, mas uma “questão cultural” (SENNETT, 2013, p. 19).

¹¹⁸ Uma primeira versão desta discussão foi apresentada em outro artigo (LIMA; RIETH, 2016).

Em um texto intitulado “O trabalho visto pela antropologia social” José Sérgio Leite Lopes (1988) desenvolve que o conceito “trabalho” está presente nas etnografias sobre grupos indígenas, étnicos, camponeses, artesãos, embora não como tema central da reflexão, mas embutido na vida social do grupo sendo um dos seus aspectos. O tema tornou-se domínio da antropologia somente no momento em que, nas sociedades capitalistas, ocorre o processo de proletarização dos camponeses os quais foram forçados a migrar do campo para a cidade se tornando trabalhadores assalariados. A antropologia brasileira enquanto uma “anthropology at home” passou, então, a se interessar pelo tema sendo uma de suas preocupações, segundo o autor, etnografar o impacto do capitalismo sobre esses grupos de trabalhadores.

Entretanto, nos parece que o centro das reflexões do autor é o trabalhador assalariado industrial – em contextos urbanos e rurais - e não dá conta dos trabalhadores que exercem ofícios artesanais como agricultores/as e pecuaristas familiares, artesãos/ãs, entre outros/as. Nesse sentido, quando deixamos de estudar o trabalhador e a trabalhadora enquanto categoria social, para concebê-lo/la como “uma pessoa humana que trabalha” (ALVES, 2015, p. 9) podemos enriquecer as reflexões antropológicas sobre o assunto. Assim os saberes e modos de fazer dos ofícios e manejos artesanais e tradicionais enquanto uma dimensão negada na modernidade colonial capitalista, ganham relevância e centralidade.

Sennett elabora um diálogo com duas imagens de pessoas trabalhando, elaborada por Hannah Arendt. De um lado, está o trabalho vital e rotineiro do “*animal laborans*”, separada da política e entregue ao “estar vivo em metabolismo com a natureza” (CORREIA, 2013, 208). O humano, em sua dimensão animal, está coadunado a satisfação das necessidades, das funções corporais e do lar em uma existência condicionada pela vida (idem, 2013, p. 209). Por outro lado, tem-se o trabalho de fabricar coisas como uma outra forma de viver, que desenvolve a criatividade já que integra produção, discussão, engajamento e a dimensão política da convivência. É a imagem do “*homo faber*” cuja as ferramentas foram, nesse caso, agentes de emancipação do *animal laborans*, antes fadado aos parâmetros das necessidades, e agora capacitado a criar o mundo imprimindo uma dimensão pública a existência pela criação de coisas que possibilitam a convivência com os outros (CORREIA, 2013).

A emancipação do homo faber, na sociedade industrial, é retida fazendo intensificar a dimensão animal do humano. Entregues, exclusivamente, a realização de tarefas, as pessoas “fazem coisas que não sabem o que estão fazendo” (SENNETT, 2013, p. 11). Arendt (2010, p.165) escreve: “o tempo excedente do animal laborans jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites”. Entregues ao mero viver e a realização de tarefas exteriores e alienantes, a emancipação humana estaria em risco. Esta divisão é equivocada para Sennett, pois o “*animal laborans*” também tem capacidade de pensar, considerando que quem produz pode discutir com os materiais. Ao mesmo tempo, trabalhar conjuntamente com outras pessoas possibilita que conversem a respeito do que estão fazendo. A questão, portanto, está em responder o que o processo de fazer coisas revela a nosso respeito (SENNETT, 2013, p. 18).

Supostamente, este estilo de viver tenderia a desaparecer com o advento da sociedade moderna e industrial. Na abordagem de uma antropologia marxista, conforme György Markus (2015) o trabalho é, por essência, uma atividade exclusivamente humana. Os seres humanos se distinguiram dos demais animais a partir do momento em que começaram a produzir seus meios de vida pelo processo de transformação da materialidade, seja para feitura de ferramentas, seja para o consumo. O distanciamento da sua dimensão animal se deu a partir de duas diferenças que caracterizam o trabalho dos humanos: 1) enquanto os animais utilizam como ferramentas os órgãos do próprio corpo modificando e adaptando em um processo de evolução biológica, o humano cria os próprios meios de produzir (MÁRKUS, 2015) e, por conseguinte; 2) esse ato difere dos demais animais que atuam por meio de um comportamento instintivo e inato, já que antes de ser construído materialmente, a coisa fora projetada mentalmente. Assim escreveu Marx,

Uma aranha realiza operações semelhantes às do tecelão, e muitos arquitetos humanos têm vergonha de a habilidade com que uma abelha constrói sua célula. Mas o que distingue o arquiteto mais incompetente da melhor das abelhas é que o arquiteto construiu uma célula em sua cabeça antes de construí-la em cera (MARX, 1910, p. 169-70, *apud* MÁRKUS, 2015).

O ato de transformar a natureza material, transforma também a natureza humana e isso nos dá uma suposta vantagem, a saber, ao transformar a vida material,

a dialética entre a coisa transformada e o que fora projetado na mente, cria um novo desenho. Assim que as narrativas dos interlocutores dos capítulos anteriores, nas diferentes coisas que fazem, vão ao encontro do que disse Rosangele, artesã em Bagé, evidenciando o processo de diálogo entre o projetado e o realizado: “o artesanato é isso, você não pode parar. Tem que estar sempre inventando!” A artesã comentava que, conforme fazia um artefato, surgiam outras maneiras, outros modelos:

Cada vez tem que fazer mais. No artesanato você tem que estar sempre criando coisas novas. Então, estamos sempre pensando, tentando criar uma coisa nova para levar. Se num ano levamos um ou dois tipos de peças, no outro ano já temos que levar outro modelo. O povo que vai comprar, quer ver isso aí. Eu me sinto realizada no meu artesanato. [...] Para mim ele é tudo.
(Entrevista. Outubro de 2017)

Na leitura de Markus (2015), o ato de fazer coisas insere o humano no processo histórico de aperfeiçoamento das capacidades e habilidades produtivas, já que se aperfeiçoa a materialidade deixada por outras gerações. Porém, no capitalismo, esse espírito social tem existência fora dos/as trabalhadores/as já que o processo de produção é ditado pelo sistema de máquinas tornando a produção material algo externo e alienante tirando do humano a sua humanização. Entretanto, as narrativas de Sennett e Rosângela, colocam em xeque essa abordagem homogênea. Sennett, ao desenvolver que o impulso humano é o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo, abrange um aspecto mais amplo do que a atividade exclusivamente manual, de manejo. Com essa proposta, dá conta de outras atividades que são praticadas de maneira capacitada como, por exemplo, a cidadania.

A expressão ‘habilidade artesanal’ pode dar a entender um estilo de vida que desapareceu com o advento da sociedade industrial – o que, no entanto, é enganoso. Habilidade artesanal designa um impulso humano básico, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo. Abrange um aspecto muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais; diz respeito ao programa de computador, ao médico e ao artista; os cuidados paternos podem melhorar quando são praticados como uma atividade bem capacitada, assim como a cidadania. (SENNETT, 2013, p. 19).

O autor sustenta a tese de que todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, são incorporadas a partir do envolvimento perceptivo das práticas

corporais. A habilidade artesanal é uma incorporação, ou seja, um processo que converte as informações e as práticas em conhecimento tácito. Conhecimento que é adquirido com a mão por meio do toque e do movimento¹¹⁹. O treinamento por meio da repetição permite a autocrítica no sentido de que o movimento das mãos estimula determinadas regiões do cérebro expandindo a capacitação. Fazer algo, repetidas vezes, desenvolve a habilidade de olhar para a frente e prever aquilo que vai se transformar. Desenvolve-se uma habilidade rítmica considerando que as mãos vão acumulando um repertório de gestos adquiridos. (Idem, p. 190 – 192). No entanto, Ingold (2015^a), trouxe a importância de atentarmos para o desenvolvimento das habilidades a partir dos pés. O autor concebe que os calçados bloquearam as funções preenseis do pé bem como o seu desenvolvimento tátil. O advento da modernidade gerou a separação com os múltiplos processos que acontecem no chão da natureza, ou seja, sentindo a sujeira e aprendo a olhar para chão, criando a imagem de que são as mãos as responsáveis pela ativação do intelecto. Portanto, o desenvolvimento das habilidades se dá também pela maneira como nos relacionamos com o chão quando estamos fazendo coisas.

Giovani Alves (2015) ao comentar o conceito de “trabalho artesanal”, entende a relevância de buscar e experiência do “*homo faber*” no contexto da sociedade capitalista. Um/a trabalhador/a pode ser, ao mesmo tempo, uma força de trabalho como mercadoria, ou seja, um empregado executando tarefas cotidianas, e também, ser um “*homo faber*” que desenvolve uma capacitação pelo engajamento. Assim,

resgatar a experiência oculta do *homo faber* nas narrativas do trabalho significa demonstrar que, apesar do processo de especialização e fragmentação do sujeito que trabalha, existe (e persiste), nos interstícios do mundo vivido de homens e mulheres que trabalham em ofícios e profissões, narrativas de resistência e memória que expõe o outro lado da condição humana salientada por Hanna Arendt: A experiência do *homo faber*. (ALVES, 2015, p. 14)

O artífice é entendido como um ente que se engaja de uma forma prática, mas não exclusivamente instrumental, com o objetivo de fazer um “bom trabalho” por meio

¹¹⁹ O autor escreve que, de todos os membros do corpo humano, a mão é a que é dotada de maior variedade de movimentos permitindo trabalhar as coisas de diferentes maneiras. A evolução biológica e cultural do ser humano e o aparecimento do *homo faber* estão relacionados a mudança estrutural das mãos. Nesse sentido, um passo importante se deu quando se capacitou segurar as coisas com segurança em uma mão, para poder trabalhar com a outra. (LIMA; RIETH, 2016, p. 4).

da curiosidade, da investigação e da capacidade de aprender com a incerteza. A habilidade artesanal é uma aptidão desenvolvida em alto grau onde as pessoas, para além de fazerem as coisas funcionarem, são capazes de sentir e pensar sobre o que estão fazendo. Fazer algo é, portanto, pensar. Pensar a um tempo lento, que permite a criação e a reflexão. Porém, a habilidade artesanal, além do treinamento dos movimentos corporais que expande as capacitações, é o resultado de uma relação com um outro. O aprendizado se dá pelo caminhar no mundo, engajando-se de diferentes maneiras em múltiplos contextos como “participante cambiante” (LAVE, 2015, p. 42). Aprender é se movimentar por entre os contextos que influenciam e moldam tal aprendizagem. Rosangele comentou, *“eu comecei do nada, porque não tinha curso, fui inventando e fui fazendo minhas coisas e cada vez eu queria aprender mais. (...) Perguntava para um, perguntava para outro e iam me dizendo.”*

Por outro lado, é importante questionar a noção de que a dimensão humana, entregue a satisfação das necessidades, consiste na condição de *“animal laborans”*. Como ficam os bichos nessa história? Para Ingold (1983, 1995) os antropólogos/as, presos as limitações da disciplina, construíram suas reflexões preocupados com a dimensão da humanidade em oposição à de animalidade, sendo esta última categoria uma deficiência de tudo que os humanos, no processo de separação de sua dimensão animal, desenvolveram, tal como a linguagem, a razão, a consciência moral e a intencionalidade nas ações. Ao mesmo tempo, somos lembrados que também somos, antes de tudo, animais quando limitados às nossas necessidades vitais, como pode-se ver nas discussões de Arendt e Marx. Nessa concepção os animais possuem um comportamento pré-programado, ou seja, instintivo e inato, não direcionado pela intenção consciente.

Porém, ao questionar a distinção de que os humanos trabalham e os animais se comportam, Ingold (1983) fez a seguinte pergunta: os animais trabalham? O autor rejeita a visão mecanicista de que os animais não humanos se comportam de maneira inata e agem conforme os instintos. Assim, se os humanos se comportam e agem por meio de atribuições subjetivas que atribuem intencionalidades em suas ações, o mesmo pode ser dito aos outros animais. A intencionalidade da ação faz parte do domínio social.

(...) honey-bees possess one of the most remarkable systems of communication yet discovered in the animal kingdom, a dance movement whereby 'workers' can signal the precise direction of flight from the hive to any particular feeding place.¹²⁰ (INGOLD, 1983, p. 06).

Os animais seriam, então, uma mediação, sem o qual o humano não transformaria a natureza. O cavalo, o boi e o arado seriam, nessa concepção, instrumentos para o ser humano rasgar a terra. Daria para considerar o comportamento desses animais bem como o da abelha como pré-programado e não direcionado por uma intenção consciente e com um propósito? Um trabalho? Porém, os bichos também criam ferramentas para manejar ambientes. Lembro de uma conversa com o Edmilson, agricultor ecológico em Morro Redondo que falou sobre a habilidade das formigas em acessar lugares cujo o acesso foi dificultado pelos humanos: *“Elas fazem pontezinhas com pedaços de folhas para passar”*.

Na etnografia de Carlos Sautchuck (2015) sobre a aprendizagem de pescadores laguista e costeiros, percebe-se a técnica, não a partir da relação entre o organismo e ambientes mediados pelos artefatos, mas pelos movimentos e ritmos, estendendo o olhar para os gestos humanos e não humanos. As habilidades, nesse sentido, são construídas a partir de uma conjunção de movimentos. Ingold se coloca contra a concepção de que o conhecimento é informação e os seres humanos são mecanismos para processá-lo. Assim, diferente da informação, o conhecimento consiste em habilidades que emergem no “trabalho de maturação no interior de campos de prática constituído pelas atividades de seus antepassados.” (2010, p. 16).

É assim que, humanos e bichos, aprendem a partir da experiência adquirida, sendo um constante processo de educação corporal (MAUSS, 2003) e, para além, uma “educação da atenção” (INGOLD, 2010). A aprendizagem, que vai constituindo a habilidade, é transmitida ao iniciante pelos mais velhos, olhando, sentindo, ouvindo e tentando se igualar aos seus movimentos. Esse aprendizado não se dá pela entrega de um “corpo de informações desincorporada”, mas pela criação, por meio das atividades de determinada geração, de “contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e

¹²⁰ “(...) abelhas possuem um dos sistemas de comunicação mais notáveis já descobertos no reino animal, um movimento de dança em que as ‘trabalhadoras’ podem sinalizar a direção precisa do voo da colmeia para qualquer local de alimentação em particular.”

ação.” O iniciante aprende imitando os gestos e tentando repetir os movimentos corporais e rítmicos de seus mestres. Ao longo da tese, foi descrito a habilidade dos cães que aprendem, com os campeiros e os “*cães mestres*”, os manejos pela observação pelo fazer junto e engajamento, como a cachorra de seu Decinho, em Caçapava do Sul que, percebendo que as ovelhas estavam em um ritmo muito rápido de caminhada em relação ao campeiro, a pé, se dirigia para a frente do rebanho para controlar o ritmo do andar. A cachorra ajudava-o a cuidar dos bichos, latindo nas ovelhas enfermas.

Por conseguinte, existe um diálogo entre os artífices e as coisas. Sennett escreveu que as discussões podem ocorrer, de maneira mental, com os materiais, por exemplo, quando desafia a curiosidade. Apresentei a percepção de Camilo Pereira, artesão em madeira, que narrou ficar horas, por vezes, dias, diante da madeira antes de começar a talhar e confeccionar a escultura. A imagem do artesão, com o formão e o martelo na mão, diante da madeira, dá um caráter de discussão com ela. Mas não ficaria somente por aí. Camilo contava que, iniciado o processo, fazia-se lentamente, deixando por vezes, a “*madeira trabalhar*”. Nesse sentido, reconhece-se que o artefato é, antes, imaginado, porém a sua forma vai ganhando vida no processo, talhando e detalhando, pelas interações entre humano, ferramentas e madeiras. Ambos trabalham. Por isso que nenhuma escultura é igual a outra. A intencionalidade, está também nas coisas, quando inserida em determinadas relacionalidades, tais como no tacho que imprime uma textura e um gosto no doce, no tacho que é “da família” ou “empregado”, que faz o serviço, no *laço* que é jogado em direção ao boi, no rio e nas pedras que resistem aos megaprojetos neoextrativistas.

É nesse sentido que, a partir de Ingold (2015a), considero fazer antropologia como um trabalho artesanal que é também um modo de vida. O autor toma a noção de “*artesanato intelectual*” do sociólogo e antropólogo norte-americano Wright Mills para defender o fazer antropologia com uma atividade artesanal considerando que, é característica do artesanato que tanto o conhecimento do praticante das coisas, quanto o que ele faz com elas, sejam baseadas em relações intensas, respeitadas e íntimas com as ferramentas e materiais do seu ofício. (INGOLD, 2015a, p.343). É um trabalho manual que contrasta com outros trabalhos das ciências sociais produzidos a partir de máquinas de processamento de dados. Outra característica é que esta maneira de conhecer, pode ser pensada a partir de três dimensões: não existe divisão

entre teoria e método no sentido de que esta primeira não é uma elaboração teórica, *a priori*, para ser testada empiricamente na coleta de dados; a segunda é que não existe divisão entre o trabalho e vida considerando que é uma prática que “envolve a pessoa” inteira tendo por base sua “experiência passada projetada para o futuro”, ou seja, um trabalho que faz a si próprio considerando a busca da perfeição do seu artesanato desenvolvendo uma habilidade artesanal (SENNETT, 2013); por fim, seu projeto é auxiliado pela escrita de um diário em que anota suas experiências, impressões e pensamentos vindos a partir da vida cotidiana, trecho de conversas sendo nesse “material cru” que o artesão intelectual molda seu trabalho. Porém, em minhas leituras do autor, encontrei pouca atenção a dimensão política e ética desse modo de fazer considerando que o “pensar com” é também um “agir com”. O ato de moldar o artefato etnográfico não está dissociado das implicações políticas em que o/a artesão/ã está inserido/a. O/a artesão/ã antropólogo/a se engaja e se posiciona politicamente, sendo sua obra inserida em determinados contextos. São mediações e traduções, entre mundos, principalmente entre a política racional do estado e os múltiplos mundos existentes.

Esta tese vibrou em intensidades, evidenciando, conforme Veena Das y Deborah Poole (2008, p. 25), “los diferentes espacios, formas y prácticas a través de las cuales el estado está constantemente siendo experimentado y deconstruido mediante la ilegibilidad de sus propias prácticas, documentos y palabras.” As experiências etnográficas ao longo da tese se deram junto pesquisas para Invetários de Referencias Culturais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A instituição é responsável pela implementação da Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), foi criada no decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Tal política é resultado de um processo histórico no âmbito da preocupação do Estado Brasileiro com a preservação de referências culturais que caracterizam o processo de formação da sociedade nacional.

De acordo com Márcia Chuva (2012), a noção de Patrimônio Cultural é a categoria-chave que orientou as políticas públicas de preservação cultural no Brasil, iniciadas na década de 1930, como um movimento de intelectuais, liderados por Mario de Andrade. No contexto político do Estado Novo, marcado pelo apelo nacionalista, esse movimento lançou as bases para a ação do Estado na preservação tanto do

patrimônio artístico quanto do então denominado “folclore” brasileiro, indicando a importância das camadas populares e da diversidade cultural. O registro constitui um compromisso do Estado¹²¹ em inventariar, documentar, produzir conhecimento, proteger e apoiar a dinâmica das referências culturais, como os saberes e modos de fazer, que foram fundamentais na composição da sociedade nacional. No entanto, ao longo da tese procurei demonstrar o quanto esses processos são ambíguos, já que se de um lado, o Estado se compromete em valorizar as suas referências culturais, por outro, de mãos dadas com corporações transnacionais, coloca em cheque os modos de fazer, habitar e existir dessas camadas tradicionais.

Por isso que, as narrativas, como rizomas, para além de linhas localizáveis que conectam pontos e posições, referem-se a um mapa construído, produzido, desmontável, conectável e com múltiplas entradas e saídas. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contranarrativas às práticas e políticas de purificação (LATOURET, 1994) seja do Estado, das corporações bem como das ciências. Já Marcel Mauss (2003, p.212) trazia a indicação sobre o social em que tudo são misturas: “no fundo são misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e é assim que as pessoas e as coisas, misturadas, saem cada qual de sua esfera e se misturam (...). Por conseguinte, Tim Ingold (2012a) trouxe a analogia da cozinha em que as coisas são misturadas em diferentes combinações, gerando outros materiais num processo sem fim, algo que é incompatível com uma modernidade avessa ao caos.

Nesse sentido que, considerando essas múltiplas formas de existir, de organizar a vida, de fazer coisas como um entrelaçamento de linhas ou como uma cozinha, foi mapeado os possíveis caminhos para uma antropologia da/na pampa afeita a defesa dos clamores para o “bem conviver”. Conforme Alberto Acosta (2016), é preciso romper com a realidade que se esconde por trás da ideia de que é possível viver melhor dentro do capitalismo, sustentado em uma ideia linear de desenvolvimento visto como progresso. Mesmo com múltiplos nomes, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, há um núcleo dentro dessas

¹²¹ A importância do elemento imaterial é relativamente nova em termos de política de Estado e se consolidou, no Brasil, a partir promulgação da Constituição Federal, em 1988, dando atenção especial nos artigos 215 e 216. No artigo 215, inciso 1º diz: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

concepções que, para vivermos bem, temos que “imitar” os caminhos dos países “desenvolvidos”, negando nossas riquezas, nossos saberes, nossos mundos. Assim, o autor indica a urgência de buscarmos novas formas de viver e existir com o foco direto em parar o processo de mercantilização da vida. Para os bons conviveres tornarem-se realidade, urge caminhar em direção ao Pluriverso, sendo um mundo que todos os seres caibam.

O bem viver, ou melhor, os bons conviveres é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 29).

Trazer etnograficamente as múltiplas possibilidades de manejar e habitar a pampa consistiu em um compromisso político contra as práticas de purificação (LATOUR, 1994). A proposta desta tese, assim, ao seguir pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas, pretendeu apontar para os diferentes mundos da pampa a partir da descrição daquilo que se misturava, se entrelaçava, se conectava mas também daquilo que se tencionava, se negociava e se distanciava. É nas relações residuais que não foram capturadas pelo poder e que, permanecendo nos subterrâneos da vida, em seus processos criativos e fundidos com a terra, anunciam possibilidades que são alternativas para uma apropriação da criação e produção da vida e da própria história (MARTINS, 1996). A partir dos encontros de antropologias que ensinaram e aprenderam juntos, advogamos um projeto de uma pampa fértil e com vitalidade, porque nutrida pela diversidade de vidas e histórias.

7. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ADAUTO, Fernando. O elemento humano no Pampa: o gaúcho e sua história In: _____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **MANA**, 21(3), p. 483 – 498, 2015.

AGROBASE BRASIL. **Gramma-seda** (Capim-de-burro). Disponível em: <https://agrobaseapp.com/brazil/weed/gramma-seda>. Acesso em: 20 de agosto de 2020

ALFONSO, L. P.; Ortiz, S ; SEGER, D ; PEREIRA, I. K. S. ; ARAUJO, J.M. Aflorando memórias: narrativas de escravidão do Passo dos Negros. In: **XVIII Congresso da SAB, 2015**, Goiânia. Livro de Resumos XVIII Congresso da SAB, 2015.

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. IN: SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

ALVES, Giovani. Prefácio: Animal laborens e homo faber. In: Nummer, Fernanda Valli; França, Maria Cristina Caminha Castilhos (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas**. Belém: GAPTA/UFGA. 2015, p. 9 – 14.

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

ALTMANN, Lori; SILVA, Matheus Ribeiro da; RUBERT, Rosane Aparecida. Tramas de resistência e desterritorializações: trajetórias familiares nas comunidades de remanescentes indígenas Costa do Bica e Paredão (Piratini/RS). **Anais da RAM**, Porto Alegre, 2019.

ARALD, Alice Fernandes Prestes. **O papel da pecuária familiar no desenvolvimento de Lavras do Sul/RS**: especificidades culturais e acesso às políticas públicas. 46 f. Trabalho de Conclusão. Bacharelado em Desenvolvimento Rural. Curso Superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ARENDT, H. A condição humana. 11. ed. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BACH, Alcir Nei. **Patrimônio Agroindustrial**: Inventário das fábricas de compotas de pêssago na área urbana de Pelotas (1950-1990). 239f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

BANDUCCI JR, Á. Os peões de gado e a representação dos animais no pantanal da Nhecolândia. **Cadernos de campo**, v. 8, n. 8, 1999, p. 107 – 123.

BARRETO, Eric. "Por dez vacas com cria eu não troco o meu cachorro": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris no pampa brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas - Pelotas, RS, 2015.

BECKER, Cláudio. **A eficácia de uma política pública**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BELO, Oliveira. O monarca da coxilha. In: RIEDEL, Diaulas. **O pampa e os cavaleiros**. São Paulo: Editora Cultrix, 1959, p. 97-111.

BENCKE, Glayson Ariel. Biodiversidade. In: _____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

BENCKE, Glayson Ariel; CHOMENKO, Luiza; SANT'ANNA, Danilo Menezes. O que é o Pampa. In: _____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 222 – 232, 1987.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história**: um exemplo de reconstituição de memória comunitária. 2. ed. Rio de Janeiro: ACANDHIS, 2007. 350p.

BERMAN, Marchall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESKOW, Paulo R. A formação da economia arrozeira do rio grande do sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2): 55-84, 1984.

BLASER, M. Los conflictos ontológicos y el problema de la política racional. **Conferência pronunciada no Seminário Internacional de Pensamento Contemporâneo**, Universidad del Cauca, 2015.

BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214, 2016.

BORBA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Ciudad de Buenos Aires-Argentina: CLACSO, 2009.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v.10, n.1, p. 11 – 27, 2007.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias [online]**. 2017, vol.19, n.45, pp.370-396.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo/SP: Editora Folha de São Paulo, 2003.

CARRERI, Francesco. **Walkscapes**. O caminhar como prática estética. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **Revelando os quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64p.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Pararelo 15; São Paulo: Editora Unespe, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2º edição. São Paulo: Editora Pórtico, 1966.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. **Rota do Ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através do seu Patrimônio arquitetônico Urbano. 78f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CASTELLO, Lineu. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto alegre, RS: Propar/UFRGS, 2007.

CESAR, Guilhermino. **História do rio Grande do Sul – período colonial**. Porto Alegre: Edições Globo, 1970.

CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido**. Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2012, p. 146 – 165.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, p. 17 – 58.

COCCIA, Emanuele. **A Vida Das Plantas**. Uma Metafísica da Mistura. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2018

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. 188f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CORREIA, Adriano. Quem é o animal laborans de Hannah Arendt? **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SANOTOS, Jaqueline Sgarbi. Alimentos tradicionais, modo de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 215 - 236.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, núm. 27, 2008, pp. 19-52.

DAWSEY, John. **A grota dos novos anjos mineiros**: imagens do campo na cidade. Revista USP, v. 69, p. 135-148, 2006.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

DEGRANDI, Simone Marafiga. **Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS**: uma alternativa para o (des)envolvimento local. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** – Vol. 1 e 4. São Paulo: Ed 34, 1995.

_____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed 34, 2010.

DE LEON, Zenia. Pontes. **Viva o Charque**. Disponível em: <http://www.vivaucharque.com.br/cenarios/pontes.php>. 2001. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

Derrida, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCOLA, P. **Más allá de naturaleza y cultura**. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores, 2012.

DIEGUES. Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2001.

DIGARD, Jean-Pierre. A biodiversidade doméstica. Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. **Anuário Antropológico/2011-II**, 2012: 205-223.

DOMÍNGUEZ, Ana. La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa. In: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa** [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DOOREN, Thom Van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção. Trad. Susana Oliveira Dias. **ClimaCom Cultura Científica (online)**, Campinas, Incertezas, ano 3, n. 7, p. 39-66, dez. 2016. Disponível em: <climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2014/12/07-Incertezas-nov-2016.pdf>.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

DURHAM, E. R. Migrantes rurais. In: _____. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion. (Editoras Técnicas). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. Brasília, DF : Embrapa, 2019.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA). **Tomo 3 – Diagnóstico do meio socioeconômico**. Projeto Caçapava do Sul: Votorantim Metais, 2016.

EVANS-PRITCHARD. E.E. **Os Nuer**: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Editora perspectiva, 2002.

ESCOBAR, A. Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo. **Wale'keru**. Revista de investigación en Cultura y Desarrollo, [S.l], v. 2, p. 8-29, 2012.

_____. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014

FAVRET-SAADA, Jeanne. 'Ser afetado'. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). IN: HEINZ, Flavio M. (org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145 – 177.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro. Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). **Varia Historia**, vol. 33, n. 63, p. 707-743, set/dez 2017.

FARIAS, Bruno Martins. **Geoglifos gaúchos**: um estudo sobre o tropeirismo e as cercas e currais de terra, pedra e plantas no sudoeste do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Pelotas: Gráficas Sem Rival, 2013.

FEIJÓ, Cristiane Tavares. **Entre Humanos, Deuses e Plantas**: uma etnografia sobre as perspectivas Mbyá Guarani na manutenção das kokue contemporâneas. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

FERNANDES, Florestan. A sociologia como afirmação (in memórian). In: SANTOS, José Vicente Tavares; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (orgs.). **A sociologia para o século XXI**. Pelotas: Educat, 1999. FERNANDES, Valéria; MIGUEL, Lovois. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra;

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território. In: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa** [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, Recife, v. 18, n. 1, p. 37-70, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FERREIRA, Leticia de Farias; GONÇALVES, Jussemir Weiss. Memórias do Trabalho no Pampa. In: **VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL**, 2011, Pelotas. **VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL** - Narrativas, Fronteiras e Identidades. Pelotas: UFPEL, 2011. v. 1. p. 286-294.

_____. O cavalo e a pedra: quando a vida e o trabalho se encontram. **Historiae**: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande, v. 3, p. 137-154, 2012a.

_____. O Campo e o Trabalho: a memória como resistência.. In: 28º Reunião Brasileira de Antropologia, 2012b, São Paulo. **Anais 26ª RBA**. São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012b. v. I.

FREIRE, Beatriz Muniz; BENEDETI, Marcus Vinícius. **Tava**. Lugar de Referência para o Povo Guarani. Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, IPHAN, 2014.

FREITAS, Décio. **O capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

_____. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**, Porto alegre, (14) 2, p. 438, 465, 1993.

FROEHLICH, Graciela. Trabalhar os animais, trabalhar com os animais: reflexões etnográficas sobre bem-estar animal em fazendas de criação de gado de corte. **R@U**, 7 (1), jan./jun. 2015: 108-125.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino impar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo, Ed.34, 2002.

GEEUR. **Terceiro Ciclo de Estudos**: cidade, margens e materialidade. Projeto de ensino, 2016.

GÜIRALDES, Ricardo. **Don Segundo Sombra**. Biblioteca Virtual Universal, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.org.ar/libros/92790.pdf> . Acesso em: 20 de Julho de 2020.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**; processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

GODOI, Emilia; MENESES, Marilda; MARIN, Rosa Acevedo. Introdução. In: _____. (orgs). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: editora Unespe; Brasília – DF: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009.

GOLIN, Tau. A destruição do espaço missioneiro. IN: POSSAMAI, Paulo César (org.). **Gente de guerra e fronteira**: estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 53-66.

GOMES, Gustavo Crizel; CARDOSO, Joel Henrique; FERRER, Rogério Soares; RODRIGUES, Paulo Ricardo Faraco; RODRIGUES, Walter Fagundes. **Árvores da Serra dos Tapes**: Guia de Identificação com Informações Ecológicas, Econômicas e Culturais. Brasília: Embrapa, 2013.

GOULART, José A. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**, n. 3, p. 59-74, 1993.

GUIMARÃES, Rafael Eisinger. **Pampa, substantivo feminino**: a reconfiguração da literatura gauchesca na narrativa de Silvina Ocampo. 198f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada), Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GUTIERREZ, E. J. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. pp. 231-256.

GRUBER, Tayná; CARVALHO, Alessandra Izabel de. Entre mio-mios e embiras: homens e animais no caminho das tropas. **Ateliê de História UEPG**, 4(1): 21-43, 2016.

GRÜTZMACHER, Douglas D.; GRÜTZMACHER, Anderson D.; AGOSTINETTO, Dirceu; LOECK, Alci E.; ROMAN, Rodrigo; PEIXOTO, Sandra C.; ZANELLA, Renato. Monitoramento de agrotóxicos em dois mananciais hídricos no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.12, n.6, 2008, p.632–637.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERRMANN, Miriel Bilhalva; RIETH, Flávia; BARBOSA, Luciene Mourige. Crochê Jacquard: etnografando uma referência cultural na cidade de Jaguarão-RS. **Anais da RAM**, Porto Alegre, 2019.

HOLBRAAD, M. Tres provocaciones ontológicas. **Ankulegi**: Gizarte Antropologia Aldizkaria / Revista de Antropología Social/Revue d'ethnologie 18, 2014, p. 127–39.

INGOLD, Tim. The Architect and the Bee: Reflections on the Work of Animals and Men. **Man, New Series**, Vol. 18, No. 1, p. 1-20, Mar., 1983.

_____. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Junho de 1995.

_____. **The perception of the enviroment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge, 2000.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descoberta-de-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 25 (1): 72-75, 2005.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, n. 1, v. 33, jan./abr. 2010, p. 6-25.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25- 44, jan./jun. 2012a.

_____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. IN: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Maria Cristina de Moura. **Cultura, Percepção e Ambiente: Diálogos com Tim Ingold**. 2012b.

_____. **Estar Vivo**. Ensaios sobre Movimento, Conhecimento e Descrição. 2015. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015a.

_____. **Líneas**: una breve historia. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015b. 254 p.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**: Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. Coordenação e organização Rivia Ryker Bandeira de Alencar. –Brasília: IPHAN, 2017.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KIRSKEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **CULTURAL ANTHROPOLOGY**, Vol. 25, Issue 4, p. 545–576, 2010.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSBY, Marília Floôr; SILVA, Liza Bilhalva da. INRC - Bagé: sobre atualizações da cultura gaúcha a partir do inventário do sistema da pecuária no sul do Rio Grande do Sul. **Revista Perspectivas Sociais**. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel, ano 2, n. 1, p. 2-14, março/2013.

KOSBY, Marília Floôr. **ALMA-CAROÇO**: Peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGAS/UFRGS, 2017.

KOSBY, Marília Floôr; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. Centauros de motocicleta: O cavalo como testemunha do “processo domesticatório” do gaúcho. **Horizontes antropológicos [online]**. 2017, vol.23, n.48, pp.197-223.

KRONE, Evander Eloi. **Da colônia ao sertão**. Um estudo antropológico sobre conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais do Nordeste e do Rio Grande do Sul. 2018, tese (Doutorado em antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

LA CADENA, M. Política indígena: una análisis más allá de la Política. **Wan Journal**, [S.l.], n. 4, p. 139-171, 2008.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LAVE, Jean. “Aprendizagem com/na prática”. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 37 - 47, jul – dez 2105.

LEAL. Ondina Fachel. LEAL, O. F. **The Gauchos**: Male Culture and Identity in the Pampas. 1989. Dissertation (PhD in Anthropology) - Department of Anthropology, University of California, Berkeley CA, 1989.

_____. O Mito da Salamandra do Jarau: A Constituição do Sujeito Masculino na Cultura Gaúcha. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 8-12, 1992.

_____. Do etnografado ao etnografável: O “Sul” como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, nº 7, p. 201 – 2014, outubro de 1997.

_____. OS GAÚCHOS: Cultura e identidade masculina no Pampa. **Tessituras**, V.7, N.1, jan-jun 2019, p. 16-47.

LEJDERMAN, Fernando. Depressão e suicídio como consequência de pressões econômicas e sociais: a atualidade de Cyro Martins. **Jornal da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Ano XIV, Nº 63, dez/2007.

LEI Nº 4.977, DE 14 DE OUTUBRO DE 2003. **Institui o Roteiro das Charqueadas como referência cultural e dá outras providências.**

LEITE LOPES, Jose Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, vol. 25 nº 72, 2010, p. 73 – 88.

LIMA, Daniel Vaz. **“Cada doma é um livro”**: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015, 146f, Dissertação (Mestrado em Antropologia), ICH, UFPel, Pelotas.

LIMA, D.V.; ARAUJO, J. M.G.; ALFONSO, L. P.; RIETH, F. Ao passo de humanos e cavalos: etnografia na localidade Passo dos Negros em Pelotas-RS. **Anais do XVIII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2016.

LIMA, D. V; RIETH, F. Da mão que queima à mão que acaricia: notas etnográficas sobre os encontros corporais entre humanos e animais não humanos no trabalho artesanal da doma de cavalos. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, João Pessoa/PB, agosto de 2016.

LIMA, D. V; ALFONSO, L. P. RIETH, F. Os seres da/na cidade: experiência vivida no vilarejo Passo dos Negros, Pelotas/RS. **Anais da IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (REACT)**, USP, 2017.

LIMA, D. V; BARRETO, V. “O Rio Camaquã pede socorro!”: notas por uma Antropologia imersa na vida. IN: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias; WALTER, Tatiana (organizadores). **Impactos dos projetos de mineração: o que sabemos? o que queremos? para onde vamos?** - Rio Grande: Ed. do autor, 2020.

LOSEKANN, Marlise Beatriz. **Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da “Costa do Bica” e “Paredão”, Piratini, RS**. Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências (Dissertação de Mestrado). Santa Maria, 2011. 110p.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. Porto Alegre: Globo, 1976.
Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf>

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Portugal, São Paulo: Martin, s/d.

MADEIRA, Carlos Guilherme; LIMA, Daniel Vaz; LIMA, Carolini Vaz; OLIVEIRA, Patrícia da Cruz. Educação ambiental: a agroecologia como instrumento de efetivação do pensamento ecológico. **Anais do I Seminário Internacional de Educação do campo e I Seminário Regional da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns**, 2012, Pelotas-RS.

MAESTRI, M. J. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes); Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. O cativo, o gaúcho e o peão: Considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680 – 1964). In: . **O Negro e o Gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo fundo: Ed.Universidade de Passo Fundo, 2008, p. 169 – 271.

_____. **Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAGALHÃES, Mario Osório. Sal e açúcar. **Revista do dia do patrimônio: Pelotas imaterial: Saberes, fazeres e ofícios**, 2018, p. 18 – 19.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MANIGLIER, Patrice. ¿Cuántos Planetas Tierra? El Giro Geológico en Antropología. **AVÁ**, 29, Diciembre 2016, p. 199-2016.

MANTEGAZZA, P. **Viajes por el Rio de la Plata y el Interior de la Confederación Argentina**. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1916 [1867].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. COSACNAIFY, 2003, p. 183 – 294.

_____. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. COSACNAIFY, 2003, p. 399 – 420.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MARKUS, G. **Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Cyro. **Porteira Fechada**. Porto Alegre, Movimento, 1993.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. EDITORA HUCITEC: São Paulo, 1996.

_____. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 15 (43), 2001, p. 31 – 36.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio; SCHNEIDER, Sergio. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de realocação no território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul/Brasil. **Redes**, v. 21, nº 3, p. 137 - 158, set./dez. 2016.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. 1a ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZURANA, Juliana. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MEDRANO, Celeste; TOLA, Florencia. Cuando humanos y no-humanos componen el pasado. Ontohistoria en el Chaco. **AVÁ**, 29, Diciembre 2016, p. 99 – 129.

MELLO, M. M. **Reminiscências dos Quilombos**: territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 267p.

MIRANDA NETO. **A utopia possível**: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico . Brasília : FUNAG, 2012.

MOREIRA, Marilise de Oliveira. **Fechamento de mina-resgate histórico e levantamento do passivo ambiental da Mina do Butiá-Lavras do Sul**. 2015. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Tecnologia em Mineração, Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, 2015.

NESKE, M, Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do Sul do Rio Grande do sul. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15-40, 2016.

NEVES, Walter. **Antropologia ecológica**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

NUNES, Zeno Cardoso. NUNES, Rui Cardoso Nunes. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1996, 552f.

OCAMPO, Silvina. Azabache. In: _____. **Cuentos completos I**. Buenos Aires: Emecé Editores, primera edición, 1999, p. 14-150.

OLIVEIRA, Patricia Pazini de; ABONIZIO, Juliana. NA LINHA DE DESMONTAGEM – relação entre humanos e bovinos em um frigorífico. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 178 – 200.

OSÓRIO, Andrea. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **TEORIA E SOCIEDADE**, nº 21.1 - janeiro-junho de 2013.

_____. Entre o real e o representado: um debate na história dos animais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n.1, p. 75 – 94, 2015.

OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15-40, 2016.

PAIM, Paulo Sérgio Gomes. Minas do Camaquã, RS - Marco da história da mineração de cobre no Brasil. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A. ; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M.L.C. (Edits.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1. ed. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002, v.01: 501-510.

PAREDES PEÑAFIEL, Adriana Paola. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. Série PGDR - dissertação nº 56, Porto Alegre, 2006.

_____. **Desenhos, relações e desenvolvimento**: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. 229f, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

PEIRANO, Mariza. A Alteridade em Contexto. In: **A Teoria Viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006, p. 53-67.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed. 2014.

PEREIRA, Fabíola M., RIETH, Flávia; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais - Pecuária, Bagé / RS (1ª fase)". **Anais da Reunião Brasileira de Antropologia**, GT 05, São Paulo, 2012.

PEREIRA, Luzimar Paulo. "Ofensa de cobra": corpos, venenos e mundos em conflito. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. v. 3 n. 3, 2017, p. 92 – 113.

PINHEIRO, P.S. **Saberes, plantas e caldas**: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2010.

_____. RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de; MAGNI, Claudia Turra; ROBERTO, Simone Assis Alves. As ruínas do castelo: contra-narrativa quilombola sobre o patrimônio cultural de Pelotas, RS. **Ponto Urbe**, 22, 2018.

PORTO, Rafael Gastal; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. Perfil socioproductivo dos pecuaristas familiares em Bagé – Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.

RAMOS, S. M. P. **Estrutura urbana histórica**: A importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2013.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. In: **História Geral do Rio Grande do Sul**: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 43 – 63.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara; SILVA, Tiago Lemões da. Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro/BH, junho 2008.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS** (volume 1). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. v. 1. 356p.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília; SILVA, Tiago Lemões da. Linhagens da produção, disseminação e atualização do saber-doceiro: a tradição dos doces coloniais na zona rural de Pelotas. IN: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p 73 – 86.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Éric. “Lida Brabíssima”: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, v. 11 n. 2, jul/dez. 2016.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Vagner; BORBA, Marcos Flávio Silva; BLANCO, Marcos Sánchez; GARCIA, Mateus Oliveira. **INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC): Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã**. 2017. Disponível em:
https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/files/2017/09/Projeto_INRC_Alto_Camaqua.pdf

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Vagner; HERRMANN, Miriel Bilhalva. “Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros”: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 48 – 68.

ROCHA, M. G. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. Pelotas: UFPEL - Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2014.

RODRIGUES, M. B. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”**: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, junho de 2015.

ROSA, E. J. **Paisagens Negras**: arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2012.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**, Pelotas [05]: 151 - 169, julho/dezembro 2009.

SAINT-HILAIRE. Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEWICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SANFELICI, D. **A produção do espaço como mercadoria**: novos eixos de valorização imobiliária em Porto Alegre/RS. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

SANT’ANNA, Márcia. Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, DF: IPHAN, 2012, p. 06-11.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese: Prática, skill e individualização. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 109 – 139, jul – dez 2105.

SEGATO, Rita Laura. **La critica de la colonialidad**: ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires : Prometeo, 2013.

SELL, Jaciele Carine. **Estradas Paisagísticas**. Estratégias de preservação e conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil - Uruguai. 2017. 322f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Naturais e Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade**: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Entre lidas**: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Mestrado (PPGA). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2015, vol.35, n.70, pp.87-107.

SIMMEL, Georg. Gratidão: um experimento sociológico. Tradução: Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE**, 9(26): 785-804, Ago2010.

SMITH, Herbert H. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**: Notas de um naturalista. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS (SENGE). **Projeto da Votorantim em Caçapava do Sul**: Senge defende mais engenharia e menos proselitismo na análise do projeto. Disponível em: [//www.sengers.org.br/noticia/3195/projeto-da-votorantim-em-cacapava-do-sul-senge-defende-mais-engenharia-e-menos-proselitismo-na-analise-do-projeto](http://www.sengers.org.br/noticia/3195/projeto-da-votorantim-em-cacapava-do-sul-senge-defende-mais-engenharia-e-menos-proselitismo-na-analise-do-projeto). Acesso em: 10/10/2019.

SOARES, Mariana de Andrade. **Caminhos para Viver o Mbya Reko**: Estudo Antropológico do Contato Interétnico e de Políticas Públicas de Etnodesenvolvimento a partir de Pesquisa Etnográfica Junto a Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul. 319f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

SORDI, C. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos**: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____. **Presenças ferais**: invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SPAOLONSE, Marcelo Barbosa. **De estudante de antropologia a antropólogo de Estado**: apontamentos sobre uma peculiar transição. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/colu/colu50.htm>, 2009.

STEENBOCK, Walter; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. – Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013.

STEFANUTO, Míriam Rebeca Rodeguero. São eles que fazem isso comigo! O frigorífico Santa Margarida e as relações entre humanos e animais. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 201 – 221.

SÜSSEKIND, Felipe. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TEIXEIRA, Luana. **Lugares**. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças e atitudes em relação as plantas e os animais, 1500 – 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOBAR, Javier. Mundialización y mercantilización de la vida. IN: _____. VALENCIA, Olver Quijano / TOBAR, Javier (Compiladores). **Biopolítica y filosofías de vida**. Popayán Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2006, p. 85-110.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos Albert. **Nos rastros da natureza**: a conversão ecológica a partir de uma política de estado. Curitiba: Appris, 2016.

TORREZAN, Renata. **Agroindústria familiar**: aspectos a serem considerados na sua implantação / autores, Renata Torrezan, Sônia Maria Ferreira Cascelli, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz. – Brasília, DF : Embrapa, 2017.

TRAVITZKI, Rodrigo. Das rizocárpicas à dinâmica intercultural. **Rizomas**. Disponível em: <http://www.rizomas.net/filosofia/rizoma/212-das-rizocarpicas-a-dinamica-intercultural.html>. 2009. Acesso em: 06 de junho de 2019.

UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na região Platina Oriental**. 307f. Tese (Doutorado em História – concentração em arqueologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPeL). Anglo: De frigorífico a principal campus. **Sobre os 45 anos**, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/45anos/anglo/>. Acesso em: fevereiro de 2018.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, São Paulo, USP, 2007, v. 50 nº 2.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto alegre, RS: Medianiz, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

VERDUM, Roberto. Paisagem do Pampa: monotonia que se rompe no espaço e no tempo. In: _____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

VIRGILIO, Jeferson. **Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?** Revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. 79f, Monografia (Bacharelado em Antropologia) CFH - UFSC, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **MANA** 18(1): 151-171, 2012.

_____. La antropología perspectivista y el método de equivocación controlada. **ACENO**, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WATSON, Gavan P. L.; WARKENTIN, Traci. Introduction: Animals, Place and Humans. **Animal Studies Journal**, 2(1), 2013, 1-7.

WILLIS, Alette. Bearing Witness: Re-storying the Self in Places that are Always More Than Human Made. **Animal Studies Journal**, 2(1), 2013, 8-27.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa [recurso eletrônico]**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

WOORTMANN, Ellen; WOORTAMNN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.